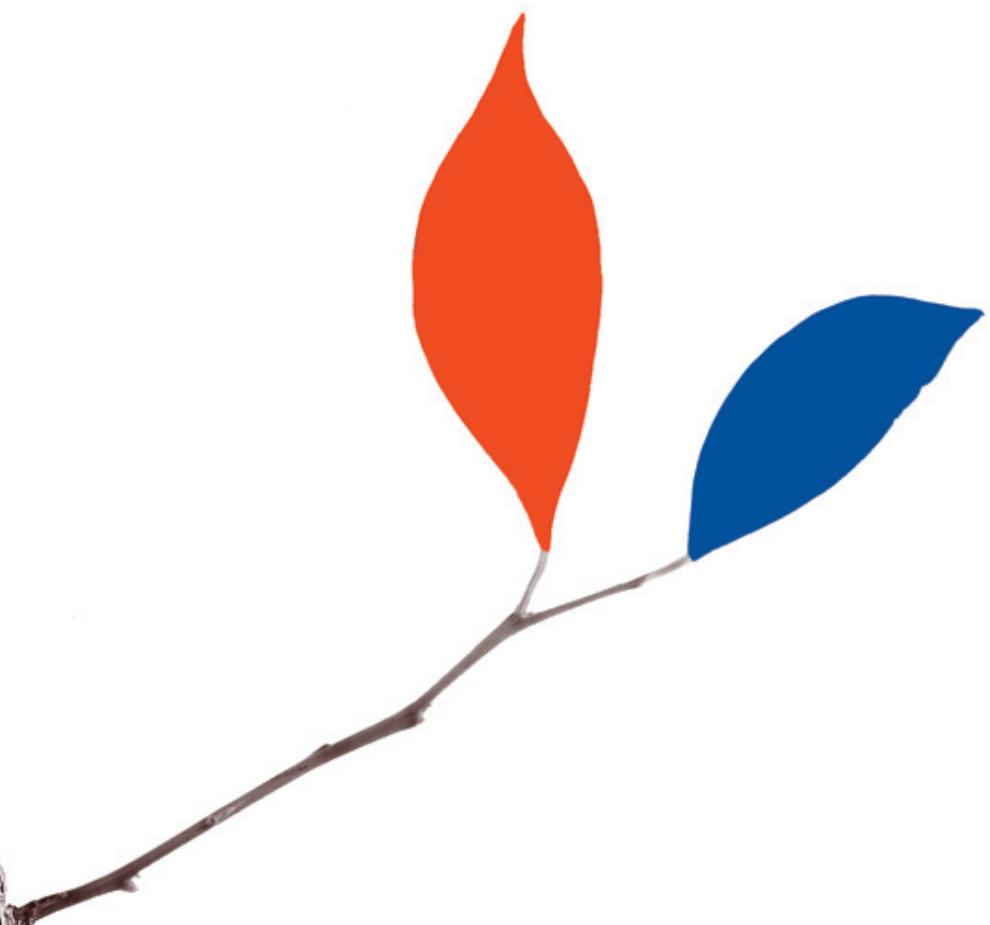


Portugal Telecom
Relatório e contas consolidadas _ 2005



Portugal Telecom, SGPS, SA

Sociedade Aberta

Pessoa colectiva n.º 503 215 058

Capital Social 1.128.856.500 euros

Mat. n.º 3602/940706, 4^a Secção CRCL

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom",
"Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se
ao conjunto das empresas que constituem
a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas
consoante o contexto.

Relatório e contas consolidadas 2005

| | | |
|-----------|--|-----|
| | Mensagem do presidente do Conselho de Administração | 8 |
| | Mensagem do presidente da Comissão Executiva | 10 |
| 01 | Evolução dos negócios | 13 |
| | Mercado doméstico | 14 |
| | Mercado internacional | 28 |
| 02 | Análise dos resultados consolidados | 35 |
| 03 | PT na bolsa _ mercado de capitais | 57 |
| 04 | Perspectivas futuras | 66 |
| | | |
| | Demonstrações financeiras consolidadas | 68 |
| | Documentos de certificação de contas | 151 |
| | | |
| | Relatório de Governo da Sociedade | 158 |
| | Indicadores-chave | 198 |
| | Extracto da acta da Assembleia Geral Anual | 200 |
| | Informação adicional aos accionistas | 202 |



A PT faz parte da vida das pessoas

933 mil clientes

Clientes de banda larga (milhares)

| | |
|------|-----|
| 2003 | 391 |
| 2004 | 687 |
| 2005 | 933 |

O nosso investimento estratégico na banda larga, que resultou em mais de 933 mil clientes, foi o principal factor impulsor do desenvolvimento da sociedade de informação em Portugal.

Brasil _ A PT anunciou em Dezembro de 2005 a reestruturação das subsidiárias da Vivo, através da concentração das várias empresas numa única entidade cotada, chamada Vivo Participações. Esta reestruturação consolida a posição da Vivo, simplifica a organização e deverá gerar importantes sinergias.

Constante inovação _ A Portugal Telecom lançou em 2005 vários novos produtos e serviços, continuando a demonstrar uma forte capacidade de inovação. Os novos produtos incluem um operador móvel de baixo custo, um instant messaging com serviços de VoIP e vídeo e um serviço de TV digital.

EBITDA _ A PT continua a fazer um esforço de aumento da eficiência. O EBITDA aumentou 6% em 2005 e a margem EBITDA dos negócios em Portugal melhorou para 48%, devido às medidas de racionalização de custos na rede fixa e na multimédia.

Proveitos operacionais (milhões de euros)

| | |
|------|-------|
| 2004 | 5.967 |
| 2005 | 6.385 |

47 milhões de clientes

O número de clientes total continuou a aumentar fortemente, nomeadamente nos países africanos e no Brasil, tendo atingido um total de 47 milhões no final de 2005.

648
milhões de euros

Distribuímos 648 milhões de euros aos accionistas em 2005, dividido entre 395 milhões de euros de dividendos e 253 milhões de euros de share buybacks. A PT aumentou 59% os dividendos por acção para o exercício de 2004 para 0,35 euros, completou o share buyback de 10% e iniciou um novo buyback de 3%.

654
milhões de euros

O resultado líquido foi o mais alto de sempre, totalizando 654 milhões de euros



Portugal Telecom

Portugal

Rede fixa

2.214 milhões de euros de receitas

- > Retalho [PT Comunicações 100%]
- > Voz e dados para grandes empresas [PT Corporate 100%]
- > Voz e dados para PME [PT Prime 100%]
- > ISP e serviços de banda larga [PT.COM 100%]

Móvel

1.557 milhões de euros de receitas

- > TMN 100%
- > PT Wi-Fi 100%

PT Multimédia

58,43% 628 milhões de euros de receitas

- > TV por subscrição e Internet por cabo
- > Audiovisuais

Internacional

| | | receitas (milhões de euros) |
|----------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| Brasil | > Vivo 50% | > Móvel 2.037 |
| Brasil | > UOL 29% | > ISP, conteúdos Internet 146 |
| Marrocos | > Médi Télécom 32,18% | > Móvel 392 |
| Cabo Verde | > Cabo Verde Telecom 40% | > Fixo, móvel, Internet e dados 55 |
| São Tomé e Príncipe | > CST 51% | > Fixo, móvel, Internet e dados 8 |
| Angola | > Unitel 25% | > Móvel 357 |
| Timor | > Timor Telecom 41,12% | > Fixo, móvel, Internet e dados 14 |
| Macau | > CTM 28% | > Fixo, móvel, Internet e dados 190 |

Empresas instrumentais

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%]; Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de consultoria e negociação [PT Compras 100%]; Telemarketing e serviços de informação [PT Contact 100%]; Gestão de fundos de pensões [Previsão 78,12%]

Mensagem aos accionistas

Ernâni Rodrigues Lopes

Presidente do Conselho de Administração



Introdução

Em 2005, o Grupo Portugal Telecom conseguiu, uma vez mais, apesar da fase menos positiva da economia nacional, obter uma excelente performance ao nível financeiro e operacional, que se reflectiu em elevados níveis de remuneração accionista.

Efectivamente, e mesmo excluindo o efeito do anúncio da oferta de aquisição sobre o Grupo, as acções registaram, durante o mandato de 3 anos que agora termina, uma valorização superior a 25%, tendo adicionalmente sido distribuídos cerca de 863 milhões de euros em dividendos e realizado um share buyback no valor de 944 milhões de euros.

Este nível de remuneração aos accionistas tem como sustentação uma performance operacional nunca antes atingida. Com um robusto crescimento de 7% das receitas face ao exercício anterior, que atingiram assim o valor recorde de 6.385 milhões de euros e uma progressão assinalável das margens operacionais, foi possível obter um resultado líquido de 654 milhões de euros em 2005, o que constitui um recorde na história do Grupo Portugal Telecom.

A capacidade de concretização destes resultados operativos e níveis de remuneração accionista aumenta de importância, numa altura em que existe uma oferta de aquisição sobre o Grupo, sobre a qual os actuais accionistas terão de reflectir.

Performance

Este nível de performance foi conseguido através de: (1) uma aposta clara na inovação, que permitiu oferecer serviços cada vez mais sofisticados e competitivos aos clientes do Grupo, reforçando assim o papel da PT em Portugal como elemento indutor de desenvolvimento, que considero ser da máxima importância; e (2) uma actuação muito firme ao nível da racionalização de custos, em paralelo com um contínuo processo de reestruturação do Grupo.

Ao nível da inovação, e como exemplo concreto do papel do Grupo no desenvolvimento do país, é de destacar a expansão dos serviços de banda larga. Os avultados investimentos realizados nesta área garantem uma cobertura de aproximadamente 100% dos lares portugueses, dos quais praticamente 1 milhão são já clientes de banda larga do Grupo. Adicionalmente, o pioneirismo no lançamento dos serviços móveis de 3^a Geração, por ocasião do Euro 2004, permitiu não só demonstrar a capacidade de inovação e realização do Grupo, mas também encetar o processo de massificação da tecnologia UMTS que, no final de 2005, era já utilizada por cerca de 385 mil clientes do Grupo.

Para além das realizações do exercício, gostaria ainda de abordar alguns temas importantes sobre os quais houve relevantes progressos durante o último ano e no mandato, mas que deverão continuar a ser alvo de aprofundamento. Em concreto, julgo crítica a reflexão sobre as questões da governança, da internacionalização e da gestão de activos humanos.

Governança

Desde o início do mandato que foi assumida como uma das prioridades do Grupo a criação de uma estrutura de Governança que desse resposta às necessidades de transparência nas práticas internas e na informação divulgada aos investidores, aos mercados financeiros e às autoridades de supervisão. Neste capítulo, foi possível consolidar e aprofundar o modelo existente, tendo o Grupo assumido uma posição de referência no que concerne às melhores práticas de governo das sociedades, que importa manter e reforçar.

Dimensão internacional

A dimensão internacional tem assumido um papel crescente no portfólio do Grupo, representando hoje em dia mais de 30% das receitas e mais de 20% do EBITDA. É minha convicção que os investimentos internacionais deverão ser justamente o factor diferenciador da dinâmica e afirmação consistente da Portugal Telecom no futuro. Assim sendo, parece crítico, por um lado prosseguir no reforço da capacidade de gestão das operações internacionais e, por outro lado, densificar a posição do Grupo no continente africano, nomeadamente em mercados de geopolítica favorável e com maiores afinidades culturais.

Gestão de activos humanos

Ao nível da gestão de activos humanos, em que foram concretizados alguns passos importantes, como a extensão do processo estruturado de avaliação de desempenho à generalidade dos 15 mil colaboradores em Portugal, importa reforçar o desenvolvimento de capacidades dos recursos humanos do Grupo, nomeadamente através da concretização e generalização de programas de mobilidade e de desenvolvimento de competências.

Finalmente, gostaria de salientar, entre as realizações do último ano, o papel que o Congresso de Quadros da Portugal Telecom teve no envolvimento dos recursos humanos e no fortalecimento da cultura de Grupo. Neste congresso, aberto e generalizado ao conjunto dos quadros do Grupo, foram abordadas temáticas como “Corporate Governance”, “Cultura de Grupo”, “Execução Estratégica” e “Competências e Tecnoestrutura”, tendo os resultados obtidos sido muito encorajadores. Este congresso veio, mais uma vez, demonstrar as capacidades da tecnoestrutura e constituiu um sinal visível da capacidade de resposta que o Grupo tem para defrontar, com sucesso, os desafios que se lhe vão colocar no futuro.

Conclusão

Em síntese, o Grupo Portugal Telecom, a que tive a honra de presidir ao longo do mandato que agora termina, conseguiu concretizar, com sucesso e consistência, uma visão estratégica para o futuro sustentada na inovação como alavanca de melhoria contínua. Foi assim possível assegurar elevados níveis de segurança e rentabilidade para os accionistas reforçando, em simultâneo, a projecção do Grupo, quer a nível nacional, quer internacional.



Ernâni Rodrigues Lopes

Presidente do Conselho de Administração
15 de Março de 2006

Com um robusto crescimento de 7% das receitas face ao exercício anterior, foi possível obter um resultado líquido de 654 milhões de euros em 2005, o que constitui um recorde na história do Grupo Portugal Telecom.

Mensagem aos accionistas

Miguel Horta e Costa

Presidente da Comissão Executiva



O ano de 2005 foi histórico para a Portugal Telecom

Obtivemos o maior resultado de sempre e o nível mais elevado de clientes. Somos o maior grupo de telecomunicações e multimédia em Portugal e estamos a aumentar a nossa presença internacional. Temos consistentemente acrescentado valor de longo prazo para os nossos accionistas, os nossos clientes e os nossos colaboradores.

Remuneração accionista ímpar

A remuneração accionista é uma prioridade para a PT. Distribuímos cerca de 2 mil milhões de euros nos últimos três anos, o que representa mais de 20% da nossa capitalização bolsista. Em 2005, distribuímos 648 milhões de euros, através do programa de share buyback e dividendos. Desde 2002, multiplicámos por cinco o dividendo pago, tendo proposto um dividendo relativo a 2005 de 47,5 céntimos por acção. Demonstrámos um forte compromisso de remuneração, mas não ficamos por aqui. Em combinação com um plano operacional de criação de valor e a optimização da nossa estrutura de capital, comprometemo-nos com uma remuneração total a accionistas superior a 3 mil milhões de euros no triénio 2006-2008.

Um resultado líquido histórico

Esta forte remuneração accionista nos últimos anos é resultado do esforço contínuo de aumento da rentabilidade da PT, que se reflectiu na geração de um elevado nível de cash flow. Em 2005, gerámos 1,6 mil milhões de euros de cash flow operacional e um nível de free cash flow superior a mil milhões de euros. Atingimos estas metas, a par de proveitos e resultado líquido históricos, apesar da elevada pressão regulatória e competitiva em várias frentes e em vários negócios. Sustentámos a eficiência do grupo com o desenvolvimento de medidas transversais de controlo de custos, nomeadamente utilizando as plataformas de serviços partilhados e de centralização de compras.

Elevado crescimento da base de clientes reflecte dinamismo da empresa

A Portugal Telecom aumentou em 2005 mais uma vez o número de clientes para um nível recorde – 47 milhões de clientes, 75% dos quais fora de Portugal. Conseguimos este nível em resultado do enorme esforço em desenvolver produtos e serviços inovadores. Aproximámo-nos assim ainda mais dos nossos clientes, aumentando a sua satisfação e lealdade. Entre as iniciativas desenvolvidas em 2005, é de realçar o aumento da velocidade oferecida de banda larga, o lançamento do instant messaging e os planos de preços com tráfego ilimitado na rede fixa. No negócio móvel, entrámos numa nova fase de progressão da terceira geração, relançámos a marca TMN e introduzimos uma nova dinâmica no sector com a marca low cost UZO. Fomos também precursores no processo de digitalização da TV por subscrição, tendo ainda introduzido o serviço de TV digital com 65 canais. Todas estas iniciativas são apenas uma parte do trabalho em Portugal, ao qual devem ser acrescentados os produtos e serviços que lançámos nos restantes mercados onde estamos presentes.

Principal veículo de desenvolvimento da sociedade de informação em Portugal

Um dos pilares do aumento dos clientes tem sido a banda larga, em que obtivemos um crescimento médio anual, ao longo dos últimos três anos, de mais de 70%. A PT liderou em inovação este mercado desde o início, tendo, por exemplo, lançado o primeiro serviço de pré-pago de banda larga em Portugal e um dos primeiros na Europa. Somos também o único operador nacional e o terceiro na Europa com cobertura de banda larga total no país, fruto da tecnologia desenvolvida em Portugal por portugueses, com o esforço e compromisso das nossas equipas. Portugal está no topo da penetração de banda larga em lares com PC na Europa, o que resulta da enorme dinâmica e investimento da Portugal

Telecom. Na sequência da multiplicação da velocidade de acesso à Internet por um factor de quatro, introduzimos velocidades até 8Mbps e o produto standard passou a ser de 2Mbps. Lançámos o serviço Sapo Messenger, que disponibiliza o serviço VoIP e vídeo grátis entre PC e PC-to-phone. Nas novas ofertas móveis, desenvolvemos serviços como a vídeo-chamada ou o vídeo-sharing, como parte do esforço de migração de clientes para a tecnologia 3G. Temos também trabalhado junto das escolas para desenvolver o conhecimento através do uso da Internet. A PT instalou Internet de banda larga nas 8.200 escolas públicas do ensino básico e secundário de todo o país e fez um concurso nacional com o objectivo de reduzir a info-iliteracia. Com o objectivo de fazer crescer o mercado potencial, a PT realizou também vários projectos para aumentar a penetração de PC em Portugal, como seja, por exemplo, a oferta de um PC de qualidade a preços acessíveis. A sociedade de informação representa ainda um enorme desafio, mas temos sido incansáveis no seu desenvolvimento em Portugal, tendo criado as condições para nos aproximarmos dos melhores níveis internacionais.

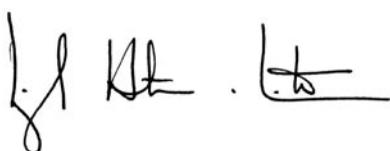
Forte crescimento a nível internacional

A PT tem também procurado investir em mercados com potencial de crescimento e onde consegue apresentar vantagens competitivas naturais. Conseguimos criar um portfolio de investimentos internacionais que acrescenta valor real ao nosso negócio. Em primeiro lugar, no Brasil, em que somos líderes do mercado móvel com cerca de 30 milhões de clientes. Depois, nouros mercados, como Marrocos, Angola, Macau, Cabo Verde e Timor, onde temos crescido em toda a linha de uma forma assinalável. Apresentamos assim uma estratégia internacional verdadeiramente criadora de valor, com activos de elevada qualidade numa multiplicidade de mercados, todos rentáveis, e com um elevado potencial de crescimento.

Uma gestão socialmente responsável

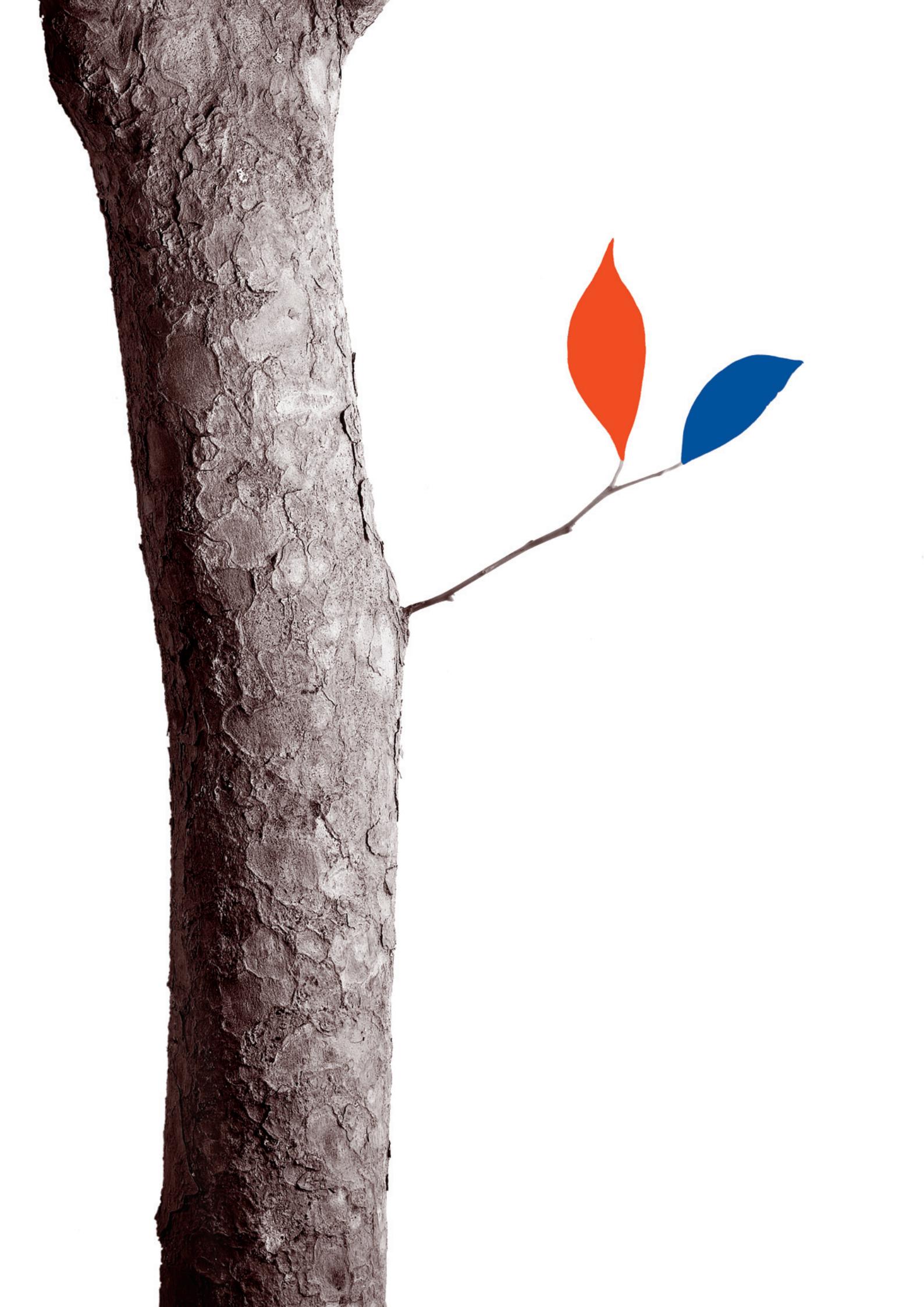
Alcançámos elevados níveis de sucesso nas várias operações em que actuamos, em grande medida devido ao esforço contínuo dos nossos colaboradores, estabelecendo e cumprindo objectivos ambiciosos. Através da sua qualidade, excelência e profissionalismo, contribuem para o desenvolvimento da relação com os nossos clientes, fornecedores, o ambiente e entidades de regulação. Gerimos as nossas actividades com total responsabilidade empresarial e social, procurando alcançar elevados níveis de integridade, governança e sustentabilidade, tendo sempre presente o impacto que a nossa actuação tem na economia e sociedade em geral.

No momento em que termino o meu mandato, importa-me acima de tudo deixar uma palavra de gratidão, reconhecimento e enorme satisfação pela oportunidade que esta empresa me deu de conhecer, aprender, trabalhar, liderar e sonhar o futuro das telecomunicações com um grupo de pessoas de elevada qualidade humana e profissional, e aos acionistas pelo estímulo e confiança sempre demonstrados.



Miguel Horta e Costa
Presidente da Comissão Executiva
15 de Março de 2006

**Temos consistentemente
acrescentado valor
de longo prazo para
os nossos accionistas,
os nossos clientes e os
nossos colaboradores.**



01 _ Evolução dos negócios

14 Mercado doméstico

- 14 Rede fixa
- 20 Móvel Portugal – TMN
- 24 Multimédia – PT Multimédia
- 28 Mercado internacional**
- 28 Móvel Brasil – Vivo
- 32 Outros negócios internacionais

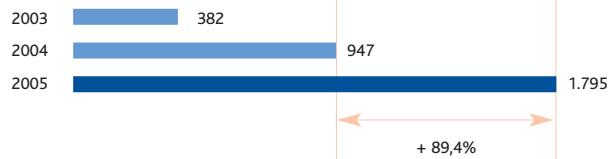
Rede fixa

A PT continua a manter a posição de liderança no mercado doméstico em termos do total de minutos de tráfego originado, bem como do parque de acessos principais e de acessos ADSL, apesar do aumento significativo da concorrência. Este desempenho foi conseguido em resultado da implementação com sucesso de medidas de fidelização dos clientes, assentes na diferenciação e inovação, ofertas competitivas em termos de preços, serviço ao cliente e qualidade de serviço. | O total de acessos da rede fixa registou em 2005 um aumento líquido de 101 mil, suportado pelo elevado nível de adições líquidas de ADSL de retalho e linhas de desagregação do lacete local, que totalizaram 204 mil e 63 mil, respectivamente, no período.

Acessos por colaborador

| | |
|------|-----|
| 2002 | 375 |
| 2003 | 466 |
| 2004 | 527 |
| 2005 | 583 |

Planos de preços (milhares)



Demonstração de resultados _ rede fixa (1)

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Proveitos operacionais | 2.213,6 | 2.305,2 | (4,0%) |
| Prestação de serviços | 2.158,2 | 2.235,3 | (3,4%) |
| Vendas | 34,2 | 36,1 | (5,4%) |
| Outros proveitos operacionais | 21,2 | 33,8 | (37,3%) |
| Custos operacionais, excluindo amortizações | 1.084,3 | 1.336,2 | (18,8%) |
| Custos com pessoal | 286,7 | 296,6 | (3,3%) |
| Custos com benefícios de reforma (PRB) | (21,8) | 58,5 | n.s. |
| Custos directos dos serviços prestados | 385,5 | 470,6 | (18,1%) |
| Custos de telecomunicações | 301,7 | 383,8 | (21,4%) |
| Listas telefónicas | 81,5 | 86,8 | (6,1%) |
| Outros | 2,3 | 0,0 | n.s. |
| Custo das mercadorias vendidas | 33,8 | 39,1 | (13,6%) |
| Marketing e publicidade | 42,4 | 44,6 | (4,9%) |
| Serviços de suporte | 141,3 | 114,1 | 23,9% |
| Fornecimentos e serviços externos | 148,9 | 139,0 | 7,1% |
| Provisões | (13,8) | 69,8 | n.s. |
| Outros custos operacionais | 81,4 | 103,8 | (21,6%) |
| EBITDA | 1.129,3 | 969,0 | 16,5% |
| Amortizações | 358,9 | 369,7 | (2,9%) |
| Resultado operacional | 770,4 | 599,3 | 28,5% |
| Margem EBITDA | 51,0% | 42,0% | 9,0pp |
| Capex | 233,1 | 206,8 | 12,7% |
| Capex em % dos proveitos operacionais | 10,5% | 9,0% | 1,6pp |
| EBITDA menos Capex | 896,1 | 762,3 | 17,6% |

(1) Inclui transacções intragrupo.

Proveitos operacionais _ Os proveitos operacionais do negócio de rede fixa diminuíram 4,0% em 2005, face ao ano anterior, para 2.214 milhões de euros, principalmente como resultado da descida das receitas de tráfego. Excluindo o impacto do decréscimo das tarifas de interligação fixo-móvel de 23 milhões de euros, os proveitos operacionais teriam decrescido 3% em 2005, face a igual período do ano anterior.

EBITDA _ O EBITDA em 2005 aumentou 16,5% para 1.129 milhões de euros, equivalente a uma margem de 51,0%. Este aumento deveu-se essencialmente à diminuição dos custos com benefícios de reforma, devido ao aumento em 2005 de ganhos com serviços passados (137 milhões de euros), em comparação com o ano anterior (67 milhões de euros), resultante da alteração da idade de reforma e da fórmula de cálculo das pensões, de acordo com a Lei 60/2005.

Capex _ Em 2005, o capex situou-se em 233 milhões de euros, um acréscimo de 12,7% face a 2004, e equivalente a 10,5% dos proveitos operacionais. O capex foi essencialmente direcionado para: (1) o forte investimento na expansão da banda larga em termos de cobertura e de largura de banda; (2) o investimento adaptado ao cliente em resultado do forte crescimento nos contratos de outsourcing empresariais, e (3) o desenvolvimento de um novo centro de dados tendo em vista a melhoria da prestação de serviços de dados aos clientes empresariais. O EBITDA menos Capex em 2005 ascendeu a 896 milhões de euros.

| Proveitos operacionais _ rede fixa (1) | | milhões de euros | | |
|--|--|------------------|----------------|---------------|
| | | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
| Retalho | | | | |
| Receitas fixas | | 1.318,8 | 1.379,4 | (4,4%) |
| Tráfego | | 679,8 | 668,5 | 1,7% |
| ADSL retalho | | 473,6 | 588,4 | (19,5%) |
| ISP e outros | | 150,6 | 99,9 | 50,8% |
| Wholesale (serviços a operadores) | | 457,7 | 476,4 | (3,9%) |
| Tráfego | | 216,9 | 247,9 | (12,5%) |
| Circuitos alugados | | 165,5 | 164,4 | 0,6% |
| Outros | | 75,3 | 64,0 | 17,7% |
| Dados e soluções empresariais | | 244,9 | 242,0 | 1,2% |
| Comunicação de dados | | 110,8 | 102,3 | 8,3% |
| Circuitos alugados | | 32,4 | 48,7 | (33,4%) |
| Gestão de redes e outsourcing | | 26,1 | 20,1 | 30,1% |
| Outros | | 75,5 | 71,0 | 6,4% |
| Outros proveitos de rede fixa | | 192,2 | 207,3 | (7,3%) |
| Outros serviços e proveitos operacionais | | 29,8 | 35,7 | (16,4%) |
| Vendas | | 34,2 | 36,1 | (5,4%) |
| Listas telefónicas | | 120,4 | 129,7 | (7,2%) |
| Portais | | 7,8 | 5,8 | 35,2% |
| Proveitos operacionais | | 2.213,6 | 2.305,2 | (4,0%) |

(1) Inclui transacções intragrupo.

Receitas de retalho _ As receitas de retalho decresceram 4,4% para 1.319 milhões de euros em 2005, face ao período homólogo, com o aumento no ADSL e nas receitas fixas a não ser suficiente para compensar o decréscimo verificado no tráfego, incluindo fixo-móvel, que registou uma redução significativa ao longo do último ano. As receitas fixas aumentaram 1,7% em 2005, em resultado principalmente do crescimento dos planos de preços, que já representavam 9,1% das receitas fixas, compensando o decréscimo nas receitas provenientes dos acessos devido à perda de linhas. As receitas de tráfego diminuíram 19,5% face ao ano anterior, em resultado da diminuição dos volumes de tráfego e da redução do ARPM, particularmente no tráfego fixo-móvel. A diminuição das tarifas fixo-móvel teve um

impacto negativo nas receitas de tráfego de 23 milhões de euros em 2005. O crescimento do peso dos planos de preços de tráfego ilimitado teve também um efeito diluitivo nas receitas de tráfego, dado estas serem substituídas por receitas fixas. As receitas fixas representaram 51,5% das receitas de retalho em 2005, face a 48,5% no ano anterior.

Em termos de ADSL, as receitas registaram um aumento de 50,8% em 2005, face ao ano anterior, para 151 milhões de euros, em resultado do forte crescimento da base de clientes.

ADSL retalho (milhares)



Em 2005, o ADSL de retalho continuou a registar um forte crescimento, tendo atingido um total de 585 mil clientes. Na sequência do upgrade dos clientes de banda larga, em que se multiplicou por quatro as velocidades oferecidas, aproximadamente 70% dos clientes de ADSL dispõem já de velocidades superiores a 2 Mbps.

Após o sucesso do lançamento do serviço de instant messenger (Sapo Messenger) no primeiro semestre de 2005, a PT lançou os serviços de VoIP softphone e vídeo. O Sapo Messenger tinha mais de 370 mil utilizadores no final de 2005.

Receitas de dados e soluções empresariais _ As receitas de dados e soluções empresariais em 2005 aumentaram 1,2%, face ao ano anterior, para 245 milhões de euros. Se se excluisse o efeito extraordinário do Euro 2004, as receitas de dados e soluções empresariais teriam aumentado 4,4% em 2005, face ao ano anterior, impulsionadas pela contínua melhoria nos serviços de valor acrescentado nas ofertas de voz e dados, assim como o aumento da gama dos serviços prestados, nomeadamente ao nível das tecnologias de informação. As soluções de segurança de backup on-line e os contratos de outsourcing de longo prazo continuaram a registar uma forte aceitação. Foi introduzido um novo conjunto de planos de preços no segmento de pequenas e médias empresas, com o objectivo de aumentar a utilização.

Receitas de wholesale _ As receitas de wholesale diminuíram 3,9% em 2005, face ao ano anterior, para 458 milhões de euros, principalmente como resultado do decréscimo das receitas de tráfego, devido ao decréscimo dos preços de interligação móvel internacional e ao decréscimo do tráfego de trânsito. No terceiro trimestre de 2005 foi estabelecido um acordo entre a maioria dos operadores a fim de facilitar a transferência de clientes entre operadores ao nível da portabilidade, pré-selecção e desagregação do lacete local. O número de linhas de desagregação do lacete local ascendeu a 72 mil no final de 2005, o que compara com 9 mil no final de 2004. Em 2005, as tarifas de interligação diminuíram 10,1% para chamadas terminadas e 9,6% para chamadas originadas, face ao ano anterior.

Novo cabaz de preços _ O novo cabaz de preços para 2005 do serviço fixo de telefone, aprovado pela autoridade reguladora, entrou em vigor em 1 de Julho de 2005, tendo subjacente um price cap de IPC-2,75%, em termos de variação média anual. Em consequência, a variação média anual das principais componentes do cabaz de preços foi: (1) o preço da assinatura registou um aumento de 1,7%; e (2) os preços das chamadas locais aumentaram 0,5%; (3) as chamadas regionais decresceram 24,1%, e (4) as chamadas nacionais de longa distância diminuíram 25,3%. O tipo de chamadas utilizado no cabaz foi reduzido de três para dois, chamadas locais e nacionais de longa distância, para simplificar a estrutura das tarifas. Em contraste com o que se tinha verificado em anos anteriores, a nova estrutura de preços foi apenas aplicada ao segmento residencial e não ao segmento empresarial.

Posição de liderança _ A PT continua a manter a posição de liderança no mercado doméstico em termos do total de minutos de tráfego originado, bem como do parque de acessos principais e de acessos ADSL, apesar do aumento significativo da concorrência. Este desempenho foi conseguido em resultado da implementação com sucesso de medidas de fidelização dos clientes, assentes na diferenciação e inovação, ofertas competitivas em termos de preços, serviço ao cliente e qualidade de serviço.

Dados operacionais _ rede fixa

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|--|--------|-------|---------|
| Acessos ('000) | 4.478 | 4.377 | 2,3% |
| PSTN/RDIS | 3.769 | 3.948 | (4,5%) |
| Pré-selecção | 575 | 485 | 18,5% |
| ADSL retalho | 585 | 382 | 53,4% |
| ADSL wholesale | 51 | 39 | 33,3% |
| Lacetos locais desagregados | 72 | 9 | n.s. |
| Adições líquidas ('000) | 101 | 151 | (33,3%) |
| PSTN/RDIS | (179) | (88) | 102,7% |
| Pré-selecção | 90 | 47 | 93,2% |
| ADSL retalho | 204 | 221 | (7,8%) |
| ADSL wholesale | 13 | 11 | 13,3% |
| Lacetos locais desagregados | 63 | 7 | n.s. |
| Planos de preços ('000) | 1.795 | 947 | 89,4% |
| ARPU (euros) | 33,8 | 34,8 | (2,9%) |
| Assinatura e voz | 29,3 | 31,3 | (6,3%) |
| Dados | 4,5 | 3,5 | 26,8% |
| Rácio de chamadas completadas (%) | 99,8 | 99,8 | 0,0pp |
| Avarias por 100 acessos (n.º) | 10,4 | 9,7 | 0,7pp |
| Total de acessos de comunicação dados ('000) | 36 | 36 | 1,4% |
| Capacidade vendida de web empresarial (Mbps) | 14.664 | 5.387 | 172,2% |
| Circuitos alugados ('000) | 15 | 16 | (8,7%) |
| Capacidade equivalente a 64 Kbps ('000) | 186 | 183 | 1,9% |
| Digital (%) | 96,3 | 95,8 | 0,5pp |

Total de acessos _ O total de acessos da rede fixa registou em 2005 um aumento líquido de 101 mil, suportado pelo elevado nível de adições líquidas de ADSL de retalho e linhas de desagregação do lacete local, que totalizaram 204 mil e 63 mil, respectivamente, no período. Em 2005, as desmontagens líquidas de acessos PSTN/RDIS situaram-se em 179 mil, em resultado do aumento da concorrência e de uma conjuntura macroeconómica mais desfavorável. No final de 2005, o número total de acessos da rede fixa situou-se em 4.478 mil, dos quais 3.769 mil acessos PSTN/RDIS, 585 mil acessos ADSL de retalho, 51 mil acessos ADSL de wholesale e 72 mil lacetes locais desagregados.

ADSL _ Em 2005, o ADSL de retalho continuou a registar um forte crescimento, tendo atingido um total de 585 mil clientes. Na sequência do upgrade dos clientes de banda larga, em que se multiplicou por quatro as velocidades oferecidas, aproximadamente 70% dos clientes de ADSL dispõem já de velocidades superiores a 2 Mbps. Após o sucesso do lançamento do serviço de instant messenger (Sapo Messenger) no primeiro semestre de 2005, a PT lançou os serviços de VoIP softphone e vídeo. O Sapo Messenger tinha mais de 370 mil utilizadores no final de 2005.

Planos de preços _ Os planos de preços continuaram a registar um forte crescimento, com as adições líquidas a totalizar 847 mil em 2005, atingindo um total de 1.795 mil planos de preços. No quarto trimestre de 2005, a PT lançou novos planos de preços baseados em flat rates de tráfego ilimitado para vários períodos do dia. A PT lançou ainda, pela primeira vez, um plano mensal de tráfego ilimitado fixo-fixo dentro da própria rede.

Os planos de preços continuaram a registar um forte crescimento, com as adições líquidas a totalizar 847 mil em 2005, atingindo um total de 1.795 mil planos de preços. No quarto trimestre de 2005, a PT lançou novos planos de preços baseados em flat rates de tráfego ilimitado para vários períodos do dia. A PT lançou ainda, pela primeira vez, um plano mensal de tráfego ilimitado fixo-fixo dentro da própria rede.

| Detalhe do tráfego _ rede fixa | | milhões de minutos | | |
|--|--|--------------------|--------------|---------------|
| | | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
| Tráfego total | | 14.818 | 16.478 | (10,1%) |
| Retalho | | 6.400 | 7.250 | (11,7%) |
| Fixo-fixo nacional | | 4.339 | 4.961 | (12,5%) |
| Fixo-móvel | | 844 | 918 | (8,1%) |
| Internacional | | 411 | 372 | 10,6% |
| Outro | | 806 | 998 | (19,3%) |
| Wholesale | | 8.418 | 9.229 | (8,8%) |
| Internet | | 1.818 | 3.151 | (42,3%) |
| Tráfego originado na rede fixa | | 10.446 | 12.440 | (16,0%) |
| MOU do tráfego originado (minutos / mês) | | 224 | 260 | (13,7%) |
| MOU de retalho (minutos / mês) | | 163 | 175 | (6,7%) |
| MOU fixo-fixo nacional (minutos / mês) | | 93 | 104 | (9,9%) |

ARPU _ Em 2005, o ARPU total (voz e dados) diminuiu 2,9%, face a 2004, para 33,8 euros. O ARPU de assinatura e voz (PSTN/RDIS excluindo Internet dial-up) decresceu 6,3% para 29,3 euros, em resultado da redução das receitas de tráfego, e o ARPU de dados (incluindo ADSL e Internet dial-up) aumentou 26,8%, representando já 13,3% do ARPU total em 2005. O ARPU de ADSL situou-se em 26,7 euros em 2005, face a 32,4 euros em 2004. A diluição do ARPU de ADSL resultou do aumento da penetração do produto pré-pago.

Clientes empresariais _ A PT continua a ser o operador líder no mercado de dados e de soluções integradas em Portugal. Em 2005, a venda de capacidade de Internet a clientes empresariais aumentou 172,2%, face ao ano anterior, devido à expansão da oferta de ADSL. Em 2005, o número total de acessos de comunicação de dados aumentou 1,4% face a 2004. A capacidade dos circuitos alugados a clientes finais aumentou 1,9% em 2005 e a capacidade digital atingiu 96,3% do total da capacidade dos circuitos alugados.

Tráfego total _ Em 2005, o tráfego total diminuiu 10,1% face a 2004, em resultado dos decréscimos de 11,7% no tráfego de retalho e de 8,8% no tráfego de wholesale, determinado essencialmente pela queda de 42,3% no tráfego de Internet de banda estreita, devido à continuação da migração para banda larga. O tráfego fixo-fixo nacional decresceu 12,5% em 2005, face ao ano anterior. O MOU de retalho, excluindo as linhas de pré-selecção, decresceu 6,7% face a 2004, para 163 minutos em 2005. O tráfego internacional em 2005 aumentou 10,6%, face ao ano anterior, em resultado do forte crescimento no número de cartões pré-pagos de chamadas.

Móvel Portugal – TMN

Ao longo do ano de 2005, a TMN continuou a construir a sua posição de liderança no mercado móvel em Portugal. Na sequência do processo de expansão do serviço 3G em Portugal, no segundo trimestre de 2005, a TMN lançou uma marca independente de baixo custo, chamada UZO, com o objectivo de servir melhor tanto os actuais como novos segmentos de mercado.

Demonstração de resultados – móvel Portugal (1)

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Proveitos operacionais | 1.557,1 | 1.606,3 | (3,1%) |
| Prestação de serviços | 1.403,6 | 1.446,3 | (3,0%) |
| Billing | 1.116,3 | 1.087,3 | 2,7% |
| Interligação | 287,3 | 359,0 | (20,0%) |
| Vendas | 146,3 | 153,3 | (4,5%) |
| Outros proveitos operacionais | 7,1 | 6,7 | 5,4% |
| Custos operacionais, excluindo amortizações | 883,5 | 859,4 | 2,8% |
| Custos com pessoal | 54,2 | 54,1 | 0,0% |
| Custos directos dos serviços prestados | 309,4 | 320,0 | (3,3%) |
| Custos de telecomunicações | 281,4 | 296,6 | (5,1%) |
| Outros | 27,9 | 23,4 | 19,5% |
| Custo das mercadorias vendidas | 192,7 | 171,0 | 12,7% |
| Marketing e publicidade | 35,5 | 27,5 | 29,3% |
| Serviços de suporte | 32,4 | 36,1 | (10,2%) |
| Fornecimentos e serviços externos | 162,3 | 151,5 | 7,2% |
| Provisões | 26,8 | 31,7 | (15,4%) |
| Outros custos operacionais | 70,2 | 67,5 | 4,0% |
| EBITDA | 673,5 | 746,9 | (9,8%) |
| Amortizações | 204,9 | 193,5 | 5,9% |
| Resultado operacional | 468,7 | 553,4 | (15,3%) |
| Margem EBITDA | 43,3% | 46,5% | (3,2pp) |
| Capex | 170,2 | 154,9 | 9,8% |
| Capex em % dos proveitos operacionais | 10,9% | 9,6% | 1,3pp |
| EBITDA menos Capex | 503,3 | 592,0 | (15,0%) |

(1) Inclui transacções intragrupo.

Proveitos operacionais – Os proveitos operacionais da TMN em 2005 diminuíram 3,1%, face a 2004, totalizando 1.557 milhões de euros, em resultado essencialmente do impacto da redução das tarifas de interligação nas receitas de serviço. De facto, o aumento do billing de 2,7% em 2005, face ao período homólogo, resultante do crescimento do número de clientes pós-pagos e das receitas de dados, não foi suficiente para compensar a redução de 20,0% nas receitas de interligação. Como resultado, as receitas de serviços diminuíram 3,0% em 2005, para 1.404 milhões de euros. A forte descida das receitas de interligação ficou a dever-se essencialmente à redução das tarifas de interligação, tanto fixo-móvel como móvel-móvel, ao longo do ano, correspondente a uma descida média de 23,5% em 2005. Excluindo o impacto da descida das tarifas de interligação de 82 milhões de euros, os proveitos operacionais teriam aumentado 2,1% em 2005, face ao ano anterior.

EBITDA – Em 2005, o EBITDA atingiu 674 milhões de euros, uma redução de 9,8% face a 2004, em resultado principalmente: (1) da forte redução das tarifas de interligação, a qual teve um impacto no EBITDA de 48 milhões de euros; (2) do aumento dos custos de aquisição e retenção de clientes relacionados com a expansão do 3G, e (3) do acréscimo de outros custos relacionados com a expansão da rede 3G, nomeadamente o aumento dos custos de circuitos alugados. A margem EBITDA em 2005 diminuiu 3,2pp para 43,3%.

Capex – Em 2005, o capex totalizou 170 milhões de euros, equivalente a 10,9% dos proveitos operacionais. O capex foi essencialmente direcionado para a capacidade e cobertura de rede, incluindo a expansão dos serviços de 3G (54,3% do capex de rede), e para a melhoria da qualidade de serviço e apoio ao cliente. O EBITDA menos Capex diminuiu 15,0% para 503 milhões de euros, equivalente a 32,3% dos proveitos operacionais.

Dados operacionais _ móvel Portugal

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|-----------------------------|-------|-------|---------|
| Clientes ('000) | 5.312 | 5.053 | 5,1% |
| Adições líquidas ('000) | 259 | 167 | 55,2% |
| MOU (minutos) | 122 | 121 | 0,5% |
| ARPU (euros) | 22,8 | 24,5 | (6,8%) |
| Customer bill | 18,1 | 18,4 | (1,4%) |
| Interligação | 4,7 | 6,1 | (23,2%) |
| ARPM (cêntimos euro) | 18,8 | 20,2 | (7,3%) |
| Dados em % das receitas (%) | 11,8 | 10,0 | 1,9 pp |
| SARC (euros) | 59,2 | 44,7 | 32,3% |
| CCPU (1) (euros) | 11,6 | 11,4 | 1,4% |
| ARPU menos CCPU (euros) | 11,2 | 13,1 | (14,0%) |

(1) CCPU (cash cost per user) = custos operacionais menos provisões, amortizações e venda de terminais por utilizador.

Posição de liderança _ Ao longo do ano de 2005, a TMN continuou a construir a sua posição de liderança no mercado móvel em Portugal. Na sequência do processo de expansão do serviço 3G em Portugal, no segundo trimestre de 2005, a TMN lançou uma marca independente de baixo custo, chamada UZO, com o objectivo de servir melhor tanto os actuais como novos segmentos de mercado.

Adições líquidas _ As adições líquidas registadas em 2005 ascenderam a 259 mil, reflectindo a expansão de 3G e o sucesso inicial do UZO. Como resultado, o número total de clientes no final de 2005 aumentou 5,1%, face ao final de 2004, para 5.312 mil clientes, dos quais 176 mil eram clientes do UZO. Os clientes pós-pagos representaram aproximadamente 40,2% do total das adições líquidas em 2005, face a 37,8% em 2004. Os clientes pós-pagos registaram deste modo um crescimento de 12,4% em relação ao ano anterior, tendo o peso do segmento pré-pago decrescido para 82% da base total de clientes. A expansão de 3G teve uma evolução positiva no ano, com o número de clientes 3G a ascender a 385 mil no final de 2005.

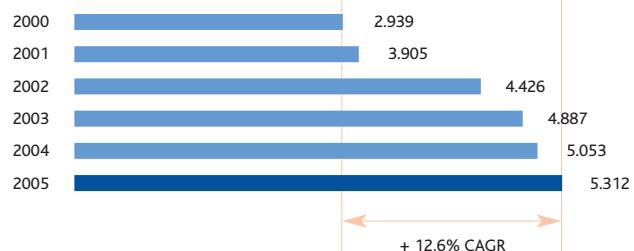
As adições líquidas registadas em 2005 ascenderam a 259 mil, reflectindo a expansão de 3G e o sucesso inicial do UZO. Como resultado, o número total de clientes no final de 2005 aumentou 5,1%, face ao final de 2004, para 5.312 mil clientes, dos quais 176 mil eram clientes do UZO. A expansão de 3G teve uma evolução positiva no ano, com o número de clientes 3G a ascender a 385 mil no final de 2005.

ARPU _ O ARPU em 2005 diminuiu 6,8%, face ao ano anterior, para 22,8 euros, em resultado da descida de 7,3% do ARPM no mesmo período, reflectindo a descida das tarifas de interligação. Excluindo o impacto da redução das tarifas de interligação, o ARPU teria decrescido 1,4% no ano de 2005, face ao ano anterior. A utilização média mensal (MOU) aumentou 0,5% em 2005, face ao ano anterior, para 122 minutos, em resultado de campanhas que tiveram como objectivo estimular a utilização.

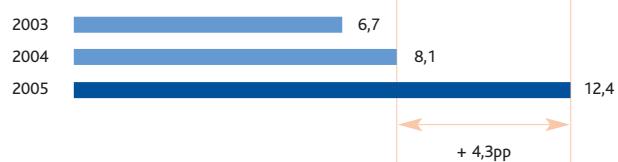
Receitas de serviços de dados _ As receitas de serviços de dados têm continuado a suportar a evolução do ARPU, representando já 11,8% das receitas de serviço em 2005, face a 10,0% em 2004. O aumento das receitas de serviços de dados está essencialmente relacionado com o forte crescimento de serviços de dados que não os SMS, que aumentaram 80,2% em 2005, face ao ano anterior, e representaram 20,6% do total das receitas de dados no período.

Os toques, screen savers, jogos e desporto (notícias e golos em vídeo) constituem os downloads mais utilizados diariamente. O número de mensagens (SMS) em 2005 totalizou 1.565 milhões, equivalente a cerca de 53 mensagens por mês por utilizador activo de SMS. O número total de clientes que utilizam o serviço SMS representava cerca de 54% da base total de clientes no final de 2005.

Clientes da TMN (milhares)



Evolução homóloga dos clientes pós-pagos (%)



Peso dos dados nas receitas (%)

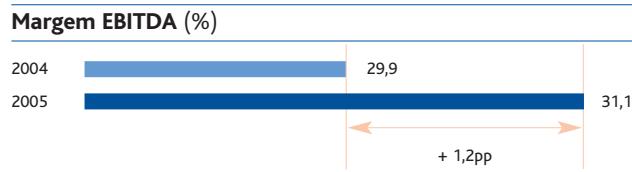


Estrutura das receitas de dados não SMS (%)



Multimédia – PT Multimédia

Em 2005, a PT Multimédia continuou o processo de digitalização dos serviços de TV por subscrição, tendo o número instalado de set top boxes digitais ascendido a 508 mil no final de 2005. O lançamento inicial da oferta de 65 canais de TV digital (Funtastic Life), em Maio de 2005, tem registado uma forte adesão, tendo atingindo 160 mil clientes no final de Dezembro de 2005.



Demonstração de resultados _ multimédia (1)

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|--|--------------|--------------|---------------|
| Proveitos operacionais | | | |
| TV por subscrição e Internet por cabo | 628,5 | 598,8 | 5,0% |
| Audiovisuais | 551,7 | 513,2 | 7,5% |
| Outros | 75,8 | 84,9 | (10,8%) |
| Custos operacionais, excluindo amortizações | 433,2 | 420,0 | 3,1% |
| Custos com pessoal | 43,9 | 43,7 | 0,4% |
| Custos directos dos serviços prestados | 201,3 | 185,0 | 8,9% |
| Custos de programação | 138,3 | 126,9 | 9,0% |
| Custos de telecomunicações | 30,5 | 26,8 | 13,9% |
| Outros | 32,5 | 31,3 | 3,9% |
| Custo das mercadorias vendidas | 13,2 | 18,3 | (27,7%) |
| Marketing e publicidade | 20,3 | 24,2 | (16,0%) |
| Serviços de suporte | 40,3 | 38,2 | 5,6% |
| Fornecimentos e serviços externos | 82,1 | 83,1 | (1,2%) |
| Provisões | 9,9 | 5,7 | 75,1% |
| Outros custos operacionais | 22,1 | 21,9 | 0,7% |
| EBITDA | 195,3 | 178,8 | 9,2% |
| Amortizações | 61,9 | 51,4 | 20,4% |
| Resultado operacional | 133,4 | 127,4 | 4,7% |
| Margem EBITDA | 31,1% | 29,9% | 1,2pp |
| Capex | 185,5 | 73,2 | 153,6% |
| Capex em % dos proveitos operacionais | 29,5% | 12,2% | 17,3pp |
| EBITDA menos Capex | 9,8 | 105,6 | (90,8%) |

(1) Inclui transacções intragrupo.

Proveitos operacionais _ Os proveitos operacionais da PT Multimédia aumentaram 5,0% em 2005, face ao ano anterior, para 628 milhões de euros, em resultado do acréscimo de 7,5% dos proveitos operacionais da TV por subscrição e Internet por cabo. Os proveitos operacionais dos audiovisuais diminuíram 10,8% em 2005, face ao ano anterior, em resultado da redução verificada nas audiências de exibição cinematográfica devido ao menor número de blockbusters.

EBITDA _ O EBITDA da PT Multimédia aumentou 9,2% em 2005, face a 2004, para 195 milhões de euros, com a margem EBITDA a subir 1,2pp para 31,1%. O crescimento do EBITDA e da respectiva margem reflecte essencialmente a racionalização dos custos. No entanto, a PT Multimédia continua a investir no desenvolvimento do seu negócio, na qualidade dos serviços e na introdução de novos produtos. Deste modo, o crescimento do EBITDA foi condicionado pelo investimento adicional em programação (11 milhões de euros)

resultante do reforço da oferta de televisão com o lançamento do novo serviço digital de televisão (Funtastic Life) e dos novos canais premium.

Capex _ O capex da PT Multimédia aumentou de 73 milhões de euros em 2004 para 186 milhões de euros em 2005. O capex em 2005 incluiu a capitalização de: (1) 33 milhões de euros, correspondente ao valor actual de contratos de transponders adicionais para os serviços de satélite e premium do negócios de TV por subscrição, e (2) 66 milhões de euros, correspondente a um contrato de médio prazo com o negócio de rede fixa para a aquisição dos direitos de utilização da capacidade de rede. Como este capex é relativo a um acordo entre a PT Multimédia e o negócio de rede fixa, não tem qualquer impacto no capex consolidado da PT. O capex da PT Multimédia em 2005 inclui ainda investimentos em sistemas de informação, em set top boxes e na capacidade de rede.

Dados operacionais _ TV por subscrição e Internet por cabo (1)

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|---|-------|-------|---------|
| Casas passadas ('000) | 2.666 | 2.551 | 4,5% |
| Com capacidades interactivas ('000) | 2.547 | 2.418 | 5,3% |
| Clientes TV por subscrição (2) (3) ('000) | 1.479 | 1.449 | 2,1% |
| Cabo | 1.090 | 1.066 | 2,2% |
| Satélite | 389 | 383 | 1,7% |
| Adições líquidas TV por subscrição ('000) | 30 | 54 | (43,8%) |
| Taxa penetração do cabo (%) | 40,9 | 41,8 | (0,9pp) |
| Subscrições premium (3) ('000) | 774 | 833 | (7,1%) |
| Pay to basic ratio (%) | 52,3 | 57,5 | (5,1pp) |
| Acessos banda larga via cabo ('000) | 348 | 305 | 14,1% |
| Adições líquidas banda larga cabo ('000) | 43 | 75 | (42,7%) |
| ARPU total (euros) | 27,6 | 25,4 | 8,5% |

(1) Em resultado da revisão e actualização da base de dados no segundo trimestre de 2005, na sequência da migração para os novos sistemas de CRM, aprovisionamento e facturação, o número de clientes de TV por subscrição no final de 2004 foi ajustado para 1.449 mil. O número ajustado de clientes de banda larga via cabo no final de 2004 foi de 305 mil. (2) Os números apresentados referem-se ao número total de clientes do serviço básico da TV por subscrição. A TV por subscrição oferece vários pacotes básicos, suportados em diversas tecnologias, direcionados para diferentes segmentos de mercado (doméstico, imobiliário e hotelaria), com distinto âmbito geográfico (Portugal continental, ilhas e internacional) e com um número variável de canais. (3) Os números apresentados incluem produtos em regime de promoção temporária (i.e., promoções do tipo "Experimente e Compre").

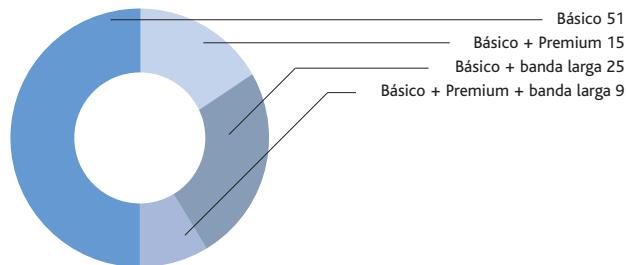
Número de casas passadas _ O número de casas passadas totalizou 2.666 mil no final de 2005, das quais 95,6% dispõem de capacidade para Internet de banda larga. A PT Multimédia iniciou no terceiro trimestre de 2005 um programa de expansão da sua rede de cabo para áreas de elevada densidade populacional contíguas às actualmente cabladas. Este programa irá continuar em 2006, prevendo-se que o número de casas passadas aumente em aproximadamente 300 mil até ao final de 2006.

ARPU (euros)

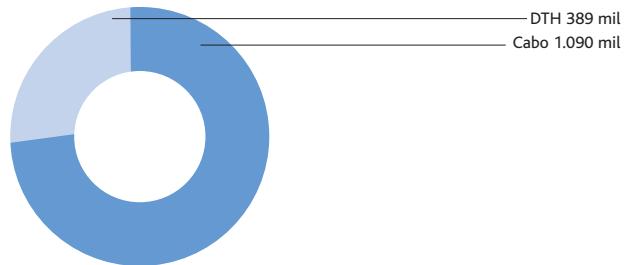
TV por subscrição _ O serviço de TV por subscrição atingiu 1.479 mil clientes no final de 2005 (1.090 mil clientes por cabo e 389 mil clientes por satélite), o que representa cerca de 42% dos lares com televisão em Portugal. O número de adições líquidas de clientes de TV por subscrição foi de 30 mil em 2005, o que representa uma diminuição de 43,8% face a 2004, em resultado do desligamento de clientes de cobrança duvidosa efectuado no final do ano, relacionado com a revisão e actualização da base de dados e com a migração para novos sistemas, após 10 anos de actividade. Adicionalmente, a base de clientes no quarto trimestre de 2005 reflecte o impacto inicial da alteração do sistema de encriptação no serviço de TV por satélite, bem como o desligamento, em quase todo o país, do sinal analógico nos canais premium no serviço por cabo.

O número de casas passadas totalizou 2.666 mil no final de 2005, das quais 95,6% dispõem de capacidade para Internet de banda larga. | O serviço de TV por subscrição atingiu 1.479 mil clientes no final de 2005 (1.090 mil clientes por cabo e 389 mil clientes por satélite), o que representa cerca de 42% dos lares com televisão em Portugal.

Base de clientes por produto (%)



Base de clientes por tecnologia



Banda larga _ Os clientes de banda larga aumentaram 14,1% em 2005, face ao ano anterior, totalizando 348 mil no final do período. As adições líquidas em 2005 totalizaram 43 mil clientes, com a taxa de penetração do serviço Internet entre os clientes por cabo a aumentar para 32,0% no final de 2005, face a 28,6% no final de 2004. Apesar do sucesso do produto pré-pago em 2005, o peso dos clientes de Internet de banda larga com velocidades de download de 2 Mbps ou superiores representam mais de 50% da base de clientes residenciais no final de Dezembro de 2005. Com o objectivo de aumentar a fidelidade dos clientes, a PT Multimédia aumentou recentemente as capacidades de tráfego de download na totalidade dos seus serviços (na Netcab 256, a capacidade para download internacional aumentou de 300 Mbps para 1 Gbps, e na Netcab 4 Mega e na Netcab 8 Mega aumentou para 30 Gbps), tornando a oferta da PT Multimédia uma das mais competitivas no mercado.

Processo de digitalização _ Em 2005, a PT Multimédia continuou o processo de digitalização dos serviços de TV por subscrição, tendo o número instalado de set top boxes digitais ascendido a 508 mil no final de 2005. Nas zonas onde o sinal analógico dos canais premium já foi desligado, a PT Multimédia verificou que as vendas de conteúdos premium aumentaram entre duas e seis vezes. O lançamento inicial da oferta de 65 canais de TV digital (Funtastic Life), em Maio de 2005, tem registado uma forte adesão, tendo atingido 160 mil clientes no final de Dezembro de 2005.

Subscrições _ O número de subscrições dos serviços premium diminuiu 7,1% no final de 2005, face ao final do ano anterior, para 774 mil, correspondendo a um pay to basic ratio de 52,3%, reflectindo essencialmente a situação macroeconómica mais desfavorável. O canal Sport TV continua a ser o conteúdo premium com mais sucesso, totalizando 417 mil clientes.

ARPU _ O ARPU total da TV por subscrição e Internet por cabo em 2005 aumentou 8,5%, face ao ano anterior, para 27,6 euros, reflectindo o aumento da penetração dos serviços de banda larga e o pacote digital.

Móvel Brasil – Vivo

O número total de clientes da Vivo aumentou 12,3%, face ao ano anterior, para 29.805 mil clientes no final de 2005, com os clientes pré-pagos a representar 80,7% da base total de clientes da Vivo. O número de adições líquidas totalizou 3.262 mil em 2005, com a quota de mercado da Vivo a situar-se em 44,4% nas regiões onde opera e 34,5% no mercado total brasileiro.

Demonstração de resultados – móvel Brasil (1)

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|---|-----------------|-----------------|----------------|
| Proveitos operacionais | 12.387,0 | 11.628,1 | 6,5% |
| Prestação de serviços | 10.567,8 | 10.364,2 | 2,0% |
| Vendas | 1.422,0 | 993,0 | 43,2% |
| Outros proveitos operacionais | 397,2 | 270,9 | 46,6% |
| Custos operacionais, excluindo amortizações | 9.301,3 | 7.999,7 | 16,3% |
| Custos com pessoal | 627,3 | 605,3 | 3,6% |
| Custos directos de serviços prestados (inclui custos de telecomunicações) | 1.310,0 | 1.067,6 | 22,7% |
| Custo das mercadorias vendidas | 2.557,1 | 2.751,3 | (7,1%) |
| Marketing e publicidade | 529,2 | 415,0 | 27,5% |
| Serviços de suporte | 836,1 | 681,4 | 22,7% |
| Fornecimentos e serviços externos | 1.647,8 | 1.378,9 | 19,5% |
| Provisões | 884,9 | 385,1 | 129,8% |
| Outros custos operacionais | 908,8 | 715,1 | 27,1% |
| EBITDA | 3.085,7 | 3.628,4 | (15,0%) |
| Amortizações | 2.390,6 | 2.100,9 | 13,8% |
| Resultado operacional | 695,1 | 1.527,5 | (54,5%) |
| Margem EBITDA | 24,9% | 31,2% | (6,3pp) |
| Capex | 2.195,1 | 1.920,5 | 14,3% |
| Capex em % dos proveitos operacionais | 17,7% | 16,5% | 1,2pp |
| EBITDA menos Capex | 890,6 | 1.707,9 | (47,9%) |

(1) Informação preparada de acordo com os IFRS.

Proveitos operacionais – Os proveitos operacionais da Vivo, em reais brasileiros e de acordo com os IFRS, aumentaram 6,5% em 2005, face ao ano anterior, para 12.387 milhões de reais, reflectindo essencialmente o aumento das receitas de serviços e das vendas de equipamentos. O forte crescimento registado nestas últimas deveu-se ao aumento do peso dos equipamentos topo de gama, bem como das barreiras à entrada para o segmento pré-pago.

EBITDA – O EBITDA diminuiu 15,0% em 2005, face ao ano anterior, para 3.086 milhões de reais. A margem EBITDA decresceu 6,3pp para 24,9% em 2005, reflectindo essencialmente o aumento das provisões, maioritariamente relacionado com tráfego não atribuível a clientes. A Vivo encontra-se no processo de implementação de sistemas que irão limitar este risco. Excluindo o impacto destas provisões, a margem EBITDA teria sido de aproximadamente 26% em 2005.

Capex – O capex aumentou 14,3% para 2.195 milhões de reais em 2005, equivalente a 17,7% dos proveitos operacionais. O capex foi essencialmente direcionado para o aumento da capacidade, expansão das tecnologias 1xRTT e EV-DO, bem como para a cobertura de CDMA nas regiões onde a CRT e a TCO operam e para a integração dos sistemas de facturação, CRM e ERP entre as subsidiárias da Vivo. Em 2005, o EBITDA menos Capex foi de 891 milhões de reais, um decréscimo de 47,9% face a 2004, em resultado do aumento do capex.

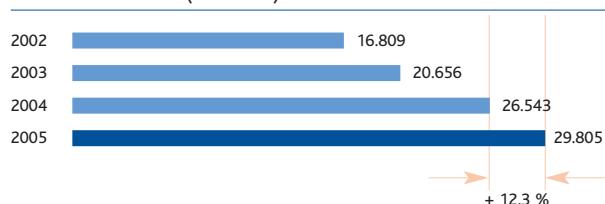
Dados operacionais _ móvel Brasil (1)

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|--|--------|--------|---------|
| Clientes ('000) | 29.805 | 26.543 | 12,3% |
| Quota de mercado nas áreas de operação (%) | 44,4 | 50,9 | (6,5pp) |
| Adições líquidas ('000) | 3.262 | 5.887 | (44,6%) |
| Churn total (%) | 21,8 | 22,4 | (0,6pp) |
| MOU (minutos) | 78 | 89 | (12,6%) |
| ARPU (reais) | 28,7 | 32,8 | (12,6%) |
| Dados em % das receitas (%) | 6,0 | 4,2 | 1,8pp |
| SARC (reais) | 166,6 | 152,8 | 9,0% |
| CCPU (2) (reais) | 17,3 | 18,5 | (6,2%) |
| ARPU menos CCPU (reais) | 11,3 | 14,3 | (20,8%) |

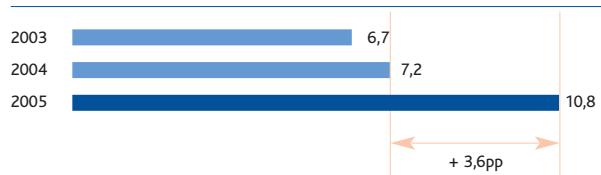
(1) Dados operacionais calculados de acordo com o GAAP brasileiro. (2) CCPU (cash cost per user) = custos operacionais menos provisões, amortizações e venda de terminais por utilizador.

Número de clientes _ O número total de clientes da Vivo aumentou 12,3%, face ao ano anterior, para 29.805 mil clientes no final de 2005, com os clientes pré-pagos a representar 80,7% da base total de clientes da Vivo. O número de adições líquidas totalizou 3.262 mil em 2005, com a quota de mercado da Vivo a situar-se em 44,4% nas regiões onde opera e 34,5% no mercado total brasileiro. A quota de mercado em regiões importantes como São Paulo, Centro-Oeste e Rio Grande do Sul, situou-se em aproximadamente 50%.

Clientes da Vivo (milhares)



Evolução homóloga dos clientes pós-pagos (%)



A Vivo continuou a liderar em termos de inovação, tendo lançado ofertas adicionais para o segmento empresarial, incluindo novos serviços de e-mail e de roaming. As receitas de dados representaram 6,0% das receitas de serviços em 2005, face a 4,2% em 2004. Aproximadamente 34% das receitas de dados foram provenientes de outros serviços de dados que não os SMS, como downloads, acesso à Internet e outros.

SARC _ No ano de 2005, o mercado continuou muito competitivo, apesar de se ter registado uma mudança no enfoque do segmento pré-pago para o segmento médio e alto. O SARC unitário aumentou 9,0% para 167 reais, em resultado de uma maior subsidiação, associada a uma forte actividade comercial, nomeadamente no Dia da Mãe, Dia dos Namorados, Dia do Pai e no Natal.

Receitas de dados _ Neste contexto, a Vivo lançou novas campanhas comerciais com o objectivo de promover o tráfego na própria rede e a utilização de dados. Adicionalmente, a Vivo continuou a liderar em termos de inovação, tendo lançado ofertas adicionais para o segmento empresarial, incluindo novos serviços de e-mail e de roaming. As receitas de dados representaram 6,0% das receitas de serviços em 2005, face a 4,2% em 2004. Aproximadamente 34% das receitas de dados foram provenientes de outros serviços de dados que não os SMS, como downloads, acesso à Internet e outros.

MOU _ Em 2005, o MOU total registou uma redução de 12,6% face ao ano anterior, situando-se em 78 minutos, devido essencialmente à evolução negativa do tráfego de entrada (com o respectivo MOU a decrescer aproximadamente 15,4%), em particular nos pré-pagos, onde houve um impacto do rebalanceamento das tarifas e do aumento dos preços de interligação fixo-móvel (V-UM). O MOU pós-pago aumentou 2,8% em 2005, face ao ano anterior, reflectindo o forte crescimento do MOU originado.

ARPU _ O ARPU total da Vivo em 2005 foi de 28,7 reais, uma redução de 12,6% face ao ano anterior, principalmente em resultado da descida do tráfego de entrada. Contudo, o ARPU do segmento pós-pago em 2005 manteve-se estável, face ao ano anterior.

Peso dos dados nas receitas (%)



Estrutura das receitas de dados não SMS (%)



Outros negócios internacionais

| Destaque financeiro dos principais activos em África e na Ásia em 2005 ⁽¹⁾⁽²⁾ | | | | | | | | milhões |
|--|---------|-----------------|---------|--------------|---------|--------|-----------------|--------------|
| | Posição | Proveitos local | Δ 05/04 | EBITDA local | Δ 05/04 | Margem | Proveitos euros | EBITDA euros |
| Médi Télécom | 32,18% | 4.315,8 | 20,2% | 1.735,9 | 2,1% | 40,2% | 392,0 | 157,7 |
| Unitel | 25,00% | 445,0 | 81,1% | 308,0 | 91,9% | 69,2% | 357,4 | 247,4 |
| CTM | 28,00% | 1.895,1 | 13,7% | 800,9 | 10,3% | 42,3% | 190,0 | 80,3 |
| CVT | 40,00% | 6.094,7 | 7,3% | 3.505,9 | 0,4% | 57,5% | 55,3 | 31,8 |
| Timor Telecom | 41,12% | 17,2 | 4,3% | 5,5 | (18,7%) | 32,0% | 13,9 | 4,4 |
| CST | 51,00% | 109.608,9 | 10,1% | 39.225,4 | 11,7% | 35,8% | 8,3 | 3,0 |

(1) Todas as informações calculadas em GAAP local. (2) Referente a 100% das empresas. A PT tem um contrato de gestão na Médi Télécom, CVT, Unitel e Timor Telecom.

Marrocos – Médi Télécom

Em 2005, os proveitos operacionais da Médi Télécom aumentaram 20,2% face ao ano anterior, para 4.316 milhões de dirham marroquinos, enquanto que o EBITDA subiu 2,1%, para 1.736 milhões de dirham. A base total de clientes aumentou 37,5% face a 2004, para 4.034 mil clientes, com as adições líquidas em 2005 a totalizarem 1.100 mil. O MOU decresceu 10,9% em 2005, face ao ano anterior, situando-se em 60 minutos. O ARPU foi de 102 dirham em 2005, um decréscimo de 20,9% face a 2004, em resultado do aumento da base de clientes.

Angola – Unitel

Os proveitos operacionais e o EBITDA da Unitel registaram um crescimento em 2005 de 81,1% e 91,9%, face ao ano anterior, respectivamente, devido ao forte crescimento da base de clientes. As adições líquidas totalizaram 657 mil em 2005, com a base total de clientes a atingir 1.198 mil no final de 2005, um acréscimo de 121,4% face ao ano anterior. Em 2005, o MOU decresceu 23,5% face a 2004, para 174 minutos, e o ARPU totalizou 45,6 dólares, um decréscimo de 26,8%, devido essencialmente ao forte crescimento da base de clientes.

Macau – CTM

Os proveitos operacionais da CTM aumentaram 13,7% em 2005, face ao ano anterior, para 1.895 milhões de patacas, em resultado do crescimento dos clientes móveis e de banda larga. O EBITDA registou um acréscimo de 10,3%, face ao ano anterior, reflectindo o crescimento dos proveitos. No segmento móvel, o ARPU da CTM foi de 220 patacas em 2005, representando uma diminuição de 7,2% face a 2004, essencialmente em resultado do aumento da concorrência e do crescimento do segmento pré-pago.

Cabo Verde – CVT

Em Cabo Verde, os proveitos operacionais e o EBITDA da CVT em 2005 aumentaram 7,3% e 0,4%, respectivamente, face ao ano anterior. No segmento de rede fixa, o número total de acessos decresceu 2,8% em 2005, face ao ano anterior, para 71 mil, enquanto que a base de clientes do segmento móvel registou um crescimento de 24,2% face a 2004, para 82 mil clientes. O MOU atingiu 81 minutos, um decréscimo de 1,4% em 2005 face ao ano anterior. O ARPU do segmento móvel foi de 2.443 escudos em 2005, uma diminuição de 9,4% face a 2004, em resultado do crescimento da base de clientes.

Timor-Leste – Timor Telecom

Em Timor Leste, os proveitos operacionais da Timor Telecom registaram em 2005 um acréscimo de 4,3%, face a 2004, para 17 milhões de dólares, essencialmente em resultado do aumento dos clientes móveis. O EBITDA diminuiu 18,7% em 2005, face ao ano anterior, devido ao aumento dos serviços de suporte e das provisões. No segmento móvel, a Timor Telecom adicionou 7.350 novos clientes em 2005, atingindo um total de 33.072 clientes. O MOU decresceu 14,5% em 2005, face ao ano anterior, atingindo 97 minutos, em resultado do aumento da base de clientes. O ARPU do segmento móvel foi de 35 dólares em 2005, representando um decréscimo de 16,5% face ao ano anterior.

São Tomé e Príncipe – CST

Em São Tomé e Príncipe, os proveitos operacionais da CST aumentaram 10,1%, face a 2004, para 109.609 milhões de dobras em 2005, e o EBITDA registou um acréscimo de 11,7%, para 39.225 milhões de dobras. No segmento móvel, a CST adicionou 4.208 novos clientes em 2005, atingindo um total de 11.953 clientes. O MOU decresceu 12,8% em 2005, face ao ano anterior, situando-se em 86 minutos, em resultado do aumento da base de clientes. O ARPU foi de 376 mil dobras em 2005, um decréscimo de 3,9% face ao ano anterior.



02 _ Análise dos resultados consolidados

36 Resultados consolidados

- 37 Proveitos operacionais consolidados
 - 38 Resultados operacionais antes de amortizações (EBITDA)
 - 39 Custos operacionais consolidados
 - 42 Resultado líquido
- 44 Capex**
- 46 Cash flow**
- 48 Balanço consolidado**
- 49 Dívida líquida consolidada
 - 52 Benefícios de reforma
 - 54 Capital próprio (excluindo interesses minoritários)

Resultados consolidados

| Demonstração de resultados consolidados (1) | | milhões de euros | | |
|---|--|------------------|----------------|----------------|
| | | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
| Proveitos operacionais | | 6.385,4 | 5.967,4 | 7,0% |
| Prestação de serviços | | 5.836,9 | 5.534,6 | 5,5% |
| Vendas | | 447,5 | 331,6 | 35,0% |
| Outras receitas operacionais | | 101,1 | 81,1 | 24,7% |
| Custos operacionais, excluindo amortizações | | 3.889,8 | 3.604,4 | 7,9% |
| Custos com pessoal | | 667,3 | 631,8 | 5,6% |
| Custos com benefícios de reforma (PRB) | | (21,6) | 58,8 | n.s. |
| Custos directos dos serviços prestados | | 881,2 | 852,0 | 3,4% |
| Custos de telecomunicações | | 561,6 | 553,3 | 1,5% |
| Custos de programação | | 139,6 | 126,9 | 10,0% |
| Listas telefónicas | | 81,7 | 86,9 | (6,0%) |
| Outros | | 98,3 | 85,0 | 15,7% |
| Custos das mercadorias vendidas | | 652,3 | 595,8 | 9,5% |
| Marketing e publicidade | | 184,4 | 159,8 | 15,4% |
| Serviços de suporte | | 230,2 | 203,8 | 12,9% |
| Manutenção e conservação | | 157,2 | 141,7 | 10,9% |
| Fornecimentos e serviços externos | | 760,4 | 643,5 | 18,2% |
| Provisões e ajustamentos | | 171,5 | 168,8 | 1,6% |
| Impostos, excluindo impostos sobre rendimento | | 166,0 | 123,2 | 34,7% |
| Outros custos operacionais | | 40,9 | 25,2 | 62,4% |
| Resultados operacionais antes de amortizações (EBITDA) | | 2.495,6 | 2.362,9 | 5,6% |
| Amortizações | | 1.059,6 | 934,9 | 13,3% |
| Resultado operacional | | 1.436,0 | 1.428,0 | 0,6% |
| Outros custos (proveitos) | | 333,1 | 286,4 | 16,3% |
| Imparidade do goodwill | | 0,0 | 28,0 | n.s. |
| Custos do programa de redução de efectivos | | 314,3 | 165,6 | 89,8% |
| Menos (mais) valias na alienação de imobilizado | | 1,2 | 9,2 | (87,2%) |
| Outros custos não recorrentes | | 17,7 | 83,6 | (78,9%) |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos | | 1.102,9 | 1.141,6 | (3,4%) |
| Custos (ganhos) financeiros | | 51,3 | 232,5 | (77,9%) |
| Juros suportados líquidos | | 257,6 | 204,9 | 25,7% |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis (favoráveis) líquidas | | (41,3) | 4,5 | n.s. |
| Perdas (ganhos) em activos financeiros líquidos | | 8,8 | (11,6) | n.s. |
| Ganhos em empresas associadas | | (238,2) | (20,9) | n.s. |
| Outros custos financeiros | | 64,5 | 55,6 | 15,9% |
| Resultado antes de impostos | | 1.051,6 | 909,1 | 15,7% |
| Imposto sobre o rendimento | | (384,3) | (210,0) | 83,0% |
| Resultado das operações continuadas | | 667,2 | 699,1 | (4,6%) |
| Resultado das operações descontinuadas | | 21,7 | 26,1 | (16,6%) |
| Interesses minoritários | | (35,0) | (102,0) | (65,7%) |
| Resultado consolidado líquido | | 654,0 | 623,2 | 4,9% |

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6359 em 2004 e de 3,0406 em 2005.

A análise efectuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as correspondentes Notas às demonstrações financeiras, as quais foram preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS), adoptados pelo Grupo Portugal Telecom desde 1 de Janeiro de 2005. A informação financeira de períodos anteriores foi reajustada de acordo com os IFRS de forma a permitir uma correcta comparação.

Proveitos operacionais consolidados

Os proveitos operacionais consolidados aumentaram 7,0% em 2005, face ao ano anterior, para 6.385 milhões de euros, refletindo uma maior contribuição da Vivo, principalmente devido à apreciação do real no período, da PT Multimédia e dos outros negócios. Considerando uma taxa de câmbio constante, os proveitos operacionais consolidados teriam aumentado 1,2% em 2005, face ao ano anterior.

Operações em Portugal _ Os proveitos operacionais das operações em Portugal registaram um decréscimo de 1,7% no exercício de 2005, face a igual período do ano anterior, com o aumento na PT Multimédia a compensar o decréscimo registado na rede fixa. Os proveitos no segmento de rede fixa decresceram 4,4%, face ao exercício de 2004, parcialmente em resultado do decréscimo das tarifas de interligação fixo-móvel, com um impacto de 23 milhões de euros nos proveitos operacionais.

Negócios móveis _ A contribuição dos negócios móveis para os proveitos operacionais consolidados aumentou 3,4pp para 54,7%, em 2005, apesar do impacto negativo do forte ajustamento das tarifas de interligação em Portugal. As tarifas de interligação fixo-móvel e móvel-móvel registaram uma redução média anual de 26% e 23%, respectivamente, fixando-se ambas

em 0,13 euros por minuto desde Outubro de 2005. As tarifas de interligação continuarão a cair 0,5 céntimos em cada trimestre, até atingir os 0,11 euros em Outubro de 2006. O impacto da descida das tarifas de interligação nas receitas da TMN, em 2005, foi de 82 milhões de euros. A Vivo representou 31,9% dos proveitos operacionais consolidados em 2005, um aumento de 5,1pp face ao ano anterior, em resultado essencialmente da apreciação do real face ao euro de 19,6% no período.

Outros negócios _ Em 2005, os proveitos operacionais dos outros negócios aumentaram 52 milhões de euros, para 215 milhões de euros, em resultado do incremento dos proveitos, para fora do grupo, da actividade da Mobitel (call centers no Brasil), da PT Inovação (consultoria em I&D) e da PT Contact (call centers em Portugal). A apreciação do real face ao euro durante 2005 teve igualmente um impacto positivo nos proveitos operacionais da Mobitel. Considerando uma taxa de câmbio constante, os proveitos operacionais dos outros negócios teriam aumentado 25,7% em 2005 para 204 milhões de euros.

TMN _ A diferença na taxa de crescimento dos proveitos operacionais do segmento de negócio TMN e a contribuição desse negócio para os proveitos operacionais consolidados está relacionada com a redução das tarifas de interligação fixo-móvel ocorrida durante o período em análise.

| Proveitos operacionais consolidados _ contribuição por segmento de negócio (1) | milhões de euros | | |
|--|------------------|----------------|-------------|
| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
| Rede fixa | 2.050,4 | 2.144,8 | (4,4%) |
| Móvel Portugal _ TMN | 1.455,4 | 1.462,4 | (0,5%) |
| Móvel Brasil _ Vivo (1) | 2.036,9 | 1.599,1 | 27,4% |
| Multimédia _ PT Multimédia | 627,4 | 597,9 | 4,9% |
| Outros | 215,2 | 163,2 | 31,9% |
| Proveitos operacionais consolidados | 6.385,4 | 5.967,4 | 7,0% |

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6359 em 2004 e de 3,0406 em 2005.

| Proveitos operacionais consolidados _ proveitos por segmento de negócio (1) | milhões de euros | | |
|---|------------------|----------------|-------------|
| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
| Rede fixa | 2.213,6 | 2.305,2 | (4,0%) |
| Móvel Portugal _ TMN | 1.557,1 | 1.606,3 | (3,1%) |
| Móvel Brasil _ Vivo (1) | 2.036,9 | 1.599,1 | 27,4% |
| Multimédia _ PT Multimédia | 628,5 | 598,8 | 5,0% |
| Outros e eliminações | (50,6) | (142,0) | (64,4%) |
| Proveitos operacionais consolidados | 6.385,4 | 5.967,4 | 7,0% |

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6359 em 2004 e de 3,0406 em 2005.

| EBITDA por segmento de negócio (1) | | milhões de euros | | |
|------------------------------------|--|------------------|----------------|-------------|
| | | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
| | | | | Margem |
| Rede fixa | | 1.129,3 | 969,0 | 16,5% |
| Móvel Portugal _ TMN | | 673,5 | 746,9 | (9,8%) |
| Móvel Brasil _ Vivo (1) | | 507,4 | 499,0 | 1,7% |
| Multimédia _ PT Multimédia | | 195,3 | 178,8 | 9,2% |
| Outros | | (9,9) | (30,8) | (67,8%) |
| EBITDA total | | 2.495,6 | 2.362,9 | 5,6% |
| Margem EBITDA (%) | | 39,1 | 39,6 | (0,5pp) |

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6359 em 2004 e de 3,0406 em 2005.

Resultados operacionais antes de amortizações (EBITDA)

EBITDA _ O EBITDA aumentou 5,6% em 2005, face ao ano anterior, para 2.496 milhões de euros, equivalente a uma margem EBITDA de 39,1%, em resultado essencialmente do acréscimo da contribuição da rede fixa e da PT Multimédia, que foi parcialmente compensado pela redução do EBITDA da TMN, em resultado da redução das tarifas de interligação e da expansão agressiva do 3G.

EBITDA dos negócios em Portugal _ O EBITDA dos negócios em Portugal aumentou 5,5% face ao exercício de 2004. O aumento do EBITDA da rede fixa resultou essencialmente do aumento dos ganhos com serviços passados relativos a custos com benefícios de reforma (137 milhões de euros em 2005, o que compara com 67 milhões de euros em 2004), e à reversão de uma provisão de 23 milhões de euros sobre uma conta a receber da Angola Telecom, que tinha sido totalmente provisão em anos anteriores.

Contribuição do negócio de rede fixa _ Em 2005, a contribuição do negócio de rede fixa para o EBITDA consolidado aumentou 4,2pp para 45,3%, tendo a contribuição da PT Multimédia aumentado 0,3pp para 7,8%, impulsionada pelo crescimento das receitas e pela melhoria da margem no período.

Contribuição dos negócios móveis _ A contribuição dos negócios móveis para o EBITDA consolidado decresceu 5,4pp, para 47,3% em 2005, em resultado essencialmente do decréscimo no EBITDA da TMN. O impacto da descida das tarifas de interligação no EBITDA da TMN foi de 48 milhões de euros em 2005. Excluindo o impacto negativo da descida das tarifas fixo-móvel, o EBITDA da TMN teria decrescido 3,4% em 2005, em resultado do investimento realizado na expansão agressiva do 3G. A redução do EBITDA da Vivo em 2005, considerando uma taxa de câmbio constante, foi impulsionada maioritariamente pelo aumento da pressão competitiva e pelo acréscimo das provisões relativas a tráfego não atribuível a clientes.

Custos operacionais consolidados

Os custos operacionais consolidados totalizaram 4.949 milhões de euros em 2005, um aumento de 9,0% face ao ano anterior, em resultado parcialmente da apreciação do real face ao euro e do aumento da actividade comercial em todos os negócios. Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos operacionais consolidados teriam registado um aumento de 1,8% no período.

Custos com pessoal _ Os custos com pessoal aumentaram 5,6% em 2005 para 667 milhões de euros, equivalentes a 10,5% dos proveitos operacionais consolidados. Considerando uma taxa de câmbio constante, os custos com o pessoal teriam registado um aumento de 1,1% no período, com o decréscimo de 3,3% registado no negócio da rede fixa a ser compensado pelo crescimento na Mobitel. Nesta operação de call centers no Brasil, os custos com pessoal em reais aumentaram 72,9% em 2005, face ao ano anterior, devido sobretudo à incorporação adicional de 5.460 trabalhadores.

Custos com benefícios de reforma _ Os custos com benefícios de reforma foram em 2005 negativos em 22 milhões de euros, decorrente do registo de ganhos com serviços passados do pessoal afecto à Caixa Geral de Aposentações, no montante de 137 milhões de euros, em resultado: (1) da alteração da idade de reforma em Portugal (110 milhões de euros), e (2) de alterações adicionais do método de cálculo das pensões, as quais são agora baseadas na média dos últimos três anos de salários, em vez do último salário (27 milhões de euros). Em 2004, registou-se igualmente um ganho com serviços passados (67 milhões de euros) relacionado com a alteração do método de cálculo das pensões, de 100% para 90% do último salário antes da reforma. Excluindo estes efeitos, os custos com benefícios de reforma teriam totalizado 115 milhões de euros em 2005, face a 126 milhões de euros em 2004, em resultado de uma diminuição de 12 milhões de euros no custo financeiro das responsabilidades não financiadas, decorrente do efeito combinado das contribuições efectuadas para os fundos e do aumento das responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO), resultante das reduções adicionais de efectivos.

| Custos operacionais consolidados (1) | 2005 | 2004 | Δ 05/04 | Proveitos (%) |
|--|----------------|----------------|-------------|---------------|
| Custos com pessoal | 667,3 | 631,8 | 5,6% | 10,5 |
| Custos com benefícios de reforma | (21,6) | 58,8 | n.s. | n.s. |
| Custos directos dos serviços prestados | 881,2 | 852,0 | 3,4% | 13,8 |
| Custos de telecomunicações | 561,6 | 553,3 | 1,5% | 8,8 |
| Custos de programação | 139,6 | 126,9 | 10,0% | 2,2 |
| Listas telefónicas | 81,7 | 86,9 | (6,0%) | 1,3 |
| Outros | 98,3 | 85,0 | 15,7% | 1,5 |
| Custo das mercadorias vendidas | 652,3 | 595,8 | 9,5% | 10,2 |
| Marketing e publicidade | 184,4 | 159,8 | 15,4% | 2,9 |
| Serviços de suporte | 230,2 | 203,8 | 12,9% | 3,6 |
| Fornecimentos e serviços externos | 760,4 | 643,5 | 18,2% | 11,9 |
| Provisões | 171,5 | 168,8 | 1,6% | 2,7 |
| Impostos, excluindo impostos sobre rendimento | 166,0 | 123,2 | 34,7% | 2,6 |
| Outros custos operacionais diversos | 198,1 | 166,9 | 18,7% | 3,1 |
| Custos operacionais, excluindo amortizações | 3.889,8 | 3.604,4 | 7,9% | 60,9 |
| Amortizações | 1.059,6 | 934,9 | 13,3% | 16,6 |
| Custos operacionais | 4.949,4 | 4.539,4 | 9,0% | 77,5 |

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6359 em 2004 e de 3,0406 em 2005.

Custos directos dos serviços prestados _ Os custos directos dos serviços prestados aumentaram 3,4% em 2005, face ao ano anterior, para 881 milhões de euros. Esta rubrica representou 13,8% dos proveitos operacionais consolidados. Em 2005, os custos de telecomunicações, a principal componente dos custos directos dos serviços prestados, aumentaram 1,5% face a 2004, para 562 milhões de euros, com o decréscimo dos volumes de tráfego na rede fixa e a redução das tarifas de interligação móvel-móvel em Portugal a serem compensados pelo acréscimo nos custos de telecomunicações da Vivo, em parte como resultado da apreciação do real face ao euro (37 milhões de euros). Em moeda local, os custos de telecomunicações da Vivo aumentaram 26,5% em resultado do aumento do volume de tráfego, principalmente relacionado com o roaming doméstico. Os custos de telecomunicações representaram 8,8% dos proveitos operacionais consolidados em 2005. Os custos de programação aumentaram 10,0% em 2005, face ao ano anterior, para 140 milhões de euros, principalmente em resultado do lançamento da oferta digital no negócio de TV por subscrição com o objectivo de aumentar o ARPU através da promoção da migração do sistema analógico para digital.

Custos das mercadorias vendidas _ Os custos das mercadorias vendidas registaram um crescimento de 9,5% em 2005, face ao ano anterior, para 652 milhões de euros, em resultado do impacto da apreciação do real face ao euro (70 milhões de euros) e do aumento da actividade comercial na TMN. Considerando uma taxa de câmbio do real constante, os custos das mercadorias vendidas teriam diminuído 2,2% no período.

Custos de marketing e publicidade _ Os custos de marketing e publicidade aumentaram 15,4% em 2005, para 184 milhões de euros, reflectindo o aumento dos custos com publicidade e com campanhas promocionais na TMN e na Vivo. Considerando uma taxa de câmbio do real constante, os custos de marketing e publicidade teriam aumentado 6,3% no período.

Custos com serviços de suporte _ Os custos com serviços de suporte cresceram 12,9% em 2005, para 230 milhões de euros, devido essencialmente ao aumento destes custos na rede fixa e na Vivo, em resultado do outsourcing de determinadas funções adicionais e do aumento de custos de call centers, relacionados com o aumento da actividade comercial. Considerando uma taxa de câmbio do real constante, os custos com serviços de suporte teriam registado um aumento de 5,1% no período. Esta rubrica de custos representou 3,6% dos proveitos operacionais consolidados.

Custos de fornecimentos e serviços externos _ Os custos de fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 18,2% em 2005, para 760 milhões de euros, principalmente em resultado do acréscimo das comissões na TMN e na Vivo, decorrente do aumento da actividade comercial. Considerando uma taxa de câmbio do real constante, os custos de fornecimentos e serviços externos teriam aumentado 10,8% no período. Esta rubrica representou 11,9% dos proveitos operacionais consolidados.

Provisões e ajustamentos _ As provisões e ajustamentos aumentaram 1,6% em 2005, face ao ano anterior, para 171 milhões de euros. Este acréscimo resultou principalmente do aumento de 93 milhões de euros da contribuição da Vivo para esta rubrica consolidada de custos, decorrente do impacto da apreciação do real face ao euro (24 milhões de euros) e do acréscimo das provisões para dívidas de cobrança duvidosa. Este aumento das provisões da Vivo foi parcialmente compensado por uma redução nas provisões da rede fixa, incluindo o recebimento de uma dívida da Angola Telecom que havia sido totalmente provisionada em anos anteriores (23 milhões de euros) e a redução de uma provisão registada em 2004 para cobrir riscos associados a processos arbitrais em curso (30 milhões de euros), resultante dos desenvolvimentos positivos nas negociações para resolução destes litígios. Em 2005, esta rubrica de custos representou 2,7% dos proveitos operacionais consolidados.

Impostos _ Os impostos, excluindo impostos sobre o rendimento, que respeitam essencialmente a impostos indirectos e custos de espectro (TMN e Vivo), aumentaram de 123 milhões de euros em 2004 para 166 milhões de euros em 2005. O acréscimo nesta rubrica resultou principalmente do aumento dos custos de espectro na Vivo, no montante de 35 milhões de euros (18 milhões de euros referentes à apreciação do real face ao euro), decorrente do aumento de clientes e de proveitos no período.

Amortizações de imobilizado _ As amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo aumentaram 13,3% em 2005, para 1.060 milhões de euros, devido ao crescimento de 104 milhões de euros na contribuição da Vivo para as amortizações consolidadas. O aumento nas amortizações da Vivo resultou essencialmente do impacto da apreciação do real face ao euro (64 milhões de euros), bem como da alocação a imobilizado incorpóreo (relativo a licenças de telecomunicações pertencentes a estas empresas) de goodwill gerado nas ofertas públicas de aquisição das subsidiárias da Vivo realizadas no final de 2004, o qual está a ser amortizado pelo período remanescente destas licenças. Esta rubrica de custos representou 16,6% dos proveitos operacionais consolidados.

Resultado líquido

Resultado líquido _ O resultado líquido situou-se em 654 milhões de euros em 2005, um acréscimo de 4,9% face a 2004, impulsionado pelo impacto positivo da mais-valia de 174 milhões de euros relativa à venda de uma participação na UOL, compensado parcialmente pelo aumento dos custos com o programa de redução de efectivos.

Custos com o programa de redução de efectivos _ Os custos com o programa de redução de efectivos situaram-se em 314 milhões de euros em 2005, em resultado da redução de 1.272 trabalhadores no negócio de rede fixa. Esta rubrica inclui o valor actual dos salários a serem pagos aos empregados em situação de pré-reforma e suspensão de contrato até à idade da reforma e o reconhecimento dos respectivos encargos futuros com pensões e cuidados de saúde.

Custos não recorrentes _ Os custos não recorrentes situaram-se em 18 milhões de euros em 2005, face a 84 milhões de euros em 2004. Este decréscimo resultou essencialmente dos seguintes custos não recorrentes registados em 2004: (1) uma provisão de 26 milhões de euros no negócio da TV por subscrição relativa ao desmantelamento da oferta analógica dos canais premium; (2) uma provisão de 12 milhões de euros para determinadas contingências na PT Multimédia, e (3) um custo de 10 milhões de euros incorrido no negócio da rede fixa relativamente a um litígio com a Deco.

Encargos financeiros líquidos _ Os encargos financeiros líquidos situaram-se em 258 milhões de euros em 2005, face a 205 milhões de euros em 2004. Em 2005, os encargos financeiros líquidos relativos à dívida da PT, excluindo o Brasil, aumentaram 30,0%, para 156 milhões de euros, em resultado: (1) do aumento da dívida líquida média no período, e (2) do acréscimo das disponibilidades, na sequência do refinanciamento em 2005, parcialmente para pagar o Eurobond de Fevereiro de 2006 (cupão anual de 5,75%). Em 2005, a contribuição da Vivo para os encargos financeiros líquidos da PT aumentou 19,8%, para 102 milhões de euros, face ao ano anterior, em resultado da apreciação do real face ao euro no período e do aumento da taxa CDI.

Encargos financeiros da Vivo _ Em moeda local, os encargos financeiros da Vivo aumentaram 0,2% no período. Os encargos financeiros líquidos corresponderam a um custo médio da dívida, incluindo o Brasil, de aproximadamente 6,6% em 2005. Excluindo o Brasil, o custo médio da dívida foi de 4,7% em 2005.

Ganhos cambiais líquidos _ Os ganhos cambiais líquidos aumentaram para 41 milhões de euros em 2005, face a perdas de 4 milhões de euros em 2004, em resultado essencialmente da evolução das taxas de câmbio real/dólar e euro/dólar ao longo do período. Os ganhos registados em 2005 resultaram essencialmente: (1) da depreciação da taxa de câmbio do dólar face ao real, o que permitiu que a Vivo registasse ganhos relativos à sua dívida denominada em dólares e sem cobertura cambial, e (2) da depreciação da taxa de câmbio do euro face ao dólar, o que gerou ganhos relativos a empréstimos intra-empresas de anos anteriores à Vivo (denominados em dólares), que foram totalmente pagos até final de 2005.

Perdas líquidas _ As perdas líquidas em activos financeiros totalizaram 9 milhões de euros em 2005, face a ganhos líquidos de 12 milhões de euros em 2004. Esta rubrica inclui ganhos e perdas de determinados contratos derivados, nomeadamente: (1) contratos de equity swap sobre acções da PT Multimédia (ganhos líquidos de 26 milhões de euros em 2005, face a 54 milhões de euros em 2004); (2) derivados cambiais da Vivo, que não cobrem nenhum risco específico (perdas líquidas de 50 milhões de euros em 2005, face a perdas líquidas de 34 milhões de euros em 2004), e (3) derivados cambiais da PT, que não cobrem nenhum risco específico (ganhos líquidos de 14 milhões de euros em 2005, face a perdas líquidas de 12 milhões de euros em 2004).

O resultado líquido situou-se em 654 milhões de euros em 2005, um acréscimo de 4,9% face a 2004, impulsionado pelo impacto positivo da mais-valia de 174 milhões de euros relativa à venda de uma participação na UOL, compensado parcialmente pelo aumento dos custos com o programa de redução de efectivos.

Ganhos relativos a empresas associadas _ Os ganhos relativos a empresas associadas totalizaram 238 milhões de euros em 2005, face a 21 milhões de euros em 2004. A melhoria nesta rubrica em 217 milhões de euros é explicada essencialmente: (1) pela mais-valia de 174 milhões de euros relativa à reestruturação do investimento da PT na UOL e à subsequente venda de 16% da UOL, na sequência da OPV desta empresa associada da PT realizada em Dezembro de 2005 no Brasil, e (2) pelos aumentos nos resultados líquidos da Unitel (de 17 milhões de euros para 51 milhões de euros), da CTM (de 11 milhões de euros para 16 milhões de euros), e da Médi Télecom (de uma perda de 6 milhões de euros para um lucro de 3 milhões de euros).

Outros custos financeiros _ Os outros custos financeiros totalizaram 64 milhões de euros em 2005, face a 56 milhões de euros em 2004, e incluem os serviços bancários, comissões, descontos financeiros e outro custo de financiamento. O aumento registado nesta rubrica está essencialmente relacionado com as operações no Brasil (3 milhões de euros devido à apreciação do real face ao euro), nomeadamente com a venda de uma participação na UOL e a reestruturação da Vivo.

Custo relativo ao imposto sobre o rendimento _ O custo relativo ao imposto sobre o rendimento aumentou em 2005 para 384 milhões de euros, face a 210 milhões de euros em 2004, principalmente em resultado do reconhecimento, no exercício de 2004, de impostos diferidos activos no montante de 104 milhões de euros, relativos a prejuízos fiscais reportáveis da PT Multimédia. Ajustado este efeito extraordinário em 2004, a taxa efectiva de imposto teria aumentado de 34,6% para 36,5%, principalmente em resultado do aumento dos prejuízos de determinadas subsidiárias da Vivo no período, que não originaram o reconhecimento do correspondente imposto diferido activo. Em 2005, esta rubrica incluiu um montante de 262 milhões de euros (237 milhões de euros em 2004), que correspondeu a uma redução dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais registados em anos anteriores, não representando por esse motivo uma saída de fluxos monetários.

Operações descontinuadas _ A rubrica de operações descontinuadas inclui o resultado das empresas que foram vendidas nos períodos reportados e as mais-valias líquidas obtidas com a venda desses investimentos. Na sequência do anúncio da venda da Lusomundo Serviços (negócio média da PT Multimédia) e da PrimeSys, estes negócios foram apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas de 2004 e de 2005, como operações descontinuadas, de acordo com as normas dos IFRS. Como consequência, os resultados destas empresas foram incluídos nesta rubrica até à data efectiva de venda, que no caso da Lusomundo Serviços ocorreu em 25 de Agosto de 2005 e da PrimeSys em 25 de Novembro de 2005. Em 2005, a rubrica de operações descontinuadas incluiu ainda uma mais-valia de 16 milhões de euros proveniente da venda da Lusomundo Serviços e de 4 milhões de euros da venda da PrimeSys. Em 2004, a rubrica de operações descontinuadas incluiu os resultados do exercício de 2004 da Lusomundo Serviços e da PrimeSys, bem como os lucros da Mascom até 7 de Setembro (data efectiva de venda) e a correspondente mais-valia de 23 milhões de euros.

Interesses minoritários _ Os interesses minoritários diminuíram para 35 milhões de euros em 2005, de 102 milhões de euros em 2004, principalmente em resultado do decréscimo dos resultados atribuíveis a interesses minoritários: (1) das subsidiárias da Vivo, de lucros de 38 milhões de euros em 2004 para perdas de 11 milhões de euros em 2005, e (2) da PT Multimédia, de 52 milhões de euros em 2004 para 34 milhões de euros em 2005.

Capex

| Capex por segmento de negócio (1) | | milhões de euros | | |
|--|--|------------------|--------------|--------------|
| | | 2005 | 2004 | % Proveitos |
| Rede fixa | | 233,1 | 206,8 | 12,7% |
| Móvel Portugal _ TMN | | 170,2 | 154,9 | 9,8% |
| Móvel Brasil _ Vivo (1) | | 361,0 | 264,1 | 36,7% |
| Multimédia _ PT Multimédia | | 119,9 | 73,2 | 63,8% |
| Outros | | 59,0 | 62,2 | (5,1%) |
| Capex total | | 943,1 | 761,2 | 23,9% |
| (1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6359 em 2004 e de 3,0406 em 2005. | | | | |

Total do capex _ Em 2005, o total do capex aumentou 23,9%, face a 2004, para 943 milhões de euros, devido ao aumento do capex em todos os negócios, bem como à apreciação do real face ao euro no período (60 milhões de euros). Considerando uma taxa de câmbio constante, o capex teria aumentado 16,0% no período. Em 2005, o total do capex foi equivalente a 14,8% dos proveitos operacionais.

Rede fixa _ Em 2005, o capex do negócio de rede fixa ascendeu a 233 milhões de euros, um aumento de 12,7%, face a 2004, e equivalente a um rácio de capex sobre os proveitos operacionais de 10,5%. Este aumento deveu-se essencialmente ao forte investimento na expansão da banda larga, em termos de cobertura e de largura de banda, bem como a contratos de outsourcing no segmento empresarial.

TMN _ O capex da TMN aumentou 9,8% em 2005 para 170 milhões de euros, equivalente a 10,9% dos proveitos operacionais, principalmente em resultado da aceleração do investimento em 3G. O capex relacionado com o investimento em 3G representou 54,3% do capex de rede da TMN.

Vivo _ A proporção da PT no capex da Vivo aumentou 36,7% para 361 milhões de euros em 2005, equivalente a 17,7% dos proveitos operacionais, principalmente em resultado da apreciação do real face ao euro no período (59 milhões de euros). O capex da Vivo em reais aumentou 14,3% face a igual período do ano anterior, como resultado do investimento: (1) no aumento da capacidade; (2) na expansão do 1xRTT e EV-DO, (3) na cobertura de CDMA nas regiões onde a CRT e a TCO operam, e (4) nos sistemas de informação, essencialmente relacionados com a facturação, apoio ao cliente e plataformas e sistemas de gestão.

PT Multimédia _ A proporção da PT no capex da PT Multimédia aumentou 63,8% em 2005, face ao ano anterior, para 120 milhões de euros, equivalente a 19,1% dos proveitos operacionais. Este aumento é maioritariamente explicado: (1) pela capitalização de 33 milhões de euros, correspondente ao valor actual de contratos de transponders adicionais, utilizados nos negócios de TV por subscrição para os seus serviços de satélite e premium, e (2) pelos investimentos realizados nos novos sistemas de informação, nomeadamente ao nível da facturação e apoio ao cliente. Em 2004, a PT Multimédia procedeu à capitalização de 19 milhões de euros relativa a transponders.

Outros negócios _ Em 2005, o capex dos outros negócios diminuiu 5,1% para 59 milhões de euros. Esta rubrica incluiu maioritariamente o capex relacionado com o investimento em tecnologias de informação e a expansão do SAP corporativo transversal a todos os negócios da PT, tendo em vista o aumento de eficiência dos processos de back-office. Esta rubrica inclui também o capex relativo a outras operações do grupo que são consolidadas integralmente, mas que não fazem parte dos segmentos principais de negócio.

Cash flow

| EBITDA menos Capex por segmento de negócio (1) | | milhões de euros | | |
|--|--|------------------|----------------|---------------|
| | | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
| | | | | Proveitos (%) |
| Rede fixa | | 896,1 | 762,3 | 17,6% |
| Móvel Portugal _ TMN | | 503,3 | 592,0 | (15,0%) |
| Móvel Brasil _ Vivo (1) | | 146,5 | 234,9 | (37,6%) |
| Multimédia _ PT Multimédia | | 75,4 | 105,6 | (28,6%) |
| Outros | | (68,9) | (92,9) | (25,9%) |
| EBITDA menos Capex total | | 1.552,5 | 1.601,8 | (3,1%) |
| | | | | 24,3 |

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6359 em 2004 e de 3,0406 em 2005.

EBITDA menos Capex _ O EBITDA menos Capex totalizou 1.552 milhões de euros em 2005, uma diminuição de 3,1% em relação ao ano anterior, em resultado do aumento do capex em todos os negócios, que compensou o acréscimo de 5,6% do EBITDA consolidado em 2005. O EBITDA menos Capex dos segmentos de negócio em Portugal (rede fixa, TMN e PT Multimédia) representou aproximadamente 95% do total do EBITDA menos Capex em 2005.

Free cash flow operacional _ Em 2005, o free cash flow operacional decresceu 25,5% face ao ano anterior, para 1.306 milhões de euros, em resultado da redução do EBITDA menos Capex e do aumento do investimento em fundo de maneio, que totalizou 234 milhões de euros em 2005, incluindo 20 milhões de euros relativos à apreciação do real face ao euro ao longo do ano. Considerando uma taxa de câmbio constante, o investimento em fundo de maneio em 2005 ascendeu a 214 milhões de euros em 2005, tendo incluído: (1) o decréscimo das contas a pagar a fornecedores nos negócios em Portugal (116 milhões de euros); (2) o aumento das contas a receber e das existências na TMN (16 milhões de euros), e (3) o aumento das contas a receber na Vivo (73 milhões de euros).

Free cash flow _ O free cash flow aumentou de 862 milhões de euros em 2004 para 1.024 milhões de euros em 2005, principalmente em resultado do aumento dos fundos provenientes da alienação de empresas (392 milhões de euros em 2005, face a 21 milhões de euros em 2004), do decréscimo da saída de fluxos relativos à aquisição de investimentos financeiros (27 milhões de euros em 2005, face a 333 milhões de euros em 2004) e da redução dos juros pagos. Estes movimentos positivos no free cash flow em 2005 foram compensados pela redução do free cash flow operacional descrita anteriormente e pelo aumento dos pagamentos relativos a benefícios de reforma, em resultado do aumento dos custos com o programa de redução de efectivos em 2005.

| Free cash flow | milhões de euros | | |
|--|------------------|----------------|----------------|
| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
| EBITDA menos Capex | 1.552,5 | 1.601,8 | (3,1%) |
| Itens não monetários incluídos no EBITDA | | | |
| Custos com benefícios de reforma | (21,6) | 58,8 | n.s. |
| Provisões não correntes | 8,3 | 37,9 | (78,0%) |
| Variação do fundo de manequio | (233,5) | 53,7 | n.s. |
| Free cash flow operacional | 1.305,7 | 1.752,2 | (25,5%) |
| Aquisição de investimentos financeiros (1) | (27,2) | (292,7) | (90,7%) |
| Alienação de empresas (2) | 391,8 | 20,8 | n.s. |
| Juros pagos | (201,6) | (252,6) | (20,2%) |
| Pagamentos relativos a benefícios de reforma (3) | (399,8) | (298,6) | 33,9% |
| Impostos sobre o rendimento pagos por subsidiárias | (71,6) | (66,0) | 8,5% |
| Outros movimentos | 26,4 | (1,1) | n.s. |
| Free cash flow | 1.023,7 | 862,0 | 18,8% |

(1) Em 2005, esta rubrica incluiu essencialmente 9 milhões de euros relativos à proporção da PT na liquidação do remanescente montante em dívida referente à aquisição de uma posição de controlo na TCO em 2003. Em 2004, esta rubrica incluiu: (i) 16 milhões de euros relativos à aquisição de mais 17% do capital da Sport TV; (ii) 20 milhões de euros relativos a prestações acessórias concedidas à Sport TV para a aquisição dos direitos de transmissão televisiva da Liga Portuguesa de Futebol; (iii) 7 milhões de euros para a aquisição de 1,93% do capital da Media Capital; (iv) 10 milhões de euros relativos à proporção da PT na aquisição pela Vivo de mais 10,5% do capital da Sudeste Cel (uma holding intermédia que detém uma posição de controlo na Tele Sudeste Celular Participações); (v) 13 milhões de euros relativos à proporção da PT no pagamento pela TCP de uma prestação adicional referente à aquisição de uma posição de controlo na TCO em 2003; (vi) 86 milhões de euros relativos à proporção da PT na aquisição pela Brasilcel de mais 4,2% da Tele Sudeste Celular Participações, 22,7% da Tele Leste Celular Participações e 15,5% da Celular CRT Participações, e (vii) 127 milhões de euros relativos à proporção da PT na aquisição pela TCP de mais 21,7% da TCO. (2) Em 2005, esta rubrica incluiu os encaixes provenientes da venda da Lusomundo Serviços (174 milhões de euros) e da PrimeSys (102 milhões de euros), bem como 85 milhões de euros relativos à venda de uma parte de 16% da participação na UOL na OPV desta empresa associada. (3) Em 2005, esta rubrica incluiu: (i) 198 milhões de euros referentes a contribuições para o fundo de pensões; (ii) 168 milhões de euros referentes a pagamentos de salários a trabalhadores pré-reformados e empregados suspensos até à idade da reforma, e (iii) 34 milhões de euros referentes a pagamentos à PT-ACS relativos a custos com cuidados de saúde prestados a trabalhadores reformados, pré-reformados e empregados suspensos até à idade da reforma.

Balanço consolidado

| Balanço consolidado (1) | | milhões de euros | |
|---|--|------------------|------------------|
| | | 31 Dezembro 2005 | 31 Dezembro 2004 |
| Activo corrente | | 6.168,0 | 3.972,9 |
| Caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo | | 3.911,8 | 1.948,5 |
| Contas a receber | | 1.647,7 | 1.422,9 |
| Existências | | 170,3 | 193,3 |
| Impostos a recuperar | | 203,8 | 179,4 |
| Custos diferidos e outros activos correntes | | 234,3 | 228,6 |
| Activo não corrente | | 10.475,1 | 9.955,8 |
| Contas a receber | | 20,5 | 45,7 |
| Custos diferidos | | 3,4 | 6,2 |
| Impostos a recuperar | | 117,2 | 62,6 |
| Investimentos financeiros | | 521,7 | 433,0 |
| Activos intangíveis | | 3.601,6 | 3.244,9 |
| Activos tangíveis | | 4.062,0 | 3.936,3 |
| Activos por impostos diferidos | | 1.387,8 | 1.423,0 |
| Outros activos não correntes | | 760,8 | 804,1 |
| Total do activo | | 16.643,1 | 13.928,7 |
| Passivo corrente | | 4.947,5 | 4.077,2 |
| Dívida de curto prazo | | 2.415,6 | 1.622,4 |
| Contas a pagar | | 1.129,9 | 1.276,1 |
| Acréscimos de custos | | 707,9 | 600,9 |
| Proveitos diferidos | | 208,2 | 225,8 |
| Impostos a pagar | | 237,2 | 168,3 |
| Provisões e outros passivos correntes | | 248,7 | 183,6 |
| Passivo não corrente | | 9.113,5 | 7.597,4 |
| Dívida de médio e longo prazo | | 5.168,6 | 3.899,3 |
| Contas a pagar | | 6,1 | 17,7 |
| Impostos a pagar | | 30,9 | 25,6 |
| Proveitos diferidos | | 0,4 | 15,6 |
| Benefícios de reforma | | 2.635,9 | 2.321,6 |
| Passivos por impostos diferidos | | 334,9 | 327,9 |
| Provisões e outros passivos não correntes | | 936,6 | 989,8 |
| Total do passivo | | 14.061,0 | 11.674,5 |
| Capital, excluindo interesses minoritários | | 1.828,4 | 1.686,5 |
| Interesses minoritários | | 753,7 | 567,6 |
| Total do capital próprio | | 2.582,1 | 2.254,2 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 16.643,1 | 13.928,7 |

(1) Considerando uma taxa de câmbio média euro/real de 3,6147 no final de 2004 e de 2,7440 no final de 2005.

Activos e passivos _ Ao longo de 2005 registou-se um aumento dos activos e passivos que resultou essencialmente da apreciação do real face ao euro durante o ano (1.307 milhões de euros e 485 milhões de euros, respectivamente), bem como do aumento das disponibilidades na sequência do refinanciamento antecipado deste ano, que foi parcialmente utilizado para o pagamento, em 2006, do Eurobond com maturidade em Fevereiro de 2006. Este refinanciamento levou a um aumento das disponibilidades e da dívida de médio e longo prazo em 2005 de 2 mil milhões de euros.

Exposição líquida ao Brasil _ A exposição líquida (activo menos passivo) da PT ao Brasil totalizou 7.678 milhões de reais a 31 de Dezembro de 2005 (2.798 milhões de euros ao câmbio euro/real em 31 de Dezembro de 2005). Os activos denominados em reais no balanço a 31 de Dezembro de 2005 totalizaram 5.402 milhões de euros, equivalentes a aproximadamente 32% do total do activo. Aproximadamente 95% da exposição líquida da PT ao Brasil corresponde ao investimento de 50% na Vivo.

Gearing _ O gearing [dívida líquida / (dívida líquida + capital próprio)] diminuiu para 54,2% no final de 2005, de 61,3% no final de 2004, enquanto que o indicador (capital próprio + dívida de longo prazo)/total do activo aumentou para 46,6% no final de 2005 de 44,2% no final de 2004. O indicador dívida líquida/EBITDA no final de 2005 era de 1,5 vezes e o rácio de cobertura dos encargos financeiros líquidos pelo EBITDA era de 9,7 vezes.

Dívida líquida consolidada

Dívida líquida _ A dívida líquida consolidada da PT em 31 de Dezembro de 2005 situou-se em 3.673 milhões de euros, um aumento de 99 milhões de euros em relação ao final do ano de 2004, essencialmente em resultado: (1) da contribuição extraordinária de 300 milhões de euros para financiar responsabilidades com cuidados de saúde após a idade de reforma; (2) dos fluxos relacionados com a remuneração accionista, incluindo dividendos e share buybacks, no montante de 395 milhões de euros e 253 milhões de euros, respectivamente; (3) do fluxo de pagamentos de dividendos efectuado pela PT Multimédia a accionistas minoritários (24 milhões de euros) e de share buybacks relativos ao exercício de warrants (59 milhões de euros), e (4) dos efeitos de conversão cambial da dívida denominada em moeda estrangeira que totalizaram 126 milhões de euros, essencialmente relativos à dívida denominada em reais. Estes movimentos mais do que compensaram o cash flow gerado no período de 1.024 milhões de euros. Excluindo a contribuição extraordinária para financiar obrigações com cuidados de saúde após a idade da reforma, a dívida líquida teria diminuído em 201 milhões de euros no período.

Dívida total _ Em 31 de Dezembro de 2005, 68,1% da dívida total era de médio e longo prazo, sendo 66,6% da dívida total a taxas fixas. Nessa data, 85,9% da dívida total estava denominada em euros, 1,8% em dólares e 12,2% em reais. Adicionalmente, a PT tem contratadas e disponíveis linhas de papel comercial tomadas firme, no montante global de 875 milhões de euros, dos quais 575 milhões de euros estavam utilizadas em 31 de Dezembro de 2005. A PT detém ainda linhas de crédito disponíveis no montante de 900 milhões de euros, das quais estava utilizado em 31 de Dezembro de 2005 um montante total de 575 milhões de euros. A proporção de 50% da PT na dívida líquida da Vivo ascendeu a 609 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005. Aproximadamente 90% da dívida líquida da Vivo está actualmente denominada em reais ou convertida para reais através de contratos derivativos.

| Variação da dívida líquida | | milhões de euros |
|---|--|------------------|
| | | 2005 |
| Dívida líquida (valor inicial) | | 3.573,2 |
| Free cash flow | | 1.023,7 |
| Operações descontinuadas (segmento media e PrimeSys) | | 39,3 |
| Variações no fair value de instrumentos derivados para cobertura de risco cambial | | 21,1 |
| Efeitos de conversão cambial da dívida | | 126,4 |
| Remuneração acionista | | |
| Dividendos pagos pela PT | | 395,1 |
| Aquisição de acções próprias / equity swaps (1) | | 252,7 |
| Dividendos pagos pela PT Multimédia | | 24,5 |
| Warrants emitidos pela PT Multimédia | | 59,0 |
| Contribuição extraordinária para benefícios após reforma | | 300,0 |
| Agrupamento de capital das empresas da Vivo (2) | | (16,5) |
| Dívida líquida (valor final) | | 3.672,5 |
| Aumento da dívida líquida | | 99,3 |
| Aumento da dívida líquida (%) | | 2,8% |

(1) Inclui 151 milhões de euros relativos à aquisição de 16,1 milhões de acções da PT no âmbito do programa de share buyback de 10% (parte dos 37,6 milhões de acções canceladas no final de 2005) e 102 milhões de euros relativos ao valor nocial de contratos de equity swap sobre 13,2 milhões de acções da PT no âmbito do programa de share buyback, aprovado na Assembleia Geral de Acionistas em Abril de 2005 (76 milhões de euros no quarto trimestre de 2005 relativos a contratos de equity swap sobre 9,7 milhões de acções da PT). (2) Esta rubrica está essencialmente relacionada com o agrupamento de capital realizado por algumas subsidiárias da Brasilcel, no âmbito do qual as acções antigas foram agrupadas e trocadas por acções novas com um valor nominal mais elevado. Nesta operação financeira, determinados acionistas não exerceram o seu direito de trocar as acções antigas por acções novas e, como tal, estas acções novas foram subscritas por outros acionistas com o respectivo encaixe a ser recebido pelas subsidiárias da Brasilcel. Este valor pode ser exigido pelos acionistas detentores das acções antigas e, consequentemente, foi registado um passivo no mesmo montante pelas subsidiárias da Brasilcel e incluído no balanço da PT (17 milhões de euros).

| Dívida líquida consolidada | | milhões de euros | |
|---|--|--------------------|---------------------|
| | | 31 Dez 2005 | 31 Dez 2004 |
| | | Variação | Variação (%) |
| Dívida de curto prazo | | 2.415,6 | 1.622,4 |
| Empréstimos bancários | | 407,8 | 480,5 |
| Empréstimos obrigacionistas | | 899,5 | 585,0 |
| Obrigações convertíveis | | 390,3 | 0,0 |
| Outros empréstimos | | 589,7 | 338,0 |
| Responsabilidades de equity swaps em acções próprias | | 102,0 | 189,8 |
| Locações financeiras | | 26,2 | 29,2 |
| Dívida de médio e longo prazo | | 5.168,6 | 3.899,3 |
| Empréstimos bancários | | 1.956,1 | 1.373,4 |
| Obrigações convertíveis | | 0,0 | 386,9 |
| Empréstimos obrigacionistas | | 2.955,8 | 1.848,2 |
| Outros empréstimos | | 31,2 | 90,7 |
| Locações financeiras | | 225,5 | 200,2 |
| Dívida total | | 7.584,2 | 5.521,7 |
| Caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo | | 3.911,8 | 1.948,5 |
| Dívida líquida consolidada | | 3.672,5 | 3.573,2 |
| | | 99,3 | 2,8% |

A PT emitiu 1,5 mil milhões de euros de Eurobonds com maturidades de 7 anos (mil milhões de euros) e 12 anos (500 milhões de euros) e em 16 de Junho de 2005 emitiu mais 500 milhões de euros de Eurobonds com maturidade de 20 anos, como parte do refinanciamento do seu balanço.

| Perfil da maturidade da dívida líquida | | | milhões de euros |
|--|----------------|---|------------------|
| Maturidade | Dívida líquida | Notas | |
| 2006 | (1.498,4) | Posição líquida de cash, incluindo 900 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Fevereiro de 2001 e 390 milhões de euros de obrigações convertíveis emitidas em Dezembro de 2001 | |
| 2007 | 537,2 | | |
| 2008 | 296,2 | | |
| 2009 | 1.280,0 | Inclui 880 milhões de euros de Eurobonds emitidas em Abril de 1999 | |
| 2010 | 463,9 | | |
| 2011 | 121,2 | | |
| 2012 | 1.196,0 | Inclui 1.000 milhões de euros em Eurobonds emitidas em Março de 2005 | |
| 2013 | 61,2 | | |
| 2014 | 35,3 | | |
| 2015 e seguintes | 1.179,8 | Inclui 500 milhões de euros em Eurobonds emitidas em Março de 2005 (matura em 2017) e 500 milhões de euros em Eurobonds emitidas em Junho de 2005 (matura em 2025) | |
| Total | 3.672,5 | | |

| Ratings de dívida | | | |
|-------------------|--------|-----------------------|--------------------|
| | Actual | Outlook | Última alteração |
| Standard & Poor's | BBB+ | Credit watch negativo | 8 de Março de 2006 |
| Moody's | Baa1 | Credit watch negativo | 8 de Março de 2006 |

Em 2005, o custo médio da dívida da PT, incluindo os empréstimos obtidos no Brasil denominados em reais, foi de 6,6%. Excluindo a dívida brasileira, o custo médio da dívida foi de 4,7% em 2005.

Em 24 de Março de 2005, a PT emitiu 1,5 mil milhões de euros de Eurobonds com maturidades de 7 anos (mil milhões de euros) e 12 anos (500 milhões de euros) e em 16 de Junho de 2005 emitiu mais 500 milhões de euros de Eurobonds com maturidade de 20 anos, como parte do refinanciamento do seu balanço. Em Fevereiro de 2005, a PT também utilizou 250 milhões de euros de dois empréstimos de 10 anos, contratados com o BEI em Dezembro de 2004 e Janeiro de 2005.

Adicionalmente, a maturidade de determinadas linhas de créditos disponíveis da PT, no montante de 750 milhões de euros, foi prolongada por mais dois anos. Como consequência destas operações, a maturidade da dívida da PT aumentou para 9,2 anos. Excluindo a dívida brasileira, a maturidade da dívida da PT foi prolongada para 10,2 anos.

Benefícios de reforma

PBO _ Em 31 de Dezembro de 2005, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO), incluindo pensões, cuidados de saúde e salários de pré-reformados e empregados suspensos, ascendiam a 5.152 milhões de euros (3.274 milhões de euros para pensões, 913 milhões de euros para cuidados de saúde e 965 milhões de euros para salários de trabalhadores pré-reformados e suspensos). O PBO foi actualizado com base numa taxa de desconto de 4,5% para as responsabilidades com pensões e cuidados de saúde e de 3,5% para as responsabilidades com salários de pré-reformados e empregados suspensos. Os planos de benefícios de reforma encontram-se fechados à entrada de novos beneficiários, abrangendo aproximadamente 33.200 trabalhadores (27% dos quais são trabalhadores ainda ao serviço) no caso de pensões e aproximadamente 28.700 trabalhadores (30% dos quais são trabalhadores ainda ao serviço) no caso de responsabilidades com cuidados de saúde.

Responsabilidades com pensões de reforma _ De acordo com as regras do Instituto de Seguros de Portugal, as responsabilidades com pensões de reforma relativas a reformados encontram-se integralmente financiadas, podendo as responsabilidades com pensões de pré-reformados, suspensos e trabalhadores ainda ao serviço, ser financiadas até à idade das respectivas reformas. O período médio estimado que decorre até à reforma dos trabalhadores actualmente ao serviço é de 15 anos.

Cuidados de saúde _ Em Portugal, não existe legislação referente à constituição de fundos relativos a responsabilidades com cuidados de saúde (913 milhões de euros) e salários de pré-reformados e empregados suspensos (965 milhões de euros). A PT só tem que financiar esses benefícios quando, respectivamente, os cuidados de saúde são realmente prestados aos trabalhadores e a correspondente despesa é cobrada à PT e quando a PT paga os salários aos pré-reformados e empregados suspensos. Assim, não existe a necessidade de neste momento efectuar o financiamento desses benefícios. Contudo, em Março de 2005, a PT criou um fundo espelho (PT Prestações) para financiar as responsabilidades com cuidados de saúde, tendo efectuado uma contribuição extraordinária inicial de 300 milhões de euros.

Activos dos fundos _ Em 31 de Dezembro de 2005, a distribuição de activos dos fundos, incluindo os activos da PT Prestações, era de 36% em acções, 35% em obrigações, 13% em imobiliário e 16% em disponibilidades e outros. A valorização efectiva dos fundos em 2005 foi de 8,4%. No final de 2005, o valor de mercado dos fundos de pensões e dos activos da PT Prestações ascendia a 2.516 milhões de euros, ascendendo as responsabilidades não financiadas da PT relativas a benefícios de reforma a 2.636 milhões de euros. Em 2005, as responsabilidades não financiadas aumentaram 314 milhões de euros.

Os planos de benefícios de reforma encontram-se fechados à entrada de novos beneficiários, abrangendo aproximadamente 33.200 trabalhadores no caso de pensões e aproximadamente 28.700 trabalhadores no caso de responsabilidades com cuidados de saúde.

| Variação das responsabilidades não financiadas | | milhões de euros |
|---|--|------------------|
| | | 2005 |
| Responsabilidades não financiadas (saldo inicial) | | 2.321,6 |
| Custos com benefícios de reforma | | (21,6) |
| Custos com o programa de redução de efectivos | | 314,3 |
| Contribuições e pagamentos | | (699,8) |
| Perdas actuariais líquidas (1) | | 730,3 |
| Alienação da Lusomundo Media | | (8,8) |
| Responsabilidades não financiadas (saldo final) | | 2.635,9 |
| Variação das responsabilidades não financiadas | | 314,3 |
| Variação das responsabilidades não financiadas (%) | | 13,5% |

(1) Esta rubrica inclui principalmente 693 milhões de euros relativos a alterações dos pressupostos actuariais da taxa de actualização: (i) pensões e cuidados de saúde, de 5,75% para 4,5%, e (ii) salários para trabalhadores pré-reformados e suspensos de 4,0% para 3,5%.

| Custos com benefícios de reforma | | milhões de euros | |
|---|--|------------------|-------------|
| | | 2005 | 2004 |
| Serviço do ano | | 24,8 | 23,5 |
| Custo financeiro | | 229,1 | 212,9 |
| Rentabilidade esperada dos fundos | | (139,0) | (111,1) |
| Ganhos com responsabilidades de serviços passados (1) | | (136,6) | (66,5) |
| Custos com benefícios de reforma | | (21,6) | 58,8 |

(1) Em 2005, este montante inclui: (i) 110 milhões de euros relativos à alteração da idade de reforma, e (ii) 27 milhões de euros resultante da alteração do método de cálculo dos benefícios de reforma, passando de 90% do último salário, para 90% da média dos últimos três anos de salários. Em 2004, registou-se igualmente um ganho com serviços passados relacionado com a alteração do método de cálculo dos benefícios de reforma, de 100% para 90% do último salário.

| Pagamentos e contribuições | | milhões de euros | |
|--|--|------------------|--------------|
| | | 2005 | 2004 |
| Contribuições regulares | | 54,3 | 68,1 |
| Contribuições referentes ao programa de redução de efectivos | | 143,5 | 57,6 |
| Pagamento de salários a pré-reformados e empregados suspensos | | 167,7 | 143,1 |
| Pagamento de despesas com saúde | | 34,3 | 29,8 |
| Contribuição extraordinária para responsabilidades com cuidados de saúde | | 300,0 | – |
| Pagamentos referentes a custos com benefícios de reforma | | 699,8 | 298,6 |

Ganhos e perdas actuariais _ No âmbito da adopção dos IFRS e conforme estabelecido na adenda ao IAS 19, efectivo em Novembro de 2005, a PT alterou a política de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, que são agora reconhecidos directamente no capital próprio. Anteriormente, os ganhos e perdas actuariais eram diferidos e imputados aos resultados de cada exercício (utilizando a alternativa do corredor de 10%), na rubrica de custos com benefícios de reforma, durante o período médio de vida laboral dos trabalhadores activos. A nova política adoptada pela PT está em linha com a recente revisão do normativo dos benefícios de reforma, o qual é considerado como a melhor prática para o tratamento contabilístico desta matéria, contribuindo assim para um aumento da transparência do balanço no que diz respeito às responsabilidades não financeiras com benefícios de reforma. Após a adopção desta alteração ao IAS 19, o balanço da PT apresenta actualmente responsabilidades com benefícios de reforma de 2,6 mil milhões de euros, equivalente às responsabilidades não financeiras indicadas anteriormente.

Redução de efectivos _ Os custos com o programa de redução de efectivos resultou da redução de 1.272 trabalhadores durante o ano de 2005, e incluem o valor actual dos salários a serem pagos aos empregados em situação de pré-reforma e suspensos até à idade da reforma, bem como o reconhecimento dos respectivos encargos com pensões e cuidados de saúde.

Capital próprio (excluindo interesses minoritários)

Capital próprio _ Em 31 de Dezembro de 2005, o capital próprio, excluindo interesses minoritários, ascendeu a 1.828 milhões de euros, um aumento de 142 milhões de euros em 2005.

Capital social _ Em 21 de Dezembro de 2005, a PT reduziu o seu capital social de 1.166.485.050 para 1.128.856.500 euros, através do cancelamento de 37.628.550 acções próprias, as quais foram adquiridas em 2005. O número de acções canceladas correspondeu a 3,0% do capital social anterior ao cancelamento de 7,0% em Dezembro de 2004, completando assim o programa de share buyback de 10% anunciado em Setembro de 2003. A PT tem estado a executar o share buyback aprovado na Assembleia Geral de Accionistas de Abril de 2005, tendo em Dezembro de 2005 já contratado equity swaps sobre 13,2 milhões de acções próprias, com um valor nocional de 102 milhões de euros e equivalentes a 1,17% do seu capital social.

Reservas distribuíveis _ Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC). As reservas distribuíveis diminuíram de 851 milhões de euros no final de 2004 para 720 milhões de euros no final de Dezembro de 2005, essencialmente em resultado do cancelamento das acções próprias.

Variação no capital próprio (excluindo interesses minoritários)

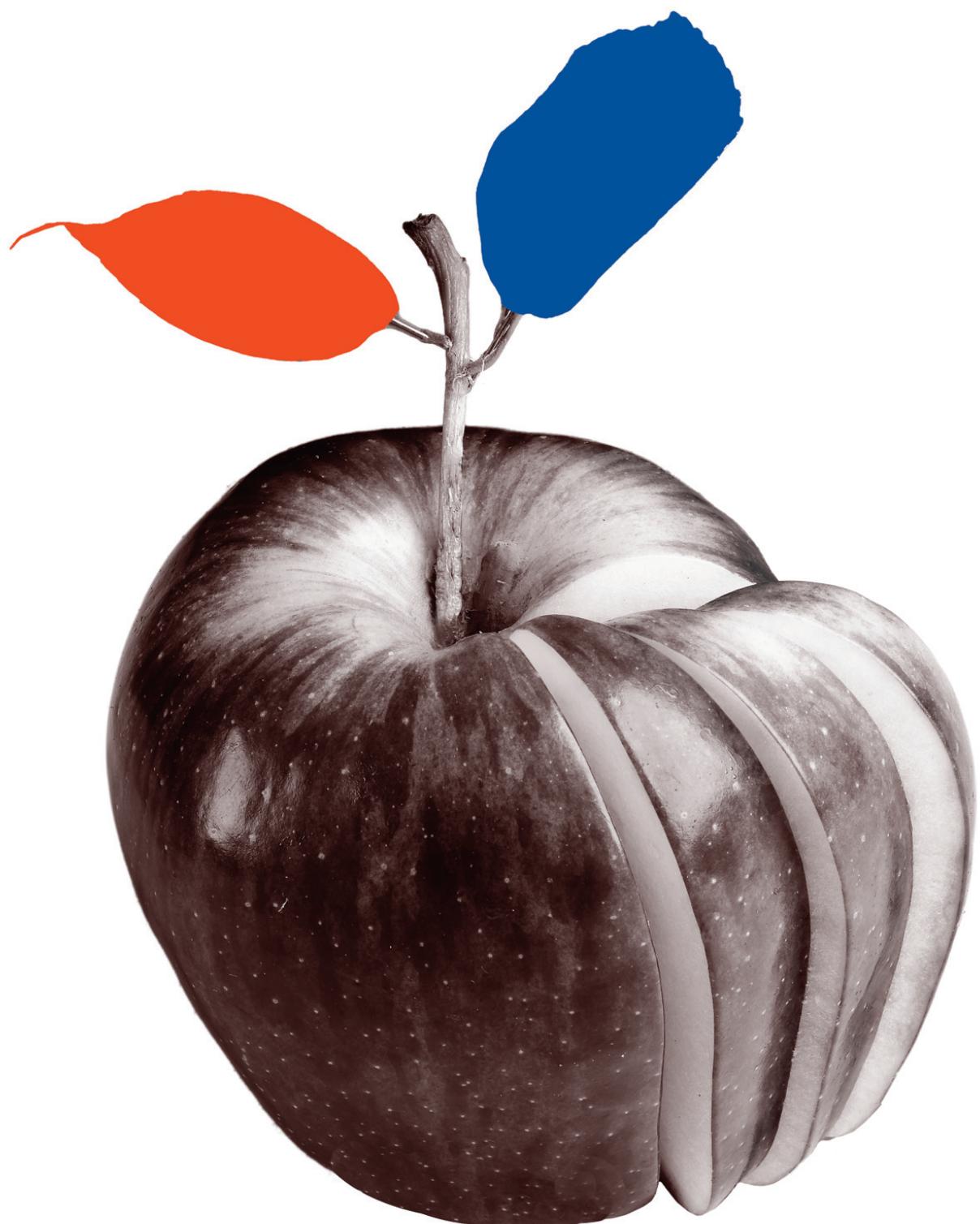
| | milhões de euros |
|--|------------------|
| | 2005 |
| Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo inicial) | 1.686,5 |
| Resultado líquido | 654,0 |
| Ajustamentos de conversão cambial (1) | 700,9 |
| Perdas actuariais diferidas, líquido do impacto fiscal | (530,7) |
| Dividendos pagos | (395,1) |
| Compra de acções próprias (2) | (252,7) |
| Acções próprias adquiridas pela PT Multimédia a accionistas minoritários (3) | (34,0) |
| Outros | (0,6) |
| Capital próprio antes de interesses minoritários (saldo final) | 1.828,4 |
| Variação no capital próprio antes de interesses minoritários | 141,8 |
| Variação no capital próprio antes de interesses minoritários (%) | 8,4% |

(1) Esta rubrica está essencialmente relacionada com as alterações da taxa de câmbio do real face ao euro. (2) Esta rubrica inclui 151 milhões de euros relativos à aquisição de 16,1 milhões de acções da PT no âmbito do programa de share buyback de 10% (parte das 37,6 milhões de acções canceladas no final de 2005) e 102 milhões de euros relativos aos contratos de equity swap sobre 13,2 milhões de acções da PT no âmbito do share buyback, aprovado na Assembleia Geral de Accionistas em Abril de 2005 (76 milhões de euros no quarto trimestre de 2005 relativos aos contratos de equity swap sobre 9,7 milhões de acções da PT). (3) Esta rubrica inclui o impacto para a PT das acções próprias adquiridas pela PT Multimédia aos accionistas minoritários que optaram pelo exercício físico dos warrants emitidos pela PT Multimédia em Maio de 2005.

Variação nas reservas distribuíveis

| | milhões de euros |
|---|------------------|
| | 2005 |
| Reservas distribuíveis (saldo inicial) | 851,4 |
| 95% do resultado líquido do exercício determinado de acordo com o POC | 475,0 |
| Dividendos pagos | (395,1) |
| Compra de acções próprias (1) | (340,5) |
| Dividendos recebidos de empresas subsidiárias (2) | 75,5 |
| Outros | 53,5 |
| Reservas distribuíveis (saldo final) | 719,8 |
| Variação nas reservas distribuíveis | (131,5) |
| Variação nas reservas distribuíveis (%) | (15,5%) |

(1) Esta rubrica corresponde à aquisição 37,6 milhões de acções próprias da PT através do exercício de contratos de equity swaps com um valor nocional de 340 milhões de euros (inclui 189 milhões de contratos de equity swaps contratados em 2004 e 151 milhões de contratos de equity swaps contratados em 2005). (2) Esta rubrica inclui o dividendo recebido pela PT da subsidiária PT Finance (43 milhões de euros), e o valor recebido pela PT da PT Multimédia, relativo ao exercício financeiro dos warrants emitidos pela PT Multimédia em Maio de 2005, os quais correspondem à distribuição efectiva de reservas.



03 _ PT na bolsa

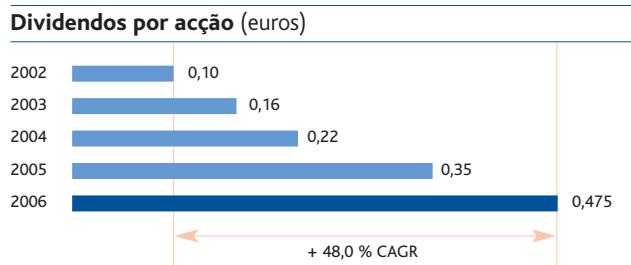
mercado de capitais

- 58 Remuneração aos accionistas
- 60 Estrutura accionista
- 61 Performance bolsista
- 62 Desempenho obrigacionista
- 63 Actividades de relação com investidores
- 64 Eventos subsequentes

Remuneração aos accionistas

A remuneração aos accionistas, privilegiando um incremento progressivo dos dividendos, continua a ser uma prioridade para a PT. O sólido desempenho operacional e financeiro da empresa permitiu remunerar os accionistas em aproximadamente 648 milhões de euros, através do programa de share buyback e do aumento dos dividendos.

648 milhões de euros de remuneração aos accionistas em 2005



Aumento significativo dos dividendos

A PT distribuiu um dividendo de 0,10 euros por acção em 2002, que passou para 0,16 euros em 2003 e 0,22 euros em 2004, seguido de um aumento de quase 60% em 2005, para 0,35 euros por acção. Reforçando o seu compromisso de continuar uma política de dividendos progressiva, o Conselho de Administração irá propor na Assembleia Geral de 2005, agendada para o próximo dia 21 de Abril, a distribuição de um dividendo de 0,475 euros por acção, relativo ao exercício de 2005, representando um crescimento de 36% face ao ano anterior.

Os programas de share buyback, anunciados em Setembro de 2003 e 2004, envolvendo a aquisição de ações próprias de até 10% e 3% do capital, respectivamente, posicionaram a PT como um dos operadores europeus mais atractivos em termos de remuneração aos accionistas. Em 2005, a PT remunerou os seus accionistas em cerca de 648 milhões de euros, repartidos entre o pagamento de dividendos e o programa de share buyback.

Nos termos dos programas de share buyback, a Assembleia Geral da PT de 29 de Abril de 2005 autorizou a aquisição de ações próprias, até ao limite de 10% do seu capital. Neste contexto, a PT adquiriu em 2005 um total de 37.628.550 ações próprias ao preço médio unitário de 8,57 euros. Ainda neste âmbito, em 21 de Dezembro de 2005, a PT reduziu o seu capital de 1.166.485.050 para 1.128.856.500 euros, através do cancelamento das 37.628.550 ações próprias acima referidas, equivalentes a 3,0% do capital social anterior ao cancelamento de 7,0% em Dezembro de 2004, completando assim o programa de share buyback de 10% anunciado em Setembro de 2003.

Adicionalmente, à data deste relatório, a PT tinha estabelecido contratos de equity swap para adquirir ações próprias, equivalentes a 1,83% do seu capital social. A PT estabeleceu estes contratos no âmbito da execução do seu programa de share buyback de 3%, o qual se encontra suspenso em resultado do lançamento pela Sonaecom de uma oferta pública de aquisição em 6 de Fevereiro de 2006.

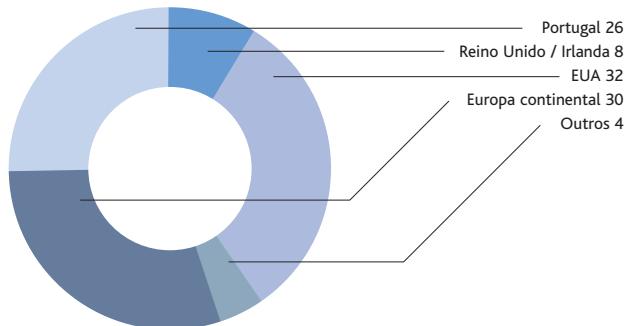
Estrutura accionista

Base accionista diversificada

Cerca de três quartos do capital da PT são detidos por accionistas internacionais, estando essencialmente repartidos entre os Estados Unidos e a Europa, detendo o mercado norte-americano quase um terço do capital da PT.

Os maiores accionistas são a Telefónica, parceira na joint-venture para os negócios móveis no Brasil e um dos maiores operadores de telecomunicações do mundo, o Banco Espírito Santo e a Brandes. Adicionalmente, a PT conta também com a presença no seu capital da Caixa Geral de Depósitos, da Cinveste, da Telexpress e de grandes accionistas institucionais, tais como a Capital e a Fidelity.

Distribuição geográfica (%)



Participações qualificadas em 31 Dezembro 2005

| Instituições | N.º de acções | % do capital |
|------------------------------|---------------|--------------|
| Telefónica | 112.473.826 | 9,96% |
| Brandes Investments Partners | 96.096.420 | 8,51% |
| Banco Espírito Santo | 94.387.699 | 8,36% |
| Capital Group Companies | 63.193.870 | 5,60% |
| Caixa Geral de Depósitos | 56.909.684 | 5,04% |
| Cinveste | 29.080.000 | 2,58% |
| Fidelity Group | 23.592.185 | 2,09% |
| Telexpress | 23.000.000 | 2,04% |

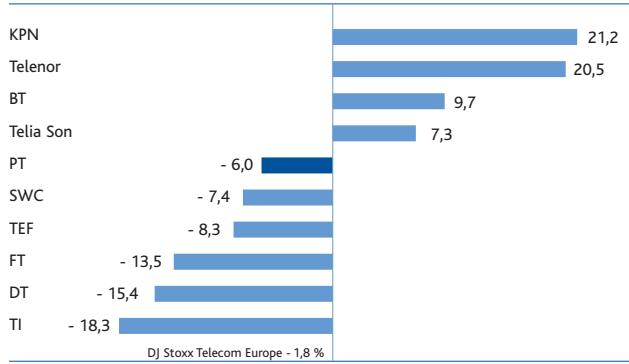
Performance bolsista

Desempenho da PT no mercado

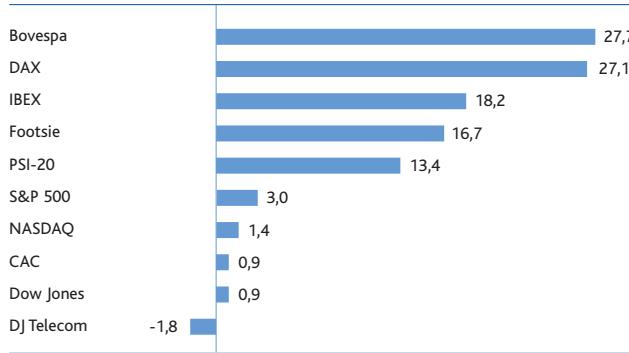
As acções da PT registaram em 2005 uma evolução menos favorável, reflectindo o movimento descendente do sector das telecomunicações europeias. Em 2005, a cotação das acções registou uma descida de 6,0%, face ao ano anterior, tendo fechado o ano a 8,55 euros. O índice DJ Stoxx Telecom Europe observou um decréscimo de 1,8% em 2005, enquanto que o índice PSI-20 apresentou um comportamento positivo, com uma subida de 13,4% no mesmo período.

Entre as principais praças financeiras, destaque para o índice Bovespa, que registou a maior subida em 2005 (+27,7%), seguido do Dax (+27,1%) e do IBEX (+18,2%). O índice PSI-20 também registou um comportamento positivo, com uma subida de 13,4%.

Evolução das cotações das congéneres europeias em 2005 (%)



Evolução dos principais índices bolsistas em 2005 (%)



Fonte: Bloomberg (cotações em moeda local)

A empresa mais transaccionada em Portugal

A PT continua a ser a empresa líder no mercado português em termos de liquidez e capitalização bolsista. Em 2005, a PT negocou um total de 1.178 milhões de acções, equivalente a uma média diária de 5 milhões de acções, tendo o volume de transacções representado cerca de 31% do valor global negociado na Eurolist by Euronext. A PT continua assim a ser a empresa com maior peso nos índices bolsistas portugueses (19,4% do PSI-20 no final de 2005 e 20,7% em Março de 2006). Com aproximadamente 11 mil milhões de euros à data deste relatório, a PT é também a empresa com maior capitalização bolsista em Portugal.

Um dos programas de ADR mais activos na NYSE

Na Bolsa de Nova Iorque, os ADR da PT registaram em 2005 uma descida de 18,2%, tendo fechado o ano a 10,07 dólares. Em termos de transacções, negociaram-se em média, ao longo de 2005, cerca de 122 mil ADR por dia. No final de 2005, o número de ADR outstanding ascendia a 60,3 milhões, dos quais 70% eram detidos por accionistas qualificados internacionais. De salientar que o programa de ADR da PT continua a ser um dos mais activos entre os das congéneres europeias. Em 2005, a PT ocupava o terceiro lugar, com cerca de 7%, no ranking do peso do número de ADR outstanding no free float total.

Desempenho obrigacionista

Novas emissões

Em 24 de Março de 2005, a PT realizou duas emissões bem sucedidas de Eurobonds, num contexto de mercado adverso, dado o profit warning da General Motors. As duas Eurobonds têm valores nominais de mil milhões de euros e de 500 milhões de euros, maturidades de, respectivamente, 7 e 12 anos e taxas de juro de, respectivamente, 3,750% e 4,375%.

Em 16 de Junho de 2005, a PT voltou a marcar a agenda do mercado de dívida, reabrindo o segmento de longo prazo com uma emissão a 20 anos. Esta Eurobond, com valor nominal de 500 milhões de euros, vence juros à taxa de 4,50%.

Na sequência destas novas emissões, a maturidade média da dívida da PT aumentou significativamente, atingindo 9,2 anos no final de 2005 (10,2 anos excluindo a dívida da Vivo).

Rating

No que respeita à qualidade do crédito, a principal característica da PT é a sua capacidade de gerar, de forma sustentada, cash flows operacionais elevados, em resultado de fortes posições de liderança nos mercados de rede fixa e móvel em Portugal e no mercado de rede móvel no Brasil, bem como da implementação contínua de iniciativas de redução de custos. Não obstante o aumento da remuneração dos acionistas, a PT mantém uma forte liquidez, evidenciada pelo valor elevado das disponibilidades, a que acresce a flexibilidade adicional proporcionada por linhas de crédito não utilizadas e por uma dívida que se vence ao longo de um período alargado, dada a maturidade média de cerca de 9 anos.

Em 2005, a PT manteve as suas notações de rating, de A (junto da Standard & Poor's) e de A3 (junto da Moody's), continuando a apresentar um dos mais fortes e estáveis ratings do sector. Em 27 de Setembro de 2005 e 21 de Outubro de 2005, respectivamente, a Standard & Poor's e a Moody's alteraram o outlook do rating da PT para negativo. Em 8 de Março de 2006, na sequência do anúncio de uma nova política de remuneração dos acionistas, a Standard & Poor's e a Moody's alteraram o rating da PT para, respectivamente, BBB+ e Baa1.

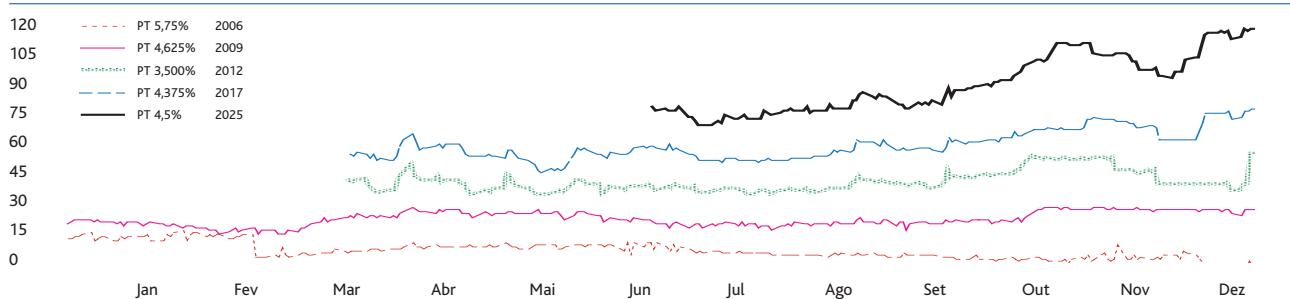
Evolução das condições de mercado

Os spreads das Eurobonds da PT mantiveram-se estáveis até final de Agosto. A partir desta altura, assistiu-se a uma subida gradual, que acompanhou o aumento generalizado dos spreads no sector das telecomunicações. Este movimento resultou essencialmente das operações (realizadas ou esperadas) de fusões e aquisições no sector e de estratégias mais agressivas por parte de algumas empresas do sector. No caso específico das Eurobonds com vencimento em 2006, a cotação caiu de forma gradual ao longo de 2005, aproximando-se do par, dada a proximidade da data de vencimento.

A evolução do preço das Exchangeable Bonds (obrigações convertíveis) da PT durante a primeira metade de 2005 foi determinada essencialmente pela cotação das ações da PT. Assim, no início deste período, a subida da cotação das ações levou ao aumento do preço das Exchangeable Bonds, tendo o movimento inverso ocorrido a partir do início de Fevereiro. A partir de Junho de 2005, a evolução da cotação reflectiu essencialmente a maior proximidade do momento de reembolso destes títulos, verificando-se uma progressiva convergência para o nível par.

Evolução dos spreads das Eurobonds da PT em 2005 (pontos base)

Fonte: Merrill Lynch.



Actividades de relação com investidores

A PT tem como política fornecer informação clara e transparente, numa base regular, aos seus accionistas e outros membros da comunidade financeira.

Programa de relação com investidores

Ao longo de 2005, a PT intensificou as suas actividades de relação com investidores, realizando diversos eventos, nomeadamente roadshows, apresentações a investidores e analistas, reuniões e conference-calls, tendo ainda participado em conferências na Europa e nos Estados Unidos.

Em termos globais, a PT realizou em 2005 cerca de 420 reuniões com analistas e investidores, das quais 360 foram realizadas no âmbito dos roadshows e conferências, tendo as restantes 60 reuniões e conference-calls tido lugar na sede da empresa.

É de destacar a realização em 2005 de seis roadshows na Europa, incluindo Portugal, e nos Estados Unidos, dos quais se salientam o roadshow realizado em Abril (após a divulgação dos resultados anuais) e o de Setembro (após a divulgação dos resultados do primeiro semestre). O primeiro destes dois roadshows cobriu vinte e três cidades em dez países, enquanto que o segundo envolveu contactos com investidores em nove cidades de sete países.

Prémios de investor relations

A qualidade das actividades de relação com investidores foi mais uma vez considerada como referência pela comunidade financeira, a nível nacional e internacional. A nível internacional, a PT foi distinguida pela Institutional Investor com a atribuição de dois prémios:

- Melhor CFO do Sector das Telecomunicações
- Melhor Investor Relations Officer do Sector das Telecomunicações

Ainda a nível internacional, a PT foi distinguida nos IR Magazine Continental Europe Awards, com a atribuição de três prémios:

- Melhor Investor Relations Officer em Portugal
- Grand Prix (Small and Medium Cap) – Menção Honrosa
- Melhor Investor Relations Officer (Small and Medium Cap) – Menção Honrosa

A nível nacional, foram atribuídos à PT em Junho dois prémios dos Investor Relations Awards 2005 organizados pela Deloitte, Diário Económico e Semanário Económico. Os prémios recebidos foram os seguintes:

- Relatório e Contas, sector não financeiro – Menção Honrosa
- Melhor Utilização de Tecnologia em Investor Relations – Menção Honrosa

Eventos subsequentes

Dívida

Em **8 de Março de 2006**, a Moody's e a Standard & Poor's alteraram os seus ratings para a PT de A3 e A- para BBB+ e Baa1, respectivamente, na sequência do anúncio pela PT, em 6 de Março de 2006, de uma nova política de remuneração aos accionistas.

Reestruturação societária

Em **22 de Fevereiro de 2006**, os accionistas da TCP, TCO, TSD, TLE e CRTPar, nas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, aprovaram a reestruturação societária anunciada a 5 de Dezembro de 2005 pela Vivo. Esta operação visa a conversão da TCO em subsidiária integral da TCP e a incorporação das sociedades TSD, TLE e CRTPar pela TCP, que passou a ser denominada Vivo Participações SA. Como consequência da reestruturação, os accionistas da TCO, TSD, TLE e CRTPar irão receber novas acções da TCP: 3,0830 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da TCO, 3,2879 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da TSD, 3,8998 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da TLE, e 7,0294 novas acções da TCP por cada 1 acção da CRTPar.

Conselho de Administração

Em **6 de Janeiro de 2006**, a PT anunciou que Miguel Horta e Costa, CEO da PT, realizou uma redistribuição de alguns pelouros da Comissão Executiva. Henrique Granadeiro assumiu a responsabilidade pelo pelouro de recursos humanos e, em colaboração com o CEO, passou a acompanhar os pelouros de estratégia e regulação. Em acumulação com as suas funções actuais, Zeinal Bava assumiu a responsabilidade pelo negócio móvel doméstico (TMN), cessando as suas funções como vice-presidente do negócio de rede fixa. Rodrigo Costa assumiu a responsabilidade pelo negócio de rede fixa.

Em **6 de Fevereiro de 2006**, a PT anunciou que Jorge Maria Bleck comunicou a sua renúncia ao cargo de membro não executivo do Conselho de Administração da PT.

Em **20 de Fevereiro de 2006**, a PT anunciou que Peter Golob comunicou a sua renúncia ao cargo de membro não executivo do Conselho de Administração da PT, a qual, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, produzirá efeitos no final de Março de 2006.

Oferta pública de aquisição

Em **6 de Fevereiro de 2006**, a Sonaecom publicou um anúncio preliminar de oferta pública de aquisição de acções da PT, não solicitada, com vista à obtenção de uma posição de controlo na empresa.

Em **6 de Março de 2006**, a PT divulgou o relatório do Conselho de Administração sobre a oferta pública de aquisição anunciada preliminarmente pela Sonaecom em 6 de Fevereiro de 2006.

Perspectivas futuras

A Portugal Telecom tem como objectivo continuar a desenvolver o potencial de crescimento dos seus negócios – nomeadamente as operações integradas de telecomunicações e multimédia em Portugal, o negócio móvel no Brasil e os restantes negócios internacionais do Grupo – sendo que as crescentes pressões competitivas e regulamentares, bem como a maturidade de certos negócios, continuarão a exigir um enfoque permanente na melhoria da eficiência operacional do Grupo.

A Portugal Telecom tem como objectivo continuar a desenvolver o potencial de crescimento dos seus negócios – nomeadamente as operações integradas de telecomunicações e multimédia em Portugal, o negócio móvel no Brasil e os restantes negócios internacionais do Grupo – sendo que as crescentes pressões competitivas e regulamentares, bem como a maturidade de certos negócios, continuarão a exigir um enfoque permanente na melhoria da eficiência operacional do Grupo. Decisões regulamentares recentes relativas aos preços de interligação fixo-móvel e móvel-móvel, preço de desagregação do lacete local e a introdução da ORLA, deverão ter um impacto negativo nos negócios de rede fixa e móvel em Portugal.

Perante esta pressão regulamentar e competitiva, a PT definiu um plano com o objectivo de criar um elevado valor para os seus acionistas. Este plano, alicerçado nas principais valências da Portugal Telecom, nomeadamente os seus recursos humanos e técnicos, solidez financeira e posição de mercado, inclui os seguintes aspectos:

- potenciar o desempenho das operações, no contexto da evolução do enquadramento concorrencial doméstico, incluindo iniciativas como o desenvolvimento das ofertas de voz sobre IP e triple-play e oferta de serviços diferenciados de banda larga;
- segregar a rede fixa de acesso;
- promover um modelo de utilização partilhada das redes móveis;
- manter as parcerias existentes, gerindo os activos internacionais de forma proactiva e pragmática, em mercados seleccionados em que a PT possui uma clara vantagem competitiva;
- enfoque na melhoria da performance operacional da Vivo no Brasil;
- agrupar e cristalizar o valor de determinados activos da PT em África, aproveitando a capacidade de criar valor já anteriormente demonstrada.

Nas operações do mercado doméstico, o plano da PT inclui:

- na rede fixa, um conjunto de iniciativas com o objectivo de reduzir os riscos de perda de tráfego e acessos, através de uma aposta na migração de clientes para tarifários “flat”, banda larga e ofertas de triple-play, a par com uma melhoria dos níveis de eficiência operacional através da reengenharia de processos;
- na TV por subscrição, uma estratégia focada na melhoria da eficiência operacional e no aproveitamento ao máximo do potencial de crescimento no mercado, explorando oportunidades de penetração adicionais, desenvolvendo novos conteúdos e canais e apostando no lançamento de ofertas de voz/triple-play;
- no móvel, uma estratégia focada no marketing, distribuição e serviço ao cliente, que inclui o lançamento de novos serviços de 3G como a Mobile TV, a consolidação da posição de liderança do UZO e, no mercado corporativo, num programa de reestruturação já iniciado de forma a assegurar uma posição de liderança.

O plano da PT tem ainda como objectivo gerar poupança significativas de custos, através da simplificação das estruturas organizacionais e de uma maior eficiência operacional, que terá igualmente como foco a redução do capex e a optimização do investimento em fundo de maneio.

Aliado à optimização da estrutura de capital da PT, e mantendo simultaneamente o rating de investment grade, este plano traduz-se num compromisso de remuneração total aos acionistas, da seguinte forma:

- distribuição de um dividendo ordinário de 0,475 euros por acção relativamente ao exercício de 2005;
- continuação da política de incremento progressivo dos dividendos, e
- uma remuneração extraordinária aos acionistas, via share buyback, dividendos ou uma combinação dos dois.

Lisboa, 15 de Março de 2006.

O Conselho de Administração

Demonstrações financeiras consolidadas

| | |
|--|-----------|
| Demonstração dos resultados consolidados | 70 |
| Balanço consolidado | 71 |
| Demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos | 72 |
| Demonstração consolidada dos fluxos de caixa | 73 |
| Notas às demonstrações financeiras consolidadas | 74 |
| 1. Nota introdutória | 74 |
| 2. Bases de apresentação | 75 |
| 3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas | 78 |
| 4. Erros, alterações de políticas e estimativas | 88 |
| 5. Cotações utilizadas para conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira | 89 |
| 6. Receitas operacionais | 90 |
| 7. Composição do resultado líquido por segmentos de negócio | 90 |
| 8. Custos com pessoal | 96 |
| 9. Custos com benefícios de reforma | 96 |
| 10. Custos directos dos serviços prestados | 104 |
| 11. Fornecimentos e serviços externos | 104 |
| 12. Locação operacional | 104 |
| 13. Outros custos | 105 |
| 14. Perdas e (ganhos) em activos financeiros líquidos | 105 |
| 15. Outros custos financeiros, líquidos | 105 |
| 16. Impostos e taxas | 106 |
| 17. Operações descontinuadas | 108 |
| 18. Interesses minoritários | 109 |
| 19. Dividendos | 109 |
| 20. Resultados por acção | 110 |
| 21. Aplicações de curto prazo | 110 |
| 22. Contas a receber _ clientes | 110 |

As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de Março de 2006.

| | |
|---|------------|
| 23. Contas a receber _ outros | 111 |
| 24. Existências | 111 |
| 25. Impostos a pagar e a recuperar | 112 |
| 26. Custos diferidos | 113 |
| 27. Outros activos correntes e não correntes | 114 |
| 28. Investimentos em empresas participadas | 114 |
| 29. Outros investimentos | 117 |
| 30. Activos intangíveis | 118 |
| 31. Activos tangíveis | 120 |
| 32. Empréstimos obtidos | 121 |
| 33. Contas a pagar _ outros | 124 |
| 34. Acréscimos de custos | 125 |
| 35. Proveitos diferidos | 125 |
| 36. Provisões e ajustamentos | 125 |
| 37. Outros passivos correntes e não correntes | 127 |
| 38. Capital próprio | 128 |
| 39. Instrumentos financeiros | 130 |
| 40. Garantias e compromissos financeiros assumidos | 135 |
| 41. Demonstração dos fluxos de caixa | 136 |
| 42. Partes relacionadas | 138 |
| 43. Processos judiciais em curso | 139 |
| 44. Eventos subsequentes | 140 |
| 45. Primeira aplicação das "International Financial Reporting Standards" | 140 |
| Anexo – Detalhe das empresas participadas | 145 |
| I. Empresas subsidiárias | 145 |
| II. Empresas associadas | 149 |
| III. Empresas controladas conjuntamente | 150 |

Demonstração dos resultados consolidados

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

| | Notas | 2005 | 2004 |
|---|-------------|----------------------|----------------------|
| OPERAÇÕES CONTINUADAS | | | |
| Receitas | | | |
| Prestações de serviços | 6 | 5.836.879.781 | 5.520.498.731 |
| Vendas | 6 | 447.461.824 | 365.755.000 |
| Outras receitas operacionais | 6 | 101.076.689 | 81.125.527 |
| | (a) | 6.385.418.294 | 5.967.379.258 |
| Custos, despesas, perdas e ganhos | | | |
| Custos com o pessoal | 8 | 667.331.163 | 631.802.408 |
| Custos com benefícios de reforma | 9 | (21.605.155) | 58.772.000 |
| Custos directos dos serviços prestados | 10 | 881.181.310 | 852.033.698 |
| Amortizações | 30 e 31 | 1.059.598.855 | 934.936.568 |
| Custo das mercadorias vendidas | | 652.281.025 | 595.755.989 |
| Marketing e publicidade | | 184.409.651 | 159.807.836 |
| Serviços de suporte | | 230.180.097 | 203.832.384 |
| Manutenção e reparação | | 157.215.633 | 141.703.001 |
| Fornecimentos e serviços externos | 11 | 760.392.302 | 643.460.433 |
| Provisões e ajustamentos | 36 | 171.477.441 | 168.820.055 |
| Impostos indirectos | | 166.036.274 | 123.239.627 |
| Outros custos operacionais | | 40.919.894 | 25.202.291 |
| | (b) | 4.949.418.490 | 4.539.366.290 |
| | (c)=(a)-(b) | 1.435.999.804 | 1.428.012.968 |
| Imparidade | 30 | – | 28.000.000 |
| Programa de redução de efectivos | 9 | 314.309.785 | 165.590.740 |
| Perdas com a alienação de activos fixos | | 1.178.075 | 9.231.899 |
| Outros custos | 13 | 17.652.164 | 83.565.440 |
| | (d) | 333.140.024 | 286.388.079 |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos | (e)=(c)-(d) | 1.102.859.780 | 1.141.624.889 |
| Juros líquidos | | 257.637.731 | 204.881.312 |
| Ganhos com variações cambiais, líquidos | | (41.335.993) | 4.461.601 |
| Perdas (e ganhos) em activos financeiros, líquidos | 14 | 8.765.259 | (11.598.497) |
| Ganhos em empresas participadas | 28 | (238.226.177) | (20.866.910) |
| Outros custos financeiros, líquidos | 15 | 64.453.097 | 55.616.214 |
| | (f) | 51.293.917 | 232.493.720 |
| Resultado antes de impostos | (g)=(e)-(f) | 1.051.565.863 | 909.131.169 |
| Imposto sobre o rendimento | 16 | 384.343.193 | 209.984.648 |
| Resultado das operações continuadas | | 667.222.670 | 699.146.521 |
| OPERAÇÕES DESCONTINUADAS | | | |
| Resultado das operações descontinuadas | 17 | 21.732.952 | 26.065.182 |
| Resultado consolidado líquido | | 688.955.622 | 725.211.703 |
| Atribuível a | | | |
| Interessados minoritários | 18 | 34.970.803 | 102.012.269 |
| Accionistas da Portugal Telecom | | 653.984.819 | 623.199.434 |
| Resultado por acção das operações continuadas | | | |
| Básico | 20 | 0,55 | 0,51 |
| Diluído | 20 | 0,54 | 0,50 |
| Resultado líquido por acção | | | |
| Básico | 20 | 0,57 | 0,53 |
| Diluído | 20 | 0,56 | 0,52 |

As notas fazem parte integrante desta demonstração dos resultados consolidados.

Balanço consolidado

31 de Dezembro de 2005 e 2004

| | Notas | 2005 | 2004 |
|--|-------|-----------------------|-----------------------|
| ACTIVO | | | euros |
| Activo corrente | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | 612.158.485 | 442.766.941 |
| Investimentos de curto prazo | 21 | 3.299.609.953 | 1.505.771.257 |
| Contas a receber – clientes | 22 | 1.447.291.687 | 1.215.764.622 |
| Contas a receber – outros | 23 | 200.454.122 | 207.165.128 |
| Existências | 24 | 170.318.145 | 193.323.787 |
| Impostos a recuperar | 25 | 203.813.170 | 179.444.078 |
| Custos diferidos | 26 | 128.126.411 | 115.941.445 |
| Outros activos correntes | 27 | 106.210.553 | 112.683.828 |
| Total do activo corrente | | 6.167.982.526 | 3.972.861.086 |
| Activo não corrente | | | |
| Contas a receber – clientes | | 677.552 | 749.446 |
| Contas a receber – outros | 23 | 19.804.605 | 44.929.019 |
| Impostos a recuperar | 25 | 117.244.409 | 62.623.744 |
| Custos diferidos | | 3.429.929 | 6.189.030 |
| Investimentos em empresas participadas | 28 | 425.602.626 | 318.297.953 |
| Outros investimentos | 29 | 96.079.089 | 114.714.126 |
| Activos intangíveis | 30 | 3.601.620.470 | 3.244.926.017 |
| Activos tangíveis | 31 | 4.062.003.121 | 3.936.271.713 |
| Activos por impostos diferidos | 16 | 1.387.811.009 | 1.423.001.516 |
| Outros activos não correntes | 27 | 760.811.964 | 804.124.585 |
| Total do activo não corrente | | 10.475.084.774 | 9.955.827.149 |
| Total do activo | | 16.643.067.300 | 13.928.688.235 |
| PASSIVO | | | |
| Passivo corrente | | | |
| Dívida de curto prazo | 32 | 2.415.606.371 | 1.622.399.994 |
| Contas a pagar – fornecedores | | 716.143.471 | 730.262.467 |
| Contas a pagar – outros | 33 | 413.744.612 | 545.861.807 |
| Acréscimos de custos | 34 | 707.921.185 | 600.888.270 |
| Proveitos diferidos | 35 | 208.155.446 | 225.780.887 |
| Impostos a pagar | 25 | 237.236.979 | 168.329.541 |
| Provisões correntes | 36 | 163.098.954 | 118.270.621 |
| Outros passivos correntes | 37 | 85.612.446 | 65.358.349 |
| Total do passivo corrente | | 4.947.519.464 | 4.077.151.936 |
| Passivo não corrente | | | |
| Dívida de médio e longo prazo | 32 | 5.168.626.522 | 3.899.325.886 |
| Contas a pagar – outros | | 6.120.233 | 17.665.387 |
| Impostos a pagar | 25 | 30.899.784 | 25.634.200 |
| Proveitos diferidos | | 429.155 | 15.551.195 |
| Provisões não correntes | 36 | 112.555.577 | 133.242.530 |
| Benefícios de reforma | 9 | 2.635.883.744 | 2.321.556.384 |
| Passivos por impostos diferidos | 16 | 334.867.077 | 327.856.407 |
| Outros passivos não correntes | 37 | 824.088.379 | 856.531.299 |
| Total do passivo não corrente | | 9.113.470.471 | 7.597.363.288 |
| Total do passivo | | 14.060.989.935 | 11.674.515.224 |
| CAPITAL PRÓPRIO | | | |
| Capital social | 38 | 1.128.856.500 | 1.166.485.050 |
| Prémios de emissão de acções | 38 | 91.704.891 | 91.704.891 |
| Acções próprias | 38 | (102.044.948) | (189.751.440) |
| Reserva legal | 38 | 179.229.361 | 154.225.075 |
| Reserva de acções próprias | 38 | 125.428.500 | 87.799.950 |
| Resultados acumulados | 38 | 405.216.985 | 376.080.511 |
| Capital excluindo interesses minoritários | | 1.828.391.289 | 1.686.544.037 |
| Interesses minoritários | 18 | 753.686.076 | 567.628.974 |
| Total do capital próprio | | 2.582.077.365 | 2.254.173.011 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 16.643.067.300 | 13.928.688.235 |

As notas fazem parte integrante deste balanço consolidado.

Demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

| | Notas | 2005 | 2004 |
|--|-------|--------------------|----------------------|
| Resultados consolidados reconhecidos directamente no capital próprio | | | |
| Benefícios de reforma | | | |
| Perdas actuariais, líquidas | 9.6 | (730.276.049) | (177.822.165) |
| Impacto fiscal | 16 | 199.547.931 | 48.589.906 |
| Instrumentos financeiros | | | |
| Derivados de cobertura | 39 | 56.482 | (10.493.312) |
| Investimentos disponíveis para venda | 29 | (814.190) | 3.950.643 |
| Impacto fiscal | 16 | 208.370 | 1.799.234 |
| Ajustamentos de conversão cambial | | 700.952.138 | 16.245.986 |
| | | 169.674.682 | (117.729.708) |
| Resultado consolidado líquido reconhecido na demonstração de resultados | | 688.955.622 | 725.211.703 |
| Resultado consolidado reconhecido no período | | 858.630.304 | 607.481.995 |
| Atribuível a | | | |
| Interesses minoritários | | 34.970.803 | 102.012.269 |
| Accionistas maioritários | | 823.659.501 | 505.469.726 |

As notas fazem parte integrante desta demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

| | Notas | 2005 | 2004 |
|--|-------------------------|-------------------------|------------------------|
| ACTIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Recebimentos de clientes | | 7.187.846.822 | 6.765.478.256 |
| Pagamentos a fornecedores | | (3.808.664.290) | (3.387.233.324) |
| Pagamentos ao pessoal | | (887.631.163) | (784.151.515) |
| Fluxos gerados pelas operações | | 2.491.551.369 | 2.594.093.417 |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | (71.572.316) | (66.581.360) |
| Pagamentos relacionados com benefícios de reforma | 9 | (699.806.967) | (298.566.473) |
| Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional | 41.a) | (327.872.118) | (270.061.577) |
| Fluxos das actividades operacionais (1) | | 1.392.299.968 | 1.958.884.007 |
| ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Recebimentos provenientes de | | | |
| Investimentos financeiros | 41.b) | 391.815.749 | 21.243.239 |
| Activos tangíveis | | 12.699.978 | 35.745.251 |
| Activos intangíveis | | – | 3.569 |
| Subsídios de investimento | | 1.572.005 | 2.978.958 |
| Juros e proveitos similares | | 262.021.737 | 263.302.910 |
| Dividendos | 41.c) | 21.424.425 | 16.179.018 |
| Outros recebimentos de actividades de investimento | | 12.365.601 | 32.613.516 |
| Fluxos das actividades de investimento (2) | | 701.899.495 | 372.066.461 |
| Pagamentos respeitantes a | | | |
| Investimentos financeiros | 41.d) | (27.168.785) | (291.933.807) |
| Activos tangíveis | | (760.210.386) | (608.912.964) |
| Activos intangíveis | | (16.216.709) | (15.693.023) |
| Outros investimentos | | (15.205.147) | (36.461.034) |
| Fluxos das actividades de investimento (2) | | (818.801.027) | (953.000.828) |
| ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | (116.901.532) | (580.934.367) |
| Recebimentos provenientes de | | | |
| Empréstimos obtidos | 41.e) | 43.080.517.828 | 17.151.950.966 |
| Aplicações financeiras de curto prazo | | 10.933.899.233 | 13.379.457.500 |
| Aumentos de capital e prémios de emissão | | 352.732 | 92.370.662 |
| Subsídios | | 1.913.794 | 368.297 |
| Outros recebimentos provenientes de actividades de financiamento | | 43.301.516 | 68.594.130 |
| Recebimentos provenientes de | 54.059.985.103 | 30.692.741.555 | |
| Pagamentos respeitantes a | | | |
| Empréstimos obtidos | 41.e) | (41.129.535.094) | (17.878.783.743) |
| Aplicações financeiras de curto prazo | | (12.727.737.929) | (12.613.040.697) |
| Amortizações de contratos de locação financeira | | (12.928.273) | (25.338.455) |
| Juros e custos similares | | (487.392.109) | (536.079.186) |
| Dividendos/distribuição de resultados | 41.f) | (445.415.157) | (297.052.335) |
| Aquisição de acções próprias | 38.3 | (340.455.888) | (495.312.220) |
| Outros pagamentos provenientes de actividades de financiamento | 41.g) | (120.171.654) | (38.908.099) |
| Fluxos das actividades de financiamento (3) | (55.263.636.104) | (31.884.514.735) | |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3) | | (1.203.651.001) | (1.191.773.180) |
| Variação de caixa e seus equivalentes | | 71.747.435 | 186.176.460 |
| Variação de caixa e seus equivalentes das operações descontinuadas | | 8.442.819 | (13.595.857) |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 103.849.227 | 10.500.915 |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 41.h) | 428.119.004 | 245.037.486 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 41.h) | 612.158.485 | 428.119.004 |

As notas fazem parte integrante desta demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

(Montantes expressos em euros, excepto quando indicado)

1 Nota introdutória

a) Empresa-mãe

A Portugal Telecom, SGPS, SA (“Portugal Telecom”, empresa anteriormente denominada Portugal Telecom, SA) e as suas empresas participadas que integram o seu universo empresarial (“Grupo”, “Grupo Portugal Telecom” ou “Empresa”) operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro, incluindo Brasil.

A empresa-mãe do Grupo é a Portugal Telecom, uma empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal, SA (“Telecom Portugal”), Telefones de Lisboa e Porto (TLP), SA (“TLP”) e Teledifusora de Portugal, SA (“TDP”). Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom, SA alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, SA, tendo modificado o seu objecto social para sociedade gestora de participações sociais.

Em resultado das cinco operações de privatização iniciadas em 1 de Junho de 1995 e terminadas em 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Em 31 de Dezembro de 2005 o Estado português e as entidades por si controladas, directa ou indirectamente, detêm 6,93% do capital e todas as acções da Categoria A, sobre a Portugal Telecom (Nota 38.1).

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext Lisbon e na NYSE – New York Stock Exchange.

b) Actividade

O Grupo opera essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia em Portugal e em outros países, nomeadamente no Brasil.

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efectuada pela PT Comunicações, SA (“PT Comunicações”), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações celebrado em 20 de Março de 1995, de acordo com o Decreto-Lei n.º 40/95, por um período inicial de 30 anos, sujeito a renovações subsequentes por períodos de 15 anos. Este contrato foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, em resultado de a PT Comunicações ter celebrado com o Estado Português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex (“Rede Básica”).

A prestação do serviço de transmissão de dados é assegurada pela PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA (“PT Prime”), que desenvolve igualmente a prestação do serviço de Internet Service Provider (ISP) a grandes clientes.

O serviço de ISP ADSL e dial-up para clientes residenciais e pequenas e médias empresas é prestado pela PT.COM – Comunicações Interactivas, SA (“PT.COM”), que presta igualmente serviços de concepção e de disponibilização de espaços publicitários e informação em portais de Internet.

Os serviços de telecomunicações móveis são prestados pela TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA (“TMN”), através do sistema global de comunicações móveis (GSM), cuja licença foi concedida pelo Estado Português em 1992 (por um período de 15 anos) e do sistema de telecomunicações móveis universais (UMTS), cuja licença foi obtida em 19 de Dezembro de 2000 (por um período de 15 anos).

A PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (“PT Multimédia”) é a sub-holding do Grupo para os negócios multimédia. Através da TV Cabo Portugal, SA (“TV Cabo”), a PT Multimédia presta o serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal continental, Madeira e Açores. A PT Multimédia desenvolve igualmente actividades nas áreas de audiovisuais e média, sendo as áreas mais significativas a distribuição de filmes através da Lusomundo Audiovisuais, SA (“Lusomundo Audiovisuais”), a exploração de salas de cinema através da Lusomundo Cinemas, SA (“Lusomundo Cinemas”) e a publicação de jornais de grande circulação e edição de programas de rádio, através da Lusomundo Media SGPS, SA (“Lusomundo Media”). Esta última entidade foi alienada em 2005, encontrando-se os correspondentes resultados de 2004 e 2005 (até à data efectiva da venda, a qual ocorreu em Agosto de 2005) classificados nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica “Operações descontinuadas” (Nota 17).

No Brasil, o Grupo presta o serviço móvel terrestre de telecomunicações através da sua participação na Brasilcel NV (“Brasilcel” ou “Vivo”), a joint-venture constituída no final de 2002 entre o Grupo Portugal Telecom (através da PT Móveis, SGPS, SA – “PT Móveis”) e o Grupo Telefónica (através da Telefónica Móviles, SA) para agregar as operações de telecomunicações móveis dos dois grupos no Brasil. A Vivo desenvolve a sua actividade nos Estados brasileiros de São Paulo (por intermédio da Telesp Celular, SA – “Telesp Celular”), Paraná e Santa Catarina (por intermédio da Global Telecom, SA – “Global Telecom”), Rio de Janeiro (por intermédio da Telerj Celular, SA), Espírito Santo (por intermédio da Telest Celular, SA), Bahia (por intermédio da Telebahia Celular, SA), Sergipe (por intermédio da Telergipe Celular, SA), Rio Grande do Sul (por intermédio da Celular CRT, SA – “Celular CRT”), e outros onze estados nas regiões Norte e Centro-Oeste (por intermédio da Tele Centro Oeste Celular Participações, SA e suas subsidiárias – “TCO”). A Telesp Celular, SA, a Global Telecom, SA e a TCO são controladas pela sub-holding Telesp Celular Participações, SA (“TCP”), a Telerj Celular, SA e a Telest Celular, SA são controladas pela sub-holding Tele Sudeste Celular Participações, SA (“Telesudeste”), e a Telebahia Celular, SA e a Telergipe Celular, SA são controladas pela sub-holding Tele Leste Celular Participações, SA (“Teleleste”).

Em 5 de Dezembro de 2005, os Conselhos de Administração da TCP, TCO, Telesudeste, Teleleste e Celular CRT aprovaram a proposta de realização de uma reestruturação societária. Esta operação visa a incorporação de acções da TCO para conversão em subsidiária integral da TCP e a incorporação das sociedades Telesudeste, Teleleste e Celular CRT pela TCP, que passará a ser denominada Vivo Participações SA. Como consequência da reestruturação, os accionistas da TCO, Telesudeste, Teleleste e Celular CRT irão receber acções da TCP de acordo com os rácios de conversão determinados com base nas respectivas avaliação: 3,0830 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da TCO, 3,2879 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da Telesudeste, 3,8998 novas acções ou ADS da TCP por cada 1 acção ou ADS da Teleleste, e 7,0294 novas acções da TCP por cada 1 acção da Celular CRT.

As demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de Março de 2006.

2

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas em euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas em moeda estrangeira foram convertidas para euros de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 3.q).

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom do exercício de 2005 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia e com todas as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) que estavam em vigor em 31 de Dezembro de 2005. Para a Portugal Telecom não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board. Todas as alterações às políticas contabilísticas foram efectuadas de acordo com o disposto no IFRS 1 – “First-time Adoption of International Financial Reporting Standards” (Nota 45), pelo que a data de transição se reportou a 1 de Janeiro de 2004.

O efeito dos ajustamentos, reportados a 1 de Janeiro de 2004, decorrente da adopção inicial dos IFRS, totalizou um montante negativo de 1.028.611.561 euros (Nota 45.2), tendo esse montante sido registado em capitais próprios, conforme estabelecido pelo IFRS 1.

Na apresentação das demonstrações financeiras para os exercícios de 2005 e 2004, a Portugal Telecom adoptou a alternativa do IAS 19, em vigor desde Novembro de 2005, relativamente ao reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente no capital próprio. Em resultado desta adopção, que decorreu particularmente da alteração dos pressupostos actuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, os ganhos e perdas actuariais passaram a ser reconhecidos directamente no capital próprio e apresentados na Demonstração dos Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos (Nota 9).

Anteriormente à adopção desta adenda ao IAS 19, os ganhos e perdas actuariais, que excediam o corredor correspondente a 10% do maior entre o valor presente das responsabilidades totais e o justo valor dos activos do fundo constituído, eram diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados em quotas constantes durante o período médio remanescente de vida laboral dos empregados no activo. O impacto da adopção desta adenda do IAS 19 no balanço da Portugal Telecom, em 31 de Dezembro de 2005, foi um aumento de 1.618 milhões de euros na rubrica Benefícios de Reforma, um aumento na rubrica Activos por Impostos Diferidos de 442 milhões de euros e uma redução no Capital Próprio de 1.176 milhões de euros.

As reconciliações do capital próprio em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004 e do resultado do exercício de 2004, entre os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“PGAAP”) e os IFRS, encontram-se descritos na Nota 45.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Anexo).

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IFRS, o Conselho de Administração adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos reportados (Nota 3).

a) Princípios de consolidação

Empresas controladas

A Portugal Telecom consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém directa ou indirectamente a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades consolidadas integralmente nessas situações encontram-se indicadas no Anexo I.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados, respectivamente, na rubrica de “Interesses minoritários” (Nota 18).

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a empresa subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria-se de todos os lucros até que a parte dos prejuízos atribuídos aos minoritários que foram absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Para as aquisições realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004, os activos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação, respectivamente.

As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes das transacções entre empresas do Grupo são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Empresas controladas conjuntamente

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente são consolidadas pelo método de consolidação proporcional desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao Grupo. A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstram e regulem o controlo conjunto.

Todos os saldos e transacções entre empresas são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se indicadas no Anexo III.

Empresas associadas

Uma associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas que não detém controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas (Anexo II) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas associadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas por contrapartida de ganhos ou perdas em activos financeiros (Nota 28) e por outras variações ocorridas nos activos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento efectuado nessas entidades não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes da empresa associada na respectiva data de aquisição do investimento é registado como goodwill. O goodwill é adicionado ao valor do respetivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos e perdas em transacções com associadas são eliminados, proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma associada.

Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes ou empresas/grupos em processo de venda são classificados como detidos para venda se o respectivo valor for realizável através de uma transacção de venda ao invés de ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda, é muito provável e o activo está disponível para venda imediata nas suas actuais condições; (ii) a Empresa assumiu um compromisso de vender; e (iii) é expectável que a venda se concretize num período de 12 meses. Neste caso, os activos não correntes e empresas/grupos em processo de venda deverão ser mensurados pelo menor do valor contabilístico e do respectivo justo valor deduzido dos custos da venda.

Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade controlada conjuntamente, ou associada, na respectiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido no IFRS 3. Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, o Grupo aplicou as disposições do IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2004. Os valores de goodwill correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2004 foram mantidos, ao invés de serem recalculados de acordo com o IFRS 3, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O goodwill relativo a investimentos em empresas sedeadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertido para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

O goodwill é registado como activo e incluído nas rubricas “Investimentos em empresas participadas” (Associadas – Nota 28) e “Activos intangíveis” (Subsidiárias e entidades controladas conjuntamente – Nota 30). O goodwill não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração dos resultados do período e não é susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma empresa controlada, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

b) Alterações ocorridas no grupo

Durante os exercícios de 2005 e 2004, as alterações significativas ocorridas no perímetro das empresas incluídas na consolidação foram as vendas das participações financeiras na Lusomundo Media e na Primesys em 2005 e a venda da participação financeira na Mascom em 2004 (Nota 17).

3 Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

a) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo, como correntes.

b) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição. As existências são ajustadas pela diferença de preços para os materiais cujo valor de realização é inferior ao custo médio de aquisição, sendo essa dedução por depreciação das existências reconhecida directamente na demonstração dos resultados do período como custo das vendas. Normalmente estas perdas estão relacionadas com obsolescência tecnológica e custos de aquisição superiores ao preço de venda.

c) Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzidos de amortizações acumuladas, perdas de imparidade acumuladas e subsídios, quando aplicável. O custo de aquisição inclui: (1) o preço de compra do activo; (2) as despesas directamente imputáveis à compra; e (3) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local (Notas 3.g) e 36). Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, as reavaliações efectuadas aos activos tangíveis, de acordo com os índices de actualização monetária previstos na legislação portuguesa, em exercícios anteriores a 1 de Janeiro de 2004, foram mantidas, designando-se esse valor reavaliado como valor de custo para efeitos de IFRS.

A amortização dos activos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos activos, a qual é determinada em função da utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

| | Anos |
|---|---------|
| Edifícios e outras construções | 10 – 50 |
| Equipamento básico | |
| Instalações e equipamento de rede – interior e exterior | 5 – 25 |
| Equipamento de comutação | 5 – 10 |
| Equipamento terminal | 5 – 10 |
| Cabos submarinos | 15 – 20 |
| Estações, equipamento e instalações de satélites | 15 |
| Outros equipamentos de telecomunicações | 3 – 10 |
| Outro equipamento básico | 4 – 20 |
| Equipamento de transporte | 4 – 8 |
| Ferramentas e utensílios | 4 – 10 |
| Equipamento administrativo | 3 – 10 |
| Outras imobilizações corpóreas | 3 – 10 |

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao valor do activo respectivo em paralelo das análises de imparidade desenvolvidas aos mesmos, por contrapartida de resultados do período. Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias significativas nos activos tangíveis são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao item e quando os mesmos possam ser mensurados de uma forma fiável.

A partir do momento em que determinados bens de imobilizado passam a ser considerados como “detidos para venda”, cessa a amortização inerente e passam a ser classificados como activos correntes disponíveis para venda. Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respectivo valor contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica “Perdas com a alienação de activos”.

d) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade, quando aplicável. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles adviem benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os activos intangíveis são constituídos basicamente por goodwill (Nota 2.a)), licenças de telecomunicações e outros direitos conexos e licenças de utilização de software.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento são registados como custo no momento em que as despesas são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

Os activos intangíveis, excluindo o goodwill, são amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do início do mês em que se encontram disponíveis para utilização. As taxas de amortização praticadas são como segue:

| | Anos |
|--|---------------------------------|
| Licenças de telecomunicações | |
| Licenças de Banda A e de Banda B detidas pela Vivo | Período das licenças |
| Propriedade da rede básica detida pela PT Comunicações | Período da concessão (até 2025) |
| Licença UMTS detida pela TMN | Período da licença (até 2015) |
| Direitos de aluguer | Período dos contratos |
| Licenças de utilização de software | 3 - 6 |
| Outros activos intangíveis | 3 - 8 |

e) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização do capital, ou ambos, e não para utilização no decurso da actividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

f) Imparidade de activos tangíveis e intangíveis, excluindo goodwill

As empresas do Grupo efectuam anualmente uma avaliação de imparidade dos activos tangíveis e intangíveis. Esta avaliação é igualmente efectuada sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada activo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence. As principais unidades geradoras de caixa do Grupo são os negócios de rede fixa, móvel e multimédia em Portugal e o negócio móvel no Brasil. O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros actualizados com base em taxas de desconto antes de imposto que reflectam o valor actual do capital e o risco específico do activo.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações”, sendo detalhada a perda por imparidade referida.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do activo é actualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração dos resultados.

g) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos internos e o montante da referida obrigação seja razoavelmente estimável.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando o Grupo tem um plano detalhado, formalizado, e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas. As provisões para os custos de desmantelamento, remoção de activos e restauração do local são reconhecidas quando os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respectiva obrigação com fiabilidade (Notas 3c) e 36). O montante da provisão reconhecida corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a actualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica “Juros líquidos”.

As provisões são revistas e actualizadas na data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa, nesse momento, da obrigação em causa.

Quando alguma das condições acima descritas não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos não seja provável.

h) Responsabilidades com pensões e complementos de reforma

A PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação (“PT SI”) têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados prestações pecuniárias a título de pensão e complemento de pensão de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituídos pela PT Comunicações fundos de pensões autónomos para o efeito (Nota 9.1).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais das responsabilidades determinados de acordo com o “Projected Unit Credit Method”. O Grupo decidiu adoptar o tratamento alternativo de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios com base na adenda ao IAS 19, em vigor desde Novembro de 2005.

Os ganhos e perdas incorridos com a alteração de responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados nas situações em que os benefícios se encontrem vencidos. Caso contrário, são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma).

As responsabilidades com pensões e complementos de reforma reconhecidas no balanço na rubrica “Benefícios de reforma”, representam o valor actual das obrigações com os planos de benefícios definidos de pensões, deduzido do justo valor dos activos dos fundos de pensões.

As contribuições efectuadas pelo Grupo para planos de contribuição definida são registados como custo na demonstração dos resultados na data em que as mesmas são devidas.

i) Responsabilidades com cuidados de saúde

A PT Comunicações e a PT SI têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, benefícios de cuidados de saúde a prestar após a reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos. O Plano de Saúde é gerido pela Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT-ACS”), tendo em 2004 sido constituída a PT Prestações – Mandatária de Aquisição e Gestão de Bens, SA (“PT Prestações”) com o único objectivo de gerir um fundo autónomo para financiar estas responsabilidades (Nota 9.2).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento das referidas prestações após a data de reforma, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais das responsabilidades determinados de acordo com o “Projected Unit Credit Method”. O Grupo decidiu adoptar o tratamento alternativo previsto no IAS 19 de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente em capitais próprios.

Os ganhos e perdas incorridos com a alteração de responsabilidades passadas são reconhecidos imediatamente em resultados nas situações em que os benefícios se encontrem vencidos. Caso contrário, são reconhecidos proporcionalmente em quotas constantes durante o período estimado que decorre até à data em que os direitos sejam adquiridos pelos colaboradores (na maioria dos casos, na data de reforma).

As responsabilidades com cuidados de saúde reconhecidas no balanço representam o valor presente das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo constituído.

j) Reformas antecipadas, pré-reformas e suspensões do contrato de trabalho

No momento da passagem dos empregados às situações de pré-reforma, de reforma antecipada ou de suspensão do contrato de trabalho, é reconhecido no balanço um passivo e na demonstração dos resultados do exercício, sob a rubrica “Programa de redução de efectivos”, um custo que reflecte a totalidade das responsabilidades pelo pagamento de salários até à idade de reforma, bem como com pensões ou complementos de pensões a pagar e com cuidados de saúde a prestar após aquela data, os quais são determinados com base em estudos actuariais elaborados por entidades independentes (Nota 9).

k) Subsídios

Os subsídios recebidos do Governo português e da União Europeia são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e de que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos correspondentes incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos, são deduzidos ao valor dos respectivos activos.

l) Instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

(i) Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas.

(ii) Investimentos

Os investimentos financeiros, excluindo as partes de capital em empresas subsidiárias e associadas, são classificados como: (i) detidos até à maturidade, (ii) mensurados ao justo valor através de resultados ou (iii) disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como activos não correntes, excepto se o seu vencimento ocorrer nos 12 meses subsequentes à data do balanço. São registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida que o Grupo tem intenção e capacidade de manter até essa data. **Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados** são classificados como activos correntes. **Os investimentos disponíveis para venda** são classificados como activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos, independentemente da data de liquidação financeira. Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo eventuais despesas inerentes à transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores, com reconhecimento das alterações de justo valor em resultados e no capital próprio, respectivamente. Nas situações em que os investimentos sejam instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados e para os quais não é possível esti-

mar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Na data de alienação ou imparidade dos investimentos classificados como disponíveis para venda, o valor acumulado das alterações de justo valor, registadas directamente no capital próprio, passa a ser reconhecido na demonstração dos resultados do período.

Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

(iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual da transacção e com a definição do passivo financeiro e instrumento de capital próprio. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

As obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom foram reconhecidas inicialmente em duas componentes: (i) o valor actual da dívida, estimado com base em taxas de juro de mercado para empréstimos não convertíveis com características semelhantes e reconhecido no passivo; e (ii) o valor de mercado da opção de conversão da obrigação em acção, por parte do detentor da obrigação, directamente no capital próprio. Em cada momento o passivo é registado pelo seu custo amortizado.

(iv) Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido das despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios (Nota 34).

(v) Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

(vi) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A actividade do Grupo está essencialmente exposta a riscos financeiros, decorrentes de variações nas taxas de câmbio e taxas de juro. O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, sujeitos à análise e aprovação da Comissão Executiva, decorrentes de variações nas taxas de câmbio e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente mensurados ao justo valor na data de contratação e reavaliados subsequentemente pelo respectivo justo valor na data de cada balanço.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de “justo valor” são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de cash flow são registadas directamente no capital próprio em “Outras reservas”, na sua componente efectiva, e em resultados financeiros, na sua componente não efectiva. Os valores registados em “Outras reservas” são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tiver igualmente efeito em resultados.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, quando o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos pelo IAS 39.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura ou que não foram especificamente afectos a uma relação de cobertura contabilística, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

(vii) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio na rubrica "Acções próprias" e os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registados em "Outras reservas".

Os equity swaps, celebrados pela Portugal Telecom sobre acções próprias são reconhecidos como um passivo financeiro e registados de forma similar a uma aquisição de acções próprias, na data de celebração do contrato.

(viii) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica "Dívida de curto-prazo".

(ix) Operações de "Qualified Technological Equipment"

O Grupo celebrou operações de "Qualified Technological Equipment" ("QTE"), pelas quais alienou a determinados investidores estrangeiros um conjunto de equipamentos de telecomunicação. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito ("veículos"), as quais celebraram com o Grupo contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos. O Grupo mantiém legalmente a posse dos equipamentos envolvidos.

Estas operações configuram um sale and lease back, mantendo-se os equipamentos registados no balanço consolidado. As empresas constituídas no âmbito destas operações foram consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras, em resultado de o Grupo obter os benefícios económicos gerados pelas mesmas, o que implicou o registo de um activo não corrente pelo montante da venda do equipamento (Nota 27) e de um passivo não corrente pelo montante das rendas vincendas (Nota 37). Em cada momento estes montantes são mensurados pelo seu valor actual.

Os prémios recebidos pelo Grupo no início das operações são reconhecidos linearmente em resultados no período das operações.

m) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão-de-obra e transportes) incorridos na produção do activo tangível são objecto de capitalização apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- > os activos desenvolvidos são identificáveis;
- > existe forte probabilidade de os activos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- > os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

A contrapartida na demonstração dos resultados é registada através da redução dos correspondentes custos operacionais, não sendo reconhecidas quaisquer margens geradas internamente. Quando não são preenchidas as condições acima descritas, os valores incorridos são contabilizados na demonstração dos resultados como custos no período em que ocorrem.

Não é política do Grupo a capitalização de custos financeiros. Os valores incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos em resultados como custo, no período em que ocorrem.

n) Locação

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos para o locatário substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são contabilizados pelo método financeiro de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

o) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é composto por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

A Portugal Telecom e a PT Multimédia encontram-se abrangidas pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), que abrange todas as empresas em que participam, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital social e que, simultaneamente, sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos Portugal Telecom e PT Multimédia, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente, é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos em determinado momento e o correspondente valor para efeitos fiscais.

Tal como estabelecido na referida norma, são reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos activos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período.

p) Rédito e especialização dos exercícios

As receitas da actividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto no momento da prestação do serviço e facturadas numa base mensal ao longo do mês. Os valores não facturados a clientes ou não facturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efectuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

As receitas de circuitos alugados são registadas no período a que respeitam como locação operacional de propriedades de investimento, na rubrica “Outros proveitos operacionais”.

As receitas dos serviços de ISP resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas de publicidade relativas a listas telefónicas, bem como os respectivos custos, são registadas durante o período de vigência das listas.

As receitas da actividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, dos valores facturados correspondentes aos serviços prestados. O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da actividade de telecomunicações móveis, bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, pode ser resumido da seguinte forma:

| Origem do proveito | Classificação | Reconhecimento |
|-------------------------|------------------------|------------------------------------|
| Utilização da rede | Prestações de serviços | No mês da prestação do serviço |
| Tráfego de interligação | Prestações de serviços | No mês da prestação do serviço |
| Roaming | Prestações de serviços | No mês da prestação do serviço |
| Cartões pré-pagos | Prestações de serviços | No momento da prestação do serviço |
| Telemóveis e acessórios | Vendas de mercadorias | No momento da venda |

As receitas do serviço de TV por subscrição resultam essencialmente de, e são reconhecidas como segue: (i) valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização do serviço são reconhecidos no período em que é prestado; (ii) publicidade colocada nos canais de televisão por cabo é reconhecida no período em que é colocada; (iii) aluguer de equipamento é reconhecido no período de aluguer do mesmo, e (iv) venda de equipamento é reconhecida no momento da venda.

As receitas provenientes da venda de determinados produtos/serviços compostos são alocadas a cada um dos seus componentes e reconhecidas separadamente de acordo com os critérios definidos para cada um desses componentes.

Os custos com a aquisição de clientes nos negócios de telecomunicações fixas, telecomunicações móveis e TV por subscrição (SAC) são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Os custos incorridos com a programação dos canais de televisão por cabo são apurados em função do número de subscritores e são reconhecidos no período em que o serviço é prestado.

As receitas da actividade de exibição cinematográfica provêm da venda de bilhetes de cinema e as receitas relativas à distribuição cinematográfica provêm da venda a outros operadores cinematográficos de direitos de distribuição adquiridos pela Lusomundo Audiovisuais a distribuidores e produtores de filmes. Estas receitas são reconhecidas no período de exibição ou de venda dos direitos.

As contas a receber resultantes da facturação dos serviços prestados ou das vendas efectuadas pelas diversas empresas do Grupo são ajustadas pela avaliação dos riscos estimados de cobrança, sendo essa dedução por cobranças duvidosas reconhecida na demonstração dos resultados do período na rubrica “Provisões e ajustamentos”.

Os restantes custos e despesas são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

q) Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. A cada data de balanço, é efectuada a actualização cambial de activos e passivos e itens monetários, aplicando a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que foram determinadas. As variações cambiais geradas em itens monetários que constituam extensão do investimento denominado na moeda funcional do Grupo PT ou da participada em questão, e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, podem ser reconhecidas no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”. As diferenças de câmbio em itens não monetários, incluindo o goodwill, são reconhecidas no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

A conversão de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira para euros é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- > taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos;
- > taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados;
- > taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações); e
- > taxa de câmbio histórica, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão são incluídas no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”, e são apresentadas na demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos.

O Grupo optou por utilizar a excepção prevista no IFRS 1, transferindo o montante relativo a variações cambiais acumuladas até à data da transição contabilizado na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial” em 1 de Janeiro de 2004 para a rubrica “Resultados transitados”. A partir de 1 de Janeiro de 2004 o Grupo começou a registar directamente no capital próprio as variações cambiais permitidas pelos IFRS, passando a ser reconhecidas, na demonstração dos resultados, as variações cambiais geradas após a data de transição apenas na data da alienação dos investimentos financeiros.

r) Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo não capitaliza os encargos financeiros ainda que relacionados com empréstimos incorridos na aquisição, construção ou produção de um activo.

s) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica “Dívida de curto-prazo”.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, ao pessoal, benefícios de reforma e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, compra e venda de acções próprias e pagamento de dividendos.

t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Portugal Telecom baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 incluem:

- > vidas úteis do activo intangível e tangível;
- > análise de imparidade do goodwill e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- > registo de provisões;
- > cálculo do valor das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- > cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se descritas nas correspondentes notas anexas.

4 Erros, alterações de políticas e estimativas

Durante o exercício de 2005 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos. Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

5 Cotações utilizadas para conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

Em 31 de Dezembro de 2005, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao euro:

| Designação | Código | Cotação | Designação | Código | Cotação |
|---------------------------|--------|----------|---------------------|--------|----------|
| Coroa dinamarquesa | DKK | 7,4605 | Franco suíço | CHF | 1,5551 |
| Coroa norueguesa | NOK | 7,985 | Kuanza angolano | AOA | 95,8524 |
| Coroa sueca | SEK | 9,39 | Libra esterlina | GBP | 0,6853 |
| Direito de saque especial | DSE | 1,21155 | Metical moçambicano | MZM | 28,024 |
| Dirham marroquino | MAD | 10,9097 | Pataca macaense | MOP | 9,4218 |
| Dobra são-tomense | STD | 14109,87 | Peso argentino | ARS | 3,5763 |
| Dólar americano | USD | 1,1797 | Pula do Botswana | BWP | 6,4606 |
| Dólar australiano | AUD | 1,6109 | Rand sul-africano | ZAR | 7,4642 |
| Dólar canadiano | CAD | 1,3725 | Real brasileiro | BRL | 2,744 |
| Dólar de Hong Kong | HKD | 9,1474 | Xelim queniano | KES | 85,4693 |
| Escudo cabo-verdiano | CVE | 110,265 | Xelim ugandês | UGX | 2.145,87 |
| Forint húngaro | HUF | 252,87 | Yene japonês | JPY | 138,9 |
| Franco CFA | XOF | 655,957 | | | |

No exercício de 2005, as demonstrações dos resultados das empresas controladas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas seguintes taxas de câmbio médio relativamente ao euro:

| Designação | Código | Cotação | Designação | Código | Cotação |
|----------------------|--------|-----------|---------------------|--------|-----------|
| Dirham marroquino | MAD | 11,0088 | Metical moçambicano | MZM | 28.386,60 |
| Dólar americano | USD | 1,2448 | Pataca macaense | MOP | 9,9745 |
| Dobra são-Tomense | STD | 13.161,92 | Peso argentino | ARS | 3,6292 |
| Escudo cabo-verdiano | CVE | 110,265 | Pula do Botswana | BWP | 6,3584 |
| Forint húngaro | HUF | 248,04 | Real brasileiro | BRL | 3,0406 |
| Franco CFA | XOF | 655,957 | Xelim queniano | KES | 93,2484 |
| Franco suíço | CHF | 1,5483 | Xelim ugandês | UGX | 2.203,70 |
| Kuanza angolano | AOA | 108.3872 | | | |

6 Receitas operacionais

As receitas operacionais consolidadas nos exercícios de 2005 e 2004 repartem-se da seguinte forma:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|----------------------|----------------------|-------|
| Rede fixa (Nota 7.a) | 2.050.441.875 | 2.144.844.172 | |
| Prestações de serviços | 2.003.232.356 | 2.092.074.889 | |
| Vendas | 33.784.240 | 35.525.176 | |
| Outros proveitos | 13.425.279 | 17.244.107 | |
| Móvel Portugal – TMN (Nota 7.b) | 1.455.414.354 | 1.462.440.668 | |
| Prestações de serviços | 1.306.232.456 | 1.307.080.451 | |
| Vendas | 142.187.634 | 149.099.577 | |
| Outros proveitos | 6.994.264 | 6.260.640 | |
| Móvel Brasil – Vivo (Nota 7.c) | 2.036.932.906 | 1.599.065.713 | |
| Prestações de serviços | 1.737.785.062 | 1.425.260.429 | |
| Vendas | 233.836.060 | 136.550.145 | |
| Outros proveitos | 65.311.784 | 37.255.139 | |
| Multimédia (Nota 7.d) | 627.426.321 | 597.873.803 | |
| Prestações de serviços | 582.453.926 | 543.704.767 | |
| Vendas | 33.892.397 | 40.871.268 | |
| Outros proveitos | 11.079.998 | 13.297.768 | |
| Outros | 215.202.838 | 163.154.902 | |
| Prestações de serviços | 207.175.981 | 152.378.195 | |
| Vendas | 3.761.493 | 3.708.834 | |
| Outros proveitos | 4.265.364 | 7.067.873 | |
| | 6.385.418.294 | 5.967.379.258 | |

Nos exercícios de Dezembro de 2005 e 2004, as receitas operacionais consolidadas por mercado geográfico são conforme segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|----------------------|----------------------|----------------------|-------|
| Portugal | 4.196.117.207 | 4.247.617.885 | |
| Brasil | 2.104.700.811 | 1.641.475.672 | |
| Outros países | 84.600.276 | 78.285.701 | |
| | 6.385.418.294 | 5.967.379.258 | |

7 Composição do resultado líquido por segmentos de negócio

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a Empresa identificou os seguintes segmentos de negócio:

- > rede fixa (incluindo retalho, serviços a operadores e dados e soluções empresariais);
- > móvel – Portugal (TMN);
- > móvel – Brasil;
- > PT Multimédia (incluindo TV por subscrição e Internet por cabo e distribuição e exibição cinematográfica).

Os serviços de rede fixa são prestados essencialmente pela PT Comunicações, PT Prime, PT.COM e PT Corporate e os serviços da PT Multimédia são prestados essencialmente pela TV Cabo Portugal, PT Conteúdos, Lusomundo Audiovisuais e Lusomundo Cinemas.

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo relativa aos exercícios de 2005 e 2004 é conforme segue:

a) Rede fixa

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|----------------------|----------------------|--------------------|
| RECEITAS | | | |
| Prestações de serviços – clientes externos | 2.003.232.356 | 2.092.074.889 | |
| Prestações de serviços – intragrupo | 154.987.772 | 143.239.371 | |
| Vendas – clientes externos | 33.784.240 | 35.525.176 | |
| Vendas – intragrupo | 369.024 | 595.307 | |
| Outras receitas – clientes externos | 13.425.279 | 17.244.107 | |
| Outras receitas – intragrupo | 7.757.822 | 16.521.015 | |
| (a) | 2.213.556.493 | 2.305.199.865 | |
| CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS | | | |
| Custos com o pessoal | 286.713.146 | 296.646.499 | |
| Custos com benefícios de reforma (i) | (21.799.000) | 58.538.000 | |
| Custos directos dos serviços prestados | 385.475.988 | 470.628.444 | |
| Amortizações | 358.878.101 | 369.721.790 | |
| Custo das mercadorias vendidas | 33.760.128 | 39.063.105 | |
| Marketing e publicidade | 42.372.712 | 44.561.225 | |
| Serviços de suporte | 141.327.335 | 114.092.395 | |
| Manutenção e reparação | 70.264.118 | 79.083.345 | |
| Fornecimentos e serviços externos | 148.855.670 | 139.013.120 | |
| Provisões e ajustamentos (ii) | (13.827.539) | 69.770.128 | |
| Impostos indirectos | 6.714.148 | 7.435.025 | |
| Outros custos operacionais | 4.434.348 | 17.322.742 | |
| (b) | 1.443.169.155 | 1.705.875.818 | |
| (c)=(a)-(b) | 770.387.338 | 599.324.047 | |
| Programa de redução de efectivos | 314.309.786 | 165.590.740 | |
| Perdas (e ganhos) com a alienação de activos fixos, líquidos | (3.599.054) | 148.037 | |
| Outros custos | 4.773.024 | 7.075.750 | |
| (d) | 315.483.756 | 172.814.527 | |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos | (e)=(c)-(d) | 454.903.582 | 426.509.520 |
| Juros líquidos (iii) | (9.102.034) | 11.468.987 | |
| Ganhos em variações cambiais, líquidos | (275.932) | 678.536 | |
| Perdas (e ganhos) em activos financeiros, líquidos | (2.109.291) | 935.618 | |
| Ganhos em empresas participadas | 3.583.587 | (1.544.976) | |
| Outros custos financeiros | 4.287.880 | 5.310.108 | |
| (f) | (3.615.790) | 16.848.273 | |
| Resultado antes de impostos | (g)=(e)-(f) | 458.519.372 | 409.661.247 |
| Imposto sobre o rendimento | 132.392.762 | 111.891.470 | |
| Resultado líquido do exercício | 326.126.610 | 297.769.777 | |

(i) Em 2005 e 2004, esta rubrica inclui ganhos de serviços passados no montante de 136.568.000 euros e 66.478.000 euros, respectivamente (Nota 9). (ii) Em 2005, esta rubrica inclui a reversão de um ajustamento para cobrança duvidosa (23 milhões de euros), relativo a uma conta a receber da Angola Telecom, recebida em 2005. Adicionalmente, procedeu-se à reversão de um ajustamento efectuado para cobrir os riscos associados com a rescisão de certos contratos onerosos (30 milhões de euros). (iii) A evolução nesta rubrica resulta principalmente do facto de, em 2005, este segmento de negócio ter deixado de ter uma dívida líquida para passar a ter uma situação positiva em termos de cash.

O activo e o passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2005 e 2004:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---------|---------------|---------------|-------|
| Activo | 4.390.603.377 | 4.536.555.792 | |
| Passivo | 3.968.450.057 | 3.596.115.237 | |

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos exercícios de 2005 e 2004 foi de 233 milhões de euros e 207 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número de empregados afectos a este segmento é de 7.682 pessoas e de 8.311 pessoas, respectivamente.

b) Móvel _ Portugal

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|---------------|---------------|---------------|
| RECEITAS | | | |
| Prestações de serviços – clientes externos | 1.306.232.456 | 1.307.080.451 | |
| Prestações de serviços – intragruo | 97.388.260 | 139.242.834 | |
| Vendas – clientes externos | 142.187.634 | 149.099.577 | |
| Vendas – intragruo | 4.150.726 | 4.180.292 | |
| Outras receitas – clientes externos | 6.994.264 | 6.260.640 | |
| Outras receitas – intragruo | 99.624 | 467.985 | |
| | (a) | 1.557.052.964 | 1.606.331.779 |
| CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS | | | |
| Custos com o pessoal | 54.156.186 | 54.146.001 | |
| Custos directos dos serviços prestados | 309.366.472 | 320.001.670 | |
| Amortizações | 204.863.727 | 193.504.870 | |
| Custo das mercadorias vendidas | 192.721.138 | 170.991.247 | |
| Marketing e publicidade | 35.519.723 | 27.473.363 | |
| Serviços de suporte | 32.426.829 | 36.117.666 | |
| Manutenção e reparação | 34.992.962 | 35.166.174 | |
| Fornecimentos e serviços externos | 162.319.818 | 151.482.806 | |
| Provisões e ajustamentos | 26.820.889 | 31.719.061 | |
| Impostos indirectos | 28.767.472 | 29.626.965 | |
| Outros custos operacionais | 6.433.865 | 2.704.832 | |
| | (b) | 1.088.389.081 | 1.052.934.655 |
| | (c)=(a)-(b) | 468.663.883 | 553.397.124 |
| Perdas com a alienação de activos fixos, líquidas | 3.463.068 | 8.246.778 | |
| Outros custos | 860.783 | 1.402.775 | |
| | (d) | 4.323.851 | 9.649.553 |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos | (e)=(c)-(d) | 464.340.032 | 543.747.571 |
| Juros líquidos (i) | (426.877) | 5.965.934 | |
| Ganhos em variações cambiais, líquidos | (136.470) | 168.436 | |
| Perdas em empresas participadas | 4.901 | (137) | |
| Outros custos financeiros | 1.056.481 | 1.271.999 | |
| | (f) | 498.035 | 7.406.232 |
| Resultado antes de impostos | (g)=(e)-(f) | 463.841.997 | 536.341.339 |
| Imposto sobre o rendimento | 126.882.972 | 145.199.589 | |
| Resultado líquido do exercício | 336.959.025 | 391.141.750 | |

(i) A evolução nesta rubrica resulta principalmente do facto de em 2005 este segmento de negócio ter deixado de ter uma dívida líquida para passar a ter uma situação positiva em termos de cash.

O activo e o passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2005 e 2004:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---------|---------------|---------------|-------|
| Activo | 2.332.126.821 | 1.961.128.471 | |
| Passivo | 1.365.541.324 | 1.285.806.089 | |

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos exercícios de 2005 e 2004 foi de 170 milhões de euros e 155 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número de empregados afectos a este segmento é de 1.184 pessoas e de 1.133 pessoas, respectivamente.

c) Móvel _ Brasil

| | euros | |
|---|----------------------|----------------------|
| | 2005 | 2004 |
| RECEITAS | | |
| Prestações de serviços – clientes externos | 1.737.785.062 | 1.425.260.429 |
| Vendas – clientes externos | 233.836.060 | 136.550.145 |
| Outras receitas – clientes externos | 65.311.784 | 37.255.139 |
| | (a) | 2.036.932.906 |
| | 1.599.065.713 | 1.599.065.713 |
| CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS | | |
| Custos com o pessoal | 103.159.931 | 83.241.014 |
| Custos directos dos serviços prestados | 215.423.347 | 146.818.516 |
| Amortizações | 393.105.547 | 288.913.323 |
| Custo das mercadorias vendidas | 420.490.506 | 378.349.652 |
| Marketing e publicidade | 87.021.314 | 57.069.664 |
| Serviços de suporte | 137.492.794 | 93.700.252 |
| Manutenção e reparação | 24.013.402 | 17.228.273 |
| Fornecimentos e serviços externos | 270.970.519 | 189.622.599 |
| Provisões e ajustamentos | 145.518.487 | 52.953.113 |
| Impostos indirectos | 112.129.282 | 77.348.499 |
| Outros custos operacionais | 13.298.951 | 3.767.505 |
| | (b) | 1.922.624.080 |
| | 114.308.826 | 210.053.303 |
| Perdas (e ganhos) com a alienação de activos fixos | (253.830) | 1.842.721 |
| Outros custos | 4.588.077 | 4.615.832 |
| | (d) | 4.334.247 |
| | 6.458.553 | 203.594.750 |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos | (e)=(c)-(d) | 109.974.579 |
| Juros líquidos | 101.676.254 | 84.875.891 |
| Perdas (e ganhos) em variações cambiais, líquidas | (14.655.530) | (12.248.312) |
| Perdas em activos financeiros, líquidas | 50.464.091 | 34.110.790 |
| Outros custos financeiros, líquidos (i) | 34.414.216 | 40.760.222 |
| | (f) | 171.899.031 |
| Resultado antes de impostos (ii) | (g)=(e)-(f) | 56.096.159 |
| Imposto sobre o rendimento (ii) | 72.043.498 | 64.552.542 |
| Resultado líquido do exercício | (133.967.950) | (8.456.383) |

(i) O decréscimo nesta rubrica é principalmente resultante da diminuição nos impostos resultantes das receitas financeiras no Brasil, decorrentes dos dividendos pagos pelas empresas com licença para explorar o serviço móvel no Brasil às empresas holdings que detêm participações nessas empresas. (ii) A diminuição verificada no lucro antes de impostos em 2005 não teve uma correspondência direc-ta na provisão para impostos, visto ter havido um aumento nos prejuízos de certas subsidiárias da Vivo, os quais não originaram impostos diferidos activos.

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio nos exercícios de 2005 e 2004 foi de 361 milhões de euros e 264 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número de empregados afectos a este segmento (50% da Vivo) é de 3.042 pessoas e de 3.176 pessoas, respectivamente.

No âmbito da aplicação dos IFRS, deve ser divulgado um balanço sumarizado com activos e passivos das empresas consolidadas pelo método proporcional. O detalhe do activo e o passivo da Vivo que foi consolidado proporcional-mente (50%) em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 apresenta os seguintes valores:

| | euros | |
|--------------------------------|----------------------|----------------------|
| | 2005 | 2004 |
| Activos | | |
| Activos correntes | 1.232.713.722 | 989.724.155 |
| Activos intangíveis | 2.419.439.509 | 1.917.798.916 |
| Activos tangíveis | 1.194.488.946 | 875.561.133 |
| Activos por impostos diferidos | 180.188.698 | 138.098.080 |
| Outros activos não correntes | 140.648.582 | 78.718.065 |
| Total do activo | 5.167.479.457 | 3.999.900.349 |
| Passivos | | |
| Passivos correntes | 1.149.449.592 | 1.140.910.083 |
| Dívida de médio e longo prazo | 722.432.315 | 349.415.071 |
| Outros passivos não correntes | 110.885.629 | 74.537.047 |
| Total do passivo | 1.982.767.536 | 1.564.862.201 |

d) PT Multimédia

| | | 2005 | 2004 |
|--|-------------|--------------------|--------------------|
| OPERAÇÕES CONTINUADAS | | | |
| RECEITAS | | | |
| Prestações de serviços – clientes externos | | 582.453.926 | 543.704.767 |
| Prestações de serviços – intragrupo | | 452.349 | 595.978 |
| Vendas – clientes externos | | 33.892.397 | 40.871.268 |
| Vendas – intragrupo | | 202.741 | (20.036) |
| Outras receitas – clientes externos | | 11.079.998 | 13.297.768 |
| Outras receitas – intragrupo | | 372.942 | 307.335 |
| | (a) | 628.454.353 | 598.757.080 |
| CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS | | | |
| Custos com o pessoal | | 43.917.989 | 43.727.890 |
| Custos directos dos serviços prestados | | 201.336.349 | 184.950.030 |
| Amortizações | | 61.919.611 | 51.420.176 |
| Custo das mercadorias vendidas | | 13.199.148 | 18.253.065 |
| Marketing e publicidade | | 20.295.907 | 24.168.671 |
| Serviços de suporte | | 40.317.922 | 38.196.688 |
| Manutenção e reparação | | 20.102.357 | 14.773.022 |
| Fornecimentos e serviços externos | | 82.094.964 | 83.062.232 |
| Provisões e ajustamentos | | 9.902.107 | 5.655.508 |
| Impostos indirectos | | 800.841 | 4.309.389 |
| Outros custos operacionais | | 1.195.525 | 2.859.229 |
| | (b) | 495.082.720 | 471.375.900 |
| | (c)=(a)-(b) | 133.371.633 | 127.381.180 |
| Perdas por imparidade (Nota 30) | | – | 28.000.000 |
| Perdas (e ganhos) com a alienação de activos fixos | | 70.599 | (1.810.220) |
| Outros (i) | | (1.675.949) | 51.000.136 |
| | (d) | (1.605.350) | 77.189.916 |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos | | (e)=(c)-(d) | 134.976.983 |
| Juros líquidos (ii) | | 6.143.383 | 3.440.154 |
| Perdas em variações cambiais | | 688.080 | 827.686 |
| Perdas (e ganhos) em activos financeiros, líquidos | | (737) | 2.076.409 |
| Perdas (e ganhos) em empresas participadas | | (3.915.113) | (1.028.781) |
| Outros proveitos financeiros | | (2.488.436) | (3.053.734) |
| | (f) | 427.177 | 2.261.734 |
| Resultado antes de impostos e interesses minoritários | | (g)=(e)-(f) | 134.549.806 |
| Imposto sobre o rendimento (iii) | | 35.183.210 | (75.502.408) |
| Resultado das operações continuadas | | 99.366.596 | 123.431.938 |
| OPERAÇÕES DESCONTINUADAS | | | |
| Resultado das operações descontinuadas | | 14.050.473 | 2.514.982 |
| Resultado líquido do exercício | | 113.417.069 | 125.946.920 |

(i) Em 2004 esta rubrica inclui: (1) 26 milhões de euros relacionados com a provisão registada pela TV Cabo para fazer face à descontinuação da rede analógica e à implementação de serviços digitais oferecidos (Nota 13); (2) 12 milhões de euros relativos à provisão para contingências fiscais (Nota 13) e (3) 8 milhões relativos a outras provisões registadas pela TV Cabo e Lusomundo Audiovisuais.
 (ii) O aumento na rubrica de juros líquidos está relacionado com a aquisição adicional de transponders pela TV Cabo através de operações de locação financeira. (iii) Em 2004, esta rubrica inclui o reconhecimento inicial de impostos diferidos activos relacionados com prejuízos fiscais de anos anteriores (103 milhões de euros), dado que só a partir de 2004 se obteve a evidência de que esses prejuízos fiscais podiam ser recuperados.

O activo e o passivo deste segmento de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2005 e 2004:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---------|---------------|---------------|-------|
| Activo | 1.000.800.895 | 1.118.982.989 | |
| Passivo | 562.125.935 | 609.673.438 | |

O investimento em activos tangíveis e intangíveis deste segmento nos exercícios de 2005 e 2004 foi de 186 milhões de euros e 73 milhões de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o número de empregados afectos a este segmento é de 1.388 pessoas e de 1.302, respectivamente.

e) Reconciliação das receitas, do resultado líquido e dos activos

Nos exercícios de 2005 e 2004 a reconciliação do total das receitas por segmento com o total das receitas consolidadas era como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|-------|
| Receitas operacionais | | | |
| Relativas aos segmentos reportados | 6.435.996.716 | 6.109.354.437 | |
| Relativas a outras operações | 215.145.690 | 162.354.939 | |
| Eliminação das operações intragrupo | (265.724.112) | (304.330.118) | |
| | 6.385.418.294 | 5.967.379.258 | |

Nos exercícios de 2005 e 2004 a reconciliação do resultado líquido por segmento com o resultado consolidado líquido do exercício era como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|--------------------|--------------------|-------|
| Resultado líquido | | | |
| Relativo aos segmentos reportados | 652.189.560 | 765.805.560 | |
| Relativo a outras operações | (14.286.027) | (36.509.713) | |
| Outros itens: | | | |
| Despesas suportadas com empréstimos a nível corporativo | (159.347.005) | (99.130.346) | |
| Ganhos (e perdas) em empresas associadas, líquidos | 237.894.651 | 18.293.153 | |
| Imposto sobre o rendimento não incluído nos segmentos reportados | (17.840.751) | 36.156.545 | |
| Interesses minoritários não incluídos nos segmentos reportados | (44.625.609) | (61.415.765) | |
| | 653.984.819 | 623.199.434 | |

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 a reconciliação do activo líquido por segmentos e o total do activo líquido consolidado é como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|-----------------------|-----------------------|-------|
| Total dos activos | | | |
| Activos relativos aos segmentos reportados | 12.891.010.549 | 11.616.567.601 | |
| Activos relativos a outras operações | 2.891.821.289 | 1.563.725.843 | |
| Goodwill | 567.541.636 | 529.848.187 | |
| Investimentos em empresas associadas e outros | 292.693.826 | 218.546.604 | |
| | 16.643.067.300 | 13.928.688.235 | |

O total do activo, passivo, activos tangíveis e intangíveis por mercados geográficos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 apresentam os seguintes valores:

| | | | | euros 2005 |
|------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| | Activo | Passivo | Activos tangíveis | Activos intangíveis |
| Portugal | 9.533.121.355 | 7.115.120.956 | 2.792.325.984 | 1.173.753.925 |
| Brasil | 5.424.259.539 | 2.012.647.707 | 1.208.508.378 | 2.424.078.318 |
| Outros (i) | 1.685.686.406 | 4.933.221.272 | 61.168.759 | 3.788.227 |
| | 16.643.067.300 | 14.060.989.935 | 4.062.003.121 | 3.601.620.470 |

| | | | | euros 2004 |
|----------|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| | Activo | Passivo | Activos tangíveis | Activos intangíveis |
| Portugal | 9.634.080.428 | 6.649.817.313 | 2.959.712.365 | 1.282.130.984 |
| Brasil | 4.102.045.381 | 1.544.466.528 | 910.523.526 | 1.959.105.755 |
| Outros | 192.562.426 | 3.480.231.383 | 66.035.822 | 3.689.308 |
| | 13.928.688.235 | 11.674.515.224 | 3.936.271.713 | 3.244.926.017 |

(i) O activo e o passivo das outras áreas geográficas incluem, respectivamente, 1.552.783.879 euros e 4.875.966.814, relacionados com a PT Finance BV, empresa subsidiária do Grupo com sede na Holanda. O activo da PT Finance corresponde basicamente a aplicações de curto prazo e os passivos correspondem a empréstimos obtidos nos mercados financeiros, os quais são utilizados para financiar os negócios das empresas do Grupo, principalmente em Portugal e no Brasil.

8 Custos com pessoal

Os custos com pessoal nos exercícios de 2005 e 2004 repartem-se da seguinte forma:

| | | euros 2005 | 2004 |
|------------------|--|--------------------|--------------------|
| Remunerações | | 533.451.526 | 518.867.248 |
| Encargos sociais | | 98.724.176 | 88.027.039 |
| Seguros | | 3.933.039 | 2.604.502 |
| Outros | | 31.222.422 | 22.303.619 |
| | | 667.331.163 | 631.802.408 |

9 Custos com benefícios de reforma

9.1 Pensões e complementos de reforma

Conforme referido na Nota 3.h), a PT Comunicações é responsável pelo pagamento de pensões de reforma e de complementos de pensões a empregados suspensos bem como a empregados já reformados ou ainda no activo. Estas responsabilidades, estimadas com base em cálculos actuariais preparados por um actuário independente, são as seguintes:

- a) os empregados ou reformados oriundos dos CTT e contratados antes de 14 de Maio de 1992 têm o direito a receber da Empresa uma pensão de reforma. Os empregados contratados após essa data encontram-se abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. Os empregados suspensos recebem normalmente um valor igual a 90% do salário-base anterior à suspensão do contrato de trabalho, estando previsto em algumas situações, um incremento anual.
- b) os reformados e empregados ainda no activo oriundos dos TLP contratados antes de 23 de Junho de 1994 têm direito a um complemento à pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social. Os empregados pré-reformados têm igualmente direito a receber uma prestação equivalente a um montante entre 25% e 80% do seu salário-base na altura da pré-reforma, até que atinjam a idade de reforma definida pelo Regime Geral da Segurança Social. Após esta data, estes antigos empregados têm direito ao complemento de pensão. Os empregados suspensos recebem normalmente um valor igual a 90% do salário-base na altura da suspensão do contrato de trabalho, estando em algumas situações previsto um incremento anual.

- c)** os empregados oriundos da TDP contratados antes de 23 de Junho de 1994 têm direito a receber um complemento à pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social. Os pré-reformados têm igualmente direito a receber da Empresa uma prestação equivalente a um montante entre 25% e 80% do seu salário-base anterior à pré-reforma, até que atinjam a idade de reforma definida pelo Regime Geral da Segurança Social. Os empregados suspensos recebem normalmente um valor igual a 90% do salário-base na altura da suspensão do contrato de trabalho, estando em algumas situações previsto um incremento anual.
- d)** os empregados oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, SA (“Marconi”, uma empresa incorporada na PT Comunicações em 2002) contratados antes de 1 de Fevereiro de 1998 têm direito a receber da Caixa Marconi uma pensão de reforma, bem como dois complementos adicionais (Marconi Fundo de Melhoria e Marconi Fundo Complementar). Os empregados contratados após essa data não têm direito a estes benefícios, dado que se encontram abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.
- e)** no momento da reforma, a PT Comunicações paga uma gratificação de valor fixo a cada empregado, em função dos anos de serviço.

Os empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações ou da Marconi e que estivessem abrangidos por algum dos planos de benefícios de reforma acima referidos mantêm tais benefícios.

Os estudos actuariais foram elaborados com data de referência a 31 de Dezembro de 2005 e 2004 por actuários independentes, tendo por base os seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

| | 2005 | 2004 |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Taxa anual de rendimentos dos fundos a longo prazo | 6,00% | 6,00% |
| Taxa anual de desconto das responsabilidades com pensões | 4,50% | 5,75% |
| Taxa anual de desconto das responsabilidades com salários de pré-reformados | 3,50% | 4,00% |
| Taxa anual de crescimento salarial | 3,00% | 3,00% |
| Taxa de crescimento de pensões | 2,00% | 2,00% |
| Taxa de inflação | 2,00% | 2,00% |
| Metódo actuarial | Projected Unit Credit | Projected Unit Credit |

A taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo foi estimada essencialmente com base em informação histórica sobre a rentabilidade das várias classes de activos em carteira, na evolução expectável da composição da carteira de activos e em indicadores de mercados financeiros usualmente considerados neste tipo de análises.

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados nos estudos actuariais para 2005 e 2004 foram os seguintes:

| Tábuas de mortalidade | | |
|--|----------------------------------|--|
| Activos e pré-reformados | | |
| Homens | AM (92) | |
| Mulheres | AF (92) | |
| Pensionistas | | |
| Homens | PA (90)m – deduzido de três anos | |
| Mulheres | PA (90)f – deduzido de três anos | |
| Tábuas de invalidez: Swiss Reinsurance Company | | |
| Rotação de empregados: Nula | | |

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades projectadas e o valor de mercado dos fundos de pensões, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, eram como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|----------------------|----------------------|-------|
| Valor actual das responsabilidades projectadas da PT Comunicações e da PT SI | | | |
| Pensionistas, sobreviventes e pensões a pré-reformados e suspensos | 2.523.088.513 | 2.028.970.504 | |
| Salários e prémios a pré-reformados e suspensos | 986.385.800 | 858.775.000 | |
| Activos | 729.350.000 | 695.787.000 | |
| Valor actual das responsabilidades projectadas da Lusomundo Media (i) | – | 8.846.352 | |
| | 4.238.824.313 | 3.592.378.856 | |
| Valor de mercado dos fundos da PT Comunicações | (2.200.172.000) | (1.972.620.000) | |
| Valor actual das responsabilidades não financeiras | 2.038.652.313 | 1.619.758.856 | |

(i) A Lusomundo Media foi alienada durante o exercício de 2005 (Nota 17).

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as responsabilidades não fundeadas com pensões reconhecidas no balanço encontram-se registadas no passivo não corrente na rubrica “Benefícios de reforma”.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a composição dos fundos de pensões por natureza dos investimentos era como segue:

| | 2005 | | | |
|---|----------------------|----------------|----------------------|----------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Acções (i) | 798.928.907 | 36,31% | 681.516.951 | 34,55% |
| Obrigações | 757.849.915 | 34,45% | 671.112.135 | 34,02% |
| Imobiliário (ii) | 251.229.324 | 11,42% | 259.565.035 | 13,16% |
| Fundos de investimento imobiliário | 64.249.610 | 2,92% | 54.654.566 | 2,77% |
| Disponibilidade, contas a receber e outros activos de curto prazo | 327.914.244 | 14,90% | 305.771.313 | 15,50% |
| | 2.200.172.000 | 100,00% | 1.972.620.000 | 100,00% |

(i) Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica inclui investimentos em acções da PT e de partes relacionadas, como segue:

| | 2005 | | | |
|----------------------|--------------------|--------------------|------------------|-------------|
| | Número de acções | Valor | Número de acções | Valor |
| Telefónica | 8.928.305 | 113.478.757 | 8.928.305 | 118.986.853 |
| Banco Espírito Santo | 7.864.744 | 106.960.518 | 7.864.744 | 104.601.095 |
| Portugal Telecom | 3.879.192 | 33.167.092 | 3.879.192 | 35.300.647 |
| | 253.606.367 | 258.888.595 | | |

(ii) Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui imóveis arrendados ao Grupo que representam cerca de 93% do valor das propriedades de investimento detidos pelos fundos.

O movimento ocorrido em 2005 nos activos dos fundos de pensões foi como segue:

| | 2005 |
|--|----------------------|
| Saldo inicial dos activos dos fundos de pensões | 1.972.620.000 |
| Rendimento actual dos fundos | 167.177.000 |
| Pagamento de benefícios | (148.046.236) |
| Contribuições feitas pela PT Comunicações | 197.781.236 |
| Contribuições dos empregados | 10.640.000 |
| Saldo final dos activos dos fundos de pensões | 2.200.172.000 |

As contribuições para os fundos de pensões e os pagamentos feitos a empregados pré-reformados e suspensos, nos exercícios de 2005 e 2004, foram os seguintes:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|--------------------|--------------------|-------|
| Contribuições para os fundos de pensões | | | |
| Contribuições dos empregados | 197.781.236 | 125.737.000 | |
| Contribuições da Empresa | 10.640.000 | 10.991.000 | |
| | 208.421.236 | 136.728.000 | |
| Prestações pagas a pré-reformados e suspensos e prémio de aposentação | 167.723.264 | 143.056.984 | |

A composição do custo com pensões pode ser summarizada como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|---------------------|--------------------|-------|
| Custo com o serviço do período | 19.534.845 | 18.395.000 | |
| Custo financeiro do período | 189.146.000 | 175.986.000 | |
| Rendimento estimado dos fundos | (120.944.000) | (111.127.000) | |
| Ganhos com serviços passados | (136.568.000) | (66.478.000) | |
| | (48.831.155) | 16.776.000 | |
| Custos com pré-reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros | 296.243.885 | 156.232.640 | |
| | 247.412.730 | 173.008.640 | |

Em 2005, os ganhos com serviços passados incluem proveitos de 110 milhões de euros relacionados com a alteração da idade da reforma dos funcionários públicos, na sequência da promulgação da Lei 60/2005, e 27 milhões de euros resultantes da alteração da fórmula de cálculo dos benefícios de reforma para funcionários públicos, de 90% do último salário, para 90% da média dos três últimos salários. Em 2004, registou-se igualmente um ganho com serviços passados referente à alteração da fórmula de cálculo dos benefícios de reforma para funcionários públicos, de 100% para 90% do último salário. Os empregados da PT Comunicações, contratados originalmente pelos CTT antes de Maio de 1992 são equiparados a funcionários públicos e por conseguinte as alterações acima mencionadas afetam o cálculo das responsabilidades com estes empregados.

Os ganhos e perdas actuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais ou das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo calculados anualmente pelo actuário e reconhecidos no capital próprio na Demonstração de Ganhos e Perdas Reconhecidas. O movimento nas perdas actuariais acumuladas líquidas durante os exercícios de 2005 e 2004 foram como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|----------------------|----------------------|-------|
| Saldo inicial | 1.107.306.000 | 917.294.835 | |
| Alteração de pressupostos actuariais | 544.000.000 | 175.000.000 | |
| Diferenças entre os dados actuariais e os critérios actuariais assumidos | | | |
| Valor actual das responsabilidades projectadas | 48.064.579 | 51.366.165 | |
| Activos relacionados | (46.233.000) | (36.355.000) | |
| Saldo final (Nota 38.6) | 1.653.137.579 | 1.107.306.000 | |

Em 2005, a alteração de pressupostos actuariais corresponde à diminuição da taxa anual de desconto de 5,75% para 4,5% para as responsabilidades com pensões e de 4,0% para 3,5% para as responsabilidades com salários. Em 2004, este valor corresponde à diminuição da taxa anual de actualização de 6,0% para 5,75% para as responsabilidades com pensões e à alteração das tábuas de mortalidade, aumentando em 1 ano a esperança média de vida dos reformados.

9.2 Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 3.i), a PT Comunicações é responsável pelo financiamento dos planos de saúde aplicáveis aos seus empregados activos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis.

Este plano de saúde patrocinado pela PT Comunicações abrange todos os empregados contratados até 31 de Dezembro de 2003 e os empregados contratados pela Marconi até 1 de Fevereiro de 1998. Alguns empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações são igualmente cobertos por este plano.

Para o financiamento do plano de saúde contribuem:

- > os beneficiários titulares (beneficiários de algum dos regimes de saúde anteriormente vigentes na Empresa), com 1,5% dos ordenados;
- > o Serviço Nacional de Saúde (SNS), com contribuição por beneficiário do plano (Nota 23), que em 2006 será de 325,74 euros; e
- > a PT Comunicações, com o valor remanescente necessário à cobertura da totalidade dos custos, através de contribuições anuais para a PT-ACS ou através de fundos autónomos constituídos para o efeito.

As avaliações actuariais destes planos são preparadas por actuários independentes, tendo os estudos de 31 de Dezembro de 2005 e 2004 sido realizados com base no Projected Unit Credit Method utilizando os seguintes pressupostos e bases técnicas actuariais:

| | 2005 | 2004 |
|---|-------|-------|
| Taxa de crescimento dos custos com saúde | | |
| Próximos 4 anos | 3,50% | 3,50% |
| Anos seguintes | 3,00% | 3,00% |
| Taxa de rendimento dos fundos a longo prazo | 6,00% | 6,00% |
| Taxa de actualização | 4,50% | 5,75% |
| Taxa de crescimento salarial | 3,00% | 3,00% |
| Taxa de inflação | 2,00% | 2,00% |

A taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo foi estimada essencialmente com base em informação histórica sobre a rentabilidade das várias classes de activos em carteira, na evolução expectável da composição da carteira de activos e em indicadores de mercados financeiros habitualmente considerados neste tipo de análises.

Os pressupostos demográficos considerados nos estudos actuariais para 2005 e 2004 foram os seguintes:

| Tábuas de mortalidade | |
|--|----------------------------------|
| Activos e pré-reformados | |
| Homens | AM (92) |
| Mulheres | AF (92) |
| Pensionistas | |
| Homens | PA (90)m – deduzido de três anos |
| Mulheres | PA (90)f – deduzido de três anos |
| Tábuas de invalidez: Swiss Reinsurance Company | |
| Rotação de empregados: Nula | |

Com base neste estudo, a responsabilidade projectada com cuidados de saúde e o valor actual dos fundos a 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|--------------------|--------------------|-------|
| Valor actual das responsabilidades projectadas | 912.807.431 | 701.797.528 | |
| Valor de mercado do fundo de pensões | (315.576.000) | – | |
| Valor actual das responsabilidades não financiadas | 597.231.431 | 701.797.528 | |

O custo com os cuidados de saúde foi estimado com base numa taxa tendencial de crescimento de 3,5% para os próximos quatro anos e de 3,0% para os anos seguintes. O efeito de um aumento de 1% nesta taxa de crescimento (4,5% para os próximos 4 anos e 4,0% nos anos seguintes) consistiria num aumento nas responsabilidades com cuidados de saúde, a 31 de Dezembro de 2005, de 164 milhões de euros e um aumento no custo com o serviço do período e no custo financeiro do período de 9 milhões de euros.

O efeito do decréscimo de 1% na taxa de crescimento assumida (2,5% para os próximos 4 anos e 2,0% nos anos seguintes) consistiria num decréscimo nas responsabilidades com cuidados de saúde de 132 milhões de euros e um decréscimo no custo com o serviço do período e no custo financeiro do período de 7 milhões de euros, a 31 de Dezembro de 2005.

Durante o exercício de 2005, o Grupo procedeu à constituição de um fundo autónomo para financiamento das responsabilidades com cuidados de saúde, tendo efectuado uma contribuição inicial de 300 milhões de euros. Este fundo autónomo é gerido pela PT Prestações de acordo com uma política de investimentos definida pelo Grupo em consonância com o vencimento das responsabilidades cobertas. Adicionalmente, a PT pagou à PT ACS, o montante de 34.302.467 euros (líquido das contribuições do SNS), relacionado com as despesas de saúde incorridas com os reformados.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as responsabilidades não fundeadas com cuidados de saúde reconhecidas no balanço encontram-se registadas no passivo não corrente, na rubrica “Benefícios de reforma”.

Em 31 de Dezembro de 2005, a composição do fundo autónomo afecto à cobertura de responsabilidades com cuidados de saúde, por natureza de investimentos, era como segue:

| | euros | % |
|--|--------------------|---------------|
| Acções | 105.516.357 | 33,4% |
| Obrigações | 128.302.463 | 40,7% |
| Commodities | 39.685.738 | 12,6% |
| Carteiras de moeda | 39.237.410 | 12,4% |
| Disponibilidades, contas a receber e outros activos de curto prazo | 2.834.032 | 0,9% |
| | 315.576.000 | 100,0% |

Uma súmula das componentes do custo relacionado com cuidados de saúde pode ser analisada como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|-------------------|-------------------|-------|
| Custo com o serviço do período | 5.228.000 | 5.061.000 | |
| Custo financeiro do período | 39.998.000 | 36.935.000 | |
| Rendimento estimado do fundo | (18.000.000) | – | |
| | 27.226.000 | 41.996.000 | |
| Custos com pré-reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros | 18.065.900 | 9.358.100 | |
| | 45.291.900 | 51.354.100 | |

Os ganhos e perdas actuariais, resultantes essencialmente da alteração dos pressupostos actuariais ou das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, são calculados anualmente pelo actuário e reconhecidos directamente no capital próprio, sendo apresentadas na Demonstração dos Ganhos e Perdas Reconhecidas. O movimento nos ganhos e perdas actuariais acumulados líquidos, durante os exercícios de 2005 e 2004, foi como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|--------------------|--------------------|-------|
| Saldo inicial | 132.431.000 | 144.620.000 | |
| Alteração de pressupostos actuariais | 149.000.000 | (7.556.000) | |
| Diferenças entre os dados actuariais e os critérios actuariais assumidos | 33.020.470 | (4.633.300) | |
| Valor actual das responsabilidades projectadas | 33.020.470 | (4.633.300) | |
| Activos relacionados | 2.424.000 | – | |
| Saldo final (Nota 38.6) | 316.875.470 | 132.431.000 | |

Em 2005, a alteração de pressupostos actuariais corresponde à diminuição da taxa anual de actualização de 5,75% para 4,5%. Em 2004, a alteração de pressupostos actuariais corresponde ao ganho referente ao incremento das contribuições do SNS, o qual foi parcialmente anulado com a diminuição da taxa anual de actualização de 6,0% para 5,75% para as responsabilidades com pensões e com a alteração das tábuas de mortalidade, aumentando em um ano a esperança média de vida dos reformados.

9.3 Provisões para os planos de benefícios de reforma

O movimento ocorrido durante o exercício de 2005 e 2004 nas rubricas de provisões para benefícios de reforma foi como segue:

| | Pensões e complementos de reforma (Nota 9.1) | Cuidados de saúde (Nota 9.2) | Total |
|---|--|------------------------------|----------------------|
| Saldo inicial de acordo com o POC | 730.872.244 | 525.166.751 | 1.256.038.995 |
| Ajustamentos IFRS (Nota 45) | 791.270.835 | 167.106.000 | 958.376.835 |
| Saldo inicial de acordo com o IFRS | 1.522.143.079 | 692.272.751 | 2.214.415.830 |
| Custo líquido do período | 16.776.000 | 41.996.000 | 58.772.000 |
| Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros | 156.232.640 | 9.358.100 | 165.590.740 |
| Pagamentos e contribuições | (268.793.984) | (29.772.489) | (298.566.473) |
| Perdas actuariais, líquidas | 190.011.165 | (12.189.000) | 177.822.165 |
| Outros (i) | 3.389.956 | 132.166 | 3.522.122 |
| Saldo inicial | 1.619.758.856 | 701.797.528 | 2.321.556.384 |
| Alterações no perímetro de consolidação (ii) | (8.846.352) | – | (8.846.352) |
| Custo líquido do período | (48.831.155) | 27.226.000 | (21.605.155) |
| Custos com pré-reformas, suspensões de contratos e outros | 296.243.885 | 18.065.900 | 314.309.785 |
| Pagamentos e contribuições | (365.504.500) | (334.302.467) | (699.806.967) |
| Perdas actuariais, líquidas | 545.831.579 | 184.444.470 | 730.276.049 |
| Saldo final | 2.038.652.313 | 597.231.431 | 2.635.883.744 |

(i) Esta rubrica refere-se à responsabilidade com benefícios de reforma da Lusomundo Media registada na demonstração dos resultados na rubrica "Operações descontinuadas" (Nota 17).

(ii) Esta rubrica refere-se à responsabilidade com benefícios de reforma da Lusomundo Media (Nota 17).

9.4 Fluxos de caixa com os planos de benefícios de reforma

Nos exercícios de 2005 e 2004, os pagamentos e contribuições respeitantes aos benefícios de reforma foram como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|--------------------|--------------------|-------|
| Pensões | | | |
| Contribuições para os fundos | 197.781.236 | 125.737.000 | |
| Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos | 167.723.264 | 143.056.984 | |
| | 365.504.500 | 268.793.984 | |
| Cuidados de saúde | | | |
| Contribuições para o fundo | 300.000.000 | — | |
| Pagamentos à PT ACS | 34.302.467 | 29.772.489 | |
| | 334.302.467 | 29.772.489 | |
| | 699.806.967 | 298.566.473 | |

9.5 Custos com os planos de benefícios de reforma

Os custos com os planos de benefícios de reforma e com o programa da redução de efectivos patrocinados pela Empresa foram registados nas demonstrações dos resultados dos exercícios de 2005 e 2004, conforme segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|---------------------|--------------------|-------|
| Custos com benefícios de reforma | | | |
| Pensões | (48.831.155) | 16.776.000 | |
| Cuidados de saúde | 27.226.000 | 41.996.000 | |
| | (21.605.155) | 58.772.000 | |
| Programa de redução de efectivos | | | |
| Pensões | 296.243.885 | 156.232.640 | |
| Cuidados de saúde | 18.065.900 | 9.358.100 | |
| | 314.309.785 | 165.590.740 | |

9.6 Perdas actuariais líquidas

Nos exercícios de 2005 e 2004, o movimento e a natureza das perdas actuariais líquidas foi reconhecido no capital próprio conforme segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|--------------------|--------------------|-------|
| Alterações nos pressupostos actuariais | | | |
| Pensões | 544.000.000 | 175.000.000 | |
| Cuidados de saúde | 149.000.000 | (7.556.000) | |
| | 693.000.000 | 167.444.000 | |
| Diferenças entre os dados reais e os pressupostos actuariais | | | |
| Pensões | 1.831.579 | 15.011.165 | |
| Cuidados de saúde | 35.444.470 | (4.633.000) | |
| | 37.276.049 | 10.378.165 | |
| | 730.276.049 | 177.822.165 | |

10 Custos directos dos serviços prestados

Nos exercícios de 2005 e 2004 esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---------------------------------|--------------------|--------------------|-------|
| Custos com telecomunicações (i) | 561.634.307 | 553.309.321 | |
| Programação (ii) | 139.580.362 | 84.739.017 | |
| Listas telefónicas | 81.687.887 | 86.870.397 | |
| Outros | 98.278.754 | 127.114.963 | |
| | 881.181.310 | 852.033.698 | |

(i) Em 2005 e 2004, esta rubrica inclui custos relacionados com locações operacionais, relativas a aluguer de capacidade, no montante de 90.628.979 euros e 67.492.750 euros, respectivamente (Nota 12).

(ii) Em 2005, o aumento verificado nesta rubrica está relacionado com o incremento da oferta dos serviços digitais prestados pela TV Cabo.

11 Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2005 e 2004 esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|--------------------|--------------------|-------|
| Comissões | 249.502.758 | 199.899.936 | |
| Trabalhos especializados | 184.218.170 | 146.713.400 | |
| Locação operacional (Nota 12) | 68.742.262 | 58.701.159 | |
| Electricidade | 61.155.174 | 49.662.282 | |
| Comunicação | 27.275.071 | 26.687.801 | |
| Instalação e remoção de equipamento terminal | 25.597.855 | 11.089.470 | |
| Deslocações e estadas | 16.042.820 | 16.504.880 | |
| Vigilância e segurança | 13.282.996 | 11.316.163 | |
| Honorários | 12.042.595 | 9.437.845 | |
| Seguros | 11.402.137 | 10.119.351 | |
| Outros fornecimentos e serviços externos | 91.130.464 | 103.328.146 | |
| | 760.392.302 | 643.460.433 | |

12 Locação operacional

Nos exercícios de 2005 e 2004 os custos incorridos com contratos de locação operacional foram reconhecidos nas seguintes rubricas:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|--------------------|--------------------|-------|
| Custos directos (Nota 10) | 90.628.979 | 67.492.750 | |
| Fornecimentos e serviços externos (Nota 11) (i) | 68.742.262 | 58.701.159 | |
| | 159.371.241 | 126.193.909 | |

(i) Esta rubrica refere-se essencialmente a aluguer de equipamento de transporte e rendas de propriedades.

Em 31 de Dezembro de 2005, as responsabilidades futuras do Grupo com os contratos de locação financeira vencem-se como segue:

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 e anos seguintes | 2012 |
|--|-------------|-------------|------------|------------|------------|-----------------------|--------------------|
| | 158.978.929 | | | | | | |
| | | 109.932.481 | | | | | |
| | | | 68.083.967 | | | | |
| | | | | 51.867.127 | | | |
| | | | | | 39.078.232 | | |
| | | | | | | 184.991.527 | |
| | | | | | | | 612.932.264 |

13 Outros custos

Nos exercícios de 2005 e 2004 esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|-------------------|-------------------|-------|
| Donativos (i) | 10.373.957 | 9.548.139 | |
| Aumentos nas provisões e ajustamentos (Nota 36) (ii) | 1.949.648 | 34.348.329 | |
| Outros (iii) | 5.328.559 | 39.668.972 | |
| | 17.652.164 | 83.565.440 | |

(i) Em 2005 e 2004 esta rubrica inclui contribuições feitas pela PT para vários programas de sustentabilidade, promovidos por instituições nacionais e internacionais. (ii) Em 2004 esta rubrica incluía 26.250.000 euros relativos a uma provisão registada pela TV Cabo para fazer face à descontinuação do serviço análogo e implementação de um serviço digital. (iii) Em 2004 esta rubrica incluía essencialmente: (1) um custo de aproximadamente 10 milhões de euros relativos aos custos que a PT Comunicações suportou no âmbito do acordo celebrado com a Deco referente a um processo judicial sobre as taxas de activação; e (2) 12 milhões de euros relativos a uma provisão para contingências fiscais registada na PT Multimédia.

14 Perdas (e ganhos) em activos financeiros, líquidos

Nos exercícios de 2005 e 2004 esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|----------------------------|------------------|---------------------|-------|
| Instrumentos derivados (i) | 13.966.003 | (9.125.470) | |
| Outros (ii) | (5.200.744) | (2.473.027) | |
| | 8.765.259 | (11.598.497) | |

(i) Em 2005, esta rubrica inclui uma perda de 26.303.052 euros relativa às variações líquidas negativas no valor de mercado dos instrumentos derivados, classificados como detidos para negociação (Nota 39), compensada pelo ganho de 12.337.049 euros relativos a dividendos e warrants obtidos, da Portugal Telecom, com equity swaps sobre acções da PT Multimédia contratados com o Grupo Santander (Nota 39). (ii) Em 2005, esta rubrica inclui essencialmente: (1) 5.920.000 euros relativos ao ganho com a venda da participação financeira na Media Capital; (2) 1.323.874 euros relativos às provisões dos empréstimos concedidos a algumas empresas associadas (Nota 36); (3) 1.719.687 euros relacionados com os dividendos recebidos do Banco Espírito Santo e da Telefónica; e (4) 1.242.647 euros relativos às rendas recebidas do aluguer de alguns imóveis detidos pela PT Comunicações (Nota 29).

15 Outros custos financeiros, líquidos

Nos exercícios de 2005 e 2004 esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|-------------------|-------------------|-------|
| Comissões e outros serviços bancários (i) | 32.620.839 | 19.083.229 | |
| Descontos de pronto pagamento | 5.881.694 | 4.970.679 | |
| Impostos sobre as receitas financeiras (ii) | 5.006.330 | 13.264.646 | |
| Outros, líquidos | 20.944.234 | 18.297.660 | |
| | 64.453.097 | 55.616.214 | |

(i) O aumento nesta rubrica respeita essencialmente às operações no Brasil (3 milhões de euros relativos à valorização do real), nomeadamente as operações relativas à alienação da UOL e à reestruturação do Grupo Vivo. (ii) Esta rubrica respeita a 50% dos encargos na Brasilcel com impostos sobre a receita financeira decorrente dos dividendos pagos pelas empresas operacionais às respectivas holdings. O decréscimo verificado nesta rubrica em 2005 refere-se ao decréscimo dos dividendos pagos pela Telesp Celular à TCP.

16 Impostos e taxas

A Portugal Telecom e as empresas incluídas na consolidação sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25%, acrescida de, aproximadamente, 10% de Derrama, atingindo uma taxa agregada de cerca de 27,5%.

A Portugal Telecom e a PT Multimédia são tributadas de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas em que detêm, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 63º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos). O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005, excepto para as situações que foram objecto de registo de uma provisão (Nota 36).

a) Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 os movimentos ocorridos nos impostos diferidos foram como segue:

| | Saldo 31 Dez 2004 | Alterações ao perímetro de consolidação | Resultado líquido das operações continuadas | Resultados acumulados | Ajustamentos de conversão cambial | Impostos a pagar (Nota 25) | Outros movimentos | Saldo 31 Dez 2005 | euros |
|--|----------------------|---|--|--------------------------|---|----------------------------------|----------------------|----------------------|-------|
| Impostos diferidos activos | | | | | | | | | |
| Provisões | 112.188.079 | (5.803.538) | 35.270.702 | – | 10.272.451 | – | – | 151.927.694 | |
| Benefícios de reforma | 633.933.981 | (2.432.747) | (110.793.932) | 199.547.931 | – | – | – | 720.255.233 | |
| Prejuízos fiscais reportáveis (i) | 535.569.417 | (8.909.622) | 2.462.271 | – | 16.586.861 | (261.690.411) | 2.858.356 | 286.876.872 | |
| Instrumentos financeiros | 21.823.859 | – | (3.892.741) | 208.370 | – | – | (1.817.601) | 16.321.887 | |
| Contribuição adicional para o fundo de pensões | 26.202.667 | – | 95.148.655 | – | – | – | – | 121.351.322 | |
| Outras diferenças temporárias | 93.283.513 | – | (45.062.216) | – | 43.159.695 | – | (302.991) | 91.078.001 | |
| | 1.423.001.516 | (17.145.907) | (26.867.261) | 199.756.301 | 70.019.007 | (261.690.411) | 737.764 | 1.387.811.009 | |
| Impostos diferidos passivos | | | | | | | | | |
| Reavaliação de activos fixos | 20.768.991 | (2.235.362) | (2.002.954) | – | – | – | – | 16.530.675 | |
| Mais-valias fiscais com tributação suspensa | 272.860.766 | (585.265) | (648.204) | – | – | – | – | 271.627.297 | |
| Outras diferenças temporárias | 34.226.650 | – | 13.829.133 | – | – | – | (1.346.678) | 46.709.105 | |
| | 327.856.407 | (2.820.627) | 11.177.975 | – | – | – | (1.346.678) | 334.867.077 | |
| | (14.325.280) | (38.045.236) | 199.756.301 | 70.019.007 | (261.690.411) | 2.084.442 | | | |

(i) Em 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica inclui impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis gerados em Portugal no montante de 217 milhões de euros e no Brasil no montante de 70 milhões de euros.

| | Saldo 31 Dez 2003 (POC) | Ajustamentos de conversão para os IFRS 1 Jan 2004 | Saldo 1 Jan 2004 (IFRS) | Resultado líquido | Resultados acumulados | Ajustamentos de conversão cambial | Impostos a pagar (Nota 25) | Outros movimentos | Saldo 31 Dez 2004 | euros |
|--|-------------------------------|--|-------------------------------|----------------------|--------------------------|---|----------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------|
| Impostos diferidos activos | | | | | | | | | | |
| Provisões | 74.200.187 | 11.911.204 | 86.111.391 | 25.814.596 | – | 279.975 | – | (17.883) | 112.188.079 | |
| Benefícios de reforma | 341.755.684 | 261.847.268 | 603.602.952 | (18.258.877) | 48.589.906 | – | – | – | 633.933.981 | |
| Prejuízos fiscais reportáveis (i) | 651.863.830 | (893.031) | 650.970.799 | 116.577.636 | – | 626.645 | (237.178.778) | 4.573.115 | 535.569.417 | |
| Instrumentos financeiros | 10.815.788 | 4.638.255 | 15.454.043 | 4.570.582 | 1.799.234 | – | – | – | 21.823.859 | |
| Contribuição adicional para o fundo de pensões | 36.436.390 | (9.532.751) | 26.903.639 | (700.972) | – | – | – | – | 26.202.667 | |
| Outras diferenças temporárias | 216.540.935 | (66.561.431) | 149.979.504 | (58.536.445) | – | 2.556.532 | – | (716.078) | 93.283.513 | |
| | 1.331.612.814 | 201.409.514 | 1.533.022.328 | 69.466.520 | 50.389.140 | 3.463.152 | (237.178.778) | 3.839.154 | 1.423.001.516 | |
| Impostos diferidos passivos | | | | | | | | | | |
| Reavaliação de activos fixos | 24.567.399 | – | 24.567.399 | (3.864.335) | – | – | – | – | 65.927 | 20.768.991 |
| Mais-valias fiscais com tributação suspensa | 286.457.912 | – | 286.457.912 | (13.597.146) | – | – | – | – | – | 272.860.766 |
| Outras diferenças temporárias | 22.500.269 | 11.186.021 | 33.686.290 | 540.360 | – | – | – | – | – | 34.226.650 |
| | 333.525.580 | 11.186.021 | 344.711.601 | (16.921.121) | – | – | – | – | 65.927 | 327.856.407 |
| | | | | 86.387.641 | 50.389.140 | 3.463.152 | (237.178.778) | 3.773.227 | | |

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os prejuízos fiscais reportáveis das subsidiárias portuguesas expiravam como segue:

| | 2005 | 2004 |
|------|---|---|
| | Registados como impostos diferidos activos | Registados como impostos diferidos activos |
| 2005 | – | 3.259.000 |
| 2006 | – | 6.328.029 |
| 2007 | – | 5.684.000 |
| 2008 | 477.242.146 | 1.423.949.928 |
| 2009 | 311.981.853 | 317.019.000 |
| 2010 | – | 937.000 |
| | 789.223.999 | 1.757.176.957 |
| | | 260.411.997 |

Em 31 de Dezembro de 2005, os prejuízos fiscais reportáveis das subsidiárias portuguesas incluiam 464 milhões de euros relativos ao consolidado fiscal da Portugal Telecom e 325 milhões de euros referentes ao consolidado fiscal da PT Multimédia.

b) Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios de 2005 e 2004, a reconciliação entre as taxas nominal e efectiva de imposto é como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|--------------------|--------------------|-------|
| Resultado antes de impostos | 1.051.565.863 | 909.131.169 | |
| Taxa nominal de imposto | 27,5% | 27,5% | |
| | 289.180.612 | 250.011.071 | |
| Reconhecimento inicial de impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais de exercícios anteriores | – | (104.487.722) | |
| Prejuízos fiscais não recuperáveis | 59.252.594 | 34.957.108 | |
| Diferenças permanentes | 12.821.057 | 24.864.062 | |
| Taxas de imposto diferenciadas | 4.718.783 | 2.944.924 | |
| Reposição do imposto relativo a mais-valias diferidas da Portugal Telecom | – | (12.610.960) | |
| Outros | 18.370.147 | 14.306.165 | |
| | 384.343.193 | 209.984.648 | |
| Imposto sobre o rendimento | | | |
| Imposto corrente (Nota 25) | 346.297.957 | 288.963.707 | |
| Imposto diferido (i) | 38.045.236 | (78.979.059) | |
| | 384.343.193 | 209.984.648 | |

(i) Em 2004 houve um aumento dos impostos diferidos registados na demonstração de resultados de 86.387.641 euros, dos quais 78.979.059 euros estão relacionados com operações continuadas e 7.408.582 euros referem-se a operações descontinuadas (Nota 17).

17 Operações descontinuadas

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 não existem operações classificadas no balanço como descontinuadas. Nos exercícios de 2005 e 2004, a demonstração dos resultados das operações descontinuadas refere-se aos resultados das empresas que foram alienadas nesses exercícios, até à data da respectiva venda: em Setembro de 2004, no caso da Mascom, Agosto de 2005, no caso da Lusomundo Media, e Novembro de 2005, no caso da Primesys.

Adicionalmente, o resultado das operações descontinuadas em 2005, inclui os ganhos líquidos obtidos com a alienação da Lusomundo Media (17 milhões de euros) e da Primesys (4,0 milhões de euros). Em 2004, o resultado das operações descontinuadas inclui o ganho líquido obtido na venda da Mascom (23 milhões de euros).

Em 2005 e 2004, o resultado das operações descontinuadas é como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|-------------------|--------------------|-------|
| Receitas | 163.565.721 | 222.197.245 | |
| Custos operacionais | 159.734.880 | 227.739.675 | |
| | 3.830.841 | (5.542.430) | |
| Perdas (e ganhos) com a alienação de activos fixos e outros custos | (30.904) | 1.000.739 | |
| Resultado antes de resultados financeiros e impostos | 3.861.745 | (6.543.169) | |
| Ganhos em empresas participadas (i) | – | (5.729.147) | |
| Juros e outros custos financeiros, líquidos | 1.386.724 | 3.958.207 | |
| Resultado antes de impostos | 2.475.021 | (4.772.229) | |
| Imposto sobre o rendimento | (1.562.143) | 7.408.582 | |
| Resultado líquido | 912.878 | 2.636.353 | |
| Ganhos obtidos com a alienação de investimentos financeiros (ii) | 20.820.074 | 23.428.829 | |
| Resultado das operações descontinuadas | 21.732.952 | 26.065.182 | |

(i) Em 2004, esta rubrica corresponde à aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados da Mascom até Setembro de 2004. A alienação deste investimento iniciou-se em 2003 e foi concluída em Setembro de 2004 com a aprovação desta transação por parte da Entidade Reguladora do Botswana. (ii) Em 2005, esta rubrica inclui os ganhos líquidos de imposto obtidos na alienação da Lusomundo Media (16.809.196 euros) e da Primesys (4.010.878 euros). O ganho obtido com a alienação da Lusomundo Media está líquido de uma provisão de 18.929.000 euros (Nota 36) constituída para fazer face a garantias assumidas com o comprador, no âmbito do contrato de compra e venda deste investimento financeiro. Em 2004, esta rubrica refere-se ao ganho obtido na alienação da Mascom.

18

Interesses minoritários

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de interesses minoritários:

| | Saldo 31 Dez 2004 | Alteração do perímetro de consolidação | Aquisições, alienações e aumentos de capital | Ganhos (e perdas) | Dividendos Atribuídos | Variações cambiais | Outras variações | Saldo 31 Dez 2005 | euros |
|--------------------------|--------------------|--|--|-------------------|-----------------------|--------------------|---------------------|--------------------|-------|
| Brasilcel (i) | 305.770.785 | – | 114.451.321 | (11.026.917) | (10.007.415) | 126.714.194 | (2.633.398) | 523.268.570 | |
| PT Multimédia (ii) | 212.124.711 | – | – | 33.923.866 | (32.122.888) | (67.634) | (35.782.448) | 178.075.607 | |
| Cabo Verde Telecom | 30.728.281 | – | – | 8.190.353 | (5.370.263) | – | 119.952 | 33.668.323 | |
| Cabo TV Madeirense | 6.056.156 | – | – | 1.851.972 | (1.376.400) | – | – | 6.531.728 | |
| Timor Telecom | 2.258.891 | – | (206.622) | 874.749 | – | 400.461 | – | 3.327.479 | |
| Cabo TV Açoreana | 2.019.394 | – | – | 709.916 | (477.343) | – | – | 2.251.967 | |
| CST | 1.466.715 | – | – | 396.550 | (57.717) | (64.563) | (65.776) | 1.675.209 | |
| Kénya Postel Directories | 886.003 | – | (96.294) | 221.817 | (243.888) | 247.499 | – | 1.015.137 | |
| LTM | 1.482.547 | – | – | 627.644 | (479.750) | (136.820) | – | 1.493.621 | |
| Previsão | 1.053.501 | – | – | 78.005 | (22.132) | – | (285) | 1.109.089 | |
| Grafilme | 662.344 | – | – | 111.477 | (44.442) | – | – | 729.379 | |
| TPT | 555.422 | – | – | 159.336 | – | 13.323 | 133.850 | 861.931 | |
| Outras | 2.564.224 | (1.385.177) | (2.770.636) | (1.147.965) | (49.586) | 29.190 | 2.437.986 | (321.964) | |
| | 567.628.974 | (1.385.177) | 111.377.769 | 34.970.803 | (50.251.824) | 127.135.650 | (35.790.119) | 753.686.076 | |

| | Saldo 1 Jan 2004 (POC) | Impacto dos IFRS 1 Jan 2004 (Nota 45.2) | Saldo 1 Jan 2004 (IFRS) | Ganhos (e perdas) | Dividendos Atribuídos | Variações cambiais | Outras variações | Saldo 31 Dez 2004 | euros |
|--------------------------|------------------------|---|-------------------------|--------------------|-----------------------|--------------------|------------------|--------------------|-------|
| Brasilcel (i) | 419.201.233 | (13.347.017) | 405.854.216 | 37.844.791 | (30.156.059) | 7.260.395 | 197.057 | 305.770.785 | |
| PT Multimédia (ii) | 166.169.910 | (550.830) | 165.619.080 | 51.993.364 | (5.327.366) | (72.523) | (87.843) | 212.124.712 | |
| Cabo Verde Telecom | 28.772.842 | – | 28.772.842 | 7.061.714 | (5.273.610) | – | 167.335 | 30.728.281 | |
| Mascom | 16.682.849 | – | 16.682.849 | – | – | – | – | – | |
| Cabo TV Madeirense | 5.155.415 | (9.612) | 5.145.803 | 1.440.188 | (539.400) | – | 9.564 | 6.056.155 | |
| Timor Telecom | – | – | – | 805.176 | – | (262.852) | – | 2.258.891 | |
| Cabo TV Açoreana | 1.872.300 | (48) | 1.872.252 | 505.903 | (349.197) | – | (9.564) | 2.019.394 | |
| CST | 1.438.850 | – | 1.438.850 | 350.682 | (33.385) | (232.066) | (57.366) | 1.466.715 | |
| Kénya Postel Directories | 1.127.747 | – | 1.127.747 | 234.808 | (369.088) | (96.281) | (11.183) | 886.003 | |
| LTM | 1.299.359 | – | 1.299.359 | 551.540 | (527.288) | 161.588 | (2.652) | 1.482.547 | |
| Previsão | – | – | – | 23.651 | – | – | – | 1.053.501 | |
| Grafilme | 577.237 | – | 577.237 | 173.987 | (88.878) | – | – | 662.344 | |
| TPT | – | – | – | 193.450 | – | (62.970) | – | 555.422 | |
| Outras | 1.670.226 | (37.810) | 1.632.416 | 833.015 | (225.368) | (22.225) | 671.334 | 2.564.222 | |
| | 643.967.968 | (13.945.317) | 630.022.651 | 102.012.269 | (42.889.639) | 6.673.066 | 876.682 | 567.628.974 | |

(i) Estes interesses minoritários correspondem a 50% da participação dos accionistas minoritários nas empresas participadas pela Brasilcel nos respectivos capitais próprios e resultados. O aumento dos interesses minoritários em 2005 está relacionado essencialmente com o aumento de capital ocorrido na Telesp Celular Participações, cujo processo foi concluído em Janeiro de 2005. (ii) Estes interesses minoritários correspondem à participação detida pelos accionistas minoritários nos capitais próprios e resultados da PT Multimédia, considerando a aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros. No primeiro semestre de 2005, parte do custo reconhecido pela PT Multimédia directamente em capitais próprios com o exercício financeiro dos warrants efectuado pela Portugal Telecom, foi transferido na consolidação para o resultado líquido, para eliminar o facto de a Portugal Telecom ter reconhecido o correspondente ganho em resultados. Em 2005, a coluna "Outras variações" inclui um valor de aproximadamente 32 milhões de euros, correspondentes à proporção dos minoritários no exercício dos warrants emitidos em Maio de 2005 e 3 milhões de euros referentes às acções próprias adquiridas em Dezembro de 2005 pela PT Multimédia.

19

Dividendos

A Assembleia Geral realizada em 29 de Abril de 2005 aprovou a proposta do Conselho de Administração de pagamento de um dividendo por acção de 0,35 euros referente ao resultado líquido do exercício de 2004, correspondente a um dividendo total de 395.085.000 euros (Nota 38).

20 Resultados por acção

Os resultados por acção, básico e diluído, nos exercícios de 2005 e 2004, foram calculados como segue:

| | | 2005 | 2004 |
|---|---------------|----------------------|----------------------|
| Resultado das operações continuadas, líquido de interesses minoritários | (1) | 630.950.386 | 597.239.096 |
| Resultado das operações descontinuadas, líquido de interesses minoritários | (2) | 23.034.433 | 25.960.338 |
| Resultado líquido | (3) | 653.984.819 | 623.199.434 |
| Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto) | (4) | 5.659.858 | 5.160.506 |
| Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por acção diluído | (5) | 659.644.677 | 628.359.940 |
| Número médio de acções ordinárias em circulação no período | (6) | 1.138.250.826 | 1.173.266.406 |
| Efeito das obrigações convertíveis | | 31.482.438 | 31.482.438 |
| | (7) | 1.169.733.264 | 1.204.748.844 |
| Resultado por acção das operações continuadas, líquido de interesses minoritários | | | |
| Básico | (1)/(6) | 0,554 | 0,509 |
| Diluído | [(1)+(4)]/(7) | 0,544 | 0,500 |
| Resultado por acção das operações descontinuadas, líquido de interesses minoritários | | | |
| Básico | (2)/(6) | 0,020 | 0,022 |
| Diluído | (2)/(7) | 0,020 | 0,022 |
| Resultado líquido por acção | | | |
| Básico | (3)/(6) | 0,575 | 0,531 |
| Diluído | (5)/(7) | 0,564 | 0,522 |

21 Aplicações de curto prazo

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | 2005 | 2004 |
|--|--|----------------------|----------------------|
| Obrigações de rendimento fixo | | 420.549.203 | 548.583.498 |
| Outras aplicações financeiras de curto prazo (i) | | 2.879.060.750 | 957.187.759 |
| | | 3.299.609.953 | 1.505.771.257 |

(i) Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica inclui 37.923.201 euros e 39.828.143 euros, respectivamente, relativos ao valor de mercado de determinados derivados contratados pela Vivo, os quais não estão a cobrir qualquer operação específica (Nota 39).

22 Contas a receber _ clientes

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | | 2005 | 2004 |
|---|--|----------------------|----------------------|
| Clientes correntes | | | |
| Contas a receber de clientes | | 1.525.016.152 | 1.341.345.823 |
| Acréscimos de proveitos | | 219.855.066 | 192.539.391 |
| Outros | | 143.495 | 2.473.903 |
| | | 1.745.014.713 | 1.536.359.117 |
| Ajustamentos a contas a receber de clientes (Nota 36) | | (355.784.945) | (364.810.725) |
| | | 1.389.229.768 | 1.171.548.392 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 58.061.919 | 44.216.230 |
| | | 1.447.291.687 | 1.215.764.622 |

23 Contas a receber _ outros

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|--------------------|--------------------|-------|
| Outras contas a receber correntes | | | |
| Contas a receber de partes relacionadas | 59.044.470 | 31.532.707 | |
| Contribuições do SNS (Nota 9.2) (ii) | 37.664.548 | 20.786.447 | |
| Descontos concedidos a reformados e pensionistas (i) | 19.670.923 | 47.597.244 | |
| Outros | 100.001.636 | 123.121.741 | |
| | 216.381.577 | 223.038.139 | |
| Ajustamentos a outras contas a receber (Nota 36) | (15.927.455) | (15.873.011) | |
| | 200.454.122 | 207.165.128 | |
| Outras contas a receber não correntes | | | |
| | 21.910.698 | 48.527.860 | |
| Ajustamentos a outras contas a receber não correntes (Nota 36) | (2.106.093) | (3.598.841) | |
| | 19.804.605 | 44.929.019 | |

(i) Este valor corresponde a descontos concedidos por conta do Estado português a reformados e pensionistas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 20-C/86, de 13 de Fevereiro. No âmbito das negociações que conduziram à celebração do contrato de compra e venda da propriedade da Rede Básica de Telecomunicações e da Rede de Telex no final de 2002 e considerando os termos do Acordo Modificativo ao Contrato de Concessão, o Estado português assumiu o compromisso de passar a incluir nos Orçamentos de Estado a verba necessária à regularização dos descontos que vierem a ser concedidos no futuro. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a conta a receber tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------|
| Descontos concedidos em 2003 | – | 26.392.172 | |
| Descontos concedidos em 2004 (a) | – | 21.205.072 | |
| Descontos concedidos em 2005 | 19.670.923 | – | |
| | 19.670.923 | 47.597.244 | |

(a) O Estado português pagou em 2005 os montantes referentes aos descontos concedidos em 2003 e 2004.

(ii) Estas contribuições foram como segue:

| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | euros |
|--|-----------|-----------|------------|------------|-------------------|
| | 4.134.200 | 3.271.690 | 15.249.730 | 15.008.928 | |
| | | | | | 37.664.548 |

24 Existências

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|--------------------|--------------------|-------|
| Mercadorias | 155.942.498 | 182.979.978 | |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 35.780.354 | 37.680.584 | |
| Produtos e trabalhos em curso | 6.801.647 | 6.263.689 | |
| Adiantamentos por conta de compras | 41.217 | 137.854 | |
| | 198.565.716 | 227.062.105 | |
| Ajustamento para depreciação de existências (Nota 36) | (28.247.571) | (33.738.318) | |
| | 170.318.145 | 193.323.787 | |

25 Impostos a pagar e a recuperar

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | | 2004 | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| Impostos correntes | | | | |
| Operações em Portugal | | | | euros |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado | 30.505.492 | 70.946.476 | 20.420.342 | 54.260.001 |
| Segurança Social | – | 8.412.868 | – | 10.863.432 |
| Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares | – | 8.469.984 | – | 9.483.731 |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas | 18.863.663 | 5.438.577 | 2.671.828 | – |
| Outros | 1.492.138 | 1.050.631 | 2.672.746 | 424.508 |
| | 50.861.293 | 94.318.536 | 25.764.916 | 75.031.672 |
| Impostos em países estrangeiros | 152.951.877 | 142.918.443 | 153.679.162 | 93.297.869 |
| | 203.813.170 | 237.236.979 | 179.444.078 | 168.329.541 |
| Impostos não correntes | | | | |
| Impostos em países estrangeiros | 117.244.409 | 30.899.784 | 62.623.744 | 25.634.200 |

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as rubricas “Impostos de empresas estrangeiras” incluem essencialmente 50% dos impostos a recuperar e a pagar pelas empresas participadas da Brasilcel, conforme segue:

| | 2005 | | 2004 | |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| Impostos correntes | | | | |
| Imposto sobre o rendimento | 58.811.881 | 34.083.312 | 48.271.008 | 20.854.816 |
| Impostos indirectos | 81.877.050 | 94.251.531 | 66.324.463 | 57.920.437 |
| Outros | 12.262.946 | 14.583.600 | 39.083.691 | 14.522.616 |
| | 152.951.877 | 142.918.443 | 153.679.162 | 93.297.869 |
| Impostos não correntes | | | | |
| Imposto sobre o rendimento (i) | 75.879.145 | – | 48.297.567 | – |
| Impostos indirectos (ii) | 41.365.264 | 30.899.784 | 14.326.177 | 25.634.200 |
| | 117.244.409 | 30.899.784 | 62.623.744 | 25.634.200 |

(i) Esta rubrica diz respeito essencialmente a impostos sobre o rendimento retidos na fonte referentes a dividendos recebidos pelas holdings da Vivo e serão recuperáveis num prazo superior a um ano.
(ii) Os impostos a receber incluídos nesta rubrica são relativos a impostos indirectos pagos na aquisição de imobilizado, os quais segundo as leis brasileiras só poderão ser recuperáveis durante um período de 48 meses. Os impostos a pagar incluídos nesta rubrica são relativos ao ICMS (IVA) apurado no Estado do Paraná e serão pagos num prazo de 48 meses, segundo um acordo especial celebrado com as autoridades governamentais locais.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o montante líquido a recuperar relativo a “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas” tem a seguinte composição:

| | 2005 | | 2004 | |
|--|---------|--------|-------------------|------------------|
| | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício | | | (4.407.986) | (8.882.069) |
| Pagamentos por conta | | | 7.741.149 | 5.086.990 |
| Retenções efectuadas por terceiros | | | 5.396.679 | 4.106.310 |
| Outros (i) | | | 4.695.244 | 2.360.597 |
| Imposto a receber, líquido | | | 13.425.086 | 2.671.828 |

(i) Esta rubrica está relacionada com as retenções efectuadas por terceiros na Portugal Telecom, as quais só serão reconhecidas quando o Grupo começar a pagar impostos após a utilização dos prejuízos fiscais reportáveis.

A reconciliação entre o imposto corrente sobre o rendimento, no balanço dos exercícios de 2005 e de 2004, e os custos de imposto corrente sobre o rendimento do período, é como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|--------------------|--------------------|-------|
| Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do período | 4.407.986 | 8.882.069 | |
| Utilização de prejuízos fiscais reportáveis (Nota 16) | 261.690.411 | 237.178.778 | |
| Imposto sobre o rendimento de empresas do Grupo sedeadas no estrangeiro (i) | 66.104.582 | 38.305.380 | |
| Provisões para impostos sobre o rendimento (Nota 36) | 6.873.860 | 4.717.540 | |
| Outros | 6.882.045 | 1.201.256 | |
| | 345.958.884 | 290.285.023 | |

(i) Em 2005 esta rubrica inclui 45 milhões de euros relativos à Vivo (29 milhões de euros referentes ao ano anterior), 8 milhões de euros referentes à PT Finance (1 milhão de euros relativos ao ano anterior), 7 milhões de euros correspondentes à Cabo Verde Telecom (6 milhões de euros relativos ao ano anterior) e 3 milhões de euros relacionados com a Companhia Santomense de Telecomunicações (1 milhão de euros relativos ao ano anterior). O aumento verificado nesta rubrica está relacionado com a apreciação do real brasileiro face ao euro (7 milhões de euros); a restante variação reflecte o aumento da base fiscal de certas subsidiárias da Vivo.

O imposto corrente do período foi registado por contrapartida das seguintes rubricas:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|--------------------|--------------------|-------|
| Imposto sobre o rendimento (Nota 16) | 346.297.957 | 288.963.707 | |
| Ajustamentos de conversão cambial (Nota 38) | (339.073) | 1.321.316 | |
| | 345.958.884 | 290.285.023 | |

26 Custos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|----------------------------------|--------------------|--------------------|-------|
| Publicação de listas telefónicas | 42.055.087 | 47.208.585 | |
| Venda de equipamentos | 18.459.419 | 19.610.304 | |
| Publicidade e propaganda (i) | 30.542.748 | 12.909.373 | |
| Rendas e alugueres | 8.100.226 | 6.544.606 | |
| Manutenção e reparação | 7.890.849 | 12.227.583 | |
| Distribuição de canais | 3.817.421 | – | |
| Juros pagos antecipadamente | 2.134.677 | 3.394.788 | |
| Adiantamentos a empregados | 420.408 | 2.411.039 | |
| Outros | 14.705.576 | 11.635.167 | |
| | 128.126.411 | 115.941.445 | |

(i) O aumento desta rubrica está essencialmente relacionado com campanhas publicitárias da Vivo a realizar no Campeonato Mundial de Futebol, o qual irá ocorrer na Alemanha em 2006.

27 Outros activos correntes e não correntes

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|--------------------|--------------------|-------|
| Outros activos correntes | | | |
| Contas a receber de operações QTE (Notas 3.I. ix) e 37) | 48.342.815 | 48.179.656 | |
| Valor de mercado dos instrumentos financeiros derivados sobre acções da PT Multimédia (Nota 39) | 42.020.704 | 31.226.238 | |
| Prémios a receber de instrumentos financeiros derivados sobre acções da PT Multimédia (Nota 35) | 8.328.285 | 16.656.570 | |
| Outros | 7.518.749 | 16.621.364 | |
| | 106.210.553 | 112.683.828 | |
| Outros activos não correntes | | | |
| Contas a receber de operações QTE (Notas 3.I. ix) e 37) | 744.003.413 | 792.346.228 | |
| Outros | 16.808.551 | 11.778.357 | |
| | 760.811.964 | 804.124.585 | |

28 Investimentos em empresas participadas

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|--------------------|--------------------|-------|
| Partes de capital em empresas participadas | 4.767.644 | 4.037.761 | |
| Partes de capital em empresas associadas | 175.633.432 | 93.745.190 | |
| Goodwill, líquido de perdas por imparidade | 166.860.191 | 112.207.743 | |
| Empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas | 75.989.257 | 106.122.026 | |
| Adiantamentos por conta de investimentos financeiros | 2.352.102 | 2.185.233 | |
| | 425.602.626 | 318.297.953 | |

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Partes de capital em empresas participadas” tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|------------------|------------------|-------|
| Guiné Telecom, SARL (i) | 3.716.555 | 3.716.555 | |
| Regiforum | 857.058 | 818.953 | |
| Marconi France (ii) | – | 1.644.171 | |
| Outras empresas | 3.910.586 | 1.574.637 | |
| | 8.484.199 | 7.754.316 | |
| Ajustamentos a partes de capital em empresas subsidiárias (Nota 36) | (3.716.555) | (3.716.555) | |
| | 4.767.644 | 4.037.761 | |

(i) Este investimento encontra-se integralmente ajustado, atendendo às expectativas de recuperabilidade do mesmo. (ii) Este investimento foi alienado durante o primeiro semestre de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Partes de capital em empresas associadas” tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|--------------------|--------------------|-------|
| Unitel, SA ("Unitel") | 72.921.020 | 28.461.383 | |
| UOL (i) | 46.985.983 | – | |
| CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL ("CTM") | 33.865.473 | 27.965.749 | |
| Banco Best, SA | 7.583.700 | 7.362.700 | |
| Páginas Amarelas, SA ("Páginas Amarelas") | 3.897.665 | 5.149.371 | |
| Lisboa TV – Informação e Multimédia, SA | 3.865.964 | 5.572.558 | |
| INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (ii) | 2.992.788 | 2.992.787 | |
| Hungaro Digitel KFT | 1.969.094 | 1.990.635 | |
| Octal TV, SA | 1.195.419 | 1.299.387 | |
| Warner Lusomundo Sogecable de España, SA (iii) | – | 7.603.000 | |
| Idealysé (i) | – | 7.417.741 | |
| Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuição, Lda (iv) | – | 2.019.110 | |
| Outras empresas | 3.661.204 | 6.321.298 | |
| | 178.938.310 | 104.155.719 | |
| Ajustamentos a partes de capital em empresas associadas (Nota 36) | (3.304.878) | (10.410.529) | |
| | 175.633.432 | 93.745.190 | |

(i) Em 2005, a Portugal Telecom aumentou a sua participação financeira na UOL de 28,6% para 45% através das seguintes operações: (1) conversão em participação financeira do empréstimo, sob forma de obrigações, anteriormente concedido à UOL; e (2) troca de um empréstimo na Idealysé por um reforço na participação na UOL. Destas operações resultou o registo de um goodwill no montante de 61.281.426 euros. (ii) Este investimento financeiro encontra-se totalmente ajustado. (iii) Este investimento financeiro foi vendido em 2005. (iv) Este investimento financeiro era detido pela Lusomundo Media e foi alienado, no seguimento da alienação desta última, à Controlinveste, em Agosto de 2005 (Nota 17).

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Goodwill, líquido de perdas por imparidade”, tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|------------------|--------------------|--------------------|-------|
| Páginas Amarelas | 83.754.434 | 83.754.434 | |
| UOL (i) | 54.843.158 | – | |
| Unitel | 24.397.325 | 24.116.843 | |
| Outras empresas | 3.865.274 | 4.336.466 | |
| | 166.860.191 | 112.207.743 | |

(i) Como mencionado previamente, a Portugal Telecom registou em 2005 um goodwill no montante de 61.281.426 euros decorrente do incremento na participação na UOL, posteriormente reduzido em 17.453.878 euros com a alienação de 16% deste investimento numa oferta pública de venda; o valor foi acrescido de 11.015.610 euros em resultado dos ajustamentos de conversão cambial reconhecidos durante o exercício de 2005.

Nos exercícios de 2005 e 2004 não foram registadas perdas por imparidade relativamente aos valores de goodwill acima indicados.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras destinam-se essencialmente a financiar as suas actividades, nomeadamente no desenvolvimento de novos negócios. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, estes empréstimos eram como segue:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|--------------------|--------------------|-------|
| Médi Télécum | 70.257.631 | 64.442.408 | |
| Sportinveste (i) | 35.318.668 | 35.318.668 | |
| Sport TV | 17.500.000 | 20.000.000 | |
| INESC (ii) | 3.292.066 | 3.292.066 | |
| UOL (iii) | – | 77.989.260 | |
| Idealyse (iv) | – | 29.420.510 | |
| Web-Lab | – | 6.684.761 | |
| Marconi Suisse (v) | – | 5.732.692 | |
| PT Telecom Brasil (vi) | – | 3.002.855 | |
| Outras empresas | 1.439.065 | 5.292.292 | |
| | 127.807.430 | 251.175.512 | |
| Ajustamentos a empréstimos concedidos a empresas associadas e outras (Nota 36) | (5.537.516) | (73.005.897) | |
| Ajustamentos resultantes da aplicação da equivalência (Nota 36) (vii) | (46.280.657) | (72.047.589) | |
| | 75.989.257 | 106.122.026 | |

(i) Este montante inclui prestações acessórias de 30.023.168 euros (Nota 40) e empréstimos de 5.295.500 euros. (ii) Este empréstimo encontra-se integralmente ajustado. (iii) Os empréstimos concedidos à UOL e Idealyse foram convertidos numa participação adicional na UOL, incrementando a participação de 28,6% para 45%. (iv) Em 31 de Dezembro de 2005, esta empresa foi consolidada pelo método integral. (v) Os empréstimos concedidos à Marconi Suisse foram reembolsados em 2005, no seguimento da sua alienação neste exercício. (vi) Os empréstimos concedidos a esta empresa foram reembolsados em 2005. (vii) Este valor corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederam o valor do investimento em empresas associadas, as quais foram registadas como uma redução ao valor do empréstimo concedido às mesmas. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|------------------------------|-------------------|-------------------|-------|
| Médi Télécum | 36.098.033 | 38.225.006 | |
| Sportinveste | 10.182.624 | 2.502.413 | |
| UOL (Nota 36) | – | 18.432.125 | |
| Web-Lab (a) | – | 6.684.791 | |
| Marconi Suisse (Nota 36) (b) | – | 4.763.659 | |
| Outras empresas | – | 1.439.595 | |
| | 46.280.657 | 72.047.589 | |

(a) A Web-Lab foi consolidada pelo método integral pela primeira vez em 2005. (b) Esta empresa foi alienada durante o exercício de 2005.

No caso de as perdas acumuladas excederem o valor dos investimentos financeiros (incluindo empréstimos), registados no activo, é reconhecida uma provisão na rubrica “Provisão para outros riscos”, sempre que o Grupo tenha assumido responsabilidades com a participada (Nota 36).

Nos exercícios de 2005 e 2004, os ganhos e perdas em empresas associadas têm a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|------------------|--------------------|-------------------|-------|
| UOL (i) | 175.386.845 | 1.735.353 | |
| Unitel | 50.580.539 | 16.820.236 | |
| CTM | 16.457.134 | 11.379.327 | |
| Sportinveste | (7.680.211) | (2.502.413) | |
| Médi Télécum | 3.183.869 | (5.553.004) | |
| Páginas Amarelas | (602.006) | 3.526.629 | |
| Outras | 900.007 | (4.539.218) | |
| | 238.226.177 | 20.866.910 | |

(i) Este ganho resultou da reestruturação do investimento detido pela Portugal Telecom na UOL e da alienação de uma parcela do mesmo (16%) no âmbito de uma oferta pública de venda lançada pela UOL em Dezembro de 2005. Este ganho reflecte as seguintes operações: (1) 68.394.114 euros relativos à reversão do ajustamento para empréstimos concedidos à UOL e Idealyse (Nota 36); (2) 82.260.223 euros relacionados com a alienação de 16% do investimento financeiro detido sobre a UOL; e (3) 24.732.508 correspondentes à parte do resultado líquido da UOL apropriado pelo Grupo, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial;

Em 2005, o montante de 9.486.176 euros, resultante das perdas decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial às empresas associadas, foi registado como um aumento na provisão para perdas em associadas.

No âmbito da aplicação dos IFRS, os dados financeiros das principais empresas associadas apresentam os seguintes valores:

| | Total do activo | Total do passivo | Situação líquida (a) | Receitas operacionais | Resultado líquido (a) euros |
|--------------|-----------------|------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------------|
| Unitel | 486.580.668 | 194.896.589 | 291.684.080 | 357.449.648 | 202.322.156 |
| Médi Telecom | 1.367.614.457 | 1.479.789.823 | (112.175.367) | 392.033.016 | 9.893.937 |
| UOL | 250.500.729 | 88.480.098 | 162.020.631 | 146.038.940 | 87.566.928 |
| CTM | 166.360.855 | 45.412.737 | 120.948.118 | 189.994.486 | 58.775.479 |

(a) Situação líquida e resultado líquido atribuível a accionistas maioritários.

29 Outros investimentos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 |
|---|--------------------|------------|
| Investimentos financeiros disponíveis para venda (Nota 3.I.ii)) | 60.592.486 | 68.366.676 |
| Propriedades de investimento, líquidas de amortizações | 27.693.584 | 28.413.023 |
| Outros investimentos financeiros | 7.793.019 | 17.934.427 |
| 96.079.089 | 114.714.126 | |

O valor de mercado dos investimentos financeiros que estão disponíveis para venda foi determinado com base na sua cotação de mercado à data do balanço, tendo a respectiva variação sido reconhecida em “Resultados acumulados”. O detalhe e o movimento ocorrido nesta rubrica no exercício de 2005 foi como segue:

| | Saldo 31 Dez 2004 | Resultados acumulados | Alienações | Perdas (e ganhos) em activos financeiros, líquidos (Nota 14) | Saldo 31 Dez 2005 |
|----------------------|----------------------|--------------------------|------------------|--|----------------------|
| Banco Espírito Santo | 55.860.000 | 1.260.000 | – | – | 57.120.000 |
| Media Capital (i) | 8.720.000 | (1.760.000) | (12.880.000) | 5.920.000 | – |
| Telefónica | 3.786.676 | (314.190) | – | – | 3.472.486 |
| 68.366.676 | (814.190) | (12.880.000) | 5.920.000 | 60.592.486 | |

A rubrica “Propriedades de investimento” respeita essencialmente a terrenos e edifícios detidos pela PT Comunicações que não se encontram afectos à sua actividade operacional. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade. A PT Comunicações efectua avaliações regulares a estes imóveis, sendo as eventuais perdas por imparidade registadas em resultados. As rendas destes imóveis obtidas pela PT Comunicações decorrem dos alugueres destes activos, tendo ascendido no exercício de 2005 a 1.242.647 euros (Nota 14). Durante os exercícios de 2005 e 2004, o custo decorrente da amortização destes activos ascendeu a 1.079.376 euros e 1.087.394 euros, respectivamente, não tendo sido apurada qualquer perda por imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os outros investimentos financeiros, que para efeitos contabilísticos são reconhecidos ao custo de aquisição deduzidos de perdas por imparidade, têm a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 |
|--|--------------------|--------------------|
| Cypress | 3.016.754 | 3.016.754 |
| Tagusparque | 1.296.875 | 1.296.875 |
| Seguradora Internacional | 704.448 | 704.448 |
| Intelsat (i) | – | 13.127.252 |
| Outras empresas | 9.205.808 | 4.178.562 |
| Ajustamentos aos outros investimentos (Nota 36) | 14.223.885 | 22.323.891 |
| | (6.430.866) | (4.389.464) |
| | 7.793.019 | 17.934.427 |

(i) O investimento nesta empresa foi alienado no decorrer de 2005.

30 Activos intangíveis

Durante os exercícios de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos nos activos intangíveis foram como segue:

| | Saldo 31 Dez 2004 | Alteração do perímetro de consolidação | Aumentos | Ajustamentos cambiais | Transferências, abates e outros | Saldo 31 Dez 2005 | euros |
|--|----------------------|--|---------------------|--------------------------|------------------------------------|----------------------|-------|
| Valor de custo | | | | | | | |
| Propriedade industrial e outros direitos | 2.425.550.867 | (28.521.414) | 73.042.619 | 525.193.126 | 59.095.402 | 3.054.360.600 | |
| Outros activos intangíveis | 13.649.626 | 111.475 | 8.807.250 | 2.362.764 | (1.049.475) | 23.881.640 | |
| Activos intangíveis em curso | 34.072.322 | 1.749 | 61.827.794 | 15.834.719 | (93.591.505) | 18.145.079 | |
| Goodwill | 1.222.855.000 | (139.238.694) | 4.650.454 | 164.599.654 | – | 1.252.866.414 | |
| | 3.696.127.815 | (167.646.884) | 148.328.117 | 707.990.263 | (35.545.578) | 4.349.253.733 | |
| Amortizações acumuladas | | | | | | | |
| Propriedade industrial e outros direitos | 445.464.849 | (11.695.842) | 212.128.890 | 111.518.754 | (18.275.454) | 739.141.197 | |
| Outros activos intangíveis | 5.736.949 | (233.209) | 2.371.253 | 134.546 | 482.527 | 8.492.066 | |
| | 451.201.798 | (11.929.051) | 214.500.143 | 111.653.300 | (17.792.927) | 747.633.263 | |
| | 3.244.926.017 | (155.717.833) | (66.172.026) | 596.336.963 | (17.752.651) | 3.601.620.470 | |

| | Saldo 31 Dez 2003 (POC) | Adopção dos IFRS 1 Jan 2004 | Saldo 1 Jan 2004 (IFRS) | Alteração do perímetro de consolidação | Aumentos | Ajustamentos cambiais | Transferências, abates e outros | Saldo 31 Dez 2004 | euros |
|---|-------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|--|--------------------|--------------------------|------------------------------------|----------------------|-------|
| Valor de custo | | | | | | | | | |
| Despesas de instalação | 86.048.875 | (86.048.875) | – | – | – | – | – | – | |
| Despesas de investigação e desenvolvimento | 66.706.649 | (66.706.649) | – | – | – | – | – | – | |
| Propriedade industrial e outros direitos | 1.910.209.538 | 90.892.687 | 2.001.102.225 | 1.421.055 | 273.251.828 | 20.411.962 | 129.363.797 | 2.425.550.867 | |
| Outros activos intangíveis | 12.139.734 | 1.496.263 | 13.635.997 | – | 1.388.428 | 66.957 | (1.441.756) | 13.649.626 | |
| Activos intangíveis em curso | 152.356.963 | (6.517.336) | 145.839.627 | 208.687 | 40.775.939 | 193.772 | (152.945.703) | 34.072.322 | |
| Goodwill | 1.284.159.238 | (45.397.458) | 1.238.761.780 | – | 5.111.847 | 7.007.156 | (28.025.783) | 1.222.855.000 | |
| | 3.511.620.997 | (112.281.368) | 3.399.339.629 | 1.629.742 | 320.528.042 | 27.679.847 | (53.049.445) | 3.696.127.815 | |
| Amortizações acumuladas | | | | | | | | | |
| Despesas de instalação | 76.341.814 | (76.341.814) | – | – | – | – | – | – | |
| Despesas de investigação e desenvolvimento | 39.633.780 | (39.633.780) | – | – | – | – | – | – | |
| Propriedade industrial e outros direitos | 241.833.618 | 85.242.166 | 327.075.784 | 27.081 | 144.660.220 | 2.449.946 | (28.748.182) | 445.464.849 | |
| Outros activos intangíveis | 3.689.400 | – | 3.689.400 | – | 997.347 | 6.693 | 1.043.509 | 5.736.949 | |
| | 361.498.612 | (30.733.428) | 330.765.184 | 27.081 | 145.657.567 | 2.456.639 | (27.704.673) | 451.201.798 | |
| | 3.150.122.385 | (81.547.940) | 3.068.574.445 | 1.602.661 | 174.870.475 | 25.223.208 | (25.344.772) | 3.244.926.017 | |

As alterações no perímetro de consolidação em 2005 decorrem dos activos intangíveis da Lusomundo Media e da PrimeSys (Nota 17), alienados no segundo semestre de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui essencialmente:

- (a) um montante de 339.964.723 euros relativo à aquisição da propriedade plena da Rede Básica pela PT Comunicações ao Estado português, o qual corresponde ao valor pago em 27 de Dezembro de 2002 (365 milhões de euros), deduzido (i) do valor da renda da concessão de 2002 (16.604.413 euros), que estava contemplado no valor de aquisição, mas que foi registado como custo daquele exercício, uma vez que a aquisição só ocorreu no final do ano, e (ii) do ganho apurado numa operação de QTE (8.430.864 euros) realizada em 2003 sobre diversos equipamentos afectos à Rede Básica, e que tinha sido considerado no valor da avaliação efectuada pela Portugal Telecom no âmbito da aquisição da propriedade da Rede Básica;
- (b) um montante de 1.407.929.911 euros relativo a 50% do valor imputado às licenças de Banda A detidas pelas empresas participadas da Vivo no processo de alocação do preço de compra dessas empresas;
- (c) um montante de 177.929.403 euros relativo a 50% do valor de custo das licenças de Banda B adquiridas em exercícios anteriores, respectivamente pela Global Telecom e pela TCO para operar em determinados estados brasileiros;

- (d) um montante de 133.092.912 euros relativo ao valor pago pela TMN para obtenção de uma licença de UMTS;
 (e) um montante de 159.595.805 euros relativo a contratos de aluguer de capacidade em satélites celebrados pela TV Cabo, os quais foram registados como locação financeira. Estes contratos têm uma maturidade de 12 anos;
 (f) um montante de 512.818.963 euros relativo a licenças de utilização de software;
 (g) um montante de 150.904.997 euros relativo aos direitos de utilização de cabos submarinos;
 (h) um montante de 69.637.526 euros relativo ao aluguer de terminais a clientes pós-pagos da TMN e da Vivo, os quais estão a ser amortizados durante o período de duração dos respectivos contratos de aluguer;
 (i) um montante de 22.126.657 euros relativo à imputação do preço de compra da Sport TV ao valor de mercado do contrato celebrado entre esta entidade e a PPTV para aquisição dos direitos de transmissão da Superliga de Futebol entre 2004 e 2008.

Tal como mencionado na Nota 3.d), o Grupo efectua periodicamente testes de imparidade aos seus activos intangíveis, não tendo detectado qualquer perda por imparidade no exercício de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o goodwill relacionado com empresas subsidiárias repartia-se da seguinte forma:

| | 2005 | 2004 |
|--|----------------------|----------------------|
| Vivo (i) | 701.383.586 | 535.416.048 |
| Rede fixa | | |
| PT.COM | 162.624.017 | 162.624.017 |
| PT Comunicações (negócio de telecomunicações internacionais) | 75.634.389 | 75.634.389 |
| PT Prime (transmissão de dados) | 32.126.523 | 32.126.523 |
| Outras empresas | 293.341 | 128.599 |
| | 270.678.270 | 270.513.528 |
| PT Multimédia | | |
| TV por subscrição | 253.794.361 | 253.794.361 |
| Lusomundo Media (ii) | – | 122.128.558 |
| | 253.794.361 | 375.922.919 |
| Outros negócios | | |
| Web-Lab (iii) | 6.556.086 | – |
| PT SI | 8.645.375 | 8.645.376 |
| Cabo Verde Telecom, SA | 7.124.252 | 8.690.907 |
| TV Cabo Macau (iv) | 4.650.454 | – |
| PrimeSys (ii) | – | 23.666.222 |
| Outras empresas | 34.030 | – |
| | 27.010.197 | 41.002.505 |
| | 1.252.866.414 | 1.222.855.000 |

(i) O aumento do goodwill do segmento Vivo correspondeu principalmente à valorização do real brasileiro face ao Euro em 2005 (a taxa de câmbio do real brasileiro face ao euro, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, era de respectivamente 2,7440 e 3,6417). (ii) Empresas vendidas no segundo semestre de 2005 (Nota 17). (iii) A Web-Lab foi consolidada pelo método integral pela primeira vez em 2005. (iv) Goodwill gerado na aquisição de 32,5% do capital da TV Cabo Macau.

Em 2004 foi reconhecida uma perda por imparidade no goodwill referente ao negócio Audiovisual no montante de 28 milhões de euros, a qual é apresentada no quadro do movimento na coluna “Transferência, abates e outros”. Esta perda por imparidade foi calculada com base na diferença entre o valor contabilístico e o valor estimado dos fluxos de caixa descontados para este negócio de acordo com as estimativas da Empresa (Nota 2.a)).

31 Activos tangíveis

Durante os exercícios de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

| | Saldo 31 Dez 2004 | Alteração do perímetro de consolidação | Aumentos | Ajustamentos cambiais | Transferências, abates e outros | Saldo 31 Dez 2005 | euros |
|--|-----------------------|--|---------------------|--------------------------|------------------------------------|-----------------------|-------|
| Valor de custo | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 98.487.608 | (19.241.345) | 38.281 | 2.844.964 | (2.499.648) | 79.629.860 | |
| Edifícios e outras construções | 955.449.657 | (70.369.659) | 26.994.188 | 12.680.197 | 11.728.044 | 936.482.427 | |
| Equipamento básico | 10.266.167.216 | (129.994.189) | 383.899.733 | 569.708.854 | 127.455.945 | 11.217.237.559 | |
| Equipamento de transporte | 62.684.851 | (2.551.239) | 25.963.081 | 1.006.345 | (10.171.301) | 76.931.737 | |
| Ferramentas e utensílios | 18.950.206 | (463.304) | 537.403 | 932.769 | 283.654 | 20.240.728 | |
| Equipamento administrativo | 851.087.993 | (7.561.057) | 89.101.677 | 28.810.141 | 2.983.223 | 964.421.977 | |
| Outros activos tangíveis | 69.092.264 | (6.546.046) | 4.949.275 | 164.438 | (2.004.288) | 65.655.643 | |
| Activos tangíveis em curso | 182.779.184 | (295.330) | 266.871.056 | 58.718.274 | (356.021.563) | 152.051.621 | |
| Adiantamentos por conta de activos tangíveis | 260.486 | (26.088) | 1.102.132 | 17.857 | 5.450 | 1.359.837 | |
| | 12.504.959.465 | (237.048.257) | 799.456.826 | 674.883.839 | (228.240.484) | 13.514.011.389 | |
| Amortizações acumuladas | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 12.641.436 | (11.825) | (25.422) | – | (186.627) | 12.417.562 | |
| Edifícios e outras construções | 525.268.980 | (56.667.055) | 43.415.242 | 2.844.138 | 4.729.738 | 519.591.043 | |
| Equipamento básico | 7.170.154.671 | (92.064.454) | 713.882.551 | 363.973.573 | (136.231.197) | 8.019.715.144 | |
| Equipamento de transporte | 37.437.139 | (1.538.837) | 12.065.724 | 546.160 | (8.816.975) | 39.693.211 | |
| Ferramentas e utensílios | 16.764.528 | (188.538) | 524.755 | 479.809 | 173.324 | 17.753.878 | |
| Equipamento administrativo | 701.829.950 | (5.364.737) | 77.108.709 | 16.182.080 | (12.127.231) | 777.628.771 | |
| Outros activos tangíveis | 104.591.048 | (2.042.548) | (1.872.847) | 705.024 | (36.172.018) | 65.208.659 | |
| | 8.568.687.752 | (157.877.994) | 845.098.712 | 384.730.784 | (188.630.986) | 9.452.008.268 | |
| | 3.936.271.713 | (79.170.263) | (45.641.886) | 290.153.055 | (39.609.498) | 4.062.003.121 | |

| | Saldo 31 Dez 2003 (POC) | Adopção dos IFRS 1 Jan 2004 | Saldo 1 Jan 2004 (IFRS) | Alteração do perímetro de consolidação | Aumentos | Ajustamentos cambiais | Transferências, abates e outros | Saldo 31 Dez 2004 | euros |
|--|-------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|--|----------------------|--------------------------|------------------------------------|-----------------------|-------|
| Valor de custo | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 95.394.159 | – | 95.394.159 | 8.277.978 | 287.568 | 120.572 | (5.592.669) | 98.487.608 | |
| Edifícios e outras construções | 892.553.549 | (54.967.729) | 837.585.820 | 34.875.751 | 32.475.654 | 989.470 | 49.522.962 | 955.449.657 | |
| Equipamento básico | 9.874.609.132 | 39.565.296 | 9.914.174.428 | (34.437.998) | 372.589.071 | 19.794.575 | (5.952.860) | 10.266.167.216 | |
| Equipamento de transporte | 54.479.713 | – | 54.479.713 | (172.972) | 17.189.873 | (29.072) | (8.782.691) | 62.684.851 | |
| Ferramentas e utensílios | 18.563.005 | – | 18.563.005 | 19.930 | 318.558 | 29.842 | 18.871 | 18.950.206 | |
| Equipamento administrativo | 862.152.069 | – | 862.152.069 | (3.464.506) | 63.055.196 | 1.840.698 | (72.495.464) | 851.087.993 | |
| Outros activos tangíveis | 64.489.260 | – | 64.489.260 | 979.960 | 3.882.342 | (183.849) | (75.449) | 69.092.264 | |
| Activos tangíveis em curso | 209.991.608 | – | 209.991.608 | 6.778.049 | 190.612.499 | 1.677.920 | (226.280.892) | 182.779.184 | |
| Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis | 553.278 | – | 553.278 | – | 155.229 | 539 | (448.560) | 260.486 | |
| | 12.072.785.773 | (15.402.433) | 12.057.383.340 | 12.856.192 | 680.565.990 | 24.240.695 | (270.086.752) | 12.504.959.465 | |
| Amortizações acumuladas | | | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 13.203.045 | – | 13.203.045 | – | – | – | (561.609) | 12.641.436 | |
| Edifícios e outras construções | 484.404.549 | (34.951.293) | 449.453.256 | 8.832.717 | 53.132.348 | 151.254 | 13.699.405 | 525.268.980 | |
| Equipamento básico | 6.541.452.098 | 56.890.670 | 6.598.342.768 | 4.112.927 | 677.588.428 | 12.194.797 | (122.084.249) | 7.170.154.671 | |
| Equipamento de transporte | 36.602.246 | – | 36.602.246 | (207.437) | 8.677.256 | (42.542) | (7.592.384) | 37.437.139 | |
| Ferramentas e utensílios | 16.390.291 | – | 16.390.291 | 16.314 | 415.537 | 11.964 | (69.578) | 16.764.528 | |
| Equipamento administrativo | 661.311.307 | – | 661.311.307 | (1.163.120) | 82.376.315 | 885.163 | (41.579.715) | 701.829.950 | |
| Outros activos tangíveis | 51.464.199 | 52.540.743 | 104.004.942 | 510.673 | 3.754.750 | (21.450) | (3.657.867) | 104.591.048 | |
| | 7.804.827.735 | 74.480.120 | 7.879.307.855 | 12.102.074 | 825.944.634 | 13.179.186 | (161.845.997) | 8.568.687.752 | |
| | 4.267.958.038 | (89.882.553) | 4.178.075.485 | 754.118 | (145.378.644) | 11.061.509 | (108.240.755) | 3.936.271.713 | |

Os movimentos referentes à alteração do perímetro de consolidação durante 2005 respeitam essencialmente aos activos tangíveis dos negócios da Lusomundo Media e da PrimeSys (Nota 17).

Relativamente os activos tangíveis e em curso são de referir as seguintes situações:

- (a) a existência de imobilizações corpóreas instaladas em edifícios e espaços de propriedade alheia, no valor total de 96.909.189 euros. Adicionalmente, existe equipamento básico relativo a redes de clientes e redes de distribuição de televisão por cabo que se encontra implantado em propriedade alheia ou de domínio público, representando um valor de 193.289.545 euros;
- (b) das imobilizações afectas ao património da PT Comunicações, ainda não se encontravam registados em seu nome, ou em nome da Portugal Telecom, imóveis no valor de 38.403.967 euros;
- (c) os bens que se encontram incluídos no imobilizado corpóreo da PT Comunicações e que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 40/95 e do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, se encontram afectos à Concessão ascendem a 1.389.094.634 euros;
- (d) a PT Comunicações tem localizadas no estrangeiro imobilizações corpóreas no valor de 24.601.358 euros, das quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos;
- (e) em exercícios anteriores, a PT Comunicações, a PT Prime, a TV Cabo e a TMN celebraram contratos de QTE, os quais compreenderam a alienação de determinados equipamentos de telecomunicações a investidores estrangeiros. Em simultâneo, estes investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com a PT Comunicações, a PT Prime, a TV Cabo e a TMN contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos, por um valor idêntico ao da alienação inicialmente referida. As empresas do Grupo PT mantêm legalmente a posse desses equipamentos, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possam vir a efectuar. Estas operações de cross border lease configuraram globalmente operações de sale and lease-back, pelo que não foi reconhecida a venda destes equipamentos, mantendo-se os mesmos registados no activo de cada uma destas empresas.

32

Empréstimos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

| | 2005 | | 2004 | |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Corrente | Não corrente | Corrente | Não corrente |
| Empréstimos por obrigações convertíveis (i) | 390.335.000 | – | – | 386.920.030 |
| Empréstimos por obrigações não convertíveis (ii) | 899.500.000 | 2.955.812.646 | 584.950.000 | 1.848.162.033 |
| Empréstimos bancários (iii) | | | | |
| Empréstimos externos | 383.542.978 | 1.908.779.306 | 458.737.502 | 1.365.685.007 |
| Empréstimos internos | 24.218.954 | 47.345.559 | 7.100.357 | 7.712.975 |
| Descobertos bancários | – | – | 14.647.937 | – |
| Outros empréstimos | | | | |
| Papel comercial (iv) | 574.774.497 | – | 318.808.486 | 8.950.000 |
| Empréstimos externos (v) | 14.941.899 | 31.233.930 | 19.156.806 | 81.737.245 |
| Equity swaps sobre acções próprias (Nota 38.3) | 102.044.948 | – | 189.751.440 | – |
| Locação financeira | 26.248.095 | 225.455.081 | 29.247.466 | 200.158.596 |
| | 2.415.606.371 | 5.168.626.522 | 1.622.399.994 | 3.899.325.886 |

(i) Em 6 de Dezembro de 2001, a PT Finance emitiu Exchangeable Bonds no valor de 550.000.000 de euros, as quais conferem o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS da Portugal Telecom, ao preço de conversão de 12,3985 euros por acção. O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas, adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. A taxa de juro anual deste empréstimo é de 2%, sendo o pagamento de juros trimestral no final de cada período. Em Dezembro de 2003, foram canceladas 21.933 obrigações convertíveis, no montante de 109.665.000 euros, e 10.000 obrigações convertíveis, em Outubro de 2004, no montante de 50.000.000 de euros, pelo que o montante destas obrigações convertíveis em circulação em 31 de Dezembro de 2005 era de 390.335.000 euros.

De acordo com o IAS 32, os empréstimos por obrigações convertíveis representam instrumentos financeiros compostos. No momento em que o empréstimo convertível é contratado, a opção de conversão das obrigações em acções foi valorizada e registada directamente nos capitais próprios. Em 31 de Dezembro de 2005 o valor de mercado desta opção era nulo.

(ii) Em 7 de Abril de 1999, a PT Finance procedeu à emissão de Global Medium Term Notes (GMTM) no valor de 1.000 milhões de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma taxa de juro anual de 4,625% e maturidade em Abril 2009. O Grupo adquiriu algumas destas obrigações em exercícios anteriores, tendo em Novembro de 2004 cancelado todas as obrigações não convertíveis que mantinha em carteira, com um valor nominal de 120.500.000 euros. Em 31 de Dezembro de 2005 o valor das obrigações em circulação ascendia a 879.500.000 euros.

Em 21 de Fevereiro de 2001, a PT Finance procedeu a uma segunda emissão de Global Medium Term Notes no valor de 1.000 milhões de euros. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis, com uma taxa de juro anual de 5,75% e maturidade em Fevereiro de 2006 (Nota 44). O Grupo adquiriu algumas destas obrigações em exercícios anteriores, tendo em Novembro de 2004 cancelado todas as obrigações não convertíveis que mantinha em carteira, com um valor nominal de 100.500.000 euros. Em 31 de Dezembro de 2005 o valor das obrigações em circulação ascendia a 899.500.000 euros.

Em 16 de Novembro de 2001, a PT Finance procedeu à emissão de Floating Rate Notes no valor de 600 milhões de euros no âmbito de um programa de GMTN. Estes títulos correspondem a obrigações não convertíveis, com uma taxa de juro variável, indexada à Euribor a três meses acrescida de 0,75% e maturidade em Fevereiro de 2005. Estes títulos vencem-se a 3 anos e 3 meses. O Grupo adquiriu algumas destas obrigações em exercícios anteriores, tendo em Novembro de 2004 cancelado as obrigações não convertíveis que mantinha em carteira, com um valor nominal de 15.050.000 euros. Em 16 de Fevereiro de 2005 estas obrigações foram amortizadas.

Em 1 de Agosto de 2003, a Vivo, através da sua participada TCP, contraiu um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 500 milhões de reais brasileiros, com uma maturidade de cinco anos e uma taxa de juro anual de 104,4% do CDI.

Em 2005, o Grupo, através da sua participada PT Finance, procedeu à emissão de três novas Eurobonds, com os seguintes montantes e maturidades:

- > em 24 de Março de 2005, a PT Finance procedeu à emissão de Eurobonds no montante de 1.000 milhões de euros com uma taxa de juro anual de 3,75% e maturidade em 2012;
- > em 24 de Março de 2005, a PT Finance procedeu à emissão de Eurobonds no montante de 500 milhões de euros com uma taxa de juro anual de 4,375% e maturidade em 2017; e
- > em 16 de Junho de 2005, a PT Finance procedeu à emissão de Eurobonds no montante de 500 milhões de euros com uma taxa de juro anual de 4,5% e maturidade em 2025.

(iii) Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

| | 2005 | | 2004 | |
|--------------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| | moeda original | euros | moeda original | euros |
| Euros | 1.376.955.739 | 1.376.955.739 | 1.283.643.677 | 1.283.643.677 |
| Dólares americanos | 100.507.176 | 85.197.233 | 55.817.405 | 40.978.933 |
| Reais brasileiros | 2.446.765.922 | 891.678.543 | 1.907.815.569 | 527.793.612 |
| Outras | | 10.055.282 | | 1.467.556 |
| | 2.363.886.797 | | 1.853.883.778 | |

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as garantias prestadas por terceiros relacionadas com estes empréstimos eram as seguintes:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|-------------|-------------|-------|
| Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento (BEI) | 205.120.408 | 257.406.112 | |
| Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für Wiederaufbau | 7.668.867 | 9.127.071 | |

Em 2003 foi contratada uma Multicurrency Revolving Credit Facility no montante de 500 milhões de euros, com uma maturidade de dois anos, com possibilidade de renovação. Em 2005, esta Facility foi renegociada, tendo as datas de vencimento sido alteradas para Fevereiro de 2009 e de 2010 (50% do montante em dívida em cada um dos anos).

Em 2004, a Portugal Telecom e a PT Finance, contrataram três outras Multicurrency Revolving Credit Facilities no montante de 400 milhões de euros, nas seguintes datas, montantes e maturidades:

- > em 24 de Junho de 2004, no montante de 150 milhões de euros, com uma maturidade inicial de quatro anos, alterada no primeiro semestre de 2005 para seis anos;
- > Em 18 de Outubro de 2004, no montante de 100 milhões de euros, com uma maturidade inicial de três anos, alterada no primeiro semestre de 2005 para cinco anos;
- > em 22 de Outubro de 2004, no montante de 150 milhões de euros, com uma maturidade de três anos e meio;

Em 31 de Dezembro de 2005, o montante utilizado pelo Grupo no âmbito destas quatro Facilities era de 575 milhões de euros.

Em 10 de Dezembro de 2004 e 25 de Janeiro de 2005, a TMN e a Portugal Telecom contrataram dois financiamentos junto do BEI, no montante de 250 milhões de euros, com uma maturidade de 10 anos. Em 31 de Dezembro de 2005 o Grupo estava a utilizar a totalidade do montante do empréstimo.

Em 31 Dezembro de 2005 e 2004, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

| | 2005 | 2004 |
|-------------|-------|-------|
| Taxa máxima | 4,60% | 4,90% |
| Taxa mínima | 2,44% | 2,02% |

(iv) A Portugal Telecom tem contratado programas de papel comercial de curto prazo no montante total de 875 milhões de euros (estando utilizado um montante de 574.774.497 euros, em 31 de Dezembro de 2005, a uma taxa de juro média anual de 2,56% com liquidação prevista para Janeiro de 2006).

(v) Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui 50% dos empréstimos obtidos pelas subsidiárias da Brasilcel junto do Banco de Desenvolvimento do Brasil, no montante total de 34.471.623 euros, considerando a taxa de câmbio euro/real no final do ano.

(vi) Em 31 de Dezembro de 2005, a parcela dos empréstimos classificados como não correntes têm o seguinte plano de reembolso previsto:

| | euros |
|-----------------------|----------------------|
| 2007 | 537.197.854 |
| 2008 | 296.158.159 |
| 2009 | 1.280.023.812 |
| 2010 | 463.890.696 |
| 2011 | 121.231.470 |
| 2012 e anos seguintes | 2.470.124.531 |
| | 5.168.626.522 |

(vii) Em 31 de Dezembro de 2005, existiam os seguintes principais condicionalismos financeiros ("covenants"), os quais, àquela data, estavam a ser cumpridos:

Notações de rating

Caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, a Empresa poderá ser chamada a apresentar uma garantia bancária aceitável pelo BEI, estando abrangidos por este condicionalismo empréstimos no montante de 379 milhões de euros obtidos junto desta instituição financeira. Em 8 de Março de 2006, o rating da PT atribuído pela Standard & Poors e pela Moody's foi reduzido para BBB+ e Baa1, respectivamente (Nota 44), estando a Portugal Telecom a negociar com o BEI a revisão dos termos e condições deste empréstimo.

Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas

A Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas "Material Subsidiaries" (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados). Os empréstimos abrangidos por este covenant são a Credit Facility de 500 milhões de euros e determinados empréstimos do BEI que totalizam 830 milhões de euros.

Alienação de activos

A Credit Facility de 100 milhões de euros e empréstimos obtidos junto do BEI, no montante de 667 milhões de euros, incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de activos da Portugal Telecom.

Ráculos financeiros

A Credit Facility de 500 milhões de euros e uma das Facilities de 150 milhões de euros prevêem a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3,5 vezes o EBITDA consolidado. A Facility no montante de 100 milhões de euros prevê a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 4,0 vezes o EBITDA consolidado. As actuais condições financeiras (spread aplicável) relativas à New Facility de 500 milhões de euros e a uma das Facilities de 150 milhões de euros serão alteradas se o rácio da dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior, respectivamente, a 2,5 e 2,25. Em 31 de Dezembro de 2005, este rácio é equivalente a 1,47.

Negative pledge

Adicionalmente, o Programa de Global Medium Term Notes, as emissões de obrigações convertíveis e as Facilities que totalizam 900 milhões de euros estão abrangidos por cláusulas de Negative Pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

33 Contas a pagar _ outros

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|-------|
| Terceiros | | | |
| Fornecedores de imobilizado | 319.762.088 | 313.229.948 | |
| Pessoal | 16.496.914 | 16.477.092 | |
| Outros (i) | 66.418.031 | 111.977.668 | |
| Partes relacionadas (Nota 42) | | | |
| Accionistas minoritários da TCP (ii) | – | 92.721.133 | |
| Outros | 11.067.579 | 11.455.966 | |
| | 413.744.612 | 545.861.807 | |

(i) Em 31 de Dezembro de 2004 esta rubrica inclui 26.392.172 euros relativos a adiantamentos recebidos de uma instituição financeira em resultado de contratos de cessão de créditos efectuados pela PT Comunicações sobre dívidas do Estado português relativas aos descontos concedidos a reformados (Nota 23). Este montante foi pago pelo Estado português em 2005. (ii) Este montante está relacionado com o aumento de capital ocorrido na TCP, cujo processo foi iniciado em Dezembro de 2004 mas que apenas foi concluído em Janeiro de 2005. O adiantamento efectuado pelos accionistas minoritários da TCP por conta desse aumento de capital foi incluído nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2004. No momento em que este aumento de capital foi concluído, este montante foi reclassificado para a rubrica de "Interesses minoritários" (Nota 18) no balanço consolidado.

34 Acréscimos de custos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|---|--------------------|--------------------|-------|
| Juros a liquidar (i) | 268.199.421 | 157.356.454 | |
| Fornecimentos e serviços externos | 241.189.983 | 234.526.433 | |
| Encargos com férias, subsídio de férias e outros encargos com pessoal | 109.452.606 | 121.051.331 | |
| Descontos a conceder a clientes | 46.055.106 | 36.987.839 | |
| Comissões a pagar a agentes | 14.985.940 | 18.609.545 | |
| Outros | 28.038.129 | 32.356.668 | |
| | 707.921.185 | 600.888.270 | |

(i) Esta rubrica inclui 72.568.555 euros relativos ao justo valor da componente de juro de derivados contratados pela Vivo (Nota 39). O aumento verificado nesta rubrica, quando comparado com o ano anterior, está relacionado com o registo dos juros, referentes à emissão de três novas Eurobonds durante o primeiro semestre de 2005 (Nota 32).

35 Proveitos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|-----------------------|--------------------|--------------------|-------|
| Facturação antecipada | 171.758.183 | 155.284.180 | |
| Outros (i) | 36.397.263 | 70.496.707 | |
| | 208.155.446 | 225.780.887 | |

(i) Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, este montante inclui 8.328.285 euros e 16.656.570 euros, respectivamente, referentes ao valor do prémio a receber de certos derivados sobre acções da PT Multimédia contratados com o Banco Espírito Santo que já terminaram em 2005 (Nota 27). Em 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica incluía 12.878.862 euros referentes aos juros corridos das debentures da UOL que nesta data estavam diferidos. Em 2005 estes juros a receber foram revertidos e cancelados no âmbito da reestruturação societária do investimento da Portugal Telecom na UOL (Nota 28).

36 Provisões e ajustamentos

Durante o exercício de 2005, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões e ajustamentos:

| | Saldo inicial | Alteração do perímetro de consolidação | Aumentos | Reduções | Ajustamentos cambiais | Transferências, abates e outros | Saldo final | euros |
|--|--------------------|--|--------------------|----------------------|-----------------------|---------------------------------|--------------------|-------|
| Ajustamentos | | | | | | | | |
| Contas a receber (Notas 22 e 23) | 384.282.577 | (9.470.260) | 218.146.238 | (45.861.667) | 24.366.734 | (197.645.129) | 373.818.493 | |
| Existências (Nota 24) | 33.738.318 | (11.736.143) | 7.455.408 | (2.733.665) | 2.836.002 | (1.312.349) | 28.247.571 | |
| Investimentos (Notas 28 e 29) | 163.570.034 | (5.822.982) | 9.316.174 | (100.845.406) | (1.668.379) | 721.031 | 65.270.472 | |
| | 581.590.929 | (27.029.385) | 234.917.820 | (149.440.738) | 25.534.357 | (198.236.447) | 467.336.536 | |
| Provisões | | | | | | | | |
| Processos judiciais em curso (Nota 43) | 83.464.327 | (16.547.762) | 21.301.308 | (32.698.384) | 8.574.753 | 10.622.832 | 74.717.074 | |
| Impostos | 63.564.078 | (3.343.758) | 9.103.991 | (2.494.247) | 12.094.237 | (12.764.103) | 66.160.198 | |
| Outras | 104.484.746 | 35.272.827 | 40.619.172 | (11.666.178) | 2.693.118 | (36.626.426) | 134.777.259 | |
| | 251.513.151 | 15.381.307 | 71.024.471 | (46.858.809) | 23.362.108 | (38.767.697) | 275.654.531 | |
| | 833.104.080 | (11.648.078) | 305.942.291 | (196.299.547) | 48.896.465 | (237.004.144) | 742.991.067 | |

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Provisões” foi classificada no balanço de acordo com a data expectável da liquidação da correspondente obrigação, conforme segue:

| | euros |
|--------------------------------|--------------------|
| Provisões correntes | |
| Processos judiciais em curso | 34.772.400 |
| Impostos | 52.369.318 |
| Outras | 75.957.236 |
| | 163.098.954 |
| Provisões não correntes | |
| Processos judiciais em curso | 39.944.674 |
| Impostos | 13.790.880 |
| Outras | 58.820.023 |
| | 112.555.577 |
| | 275.654.531 |

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Outras provisões” tem a seguinte composição:

| | euros |
|---|--------------------|
| Programas de fidelização (i) | 41.048.865 |
| Remoção e desmantelamento de activos fixos (Nota 3.g)) | 34.152.253 |
| Investimentos financeiros negativos (ii) | 19.152.851 |
| Custos estimados com a alienação da Lusomundo Media (Nota 17) | 18.929.000 |
| Digitalização da rede TV Cabo (iii) | 12.166.484 |
| Outros | 9.327.806 |
| | 134.777.259 |

(i) A provisão para o programa de fidelização foi reconhecida pela TMN para fazer face aos custos estimados com o programa de pontos actualmente em vigor, calculada com base nos custos de catálogo à data do balanço, bem como na estimativa dos níveis de utilização. (ii) Esta provisão corresponde às perdas acumuladas resultantes da aplicação da equivalência patrimonial que excederem o valor das componentes do investimento que se encontravam registadas no activo (Notas 2.a) e 28. (iii) A provisão para digitalização da rede TV Cabo destina-se a fazer face aos compromissos assumidos pela PT Multimédia de substituição dos serviços premium analógicos por uma oferta digital.

Em 2005, o reforço das provisões e ajustamentos foi registado nas seguintes rubricas da demonstração dos resultados:

| | euros |
|---|--------------------|
| Provisões e ajustamentos | 259.567.845 |
| Operações descontinuadas (Nota 17) | 18.929.000 |
| Ganhos em empresas participadas, líquidos (Nota 28) | 9.486.170 |
| Custo das mercadorias vendidas | 7.090.586 |
| Imposto sobre o rendimento (Nota 16) | 6.873.860 |
| Outros custos (Nota 13) | 1.949.648 |
| Perdas (e ganhos) em activos financeiros (Nota 14) | 1.323.874 |
| Outros | 721.308 |
| | 305.942.291 |

A redução nas rubricas de provisões foi registada nas seguintes rubricas da demonstração de resultados:

| | euros |
|---|----------------------|
| Ganhos em empresas participadas, líquidos (i) | (109.645.406) |
| Provisões e ajustamentos | (83.618.848) |
| Custo das mercadorias vendidas | (2.532.067) |
| Outros custos operacionais | (241.061) |
| Imposto sobre o rendimento (Nota 16) | (262.165) |
| | (196.299.547) |
| (i) Esta rubrica inclui: | |
| | euros |
| UOL | |
| Redução de provisões para empréstimos concedidos em exercícios anteriores (Nota 28) | 68.394.114 |
| Redução de provisões para perdas em empresas associadas (Notas 2.a) e 28) | 18.432.125 |
| Outros | 22.819.167 |
| | 109.645.406 |

Em 2005, a rubrica “Provisões e ajustamentos” da demonstração dos resultados inclui os seguintes items:

| | euros |
|---------------------------------------|--------------------|
| Aumentos nas provisões e ajustamentos | 259.567.845 |
| Reduções nas provisões e ajustamentos | (83.618.848) |
| Recuperação de dívidas e incobráveis | (7.713.329) |
| Dívidas incobráveis | 3.241.773 |
| | 171.477.441 |

Na rubrica “Ajustamentos a contas a receber”, a redução na coluna de “Transferências, abates e outros” decorre essencialmente da anulação de saldos de contas a receber de clientes, que se encontravam provisionados.

A provisão para impostos destina-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de contingências prováveis de natureza fiscal, estimadas com base em informações dos serviços internos e de consultores.

37

Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 | euros |
|--|--------------------|--------------------|-------|
| Outros passivos correntes | | | |
| Transacções QTE (Nota 27) | 48.342.815 | 48.179.656 | |
| Dividendos a pagar (i) | 15.843.427 | 16.569.461 | |
| Outros (ii) | 21.426.204 | 609.232 | |
| | 85.612.446 | 65.358.349 | |
| Outros passivos não correntes | | | |
| Contas a pagar relativas às operações de QTE (Notas 3.l.lix) e 27) | 744.003.413 | 792.346.228 | |
| Valor de mercado de instrumentos financeiros (Nota 39) | 53.542.200 | 62.803.551 | |
| Outros (iii) | 26.542.766 | 1.381.520 | |
| | 824.088.379 | 856.531.299 | |

(i) Este montante respeita essencialmente a dividendos atribuídos por empresas participadas da Brasilcel que ainda se encontram por liquidar. **(ii)** Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui essencialmente 17 milhões de euros respeitantes a uma conta a pagar a acionistas das empresas participadas da Brasilcel, em resultado de uma operação de agrupamento de acções efectuada por essas empresas no primeiro semestre de 2005. No âmbito desta operação, as acções emitidas pelas diversas empresas foram agrupadas em lotes, tendo cada um deles sido trocado por uma nova acção. Em virtude de determinados acionistas não possuírem o número suficiente de acções para receber uma nova acção, foi efectuado um leilão das acções não atribuídas/trocadas, tendo cada empresa reconhecido o montante recebido nesse leilão como um passivo a pagar aos antigos acionistas, o qual será liquidado na medida que esses acionistas o solicitem. **(iii)** Em 31 de Dezembro de 2005, esta rubrica inclui 10 milhões de euros relativos a acréscimos de custos com juros incorridos com determinados empréstimos obtidos pela Vivo, cujo vencimento ocorre a mais de 12 meses.

38 Capital próprio

Durante os exercícios de 2005 e 2004 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de capital próprio:

| | Capital social | Prémios de emissão de acções | Acções próprias | Reserva legal | Reserva de acções próprias | Resultados acumulados | Total do capital próprio, excluindo interesses minoritários | euros |
|--|----------------|------------------------------|-----------------|---------------|----------------------------|-----------------------|---|-------|
| Saldo em 31 de Dezembro de 2003 de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal | 1.254.285.000 | 91.704.891 | (210.040.062) | 144.184.287 | 210.040.062 | 1.450.652.747 | 2.940.826.925 | |
| Impacto da adopção dos IFRS em 1 de Janeiro de 2004 (Nota 45) | – | – | (207.023.028) | – | – | (821.588.533) | (1.028.611.561) | |
| Saldo em 1 de Janeiro de 2004 , de acordo com as IFRS | 1.254.285.000 | 91.704.891 | (417.063.090) | 144.184.287 | 210.040.062 | 629.064.214 | 1.912.215.364 | |
| Compra de acções próprias | – | – | (463.641.367) | – | – | – | (463.641.367) | |
| Reserva para acções próprias | – | – | – | – | 480.912.955 | (480.912.955) | – | |
| Cancelamento de acções próprias | (87.799.950) | – | 690.953.017 | – | (603.153.067) | – | – | |
| Dividendos atribuídos e pagos | – | – | – | – | – | (267.499.686) | (267.499.686) | |
| Aplicação de resultados a reserva legal | – | – | – | 10.040.788 | – | (10.040.788) | – | |
| Resultado reconhecido directamente no capital próprio | – | – | – | – | – | (117.729.708) | (117.729.708) | |
| Resultado reconhecido na demonstração de resultados | – | – | – | – | – | 623.199.434 | 623.199.434 | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2004 | 1.166.485.050 | 91.704.891 | (189.751.440) | 154.225.075 | 87.799.950 | 376.080.511 | 1.686.544.037 | |
| Compra de acções próprias | – | – | (252.749.396) | – | – | – | (252.749.396) | |
| Reserva para acções próprias | – | – | – | – | 340.455.888 | (340.455.888) | – | |
| Cancelamento de acções próprias | (37.628.550) | – | 340.455.888 | – | (302.827.338) | – | – | |
| Dividendos atribuídos e pagos (Nota 19) | – | – | – | – | – | (395.085.000) | (395.085.000) | |
| Aplicação de resultados | – | – | – | 25.004.286 | – | (25.004.286) | – | |
| Acções próprias adquiridas pela PT Multimédia a acionistas minoritários | – | – | – | – | – | (33.977.853) | (33.977.853) | |
| Resultado reconhecido directamente no capital próprio | – | – | – | – | – | 169.674.682 | 169.674.682 | |
| Resultado reconhecido na demonstração de resultados | – | – | – | – | – | 653.984.819 | 653.984.819 | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2005 | 1.128.856.500 | 91.704.891 | (102.044.948) | 179.229.361 | 125.428.500 | 405.216.985 | 1.828.391.289 | |

38.1 Capital social

Em 21 de Dezembro de 2005, na sequência da deliberação da Assembleia Geral de 29 de Abril de 2005, e no âmbito do programa de share buyback, a Portugal Telecom procedeu ao cancelamento de 37.628.550 acções ordinárias que se encontravam em carteira nessa data. Deste modo, a Portugal Telecom viu o seu capital social reduzido de 1.166.485.050 euros para 1.128.856.500 euros com um valor nominal de 1 euro cada, representado por 1.128.856.500 acções nominativas, sob forma escritural, com o valor nominal de 1 euro cada e com a seguinte distribuição:

- 1.128.856.000 ordinárias; e
- 500 acções de Categoria A.

As acções de Categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado português e, nos termos dos estatutos da Portugal Telecom, conferem direitos especiais de voto ou de voto, como segue:

- eleição de um terço do número total de administradores, incluindo o presidente do Conselho de Administração;
- autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros anuais distribuíveis;
- aumentos de capital e outras alterações aos estatutos;
- emissão de obrigações e outros títulos de crédito;
- autorização para que um acionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social da Portugal Telecom;
- alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas e opções estratégicas da Portugal Telecom, nomeadamente relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço; e
- definição dos princípios gerais de política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

38.2 Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de acções próprias.

38.3 Acções próprias

No exercício de 2005, o movimento ocorrido nesta rubrica foi como segue:

| | Número de acções | Valor Nominal | Descontos e Prémios | Valor | euros Valor contabilístico por acção |
|--|-------------------|-------------------|---------------------|--------------------|---|
| Saldo em 1 de Janeiro de 2004 | 55.400.357 | 55.400.357 | 361.662.733 | 417.063.090 | 7,53 |
| Compras | 53.950.599 | 53.950.599 | 409.690.768 | 463.641.367 | |
| Cancelamento de acções próprias | (87.799.950) | (87.799.950) | (603.153.067) | (690.953.017) | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2004 | 21.551.006 | 21.551.006 | 168.200.434 | 189.751.440 | 8,80 |
| Compras | 29.317.544 | 29.317.544 | 223.431.852 | 252.749.396 | |
| Cancelamento de acções próprias | (37.628.550) | (37.628.550) | (302.827.338) | (340.455.888) | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2005 | 13.240.000 | 13.240.000 | 88.804.948 | 102.044.948 | 7,71 |

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as acções próprias em carteira correspondiam a equity swaps contratados pela Portugal Telecom até essa data e que foram reconhecidos como uma efectiva aquisição de acções, de acordo com o IAS 32, originando o registo de um passivo pelo correspondente valor de aquisição (Nota 32). Os equity swaps contratados até 31 de Dezembro de 2004 foram na totalidade exercidos durante 2005.

38.4 Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

38.5 Reserva para acções próprias

A reserva para acções próprias está relacionada com o reconhecimento de uma reserva indisponível de valor equivalente ao valor nominal das acções canceladas. A reserva para acções próprias tem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

38.6 Resultados acumulados

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os resultados acumulados têm a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 |
|---|--------------------|--------------------|
| Resultados reconhecidos directamente no capital próprio | | |
| Perdas actuariais líquidas (Nota 9) | (1.970.013.049) | (1.239.737.000) |
| Derivados de cobertura (Nota 39) | (21.613.807) | (21.670.290) |
| Investimentos disponíveis para venda | 3.136.453 | 3.950.643 |
| Ajustamentos de conversão cambial (i) | 717.198.124 | 16.245.986 |
| | (1.271.292.279) | (1.241.210.661) |
| Impacto fiscal | 543.387.339 | 343.631.038 |
| | (727.904.940) | (897.579.623) |
| Reservas livres e resultados transitados | 479.137.106 | 650.460.700 |
| Resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe | 653.984.819 | 623.199.434 |
| | 405.216.985 | 376.080.511 |

(i) Esta rubrica corresponde essencialmente aos ajustamentos de conversão cambial dos activos e passivos, denominados em moeda estrangeira desde 1 de Janeiro de 2004 (Nota 3.q)), que inclui principalmente o investimento do Grupo no Brasil, cujos ajustamentos de conversão cambial totalizam 715 milhões em 31 de Dezembro de 2005, dos quais 95% dizem respeito à Vivo.

39 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros derivados são usados pelo Grupo essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo Grupo. O valor de mercado (Fair Value) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras de diferentes cenários.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2005, a carteira de instrumentos derivados de taxa de juro era constituída por swaps de taxa de juro cujo valor nominal era de 687 milhões de euros, com uma maturidade média de 7,1 anos.

Em 31 de Dezembro de 2005, a Vivo registou swaps com componente de taxa de juro em reais brasileiros no montante de 110 milhões de reais (40 milhões de euros convertidos à taxa de câmbio de fecho em 31 de Dezembro de 2005), com uma maturidade média de 1,8 anos e swaps com componente de taxa de juro em dólares americanos no montante de 232 milhões de dólares (197 milhões de euros convertidos à taxa de câmbio de fecho em 31 de Dezembro de 2005) com uma maturidade média de 1,8 anos.

Risco de taxa de câmbio

Na sequência do cancelamento da componente de taxa de juro de certos cross currency swaps, a Portugal Telecom manteve contratadas opções cambiais e contratos forward de euros para dólares americanos. Em 31 de Dezembro de 2005, o montante líquido dos contratos desta natureza era de 200 milhões de euros, com uma maturidade média de 3,3 anos.

Risco de taxa de juro e de taxa de câmbio

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo detinha cross currency swaps dólares americanos/euro com componente cambial e de taxa de juro, sendo o total da dívida de 64 milhões dólares americanos (54 milhões de euros convertidos à taxa de câmbio de fecho em 31 de Dezembro de 2005), com uma maturidade média de 6,0 anos.

As empresas integradas na Vivo dispõem de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de cobrir o risco de taxa de câmbio inerente à dívida em dólares americanos e ienes japoneses. Neste sentido, em 31 de Dezembro de 2005, estas empresas possuíam: cross currency swaps de dólares americanos para reais brasileiros no montante de 1.134 milhões de dólares americanos (961 milhões de euros convertidos à taxa de câmbio a 31 de Dezembro de 2005) e cross currency swaps de ienes para reais brasileiros no montante de 22.410 milhões de ienes (161 milhões de euros à taxa de câmbio a 31 de Dezembro de 2005), ambas com uma maturidade média de 1,1 anos. Estes instrumentos financeiros foram classificados, de acordo com o IAS 39, como derivados de cobertura de justo valor, pelo que a respectiva variação do valor de mercado é reconhecida directamente em resultados na rubrica "Variações cambiais".

Em 31 de Dezembro de 2005, as empresas que compõem a Vivo possuíam ainda outros cross currency swaps de dólares americanos para reais brasileiros, no montante de 375 milhões de dólares americanos (318 milhões de euros à taxa de câmbio de 31 de Dezembro de 2005) com uma maturidade média de 0,8 anos e cross currency swaps de euros para reais brasileiros, no montante de 6 milhões de euros, com uma maturidade de 1 mês.

Em 31 de Dezembro de 2005, outras subsidiárias dispunham de instrumentos derivados com o objectivo de cobrir o risco de taxa de câmbio inerente à dívida expressa em moeda estrangeira. Neste sentido, estas empresas possuíam cross currency swaps de dólares americanos para euros no montante de 4 milhões de dólares americanos (3 milhões de euros à taxa de câmbio de 31 Dezembro de 2005), com uma maturidade média de 3,9 anos; e cross currency swaps de dólares americanos para reais brasileiros no montante de 21 milhões de dólares americanos (18 milhões de euros à taxa de câmbio de 31 Dezembro de 2005), com uma maturidade média de 4,1 anos.

Derivados com acções

De modo a incrementar a sua exposição à PT Multimédia, a Portugal Telecom contratou em anos anteriores junto de uma instituição financeira equity swaps sobre 30.575.090 acções da PT Multimédia, representativas de 9,9% do seu capital, conforme segue:

- (i) 18.375.090 acções, com um preço de exercício de 8,87 euros e maturidade de 4 meses; e
- (ii) 12.200.000 acções, com um preço de exercício de 7,05 euros e maturidade de 4 meses.

Adicionalmente, em 2004, a Portugal Telecom celebrou com o Banco Espírito Santo contratos de derivados com acções PT Multimédia que se traduzem num conjunto de opções que permitem à Empresa obter um encaixe financeiro de 16,6 milhões de euros, bem como conferem a possibilidade de adquirir acções da PT Multimédia representativas de cerca de 5% do seu capital. Estas opções com maturidade em 31 de Dezembro de 2005 não puderam ser exercidas por ambas as partes devido a não ter sido atingido o strike contratado.

A exigibilidade do montante acima referido fica sujeita à condição suspensiva de ao Banco Espírito Santo ser pago o preço das opções que o Banco Espírito Santo contratar com terceiras entidades a fim de obter o hedging financeiro da sua posição nas opções de compra e venda. O Banco Espírito Santo deverá, para o efeito, demonstrar perante a Portugal Telecom que foram celebradas tais opções e que se verificou o incumprimento da obrigação de pagamento de tais opções. A Portugal Telecom já recebeu 50% deste montante, o qual totalizou 8,3 milhões de euros, durante o exercício de 2005, e espera receber os restantes 50% até Junho de 2006.

Instrumentos de cobertura

No âmbito da adopção dos IFRS, o Grupo efectua uma análise à sua carteira de derivados, de modo a verificar quais os que reúnem todos os requisitos exigidos pelo IAS 39 de forma a classificá-los como instrumentos de cobertura. Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram reconhecidos como derivados de cobertura os seguintes contratos:

| 31 Dezembro 2005 | | | | milhões de euros |
|-------------------------------------|---------------|------------------------------|-------------------------|--|
| | Valor nominal | Tipo de operação | Maturidade média (anos) | Objectivo económico |
| Cobertura de fluxos de caixa | | | | |
| Portugal Telecom | 585,0 | Swaps de taxa de juro em EUR | 7,6 | Eliminar o risco de variação da taxa de juro |
| Cobertura de justo valor | | | | |
| Portugal Telecom | 59,9 | Cross currency swaps EUR/USD | 6,0 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio |
| Vivo | 961,5 | Cross currency swaps USD/BRL | 1,1 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio |
| Vivo | 161,3 | Cross currency swaps JPY/BRL | 1,1 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio |
| Vivo | 40,1 | Swaps de taxa de juro em BRL | 1,8 | Eliminar o risco de variação do justo valor em resultado da variação da taxa de juro |
| Vivo | 197,1 | Swaps de taxa de juro em USD | 1,8 | Eliminar o risco de variação do justo valor em resultado da variação da taxa de juro |

| 31 Dezembro 2004 | | | | milhões de euros |
|-------------------------------------|---------------|------------------------------|-------------------------|--|
| | Valor nominal | Tipo de operação | Maturidade média (anos) | Objectivo económico |
| Cobertura de fluxos de caixa | | | | |
| Portugal Telecom | 427,5 | Swaps de taxa de juro em EUR | 7,2 | Eliminar o risco de variação da taxa de juro |
| Cobertura de justo valor | | | | |
| Portugal Telecom | 69,8 | Cross currency swaps EUR/USD | 7,0 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio |
| Vivo | 644,9 | Cross currency swaps USD/BRL | 1,3 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio |
| Vivo | 48,9 | Cross currency swaps JPY/BRL | 0,6 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio |
| Vivo | 442,9 | Swaps de taxa de juro em BRL | 0,0 | Eliminar o risco de variação da taxa de juro |

Instrumentos detidos para negociação

Em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, o Grupo tinha contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados que, à luz das regras do IAS 39, estão classificados como instrumentos detidos para negociação, sendo o seu detalhe conforme segue:

| 31 Dezembro 2005 | | | | milhões de euros |
|--------------------|---------------|--|-------------------------|--|
| | Valor nominal | Tipo de operação | Maturidade média (anos) | Objectivo económico |
| Portugal Telecom | 102,0 | Swaps de taxa de juro em EUR | 4,5 | Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente |
| Portugal Telecom | 200,0 | EUR Call/USD Put | 3,3 | Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente |
| Portugal Telecom | 249,0 | Equity swaps sobre ações PT Multimedia | 0,3 | Aumentar a exposição à PT Multimedia |
| Cabo Verde Telecom | 3,5 | Cross currency swaps EUR/USD | 3,9 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio e de taxa de juro |
| Vivo | 318,2 | Cross currency swaps USD/BRL | 0,8 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio |
| Vivo | 5,8 | Cross currency swaps EUR/BRL | 0,0 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio |
| Mobitel | 17,8 | Cross currency swaps USD/BRL | 4,1 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio |

31 Dezembro 2004

milhões de euros

39

| | Valor nominal | Tipo de operação | Maturidade média (anos) | Objectivo económico |
|--------------------|----------------------|---|--------------------------------|--|
| Portugal Telecom | 44,0 | Swaps de taxa de juro em EUR | 3,0 | Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente |
| Portugal Telecom | 200,0 | EUR Call/USD Put | 4,3 | Operações resultantes de reestruturações de posições contratadas anteriormente |
| Portugal Telecom | 249,0 | Equity swaps sobre acções PT Multimédia | 1,0 | Aumentar a exposição à PT Multimedia |
| Portugal Telecom | 98,2 | Opções de compra e venda de acções da PT Multimédia | 1,0 | Aumentar a exposição à PT Multimedia |
| PT Multimédia | 11,5 | Forwards EUR/USD | 0,5 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio |
| Cabo Verde Telecom | 4,5 | Cross currency swaps EUR/USD | 4,9 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio e de taxa de juro |
| Vivo | 306,6 | Cross currency swaps USD/BRL | 1,3 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio |
| Vivo | 25,1 | Cross currency swaps EUR/BRL | 0,2 | Eliminar o risco de variação da taxa de câmbio |

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O movimento ocorrido nos exercícios de 2005 e 2004 no valor de mercado dos derivados, é como segue:

| | Saldo 31 Dez 2004 | Variação no valor de mercado | Adições e reduções | Ajustamentos de conversão cambial | Saldo 31 Dez 2005 |
|--|--------------------------|-------------------------------------|---------------------------|--|--------------------------|
| Derivados activos | | | | | |
| Derivados detidos para negociação | | | | | |
| Equity swaps sobre acções da PT Multimédia (Nota 27) | 31,2 | 10,8 | – | – | 42,0 |
| Taxa de câmbio (Nota 21) | 39,8 | (50,5) | – | 24,6 | 24,0 |
| | 71,0 | (39,7) | – | 24,6 | 24,0 |
| | | | | | 79,9 |
| Derivados passivos | | | | | |
| Derivados de cobertura de valor de mercado | | | | | |
| Taxa de juro e taxa de câmbio | (60,6) | (140,1) | – | 101,8 | (23,4) |
| | | | | | (122,3) |
| Derivados de cobertura de fluxos de caixa | | | | | |
| Taxa de juro (Nota 38.6) | (21,7) | – | 0,1 | – | (21,6) |
| Derivados detidos para negociação | – | – | – | – | – |
| Taxa de juro e taxa de câmbio | – | – | – | (1,6) | (1,6) |
| Taxa de câmbio | (40,7) | 14,1 | – | – | (26,6) |
| Taxa de juro | (0,2) | (3,6) | – | – | (1,5) |
| Opções de compra e venda de acções da PT Multimédia | (12,6) | 4,2 | – | – | 8,3 |
| | (135,9) | (125,3) | 0,1 | 100,2 | (16,6) |
| | (64,9) | (164,9) | 0,1 | 124,8 | 7,4 |
| | | | | | (97,6) |

| | Saldo 1 Jan 2004 | Variação no valor de mercado | Adições e reduções | Ajustamentos de conversão cambial | Saldo 31 Dez 2004 |
|---|-------------------------|-------------------------------------|---------------------------|--|--------------------------|
| Derivados activos | | | | | |
| Derivados detidos para negociação | | | | | |
| Equity swaps sobre acções da PT Multimédia | 15,5 | 49,2 | – | (33,4) | – |
| Taxa de câmbio | 73,0 | (20,9) | – | (12,4) | – |
| | 88,5 | 28,3 | – | (45,8) | – |
| | | | | | 71,0 |
| Derivados passivos | | | | | |
| Derivados de cobertura de justo valor | | | | | |
| Taxa de juro e taxa de câmbio | 54,9 | (110,0) | – | 5,3 | (10,8) |
| | | | | | (60,6) |
| Derivados de cobertura de fluxos de caixa | | | | | |
| Taxa de juro | (60,2) | – | (10,5) | 50,7 | (1,7) |
| | | | | | (21,7) |
| Derivados detidos para negociação | | | | | |
| Taxa de câmbio | (28,4) | (12,3) | – | – | (40,7) |
| Taxa de juro | (1,7) | 1,5 | – | – | (0,2) |
| Opções de compra e venda de acções da PT Multimédia | – | 4,1 | – | (16,7) | – |
| | (35,4) | (116,8) | (10,5) | 39,4 | (12,5) |
| | 53,1 | (88,5) | (10,5) | (6,4) | (135,9) |
| | | | | | (64,9) |

A variação no valor de mercado dos derivados de cobertura e dos derivados detidos para negociação, ocorrida em 2005, foi registada em resultados conforme segue:

| | Juros líquidos | Ganhos com variações cambiais, líquidos | Perdas (e ganhos) em activos financeiros, líquidos (Nota 14) | Total |
|---|----------------|---|--|--------------|
| Derivados activos | | | | |
| Derivados detidos para negociação | | | | |
| Equity swaps sobre acções da PT Multimédia | (1,4) | – | (9,4) | (10,8) |
| Taxa de câmbio | – | – | 50,5 | 50,5 |
| Derivados passivos | | | | |
| Derivados de cobertura | | | | |
| Taxa de juro e taxa de câmbio | 87,7 | 52,4 | – | 140,1 |
| Derivados detidos para negociação | | | | |
| Taxa de câmbio | – | – | (14,1) | (14,1) |
| Taxa de juro | – | – | 3,6 | 3,6 |
| Opções de compra e venda de acções da PT Multimédia | – | – | (4,2) | (4,2) |
| | 86,3 | 52,4 | 26,3 | 164,9 |

Em 31 de Dezembro de 2005, os derivados contratados pela Empresa encontram-se reconhecidos a valor de mercado, estando registados no balanço conforme segue:

| | Activos Aumentos / (Diminuições) | | Passivos (Aumentos) / Diminuições | | | |
|--|--|------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|---|----------------|
| | Investimentos de curto prazo (Nota 21) | Outros activos correntes (Nota 27) | Dívida | Acréscimos de custos (Nota 34) | Outros passivos não correntes (Nota 37) | Total |
| Derivados activos | | | | | | |
| Derivados detidos para negociação | | | | | | |
| Equity swaps sobre acções da PT Multimédia | – | 42,0 | – | – | – | 42,0 |
| Taxa de câmbio | 37,9 | – | – | – | – | 37,9 |
| | 37,9 | 42,0 | – | – | – | 79,9 |
| Derivados passivos | | | | | | |
| Cobertura de valor de mercado | | | | | | |
| Taxa de juro e taxa de câmbio | – | – | (49,8) | (72,6) | – | (122,3) |
| Cobertura de cash flow | | | | | | |
| Taxa de juro | – | – | – | – | (21,6) | (21,6) |
| Derivados detidos para negociação | | | | | | |
| Taxa de juro e taxa de câmbio | – | – | (1,6) | – | – | (1,6) |
| Taxa de câmbio | – | – | – | – | (26,6) | (26,6) |
| Taxa de juro | – | – | – | – | (5,3) | (5,3) |
| | – | – | (51,4) | (72,6) | (53,5) | (177,5) |
| | 37,9 | 42,0 | (51,4) | (72,6) | (53,5) | (97,6) |

40 Garantias e compromissos financeiros assumidos

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo tinha apresentado avales, garantias e cartas de conforto a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

| | 2005 | 2004 |
|--|-------------------|-------------------|
| Garantias bancárias a favor de tribunais | 2.365.457 | 9.036.548 |
| Garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas pela | | |
| TMN | 28.441.461 | 3.162.539 |
| PT Comunicações | 11.160.914 | 18.287.518 |
| PT Multimédia | 7.534.199 | 9.332.897 |
| PT Prime | 3.459.599 | 1.436.260 |
| Outras | 104.259 | 104.259 |
| | 50.700.432 | 32.323.473 |
| Cartas de conforto e avales a favor de terceiros | | |
| Unitel | 49.927.948 | 23.126.055 |
| Sport TV (i) | 40.271.952 | 44.759.256 |
| Warner Lusomundo España (ii) | – | 13.333.333 |
| TV Cabo Macau (iii) | – | 7.341.605 |
| Vasp (iv) | – | 5.588.875 |
| Outras | 1.935.414 | 911.378 |
| | 92.135.314 | 95.060.502 |

(i) Esta empresa foi consolidada pelo método proporcional. (ii) Esta empresa foi alienada no decorrer de 2005. (iii) Esta empresa foi consolidada pelo método integral em 2005. (iv) Esta empresa pertence ao grupo Lusomundo Media (Nota 17).

As garantias bancárias solicitadas pela PT Comunicações foram apresentadas à Administração Fiscal e referem-se a contingências de natureza fiscal que foram impugnadas (Nota 16). As garantias bancárias solicitadas pela PT Multimédia foram apresentadas à Alta Autoridade para a Comunicação Social e referem-se à obtenção de licenças de transmissão de sinal de televisão. As garantias bancárias solicitadas pela TMN foram apresentadas à Anacom e referem-se ao cumprimento de obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS adquirida em Dezembro de 2000.

As cartas de conforto e os avales a favor de terceiros referem-se a garantias prestadas por empresas do Grupo a financiamentos obtidos pelas empresas associadas. Em 1 de Setembro de 2004 a PT Multimédia concedeu à Sport TV um aval solidário com a PPTV – Publicidade de Portugal e Televisão, SA (o outro accionista da Sport TV, em conjunto com a PT Conteúdos) até ao montante de 70 milhões de euros, como forma de garantia de um financiamento concedido por uma instituição financeira àquela empresa, destinado à aquisição de direitos de transmissão dos Jogos da Superliga de Futebol, para as épocas de 2004-2005 a 2007-2008. A Sport TV foi consolidada proporcionalmente em 2005, logo 50% deste empréstimo está reconhecido no balanço consolidado do Grupo. A parte referente aos 50% remanescentes (35 milhões de euros) está incluída na tabela em cima.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo, para além das obrigações financeiras constantes do balanço, assumiu os seguintes compromissos financeiros:

(a) em Outubro de 2000, a Médi Télécom celebrou contratos de financiamento de médio e longo prazo, para financiamento do investimento efectuado no GSM, com um consórcio liderado pela International Finance Corporation e pelos bancos ABN Amro e Société Générale, num total de 1.000 milhões de euros. Este financiamento tem um prazo de oito anos e foi obtido para refinanciar a dívida de curto prazo contraída para a aquisição da lincença móvel em Marrocos, em Agosto de 1999, e para financiar o investimento relativo à instalação e desenvolvimento da rede GSM. Em Julho de 2004, a Médi Télécom procedeu à renegociação destes contratos.

Nos termos desta renegociação, a Médi Télécom obriga-se perante o sindicato bancário a atingir determinadas metas de performance financeira. No âmbito desta operação de financiamento, os accionistas de referência da Médi Télécom (PT Móveis (32,18% do capital), Telefónica Intercontinental, SA (32,18% do capital) e Banque Marrocaine du Commerce Exterieur (18,06% do capital)), assinaram um Shareholders Support Deed segundo o qual estes accionistas se comprometem a realizar futuras contribuições de capital na Médi Télécom (sob a forma de capital ou de empréstimos) se tal for necessário para cobrir eventuais deficiências nas metas financeiras acordadas. Em 31 de Dezembro de 2005, o compromisso dos accionistas de referência está limitado, durante a vigência dos empréstimos, a um máximo acumulado de 168 milhões de euros, dos quais 50 milhões de euros destinados ao pagamento do serviço da dívida, e cessa logo que a Médi Télécom atinja um rácio de Endividamento/EBITDA inferior a 2,0.

(b) o Grupo e os restantes accionistas da Sportinveste Multimédia, SGPS, SA (“Sportinveste”) celebraram um acordo parassocial pelo qual a Portugal Telecom se comprometeu a conceder prestações acessórias até ao montante máximo de 40 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2005, a Portugal Telecom tinha concedido prestações acessórias à Sportinveste no montante de 30.023.168 euros (Nota 28).

(c) em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo tinha assumido compromissos de compra perante fornecedores, essencialmente relativos a equipamentos e conteúdos, respectivamente no montante de aproximadamente 180 milhões de euros e 79 milhões de euros.

41

Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada de acordo com o disposto no IAS 7, havendo os seguintes aspetos a salientar:

(a) a rubrica “Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional” inclui essencialmente os custos registados na rubrica “Impostos indirectos” e os pagamentos e recebimentos de IVA.

(b) a rubrica “Recebimentos provenientes de investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 |
|---------------------|--------------------|-------------------|
| Lusomundo Media | 174.476.893 | – |
| PrimeSys | 101.787.961 | – |
| UOL | 85.569.547 | – |
| Intelsat | 15.055.553 | – |
| Media Capital | 12.880.000 | – |
| Eutelsat | – | 5.736.349 |
| Mascom | – | 5.238.000 |
| News Sky Satellites | – | 4.674.500 |
| Outras | 2.045.795 | 5.594.390 |
| | 391.815.749 | 21.243.239 |

(c) a rubrica “Recebimentos provenientes de dividendos” tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| CTM | 14.794.501 | 12.654.127 |
| Páginas Amarelas | 3.526.280 | 1.802.000 |
| Banco Espírito Santo | 1.545.600 | 1.386.000 |
| Lisboa TV | 906.861 | – |
| Outras | 651.183 | 336.891 |
| | 21.424.425 | 16.179.018 |

(d) A rubrica “Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

| | 2005 | 2004 |
|----------------|-------------------|--------------------|
| Vivo (i) | 8.953.229 | 231.413.433 |
| Banco Best | 2.931.929 | – |
| China Pathways | 1.695.381 | – |
| Distodo | 1.200.000 | – |
| TV Cabo Macau | 1.110.000 | – |
| Sport TV | – | 36.300.000 |
| Media Capital | – | 6.960.000 |
| Sportinveste | – | 6.000.000 |
| Previsão | – | 1.906.641 |
| Outras | 11.278.246 | 9.353.733 |
| | 27.168.785 | 291.933.807 |

(i) Este valor respeita à liquidação da parcela remanescente da dívida referente à aquisição da TCO efectuada em 2003.

(e) a rubrica “Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos” inclui a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários. Em 2005, esta rubrica totalizou 1.950.982.734 euros e inclui basicamente: (i) 2.000 milhões de euros referentes às novas emissões de Eurobonds efectuadas pela PT Finance em 2005 (Nota 32); (ii) 250 milhões de euros relativos ao financiamento contraído junto do BEI (Nota 32) e (iii) 584.950.000 euros referentes à amortização do Floating Rate Notes emitido em 16 de Dezembro de 2001 pela PT Finance (Nota 32).

Em 2004, o montante de pagamentos de empréstimos obtidos, líquido dos recebimentos de empréstimos obtidos, ascende a 726.832.777 euros e inclui essencialmente obrigações convertíveis de emitidas em 7 Janeiro de 1999 no montante de 450.485.000 euros e obrigações Portugal Telecom/97 no montante de 124.699.474 euros.

(f) em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, a rubrica “Pagamentos respeitantes a dividendos” inclui o pagamento de dividendos das seguintes entidades:

| | 2005 | 2004 |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Portugal Telecom (Nota 38) | 395.085.000 | 267.485.504 |
| PT Multimédia | 24.478.010 | 5.327.366 |
| Empresas subsidiárias da Brasilcel | 17.346.247 | 16.115.983 |
| Cabo Verde Telecom | 5.370.566 | 5.521.524 |
| Outras | 3.135.334 | 2.601.958 |
| | 445.415.157 | 297.052.335 |

(g) em 2005, a rubrica “Outros pagamentos respeitantes a actividades de financiamento” inclui um montante de 59.033.605 euros pagos aos accionistas minoritários da PT Multimédia relativos a uma operação de emissão de warrants e 51.406.132 euros relativos a variações cambiais nos derivados financeiros contratados pela Vivo.

(h) a reconciliação entre o montante de caixa e equivalentes de caixa constantes do balanço e a rubrica de caixa e equivalentes constante da demonstração dos fluxos de caixa, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, é como segue:

| | 2005 | 2004 |
|---|-------------|--------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 612.158.485 | 442.766.941 |
| Descobertos bancários (Nota 32) | – | (14.647.937) |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 612.158.485 | 428.119.004 |

42 Partes relacionadas

As transacções e saldos entre a Portugal Telecom e empresas do Grupo foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota.

Os termos ou condições praticados entre a holding e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Alguns dos principais accionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras, com as quais são estabelecidos acordos comerciais no normal decurso da actividade. Os termos destes acordos comerciais são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As actividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de telecomunicações por parte do Grupo e à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte dessas instituições financeiras.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2005, estão em vigor: (i) contratos de derivados com o Banco Espírito Santo sobre acções da PT Multimédia (Nota 39); e (ii) um acordo com o Banco Espírito Santo e a Caixa Geral de Depósitos para o desenvolvimento de novos negócios na área do comércio electrónico.

No âmbito da constituição da Brasilcel, foi celebrada uma parceria estratégica com a Telefónica, segundo a qual a Portugal Telecom pode adquirir até 1,5% do capital social da Telefónica, e esta pode adquirir até 10% do capital social da Portugal Telecom. Em 31 de Dezembro de 2005, a Telefónica detém 9,96% do capital social da Portugal Telecom.

O Grupo estabeleceu um Shareholders' Agreement com a Telefónica que regula a gestão da Vivo e mantém acordos comerciais com algumas empresas da Telefónica relativamente à repartição do tráfego internacional, que são substancialmente idênticos aos praticados com outros operadores.

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais da Portugal Telecom nos exercícios de 2005 e 2004, foram as seguintes:

| | 2005 | | 2004 | |
|--------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Fixa | Variável | Fixa | Variável |
| Administradores executivos | 3.316.054 | 4.875.915 | 3.278.563 | 3.184.567 |
| Administradores não executivos | 2.227.795 | 398.489 | 2.024.453 | 665.252 |
| Conselho Fiscal | 391.038 | — | 541.901 | — |
| Mesa da Assembleia Geral | 4.966 | — | 5.840 | — |
| | 5.939.853 | 4.582.618 | 5.850.757 | 3.849.819 |

43 Processos judiciais em curso

43.1 Processos com entidades reguladoras

As operações da Portugal Telecom são sujeitas regularmente a investigações e inspecções, essencialmente pela Anacom, pela Comissão Europeia e pela Autoridade da Concorrência, no âmbito da verificação do cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis ao Grupo PT. Actualmente estão em curso investigações conduzidas pela Autoridade da Concorrência relativamente à actividade da PT Comunicações, da PT Prime, da PT Multimédia, da TV Cabo e da PT Conteúdos, por alegadas práticas abusivas de preços predatórios, esmagamento de margens e práticas discriminatórias. Caso a Portugal Telecom venha a ser indiciada pelo incumprimento das leis e regulamentos aplicados, podem ser aplicadas multas e penalidades ao abrigo da legislação vigente. Até ao momento, apenas contra a PT Comunicações foram, pela Autoridade da Concorrência, por duas vezes, formuladas acusações, num mesmo caso, de alegada recusa de acesso às condutas em que está instalada a rede básica de telecomunicações. A PT Comunicações respondeu a essas acusações sustentando que, embora tenha dado, e continue a dar, à generalidade dos operadores, acesso às suas condutas em condições não discriminatórias, de acordo com as suas responsabilidades de gestão das ditas infra-estruturas, considera que, dadas as circunstâncias, o direito da concorrência não a deve impedir de as reservar para si, se assim o entender, nas condições em que a regulamentação das telecomunicações o permitir. A PT Comunicações espera que a Autoridade da Concorrência chegue à mesma conclusão uma vez concluídas as investigações em curso. A PT Multimédia e a TV Cabo foram também acusadas por alegadas práticas abusivas nos termos do artigo n.º 4 do Decreto-Lei n.º 18/2003 no seguimento da celebração de um Acordo de Parceria em Março de 2000, entre a PT Multimédia, TV Cabo e SIC-Sociedade Independente de Comunicação, SA (SIC), no contexto da aquisição pela SIC da Lisboa TV – Informação e Multimédia, SA. Em resposta a esta acusação, a PT Multimédia e a TV Cabo contestam as alegações da Autoridade da Concorrência. Embora não possa ser excluída a possibilidade de aplicação de sanções, neste e noutras casos, o que aconteceria pela primeira vez, a Portugal Telecom entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que em princípio destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, susceptíveis de afectar as suas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005.

Outros processos

43.2 Processos com perda provável

Em 31 de Dezembro de 2005 existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso intentados contra diversas empresas do Grupo, classificados como processos com perda provável, de acordo com o IAS 37, tendo sido registada uma provisão (Nota 36) para fazer face à provável saída de recursos da Empresa com estes processos. A natureza destes processos, à data de 31 de Dezembro de 2005, é conforme segue:

| | euros |
|-------------------------------------|-------------------|
| Responsabilidade civil | 38.455.536 |
| Responsabilidade administrativa (i) | 22.253.098 |
| Responsabilidade laboral | 11.247.828 |
| Outras responsabilidades | 2.760.612 |
| | 74.717.074 |

(i) Este valor corresponde a um processo intentado contra a TCO decorrente da privatização da Telebrás, ocorrido no Brasil em 1998 e que ainda se encontra pendente de resolução.

Processos com perda possível

Em 31 de Dezembro de 2005 existem diversos processos judiciais e arbitrais em curso, intentados contra algumas empresas do Grupo, classificados como processos com perda possível, de acordo com informações dos advogados que acompanham estes processos e segundo os critérios definidos no IAS 37. O detalhe por natureza dos processos com valores quantificáveis em 31 de Dezembro de 2005 é conforme segue:

| | euros |
|------------------------------|--------------------|
| Responsabilidade civil | 131.599.578 |
| Responsabilidade laboral | 13.916.057 |
| Outras responsabilidades (i) | 276.882.649 |
| | 422.398.284 |

(i) Este valor inclui 166.542.577 euros relativos a processos judiciais intentados contra as várias subsidiárias da Vivo, os quais estão relacionados com as contingências fiscais (IVA, Imposto sobre o rendimento e impostos indiretos).

44 Eventos subsequentes

Os seguintes eventos ocorreram após 31 de Dezembro de 2005:

- em 22 de Fevereiro de 2006, os acionistas da TCP, TCO, Telesudeste, Teleste e Celular CRT aprovaram a reestruturação societária (Nota 1.b)) nas respectivas assembleias gerais extraordinárias;
- em 21 de Fevereiro de 2006, a PT Finance amortizou a Eurobond emitida em 21 de Fevereiro de 2001 no âmbito do programa de Global Medium Term Notes, no montante de 899.500.000 euros em 31 de Dezembro de 2006 (Nota 32);
- em 8 de Março de 2006, em resultado do anúncio de incremento da remuneração acionista proposto pelo Conselho de Administração até 2008, o rating da Portugal Telecom atribuído pela Standard & Poor's e pela Moody's foi reduzido, respectivamente, para BBB+ e Baa1 (Nota 32).

45 Primeira aplicação das "International Financial Reporting Standards"

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards) em 2005, tendo aplicado para o efeito o "IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards" sendo a data de transição para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004. Anteriormente, as demonstrações financeiras do Grupo eram apresentadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, conforme estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e demais legislação complementar. Os ajustamentos efectuados às demonstrações financeiras em 1 de Janeiro de 2004, foram calculados de forma retrospectiva, tal como determinado pelo IFRS 1.

45.1 Principais diferenças entre os IFRS e o POC

45.1.1. Obrigações com o desmantelamento de activos _ De acordo com os IFRS, o custo de aquisição dos activos tangíveis deverá incorporar o valor das obrigações de desmantelamento, remoção ou reposição da situação inicial, desde que o mesmo possa ser estimado com razoável fiabilidade e que o seu pagamento seja provável (Notas 2.g) e 36). De acordo com o POC, o reconhecimento destas obrigações deverá ser efectuado no momento em que o respetivo custo seja incorrido.

45.1.2. Transacções de sale and lease back _ O Grupo celebrou contratos de QTE (Nota 31) sobre equipamentos de telecomunicações e operações de venda e aluguer de imóveis, tendo recebido up-front fees na data de celebração dos referidos contratos. De acordo com os IFRS, estas operações consubstanciam um sale and lease back, pelo que os ganhos obtidos com as mesmas são reconhecidos em resultados durante o período de duração do contrato, os activos não deverão ser desreconhecidos do balanço e os veículos utilizados deverão ser consolidados pelas entidades que deles obtenham os benefícios económicos (Nota 3.i.9)). Em POC, os ganhos obtidos foram reconhecidos no momento em que a operação foi realizada, para determinadas operações, os activos foram desreconhecidos e os veículos utilizados nas operações não foram consolidados, pelo facto de o Grupo não ter a maioria dos direitos de voto sobre o seu capital.

45.1.3. Benefícios de reforma _ De acordo com as alternativas definidas pelo IFRS e de acordo com a adenda ao parágrafo 93 do IAS 19, publicada em Novembro de 2005, relativamente ao registo dos benefícios de reforma, a Empresa passou: (1) a reconhecer em capital próprio os ganhos e perdas actuariais, na demonstração dos ganhos e perdas consolidados reconhecidos; e (2) a reconhecer em resultados as obrigações da transição ao longo de 5 anos, que na data de transição para os IFRS foi totalmente reconhecido, em detrimento do reconhecimento pelo período médio de vida laboral dos activos adoptado no POC. Em 1 de Janeiro de 2004, as perdas actuariais líquidas e as obrigações da transição, de acordo com o POC, ascendem, respectivamente, a 890 milhões de euros e 73 milhões de euros.

45.1.4. Distribuição de acções a empregados _ De acordo com os IFRS, o custo inerente à distribuição de acções a empregados, a título de prémio ou bónus, é registado pelo justo valor em resultados no momento em que o Grupo assume essa responsabilidade. De acordo com o POC, a distribuição de acções a empregados é reconhecida directamente na situação líquida no momento em que a mesma é efectuada.

45.1.5. Provisões para reestruturação _ De acordo com os IFRS, as provisões para reestruturação só podem ser registadas mediante o cumprimento de determinados requisitos estabelecidos no IAS 37, nomeadamente no que respeita à existência de planos aprovados pelo Conselho de Administração, da razoabilidade da mensuração das obrigações e da probabilidade de ocorrência do pagamento, entre outros. De acordo com o POC, o registo de provisões para reestruturação obedece a critérios de prudência no registo de provisões.

45.1.6. Amortização do goodwill _ De acordo com os IFRS, o goodwill gerado na aquisição de investimentos financeiros não é amortizado, sendo objecto de análise periódica de imparidade (Nota 2.a)). De acordo com o POC, o goodwill é amortizado regularmente por resultados, sendo também objecto de análise periódica de imparidade. O IFRS 1 estabeleceu que, para efeitos de aplicação desta regra, a data de transição é 1 de Janeiro de 2004, pelo que o ajustamento efectuado compreende a reversão das amortizações efectuadas após essa data.

45.1.7. Amortização das licenças de telecomunicações _ De acordo com os IFRS, as licenças de telecomunicações são amortizadas linearmente pelo respectivo período de vigência (Nota 3.d)). De acordo com o POC, é permitida a utilização de diferentes metodologias de amortização, desde que as mesmas se mostrem mais adaptadas aos benefícios esperados das licenças.

45.1.8. Imputação do goodwill gerado na aquisição de empresas _ De acordo com os IFRS, o preço de compra de investimentos financeiros deve ser imputado ao justo valor dos activos e passivos adquiridos, a intangíveis não registados na empresa e o remanescente, a goodwill (Nota 2.a)). De acordo com o POC, o valor excedente à proporção dos activos líquidos adquiridos não tem de ser imputado de acordo com os critérios estabelecidos nos IFRS, sendo usualmente registado como goodwill. O Grupo fez uso de uma excepção permitida pelo IFRS 1, tendo somente procedido à imputação do preço de compra nas aquisições efectuados após 1 de Janeiro de 2004.

45.1.9. Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento _ De acordo com os IFRS, as despesas de instalação são reconhecidas directamente em resultados no momento em que são incorridas. De acordo com o POC, as despesas de instalação deverão ser inicialmente reconhecidas como activo incorpóreo e amortizadas linearmente em resultados.

De acordo com os IFRS, as despesas referentes à fase de investigação de um qualquer projecto são reconhecidas directamente em resultados quando incorridas e as despesas referentes à fase de desenvolvimento podem ser inicialmente reconhecidas como um activo e amortizadas por um determinado período, desde que seja possível provar a existência de benefícios económicos futuros gerados pelo respectivo projecto (Nota 3.d)). De acordo com o POC, as despesas de investigação e desenvolvimento podem ser inicialmente reconhecidas como activo intangível e amortizadas linearmente, desde que o projecto a elas associado se tenha materializado.

45.1.10. Custos diferidos _ De acordo com os IFRS, os custos diferidos relativos a despesas de formação, marketing e publicidade e melhoramentos de activos, são reconhecidos em resultados quando incorridos. De acordo com o POC, estes custos podem ser inicialmente reconhecidos como activos intangíveis e amortizados linearmente, desde que seja possível identificar benefícios futuros para a empresa.

45.1.11. Custos com a angariação de clientes (SAC) _ De acordo com os IFRS, os SAC são reconhecidos em resultados quando incorridos ou, caso sejam cumpridos os requisitos do IAS 38, podem ser reconhecidos como um activo intangível a amortizar durante o período expectável de permanência do cliente na rede, desde que seja possível imputar a cada cliente o respectivo custo. Em IFRS, o Grupo reconhece os SAC em resultados quando incorridos (Nota 3.p)). Em POC, estes custos eram diferidos pelo período médio do cliente na rede.

45.1.12. Instrumentos financeiros _ De acordo com os IFRS, os instrumentos financeiros detidos pelo Grupo são reconhecidos a valor de mercado, sendo a variação dos mesmos reconhecida em capitais próprios ou resultados, em função da existência ou não de cobertura contabilística de acordo com os critérios estabelecidos para o efeito pelo IAS 39 (Nota 3.l.vi)). Em POC, somente as variações no valor de mercados dos derivados que claramente não sejam identificáveis como de cobertura são reconhecidas em resultados.

45.1.13. Equity swaps sobre acções próprias _ De acordo com os IFRS, os equity swaps sobre acções próprias reúnem os requisitos de acordo com o IAS 32 para serem reconhecidos como um passivo para aquisição efectiva das acções no momento inicial (Nota 3.l.vii)). Em POC, apenas é reconhecida uma provisão para os equity swaps, sempre que o seu valor de mercado seja negativo.

45.1.14. Empréstimos por obrigações convertíveis _ De acordo com os IFRS, nos empréstimos por obrigações convertíveis emitidos pela empresa são reconhecidas inicialmente duas componentes: (1) o valor actual correspondente à dívida no passivo; e (2) o valor de mercado da opção de conversão directamente na situação líquida. Em cada momento, o passivo é registado pelo seu custo amortizado (Nota 3.l.iii)). Em POC, os empréstimos por obrigações convertíveis são reconhecidos directamente no passivo pelo seu valor nominal até à maturidade.

45.1.15. Reconhecimento da receita _ De acordo com os IFRS, as receitas provenientes da venda de determinados produtos/serviços compostos deverão ser imputadas a cada um dos seus componentes e reconhecidas separadamente de acordo com os critérios definidos para cada um desses componentes (Nota 3.p)). Em POC, as receitas de produtos/serviços compostos são reconhecidas no momento da venda.

45.1.16. Investimentos financeiros (disponíveis para venda) _ De acordo com os IFRS, os investimentos financeiros classificados para efeitos contabilísticos como disponíveis para venda são registados a valor de mercado, sendo a correspondente variação registada em capitais próprios; no momento da alienação, as variações acumuladas no valor de mercado devem ser transferidas para resultados (Nota 3.l.ii)). Em POC, estes investimentos financeiros são registados ao menor do custo de aquisição ou do valor de mercado, com as variações a serem registadas em resultados.

45.1.17. Reclassificações _ De acordo com os IFRS foram ainda efectuadas as seguintes principais reclassificações às demonstrações financeiras em POC:

- > as provisões para investimentos financeiros foram deduzidas ao valor do correspondente activo;
- > as provisões para activos foram deduzidas ao correspondente valor do activo bruto;
- > os subsídios ao investimento ainda não reconhecidos em resultados foram deduzidos aos correspondentes activos fixos;
- > determinadas receitas operacionais passaram a ser registadas pelo valor bruto dos respectivos custos; e
- > o goodwill gerado na aquisição de empresas associadas foi incluído no valor do investimento financeiro (Nota 28).

45.2 Impacts

A reconciliação dos capitais próprios em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, entre os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e os IFRS, é apresentada líquida dos efeitos relativos a impostos sobre o rendimento e interesses minoritários, conforme segue:

| | 1 Jan 2004 | 31 Dez 2004 | euros |
|--|------------------------|------------------------|-------|
| Capital próprio excluindo interesses minoritários de acordo com o POC | 2.940.826.925 | 2.704.777.172 | |
| Obrigações com o desmantelamento de activos (1) | (18.351.258) | (19.775.185) | |
| Transacções de sale and lease back (2) | (36.497.546) | (38.015.449) | |
| Benefícios de reforma (3) | (696.529.567) | (765.367.047) | |
| Provisões para reestruturação (5) | 11.347.046 | 7.367.542 | |
| Amortização do goodwill (6) | - | 93.251.718 | |
| Amortização das licenças de telecomunicações (7) | (59.785.832) | (77.652.007) | |
| Alocação do goodwill gerado na aquisição de empresas (8) | - | (1.382.916) | |
| Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento (9) | (30.464.373) | (28.053.433) | |
| Custos diferidos (10) | (8.256.777) | (5.717.873) | |
| Custos com a aquisição de clientes (11) | (24.175.458) | (18.378.479) | |
| Instrumentos financeiros (12) | 20.609.222 | 14.972.851 | |
| Equity swaps sobre acções próprias (13) | (198.826.466) | (189.751.440) | |
| Empréstimos por obrigações convertíveis (14) | 7.414.034 | 3.414.970 | |
| Reconhecimento da receita (15) | (9.039.903) | (9.406.260) | |
| Investimentos financeiros (disponíveis para venda) (16) | - | 2.864.216 | |
| | (1.042.556.878) | (1.031.628.792) | |
| Impacto dos ajustamentos nos interesses minoritários | 13.945.317 | 13.395.657 | |
| Ajustamentos líquidos do efeito em interesses minoritários | (1.028.611.561) | (1.018.233.135) | |
| Capital próprio excluindo interesses minoritários de acordo com os IFRS | 1.912.215.364 | 1.686.544.037 | |

A reconciliação do resultado líquido do exercício findo em 2004, entre princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e os IFRS, é apresentada líquida dos efeitos relativos a impostos sobre o rendimento e interesses minoritários, conforme segue:

| | euros |
|---|--------------------|
| Resultado líquido de acordo com o POC | 500.125.395 |
| Obrigações com o desmantelamento de activos (1) | (1.423.927) |
| Transacções de sale and lease back (2) | (1.517.902) |
| Benefícios de reforma (3) | 60.394.779 |
| Distribuições de acções a empregados (4) | (4.509.942) |
| Provisões para reestruturação (5) | (3.979.504) |
| Amortização do goodwill (6) | 97.122.490 |
| Amortização das licenças de telecomunicações (7) | (21.335.604) |
| Alocação do goodwill gerado na aquisição de empresas (8) | (1.382.916) |
| Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento (9) | 2.410.941 |
| Custos diferidos (10) | 2.602.560 |
| Custos com a aquisição de clientes (11) | 5.796.979 |
| Instrumentos financeiros (12) | 515.692 |
| Equity swaps sobre acções próprias (13) | (8.196.562) |
| Empréstimos por obrigações convertíveis (14) | (3.999.064) |
| Reconhecimento da receita (15) | 1.019.224 |
| | 123.517.244 |
| Impacto dos ajustamentos nos interesses minoritários | (443.205) |
| Ajustamentos líquidos do efeito em interesses minoritários | 123.074.039 |
| Resultado líquido de acordo com os IFRS | 623.199.434 |

A reconciliação entre o balanço preparado de acordo com o POC e os IFRS em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004 é como segue:

| | 1 Jan 2004 (POC) | Ajustamentos e reclassificações IFRS | 1 Jan 2004 (IFRS) |
|--|-----------------------|---|-----------------------|
| Activo | | | |
| Activos correntes | 5.039.658.452 | (743.787.240) | 4.295.871.212 |
| Investimentos em empresas subsidiárias | 390.623.158 | (83.834.708) | 306.788.450 |
| Outros investimentos | 57.456.034 | – | 57.456.034 |
| Activos intangíveis | 3.150.122.385 | 35.431.836 | 3.185.554.221 |
| Activos tangíveis | 4.267.958.038 | (67.672.410) | 4.200.285.628 |
| Activos por impostos diferidos | 583.471.389 | 872.454.342 | 1.455.925.731 |
| Outros activos não correntes | 68.525.804 | 942.155.349 | 1.010.681.153 |
| Total do activo | 13.557.815.260 | 954.747.169 | 14.512.562.429 |
| Passivo | | | |
| Passivos correntes | 3.354.484.714 | 171.424.016 | 3.525.908.730 |
| Benefícios de reforma | 1.256.038.995 | 958.376.835 | 2.214.415.830 |
| Passivos por impostos diferidos | 300.731.656 | 38.125.000 | 338.856.656 |
| Outros passivos não correntes | 5.061.765.002 | 829.378.196 | 5.891.143.198 |
| Total do passivo | 9.973.020.367 | 1.997.304.047 | 11.970.324.414 |
| Capital próprio | | | |
| Capital excluindo interesses minoritários | 2.940.826.925 | (1.028.611.561) | 1.912.215.364 |
| Interesses minoritários (Nota 18) | 643.967.968 | (13.945.317) | 630.022.651 |
| Total do capital próprio | 3.584.794.893 | (1.042.556.878) | 2.542.238.015 |
| Total do capital próprio e do passivo | 13.557.815.260 | 954.747.169 | 14.512.562.429 |

| | 31 Dez 2004 (POC) | Ajustamentos e reclassificações IFRS | 31 Dez 2004 (IFRS) |
|--|-----------------------|---|-----------------------|
| Activo | | | |
| Activos correntes | 4.667.050.200 | (694.189.114) | 3.972.861.086 |
| Investimentos em empresas subsidiárias | 321.849.193 | (3.551.240) | 318.297.953 |
| Outros investimentos | 110.763.483 | 3.950.643 | 114.714.126 |
| Activos intangíveis | 3.212.854.903 | 32.071.114 | 3.244.926.017 |
| Activos tangíveis | 4.062.860.276 | (126.588.563) | 3.936.271.713 |
| Activos por impostos diferidos | 491.978.536 | 931.022.980 | 1.423.001.516 |
| Outros activos não correntes | 96.052.569 | 822.563.255 | 918.615.824 |
| Total do activo | 12.963.409.160 | 965.279.075 | 13.928.688.235 |
| Passivo | | | |
| Passivos correntes | 3.783.149.173 | 294.002.763 | 4.077.151.936 |
| Benefícios de reforma | 1.269.868.244 | 1.051.688.140 | 2.321.556.384 |
| Passivos por impostos diferidos | 288.726.354 | 39.130.053 | 327.856.407 |
| Outros passivos não correntes | 4.335.863.586 | 612.086.911 | 4.947.950.497 |
| Total do passivo | 9.677.607.357 | 1.996.907.867 | 11.674.515.224 |
| Capital próprio | | | |
| Capital excluindo interesses minoritários | 2.704.777.172 | (1.018.233.135) | 1.686.544.037 |
| Interesses minoritários (Nota 18) | 581.024.631 | (13.395.657) | 567.628.974 |
| Total do capital próprio | 3.285.801.803 | (1.031.628.792) | 2.254.173.011 |
| Total do capital próprio e do passivo | 12.963.409.160 | 965.279.075 | 13.928.688.235 |

Anexo – Detalhe das empresas participadas

I. Empresas subsidiárias

| Denominação | Sede | Actividade principal | Percentagem de capital detido | | |
|--|---------------|---|---|------------------|------------------|
| | | | Directamente | 2005 Efectiva | 2004 Efectiva |
| Portugal Telecom (empresa-mãe) | Lisboa | Gestão de participações sociais. | | | |
| Academia Global, Lda. (a) | São Paulo | Desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de base tecnológica, nas áreas de educação e formação profissional. | PTM.com Brasil (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Açormedia – Comunicação Multimédia e Edição de Publicações, SA ("Açormedia") (b) | Ponta Delgada | Edição de publicações, comunicação audiovisual, actividades editoriais multimédia e edição de livros. | — | — | 44,18% |
| Cabo TV Açoreana, SA | Ponta Delgada | Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma dos Açores. | TV Cabo Portugal (83,82%) | 48,98% | 48,24% |
| Cabo TV Madeirense, SA | Funchal | Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma da Madeira. | TV Cabo Portugal (69%) | 40,32% | 39,71% |
| Cabo Verde Telecom, SA | Praia | Exploração de serviços de telecomunicações. | PT Ventures (40%) | 40,00% | 40,00% |
| Canal 20 TV, SA | Madrid | Distribuição de produtos televisivos. | PT Multimédia (50%) | 29,22% | 28,78% |
| Contact Cabo Verde – Telemarketing e Serviços de Informação, SA | Praia | Gestão de call e de contact center. | PT Contact (100%) | 100,00% | 100,00% |
| China Pathway Logistics BV (a) | Pequim | Gestão de investimentos. | PT Ventures (66,66%) | 66,66% | — |
| CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL | São Tomé | Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe. | PT Comunicações (51%) | 51,00% | 51,00% |
| Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda. ("Directel") | Lisboa | Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais. | PT Ventures (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda. | Praia | Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins. | Directel (60%) Cabo Verde Telecom (40%) | 76,00% | 76,00% |
| Directel Macau – Listas Telefónicas, Lda. | Macau | Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins. | Directel (75%) PT Ásia (5%) | 80,00% | 80,00% |
| Directel Uganda – Telephone Directories, Limited (a) | Uganda | Publicação de listas telefónicas. | Directel (90%) | 90,00% | 90,00% |
| DirectMedia Ásia, Lda. (a) | Hong Kong | Publicação de directórios B2B e similares, em suporte de papel e/ou electrónico. | Directel (99%) PT Ásia (1%) | 100,00% | 100,00% |
| Elta – Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda. | Luanda | Publicação de listas telefónicas. | Directel (55%) | 55,00% | 55,00% |
| Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda. | Lisboa | Exibição cinematográfica. | Lusomundo SII (100%) | 58,36% | 57,48% |
| Empresa Cine Mourense, Lda. (a) | Moura | Exibição cinematográfica. | PT Multimédia (99,46%) | 58,12% | 57,25% |
| Empresa de Recreios Artísticos, Lda. ("ERA") (a) | Lisboa | Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos. | Lusomundo SII (87,90%) PT Multimédia (4,03%) | 53,65% | 52,85% |
| Global Notícias – Publicações, SA (b) | Porto | Edição de publicações jornalísticas. | — | — | 48,95% |
| Grande Reportagem – Sociedade Editora, Lda. (b) | Lisboa | Edição, produção, distribuição, venda, importação e exportação de publicações periódicas ou não periódicas. | — | — | 49,15% |
| Grafilme – Sociedade Impressora de Legendas, Lda. | Lisboa | Prestação de serviços de legendagem audiovisual. | Lusomundo Audiovisuais (50%) | 32,46% | 31,98% |
| Guinetel, SA (a) | Bissau | Estabelecimento, gestão, exploração, utilização de redes de telecomunicações e a prestação de quaisquer serviços de telecomunicações ou conexos com o seu objecto principal | PT II (55%) | 55,00% | 55,00% |
| Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, SARL (a) | Bissau | Prestação de serviço público de telecomunicações. | — | — | 51,14% |
| Hotel Video – Prestação de Serviços, Lda. (e) | Lisboa | Instalação e exploração de sistemas para difusão de obras videográficas em hotéis e similares. | PT Multimédia (60%) | 35,06% | 34,53% |

| Denominação | Sede | Actividade principal | Percentagem de capital detido | | |
|--|------------------|--|--|------------------|------------------|
| | | | Directamente | 2005 Efectiva | 2004 Efectiva |
| Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrecentado, Lda. | Lisboa | Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet. | PT Prime (90%) | 90,00% | 90,00% |
| Janela Digital – Informativo e Telecomunicações, Lda ("Janela Digital") (a) | Caldas da Rainha | Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários. | PT.COM (50%) | 50,00% | 50,00% |
| Jornal do Fundão Editora, Lda. (b) | Fundão | Edição de publicações jornalísticas. | — | — | 25,20% |
| Kenya Postel Directories, Ltd. (d) | Nairobi | Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações. | Directel (60%) | 60,00% | 55,00% |
| Leo Louise BV (a) | Amesterdão | Gestão de investimentos. | PT Ventures (100%) | 100% | — |
| LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda. | Maputo | Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações. | Directel (50%) | 50,00% | 50,00% |
| Lusomundo Audiovisuais, SA | Lisboa | Importação, distribuição, exploração, comércio e produção de produtos audiovisuais. | PT Multimédia (100%) | 58,43% | 57,56% |
| Lusomundo Cinemas, SA | Lisboa | Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos. | PT Multimédia (100%) | 58,43% | 57,56% |
| Lusomundo Editores, Lda. | Lisboa | Edição de publicações jornalísticas. | PT Multimédia (100%) | 58,43% | 57,56% |
| Lusomundo España, SL ("Lusomundo España") | Madrid | Gestão de participações sociais, no âmbito de investimentos em Espanha. | PT Multimédia (100%) | 58,43% | 57,56% |
| Lusomundo – Sociedade Investimentos Imobiliários, SGPS, SA ("Lusomundo SII") | Lisboa | Exploração de activos imobiliários. | PT Multimédia (99,87%) | 58,36% | 57,48% |
| Lusomundo Imobiliária 2, SA | Lisboa | Exploração de activos imobiliários. | Lusomundo SII (99,80%) | 58,24% | 57,37% |
| Lusomundo Media, SGPS, SA (b) | Lisboa | Gestão de participações sociais. | — | — | 49,09% |
| Lusomundo Moçambique, Lda. | Maputo | Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos. | Lusomundo Cinemas (100,00%) | 58,43% | 57,56% |
| Lusomundo Serviços, SGPS, SA (b) | Lisboa | Gestão de participações sociais. | — | — | 57,56% |
| Marconi France Telecommunications SAS (e) | Paris | Prestação de serviços de telecomunicações. | — | — | 100,00% |
| Marconi Sprint – Serviços de Comunicação, Lda. (f) | Lisboa | Comercialização de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e voz. | — | — | 51,00% |
| Marconi Suisse Telecommunications, SARL (e) | Lausanne | Prestação de serviços de telecomunicações. | — | — | 100,00% |
| Mobitel, SA | São Paulo | Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações. | PT Brasil (95,74%) | 95,74% | 56,96% |
| Motormédia – Comércio, Publicidade e Serviços Multimédia, SA (a) | Lisboa | Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado e desporto automóveis. | PT.COM (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Naveprinter – Industria Gráfica do Norte, SA (b) | Porto | Prestação de serviços de produção gráfica e edição de publicações. | — | — | 44,53% |
| Notícias Direct – Distribuição ao Domicílio, Lda. (b) | Lisboa | Distribuição ao domicílio de publicações e outros bens e serviços. | — | — | 57,56% |
| Ocasião – Edições Periódicas, Lda. ("Ocasião") (b) | Almada | Edição de publicações jornalísticas. | — | — | 48,95% |
| Portugal Telecom Argentina, SA (f) | Buenos Aires | Prestação de serviços de telecomunicações. | — | — | 50,01% |
| Portugal Telecom Ásia, Lda. ("PT Ásia") | Macau | Promoções e marketing de produtos e serviços de telecomunicações. | Portugal Telecom (95,92%) PT Comunicações (4,04%) | 99,96% | 99,96% |
| Portugal Telecom Brasil, SA ("PT Brasil") | São Paulo | Elaboração de projectos, estudos e pareceres sobre questões técnicas, financeiras ou comerciais, nas áreas das comunicações e da informação. | Portugal Telecom (99,95%) PT Comunicações (0,05%) | 100,00% | 100,00% |
| Portugal Telecom Europa, SPRL ("PT Europa") (a) | Bruxelas | Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários. | Portugal Telecom (98,67%) | 98,67% | 98,67% |
| Portugal Telecom Inovação, SA ("PT Inovação") | Aveiro | Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda. | São Paulo | Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações. | PT Inovação (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Portugal Telecom Internacional Finance BV | Amesterdão | Obtenção de fundos no mercado internacional. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Portugal Telecom North America, Inc. (e) | Washington | Promoção e marketing de produtos, elaboração de projectos, estudos e pareceres e desenvolvimento de projectos de investimento, no âmbito das telecomunicações. | — | — | 100,00% |

| Denominação | Sede | Actividade principal | Percentagem de capital detido | | |
|--|-------------|---|--|--------------------------|--------------------------|
| | | | Directamente | 2005 Efectiva | 2004 Efectiva |
| Premium TV Portugal, SA (a) | Lisboa | Lançamento, promoção e desenvolvimento de televisão por assinatura, multimédia e licenciamento de programação para televisão. | — | — | 57,56% |
| Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA ("Previsão") (h) | Lisboa | Gestão de fundos de pensões. | Portugal Telecom (78,12%) | 78,12% | 78,12% |
| PrimeSys, Soluções Empresariais, SA (b) | São Paulo | Prestação de serviços nas áreas de tecnologia de informação e telecomunicações. | — | — | 100,00% |
| PT Acessos de Internet Wi-Fi, SA | Lisboa | Prestação de serviços de acesso à Internet sem fios. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Comunicações, SA ("PT Comunicações") | Lisboa | Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA | Lisboa | Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, SA ("PT Contact") | Lisboa | Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica. | PT Comunicações (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Conteúdos – Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, SA (ex. TV Cabo Audiovisuais) | Lisboa | Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade. | PT Televisão por Cabo (100%) | 58,43% | 57,56% |
| PT Corporate | Lisboa | Prestação integrada de todos os serviços disponibilizados pelo Grupo, ao nível das telecomunicações fixas, móveis e tecnologias de informação. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Investimentos Internacionais, SA ("PT II") | Lisboa | Prestação de serviços de assessoria empresarial, consultoria, administração e gestão empresarial. Elaboração de projectos e estudos económicos internacionais e gestão de participações. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, SA | Lisboa | Compra, venda e permuta de espaço publicitário, prestação de serviços de consultoria e análise de projectos de investimento publicitário ou de marketing. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Móveis, SGPS, SA ("PT Móveis") | Lisboa | Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios móveis. | TMN (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA (i) | Lisboa | Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia. | Portugal Telecom (58,43%) | 58,43% | 57,56% |
| PT Multimédia.com Brasil, Ltda. ("PTM.com Brasil") | São Paulo | Gestão de participações sociais. | PT Brasil (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Multimédia.com Participações, SA (a) | São Paulo | Gestão de participações sociais. | PT.COM (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Multimédia – Serviços de Apoio à Gestão, SA (a) | Lisboa | Prestação de serviços de apoio à gestão. | PT Multimédia (100%) | 58,43% | 57,56% |
| PT Prestações (a) | Lisboa | Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos. | PT Comunicações (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Prime, SGPS, SA | Lisboa | Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios do mercado empresarial e de grandes clientes. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA | Lisboa | Prestação de serviços de telecomunicações, estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações e actividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, SA ("Tradecom") | Lisboa | Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação. | Prime SGPS (66%) | 66,00% | 66,00% |
| PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, SA | Lisboa | Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT-Sistemas de Informação, SA ("PT SI") | Oeiras | Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação. | Portugal Telecom (99,8%) PT Comunicações (0,1%) TMN (0,1%) | 100,00% | 100,00% |
| PT Televisão por Cabo, SGPS, S.A | Lisboa | Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios de televisão por cabo. | PT Multimédia (100%) | 58,43% | 57,56% |

| Denominação | Sede | Actividade principal | Percentagem de capital detido | | |
|---|-----------------------|---|---|------------------|------------------|
| | | | Directamente | 2005 Efectiva | 2004 Efectiva |
| PT Ventures, SGPS, SA ("PT Ventures") | Lisboa | Gestão de participações sociais, no âmbito dos investimentos internacionais. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| PT.COM – Comunicações Interactivas, SA | Lisboa | Prestação de serviços e desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços nas áreas de telecomunicações, sistemas de informação e multimédia. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Rádio Canal Aberto, Lda. (b) | Ponta Delgada | Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários. | — | — | 35,39% |
| Radio Comercial dos Açores, Lda. (b) | Ponta Delgada | Radiodifusão e comunicação. | — | — | 44,18% |
| Rádio Notícias – Produções e Publicidade, SA ("Rádio Notícias") (b) | Lisboa | Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários. | — | — | 40,58% |
| Rádio Press – Comunicação e Radiodifusão, Lda. (b) | Porto | Radiodifusão, edições e comercialização discográficas e quaisquer outros suportes audiovisuais. | — | — | 40,58% |
| Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda. (a) | Lisboa | Exploração do espaço Forum Telecom, detendo, para isso, um contrato de cessão de exploração do mesmo, com a Portugal Telecom. | PT Comunicações (100%) | 100,00% | 100,00% |
| RJN – Rádio Jornal do Norte, Lda. (b) | Porto | Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários | — | — | 40,58% |
| Simarc – Promoções Imobiliárias, SA | Lisboa | Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Sportstat – Informação Desportiva Independente, SA (a) | Lisboa | Recolha, tratamento, consultoria, formação, publicações, comercialização e exploração de informação e dados estatísticos sobre desporto. | PT.COM (99,98%) | 99,98% | 99,98% |
| Superemprego – Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, SA (a) | Lisboa | Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego. | PT.COM (63,75%) | 63,75% | 63,75% |
| Teat Flower Trading Ltd. (a) | British Virgin Island | International Business Trading Company. | PT Comunicações (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda. | Lisboa | Fornecimento de material informático, formadores e instalações. | PT Contact (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Techlab – Electrónico, Lda. (a) | São Paulo | Exploração do serviço móvel aeronáutico. | PT Brasil (100%) | 100,00% | 100,00% |
| Timor Telecom, SA | Timor | Concessária dos serviços de telecomunicações em Timor. | TPT (54,01%) | 41,12% | 38,15% |
| TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA | Lisboa | Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações. | Portugal Telecom (100%) | 100,00% | 100,00% |
| TSF – Rádio Jornal de Lisboa, Lda. (b) | Lisboa | Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários. | — | — | 40,58% |
| TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, SA ("TPT") | Lisboa | Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação. | PT Ventures (75,16%) PT Ásia (0,98%) | 76,14% | 76,14% |
| TV Cabo Macau, SA (h) | Macau | Distribuição de sinais de televisão e áudio, instalação e operação de um sistema de telecomunicações público e prestação de serviços de vídeo. | PT Ventures (67,5%) PT Ásia (20%) | 87,49% | 74,98% |
| TV Cabo Portugal, SA | Lisboa | Distribuição de televisão por cabo e satélite, concepção, realização, produção e difusão de emissões de programas de televisão, exploração de serviços de telecomunicações. | PT Televisão por Cabo (100%) | 58,43% | 57,56% |
| Web-Lab, SGPS, SA (h) | Lisboa | Gestão de participações sociais. | Portugal Telecom (90,00%) | 90,00% | 90,00% |

(a) Empresas registadas pelo método da equivalência patrimonial. (b) Empresas que se encontram classificadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 como operações disponíveis para venda (Nota 17). (c) Empresas adquiridas durante o exercício de 2005. (d) Em 2005 a Directel reforçou a sua participação nestas empresas. (e) Empresas alienadas no decorrer do exercício de 2005. (f) Empresas liquidadas no decorrer do primeiro semestre de 2005. (g) Em 31 de Dezembro de 2005 esta empresa foi incorporada na PT Conteúdos. (h) Estas empresas foram consolidadas pelo método integral pela primeira vez por se considerar que as mesmas são materialmente relevantes para a leitura das demonstrações financeiras. (i) No 1º semestre de 2005, a PT Multimédia reduz o seu capital social no âmbito de uma operação de share buyback e, consequentemente, a Portugal Telecom aumenta a sua participação nesta empresa.

II. Empresas associadas

| Denominação | Sede | Actividade principal | Percentagem de capital detido | | |
|---|------------|--|---|------------------|------------------|
| | | | Directamente | 2005 Efectiva | 2004 Efectiva |
| 24 Horas Inc. (a) | Newark | Edição de publicações. | — | — | 24,96% |
| BEST – Banco Electrónico de Serviços Total, SA ("Banco Best") | Lisboa | Prestação de serviços financeiros através da internet. | PT.COM (34%) | 34,00% | 34,00% |
| CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL | Macau | Prestação de serviços de telecomunicações públicas. | PT Comunicações (3%) PT Ventures (25%) | 28,00% | 28,00% |
| Distodo – Distribuição e Logística, Lda. (b) | Lisboa | Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas. | Lusomundo Audiovisuais (50%) | 29,22% | 28,78% |
| Diverfun – Centros de Recreio, Lda. ("Diverfun") (c) | Lisboa | Instalação e gestão de centros de recreio. | PT Multimédia (100%) | 58,43% | 57,56% |
| Entigere – Entidade Gestora Rede Multiserviços (d) | Lisboa | Gestão de redes | PT Ventures (29%) | 29,00% | — |
| Empresa do Diário de Notícias, Lda. (a) | Funchal | Produção e comercialização de publicações. | — | — | 19,64% |
| Empresa Gráfica Funchalense, SA (a) | Lisboa | Prestação de serviços de tipografia, litografia, plastificação, gravura, encadernação e offset. | — | — | 28,78% |
| Hungaro Digitel KFT | Budapeste | Prestação de serviços de comunicações empresariais. | PT Ventures (44,62%) | 44,62% | 44,62% |
| Idealyze, SA (e) | São Paulo | Produção e comercialização de conteúdos para internet. | — | — | 33,33% |
| Lisboa TV – Informação e Multimédia, SA | Lisboa | Actividade de televisão, designadamente produção e comercialização de programas e exploração de publicidade. | PT Conteúdos (40%) | 23,37% | 23,02% |
| Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA (a) | Lisboa | Agência noticiosa. | — | — | 13,44% |
| Médi Telecom | Casablanca | Exploração do serviço móvel celular. | PT Móveis (32,18%) | 32,18% | 32,18% |
| Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, SA | Lisboa | Prestação de serviços de certificação electrónica. | PT Prime (20%) | 20,00% | 20,00% |
| Multitel – Serviços de Telecomunicações, Lda. | Luanda | Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação. | PT Ventures (35%) | 35,00% | 35,00% |
| Mundifun – Centros de Recreio, Lda. (c) | Lisboa | Instalação e gestão de centros de recreio. | Diverfun (66,66%) | 38,95% | 37,70% |
| Octal TV, SA. | Lisboa | Desenvolvimento, comercialização, formação e consultoria em sistemas para televisão interactiva e de banda larga. | PT Multimédia (20%) | 11,69% | 11,51% |
| Páginas Amarelas, SA ("Páginas Amarelas") | Lisboa | Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras. | Portugal Telecom (24,88%) PT Prime (0,125%) | 25,00% | 25,00% |
| Siresp – Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, SA | Lisboa | Gestão de redes. | PT Ventures (15,27%) | 15,27% | — |
| SPCICE – Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria de Empresas, SA | Lisboa | Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da Internet. | PT Comunicações (11,11%) PT Multimédia (11,11%) Prime SGPS (11,11%) | 28,72% | 28,61% |
| Sportinvest Multimédia, SGPS, SA | Lisboa | Gestão de participações sociais. | Portugal Telecom (50%) | 50,00% | 50,00% |
| Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, SA | Lisboa | Exploração de serviços de transmissão e supervisão de alarmes, telemedida, telecontrolo e troca de dados. | PT Prime (50%) | 50,00% | 50,00% |
| Teledata de Moçambique, Lda. | Maputo | Exploração e comercialização do serviço público de telecomunicações de dados e outros serviços telemáticos. | PT Ventures (50%) | 50,00% | 50,00% |
| Telesat – Satellite Communications, Limited | Macau | Operação de estações terrestres de satélite, e comercialização de serviços de redes privadas de telecomunicações. | PT Ventures (18,52%) PT Ásia (3,7%) | 22,22% | 24,44% |
| Tradecom Brasil S.A | São Paulo | Desenvolvimento de negócio electrónico via internet na América Latina. | Tradecom Internacional (20%) | 4,00% | — |
| Tradecom International NV | Roterdão | Desenvolvimento de negócio electrónico via internet na América Latina. | Prime SGPS (20%) | 20,00% | 20,00% |
| TV Lab – Serviços e Equipamentos Interactivos, SA | Lisboa | Desenvolvimento de soluções para televisão digital interactiva. | PT.COM (50%) | 50,00% | 50,00% |
| UOL, Inc. (e) | São Paulo | Prestação de serviços de ISP e produção e disponibilização de conteúdos para Internet. | PT Brasil (28,11%) PTM.com Participações (0,30%) | 28,41% | 17,94% |
| Unitel | Luanda | Exploração do serviço móvel celular. | PT Ventures (25%) | 25,00% | 25,00% |

| Denominação | Sede | Actividade principal | Percentagem de capital detido | | |
|--|--------|---|-------------------------------|------------------|------------------|
| | | | Directamente | 2005 Efectiva | 2004 Efectiva |
| Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuições, Lda. ("Vasp") (a) | Sintra | Distribuição e comercialização de publicações jornalísticas e editoriais de qualquer natureza | — | — | 19,19% |
| Warner Lusomundo Sogecable Cines de España, SA ("Warner Lusomundo España") (c) | Madrid | Exploração de espectáculos públicos. | — | — | 19,19% |
| Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda. | Lisboa | Desenvolvimento de serviços e produtos relacionados com as novas tecnologias aplicadas no mercado televisivo. | PT.COM (50%) | 50,00% | 50,00% |

(a) Empresas vendidas no âmbito da venda da participação financeira detida na Lusomundo Media durante o exercício de 2005. (b) No primeiro semestre de 2005, a participação detida nesta sociedade, pela Lusomundo Serviços, foi alienada à Lusomundo Audiovisuais. (c) Empresas vendidas no segundo semestre de 2005. (d) Empresas adquiridas durante o exercício de 2005. (e) Decorrente da reorganização da participação financeira na UOL ocorrida em 2005, a Portugal Telecom vendeu o investimento na Idealyse e aumentou a sua participação financeira na UOL para 29,0% (Nota 28).

As empresas associadas acima referidas estão registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial.

III. Empresas controladas conjuntamente

| Denominação | Sede | Actividade principal | Percentagem de capital detido | | |
|---|----------------|---|---|------------------|------------------|
| | | | Directamente | 2005 Efectiva | 2004 Efectiva |
| Avista | São Paulo | Gestão de participações. | Brasilcel (100%) | 50,00% | 50,00% |
| Brasilcel, NV | Amesterdão | Gestão de participações sociais. | PT Móveis (50,00%) | 50,00% | 50,00% |
| Celular CRT Participações, SA ("Celular CRT Participações") (a) | Porto Alegre | Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações. | TBS (29,63%) Brasilcel (23,75%) Avista (15,39%) | 34,38% | 34,16% |
| Global Telecom, SA (b) | Coritiba | Exploração do serviço móvel celular. | TCP (100%) | 33,05% | 32,56% |
| Portelcom Participações, SA ("Portelcom") | São Paulo | Gestão de participações sociais. | Brasilcel (60,15%) Ptelecom Brasil (39,85%) | 50,00% | 50,00% |
| Ptelecom Brasil, SA ("Ptelecom") | São Paulo | Gestão de participações sociais. | Brasilcel (100%) | 50,00% | 50,00% |
| Sport TV Portugal, SA (c) | Lisboa | Concepção, produção, realização e comercialização de programas desportivos para teledifusão, aquisição e revenda de direitos de transmissão televisiva de programas desportivos, e exploração de publicidade. | PT Conteúdos (50,00%) | 29,22% | — |
| Sudeste Celular Participações, SA ("Sudeste Celular") | São Paulo | Gestão de participações sociais. | Brasilcel (100%) | 50,00% | 50,00% |
| Tagilo Participações, Lda. ("Tagilo") | São Paulo | Gestão de participações sociais. | Brasilcel (100%) | 50,00% | 50,00% |
| TBS Celular Participações, SA ("TBS") | São Paulo | Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações. | Brasilcel (73,27%) Sudeste Celular (22,99%) | 48,13% | 48,13% |
| Tele Sudeste Celular Participações, SA ("Tele Sudeste") (d) | Rio de Janeiro | Exploração do serviço móvel celular. | Brasilcel (50,47%) Sudeste (25,54%) Tagilo (10,90%) Avista (4,11%) | 45,51% | 45,44% |
| Tele Leste Celular Participações, SA ("Tele Leste") (e) | Bahia | Exploração do serviço móvel | Avista (22,65%) Sudestecel (22,26%) Brasilcel (3,36%) Tagilo (2,40%) | 25,34% | 25,29% |
| Telesp Celular Participações, SA ("TCP") (b) | São Paulo | Gestão de participações sociais. | Brasilcel (57,23%) Portelcom (8,86%) | 33,05% | 32,56% |
| Telesp Celular, SA ("Telesp Celular") (b) | São Paulo | Exploração do serviço móvel celular. | TCP (100%) | 33,05% | 32,56% |
| Tele Centro Oeste Celular Participações, SA ("TCO") (f) | Brasília | Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações. | TCP (52,47%) | 17,34% | 16,74% |

(a) Em 31 de Dezembro de 2005, a percentagem de votos detida nesta associada é de 45,28%. (b) Em 31 de Dezembro de 2005, a percentagem de votos detida nesta associada é de 46,25%.

(c) Em 31 de Dezembro de 2005 esta empresa foi consolidada proporcionalmente pela primeira vez. (d) Em 31 de Dezembro de 2005, a percentagem de votos detida nesta associada é de 46,00%.

(e) Em 31 de Dezembro de 2005, a percentagem de votos detida nesta associada é de 34,36%. (f) Em 31 de Dezembro de 2005, a percentagem de votos detida nesta associada é de 41,90%.

Documentos de certificação de contas

- 152 Relatório e parecer do Conselho Fiscal
- 154 Certificação legal das contas consolidadas
- 156 Relatório de auditoria

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Ao Conselho de Administração e aos Senhores Accionistas da Portugal Telecom, SGPS, SA

O Conselho Fiscal da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom"), de acordo com as disposições legais e estatutárias, apresenta o seu Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal reuniu mensalmente e acompanhou a evolução da actividade do Grupo Portugal Telecom ("Grupo PT"), nomeadamente participando nas reuniões do Conselho de Administração. Verificámos, também, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido tanto do Conselho de Administração como da Comissão Executiva, assim como dos responsáveis por diversas áreas corporativas da Empresa, todas as informações e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz sublinhar.

Ao longo do exercício, procedemos, ainda, à realização de diversas reuniões com a Comissão de Auditoria que integra o Conselho de Administração e ao acompanhamento regular do desenvolvimento e das conclusões dos trabalhos do Auditor Externo do Grupo PT, bem como da Auditoria Interna Corporativa, nomeadamente no âmbito do desenvolvimento do projecto de controlo interno, que visa sobretudo garantir a conformidade com as políticas definidas, assegurar a fiabilidade da informação financeira e minimizar a ocorrência de fraudes, para satisfazer as exigências regulatórias no âmbito do Sarbanes-Oxley Act.

No desempenho das nossas funções, examinámos o Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada do exercício de 2005, bem como o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2005 e as Demonstrações dos Resultados Consolidados, dos Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos e dos Fluxos de Caixa Consolidados e respectivas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo naquela data.

O resultado operacional consolidado situou-se ao nível do ano anterior, beneficiando do reconhecimento de ganhos com serviços passados de 137 milhões de euros, decorrentes de alterações legislativas da idade de reforma e do método de cálculo das pensões do pessoal afecto ao regime da Caixa Geral de Aposentações.

O resultado consolidado líquido do exercício, apurado de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRSs")) tal como adoptadas na União Europeia, fixou-se em 654 milhões de euros, montante que diverge do resultado líquido do exercício constante das Demonstrações Financeiras Individuais da Empresa, de 500 milhões de euros, o qual foi apurado em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e constantes do Plano Oficial de Contabilidade, conforme evidenciado em detalhe no Relatório de Gestão relativo à actividade individual da Empresa. Sublinha-se que para o resultado consolidado líquido do exercício de 2005 contribuíram, ainda, os custos extraordinários suportados com o plano de redução de efectivos, de 314 milhões de euros (166 milhões de euros em 2004), bem como os ganhos em empresas associadas, de 238 milhões de euros, principalmente relativos a mais-valias realizadas em investimentos financeiros.

Decorrente da adopção dos IFRSs em 2005 e da alteração ao IAS 19 ocorrida em Novembro passado, é ainda de salientar que em 2005 os ganhos e perdas actuariais passaram a ser reconhecidos directamente no capital próprio, conforme espelhado na Demonstração dos Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos, em lugar de serem deduzidos às responsabilidades com benefícios de reforma, resultando num aumento destas responsabilidades de 1.618 milhões de euros e dos activos por impostos diferidos de 442 milhões de euros e numa redução do capital próprio de 1.176 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2005.

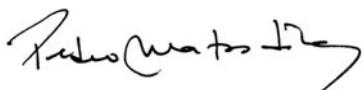
As análises que levámos a cabo foram suportadas do ponto de vista técnico pela Certificação Legal das Contas Consolidadas anexa ao presente, bem como pelo Relatório do Auditor Externo do Grupo PT, documentos que foram emitidos sem reservas.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Financeiras Consolidadas acima referidas e o Relatório de Gestão Consolidado do Conselho de Administração, satisfazem os requisitos legais e estatutários aplicáveis, pelo que merecem o nosso acordo e devem ser aprovados pela Assembleia Geral.

Deseja-se ainda expressar ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva, à Comissão de Auditoria e aos Serviços o apreço pela colaboração prestada no exercício das nossas funções.

Lisboa, 21 de Março de 2006

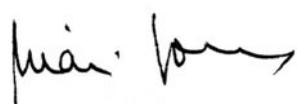
O Conselho Fiscal



Pedro Matos Silva, presidente



Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho, vogal



ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO – SROC
Representada por Mário João de Matos Gomes, vogal

Certificação legal das contas consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Grupo Portugal Telecom") para o exercício de 2005, as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total de balanço de 16.643.067.300 euros e um total do capital próprio de 2.582.077.365 euros, incluindo um resultado consolidado líquido do exercício atribuível aos accionistas da Empresa e reconhecido na Demonstração dos Resultados Consolidados de 653.984.819 euros e um total dos interesses minoritários de 753.686.076 euros), as Demonstrações dos Resultados Consolidados, dos Ganhos e Perdas Consolidados Reconhecidos e dos Fluxos de Caixa Consolidados para o exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRSs")) tal como adoptadas na União Europeia (Notas 2 e 45).

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus ganhos e perdas reconhecidos e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditória da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o nosso exame incluiu (a) a verificação de que as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação foram apropriadamente examinadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a verificação das operações de consolidação, (c) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (d) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (e) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

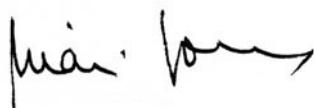
Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Portugal Telecom em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado consolidado das suas operações, os seus ganhos e perdas consolidados reconhecidos e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRSs")) tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfase

8. Conforme explicado nas Notas 2 e 45 às Demonstrações Financeiras Consolidadas, o Grupo Portugal Telecom adoptou em 2005, pela primeira vez, as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRSs") na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas, sendo a correspondente data de transição 1 de Janeiro de 2004; o efeito dos ajustamentos de transição reportados àquela data, decorrentes da adopção inicial dos IFRS, totalizou 1.028.611.561 euros negativos, líquidos de interesses minoritários, os quais foram registados no capital próprio, conforme estabelecido pelo IFRS 1.

Lisboa, 16 de Março de 2006



ASCENÇÃO, GOMES, CRUZ & ASSOCIADO – SROC,
representada por Mário João de Matos Gomes, ROC

Relatório de auditoria

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 da Portugal Telecom, SGPS, SA ("Empresa") e suas subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005, que evidencia um total de 16.643.067.300 euros e capitais próprios de 2.582.077.365 euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 653.984.819 euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e dos ganhos e perdas reconhecidos no exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e os seus ganhos e perdas reconhecidos; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Portugal Telecom, SGPS, SA e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações, os seus fluxos consolidados de caixa e os seus ganhos e perdas consolidados reconhecidos no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme divulgado na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Empresa adoptou pela primeira vez em 2005 as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia (IAS/IFRS), na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano Oficial de Contabilidade – POC) para os IAS/IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para os IAS/IFRS para efeitos de comparabilidade e foram incluídas na Nota 45 do Anexo, as divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 16 de Março de 2006



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC SA
Representada por Manuel Maria Reis Boto

Relatório de Governo da Sociedade

| | | |
|---|------------|--|
| Declaração de conformidade | | |
| 1. Divulgação de informação | 160 | |
| 1. Organigramas relativos à repartição de competências | 162 | |
| 2. Comissões específicas criadas na Sociedade | 163 | |
| Comissão de Governança | 163 | |
| Comissão de Auditoria | 164 | |
| Comissão de Estratégia | 164 | |
| Outras Comissões | 165 | |
| Conselho Consultivo | 165 | |
| Comissão Consultiva de Remunerações | 165 | |
| Disclosure Committee | 166 | |
| Comité de Sustentabilidade | 166 | |
| 3. Conselho Fiscal | 167 | |
| 4. Principais acionistas | 168 | |
| 5. Sistema de controlo de riscos | 168 | |
| Principais factores de risco | 168 | |
| Estratégias de gestão de riscos | 169 | |
| Procedimentos internos para o controlo de riscos | 169 | |
| 6. Evolução da cotação das acções | 170 | |
| 7. Distribuição de dividendos | 170 | |
| 8. Planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções | 171 | |
| 9. Negócios relevantes com membros de órgãos sociais, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de grupo | 172 | |
| 10. Relação com investidores | 172 | |
| 11. Comissão de Vencimentos | 173 | |
| 12. Auditores externos | 173 | |
| 2. Exercício do direito de voto e representação de accionistas | 175 | |
| 1. Assembleia Geral e direito de voto | 175 | |
| 2. Voto por correspondência e através de meios electrónicos | 175 | |
| 3. Representação de acionistas | 176 | |
| 4. Disponibilização de informação preparatória | 176 | |

O presente relatório visa divulgar a estrutura e as práticas de governo societário adoptadas pela Sociedade no sentido de cumprir com o disposto nas Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas, na versão publicada em Novembro de 2005, bem como com as melhores práticas internacionais de governo societário, tendo sido elaborado de acordo com o disposto no artigo 7.º do Código dos Valores Mobiliários e com o modelo anexo ao Regulamento da CMVM n.º 7/2001, na versão alterada pelos Regulamentos da CMVM n.º 11/2003 e 10/2005.

| | | | |
|--|------------|---|------------|
| 3. Regras societárias | 177 | 4. Órgão de administração | 181 |
| 1. Códigos de conduta | 177 | 1. Composição e características do Conselho de Administração | 181 |
| Código de Ética | 177 | 2. Comissão Executiva | 182 |
| Código de Ética para Financial Officers | 178 | Composição | 182 |
| Política de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social | 178 | Atribuições | 182 |
| 2. Procedimentos internos para o controlo dos riscos | 178 | 3. Modo de funcionamento do órgão de administração | 183 |
| Controlo pela holding, unidades de negócio e empresas instrumentais | 179 | Competências do presidente do Conselho de Administração e do presidente da Comissão Executiva | 184 |
| 3. Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição | 180 | Informação aos membros do Conselho de Administração | 184 |
| Limitação de votos de um só accionista | 180 | Número de reuniões do Conselho de Administração durante o exercício de 2005 | 184 |
| Acções da Categoria A | 180 | Recomendações da CMVM relativas a administradores não executivos e a administradores independentes | 185 |
| Limites à transmissibilidade de acções e acordos parassociais | 180 | 4. Política de remuneração dos administradores | 185 |
| | | Política de remuneração de administradores executivos e não executivos | 185 |
| | | Alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da Sociedade | 186 |
| | | Pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos dos administradores | 186 |
| | | 5. Remunerações dos administradores | 186 |
| | | Remunerações fixas e variáveis de administradores executivos e não executivos | 186 |
| | | Ligaçāo entre remuneração e desempenho dos administradores | 186 |
| | | Atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções ou outro sistema de incentivo com acções – prémios, benefícios não pecuniários e participação nos lucros | 186 |
| | | Indemnizações pagas ou devidas por cessação de funções | 187 |
| | | Estimativa de outros benefícios não pecuniários | 187 |
| | | 6. Política de comunicações de irregularidades | 187 |
| | | Anexo | 188 |
| | | Funções desempenhadas por membros do órgão de administração noutras sociedades | 188 |
| | | Qualificações profissionais e actividades profissionais exercidas nos últimos cinco anos | 190 |

Declaração de conformidade

| Recomendações da CMVM | Cumprimento | Relatório |
|---|-------------------|--|
| I _ Divulgação de informação | | |
| 1. A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor. | Sim | Capítulo 1 Número 10 |
| II _ Exercício do direito de voto e representação de accionistas | | |
| 2. Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: a) a imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral superior a 5 dias úteis; b) qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; c) a imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; e d) a não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência. | Sim | Capítulo 2 |
| III _ Regras societárias | | |
| 3. A sociedade deve criar um sistema interno de controlo para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário. | Sim | Capítulo 1 Número 5 Capítulo 3 Número 2 |
| 4. As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração. | Não (1) | Capítulo 3 Número 3 |
| IV _ Órgão de administração | | |
| 5. O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerça uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis. | Sim | Capítulo 4 Número 1 |
| 5a. O órgão de administração deve incluir um número suficiente de administradores não executivos cujo papel é o de acompanhar e avaliar continuamente a gestão da sociedade por parte dos membros executivos. Titulares de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto. | Sim | Capítulo 4 Número 1 |
| 6. De entre os membros não executivos do órgão de administração deve incluir-se um número suficiente de membros independentes. Quando apenas exista um administrador não executivo, este deve ser igualmente independente. Titulares independentes de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto. | Sim | Capítulo 4 Número 1 |
| 7. O órgão de administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários. | Sim | Capítulo 1 Número 2 |
| 8. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais. | Não (2) | Capítulo 4 Número 4 |
| 8a. Deve ser submetida à apreciação pela Assembleia Geral anual de accionistas uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais. | Não aplicável (3) | Capítulo 1 Número 11 |
| 9. Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração. | Não (4) | |
| 10. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer. | Sim | Capítulo 1 Número 8 |
| 10a. A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade, com os seguintes elementos: indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações, indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório do governo das sociedades. | Sim | Capítulo 4 Número 6 |

A Empresa adopta na íntegra as recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas, na versão publicada em Novembro de 2005, com excepção das recomendações 4, 8, 8-A e 9, as quais não são cumpridas pelas razões abaixo descritas.

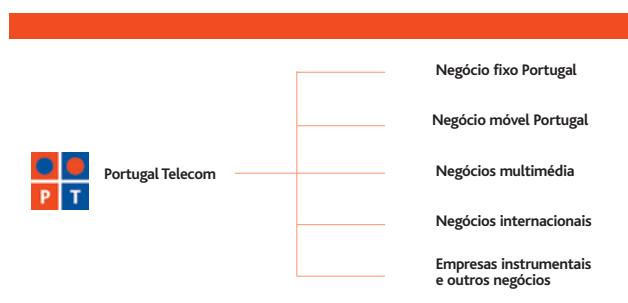
De seguida indicam-se os capítulos do presente Relatório de Governo da Sociedade onde se descrevem as medidas tomadas para o cumprimento das referidas recomendações da CMVM.

- (1)**
Apesar de a PT não ter adoptado, até 31 de Dezembro de 2005, quaisquer medidas de defesa contra ofertas públicas de aquisição, a CMVM considerou, na sua Análise do Cumprimento das Recomendações sobre o Governo das Sociedades Cotadas, que a PT incumpria a Recomendação n.º 4.
Contudo, nesta matéria, os estatutos da PT, para além dos direitos especiais a favor do Estado descritos adiante, apenas contêm, no seu artigo 13º, uma limitação de votos de um só accionista, no sentido de não serem contados os votos emitidos por um só accionista titular de acções ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro accionista, que excedam 10% da totalidade do capital. Esta disposição, que traduz uma medida de ampliação da democracia accionista (reduzindo o poder de voto dos maiores accionistas e ampliando correspondentemente o poder de voto das minorias), é também normalmente entendida como susceptível de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição (uma vez que a obtenção de controlo requer patamares mais elevados de participação accionista).
Porém, a este possível efeito não deve deixar de ser contraposto o efeito de incentivo à melhoria das condições de atracitividade das ofertas públicas, já que só níveis mais elevados de adesão pelos destinatários permitem alcançar limiares de controlo.
O relativo desfavor com que, por vezes, em anos recentes, se considerou este tipo de disposições está hoje em larga medida ultrapassado, como se vê pelo facto de no Anteprojecto de Transposição da Directiva 2004/25/CE, de 21 de Abril de 2004, relativa às ofertas públicas de aquisição, ter sido contemplado um regime marcadamente opcional, permitido pelo diploma comunitário, no que concerne à sua neutralização, em caso de ofertas públicas de aquisição.
- (2)**
A Empresa entende não ser de seguir a parte final da Recomendação n.º 8 da CMVM, no que respeita à discriminação individualizada da remuneração dos administradores, por considerar que tal opção não consubstancia a mais correcta visão e enquadramento desta matéria. Na verdade, é importante a divulgação aos accionistas de informação sobre o valor global das remunerações pagas aos membros do órgão de administração e, em especial, à equipa de gestão da Empresa, corporizada na sua Comissão Executiva, pelo que a Sociedade divulga esta informação no n.º 5 do Capítulo 4 deste relatório.
Porém, uma vez que os órgãos de administração das sociedades comerciais em Portugal se regem pelos princípios de colegialidade e de solidariedade (que se traduz, entre outros aspectos, na imposição legal de responsabilidade solidária) crê-se não fazer sentido discriminar as remunerações pagas individualmente a cada um dos membros dos órgãos de administração.
Deste modo, a Empresa, discordando e não adoptando a divulgação individualizada das remunerações dos membros dos órgãos sociais, mantém a posição de considerar que a análise por parte dos accionistas do desempenho da administração da Empresa deve ser feita colegialmente, competindo ao presidente do Conselho de Administração, em primeiro lugar, bem como ao presidente da Comissão Executiva, analisar os desempenhos individuais de cada administrador, e cabendo à Comissão de Vencimentos a análise da adequação da sua remuneração individual.
Assim, a Empresa presta aos accionistas e outros interessados informação relativa à remuneração dos administradores nos termos do disposto no n.º 5 do Capítulo 4 do Anexo ao Regulamento n.º 7/2001, o qual prevê que essa informação seja prestada em termos individuais ou colectivos.
- (3)**
Tendo em consideração que a Comissão de Vencimentos que irá fixar a remuneração dos órgãos sociais para o triénio 2006-2008 apenas vai ser nomeada na Assembleia Geral anual de 2006, não se deverá considerar aplicável à PT, relativamente ao exercício de 2005, a Recomendação n.º 8-A.
- (4)**
No exercício de 2005, a PT não cumpriu integralmente a Recomendação n.º 9 da CMVM, uma vez que um dos membros que integram a Comissão de Vencimentos é administrador não executivo da Empresa.
Conforme se refere no Capítulo 1, n.º 11 do presente Relatório de Governo da Sociedade, a proposta e escolha dos membros que integram a Comissão de Vencimentos têm subjacente a cuidadosa ponderação de duas preocupações fundamentais.
Por um lado, a composição maioritária da Comissão de Vencimentos por membros independentes em relação à administração, em conformidade com os requisitos de independência previstos no n.º 9 do Capítulo 1 do Anexo ao Regulamento da CMVM 7/2001, no sentido de permitir assegurar o respeito e a prevenção de conflitos de interesses da Sociedade com os interesses dos membros do órgão de administração nesta matéria.
Por outro lado, com a presença de um administrador independente, de acordo com os critérios de aferição previstos no n.º 2 do artigo 1.º do referido Regulamento da CMVM, pretende-se assegurar a articulação desta comissão com aquele órgão (e, em particular, com a sua Comissão Consultiva de Remunerações composta por administradores independentes), contribuindo assim para a ponderação e alinhamento dos interesses em causa na estruturação e fixação das remunerações dos administradores.
Desta forma, o modelo híbrido seguido pela Sociedade nesta matéria tem em vista assegurar a isenção e melhor prossecução dos interesses da Sociedade bem como reforçar a eficiência e independência na fixação de remunerações, razão pela qual a Comissão de Vencimentos, salvo o referido administrador não executivo e independente, não inclui qualquer membro que preste outro tipo de serviços ao Grupo PT, ou que tenha qualquer ligação familiar com membros do órgão de administração por via do casamento, parentesco ou afinidade em linha directa até ao terceiro grau.

1 _ Divulgação de informação

1. Organigramas relativos à repartição de competências

O Grupo PT encontra-se estruturado por linhas de negócio, correspondentes a cinco grandes núcleos: negócio fixo, negócio móvel em Portugal (TMN), negócios multimédia (PT Multimédia), negócios internacionais, que incluem a Vivo (a joint-venture com a Telefónica Móviles para negócios móveis no Brasil), e as empresas instrumentais. As unidades de negócio são coordenadas pela holding do Grupo, liderada pela sua Comissão Executiva, com o apoio do Centro Corporativo. O reporte das empresas participadas ao Centro Corporativo é funcional e não hierárquico, sendo possível desta forma uma articulação efectiva:



No quadro do processo de decisão empresarial relativamente a estas linhas de negócio e ao governo da Sociedade, os membros da Comissão Executiva são responsáveis pelos seguintes pelouros:

| Comissão Executiva | Funções Corporativas | Funções Executivas |
|--|---|---|
| Miguel Horta e Costa Presidente | <ul style="list-style-type: none"> > Estratégia > Auditoria interna > Regulação e concorrência > Relações internacionais > Comunicação, imagem, patrocínios e marca do Grupo PT > Responsabilidade social > Segurança | <ul style="list-style-type: none"> > Coordenação geral da Comissão Executiva |
| Zeinal Bava Administrador executivo | <ul style="list-style-type: none"> > Relações com o mercado financeiro e de capitais > Contabilidade, consolidação e reporting financeiro > Tesouraria > Corporate finance | Negócio móvel Portugal <ul style="list-style-type: none"> > TMN > PT Wi-Fi Negócio multimédia <ul style="list-style-type: none"> > TV Cabo > Lusomundo Audiovisuais > Lusomundo Cinemas > PT PRO > Previsão |
| Carlos Vasconcellos Cruz Administrador executivo | <ul style="list-style-type: none"> > Internacionalização, prospecção de novos mercados > Projecto Shaper – organização e liderança > Colaboração com o administrador Henrique Granadeiro no âmbito da gestão de Recursos Humanos | Negócios internacionais <ul style="list-style-type: none"> > Vivo > PT Brasil > Medi Telecom > Cabo Verde Telecom > CST > CTM > Unitel > UOL |
| Iriarte Esteves Administrador executivo | <ul style="list-style-type: none"> > Desenvolvimento de tecnologia e redes > Inovação | <ul style="list-style-type: none"> > PT Inovação |
| Paulo Fernandes Administrador executivo | <ul style="list-style-type: none"> > Planeamento > Controlo de gestão > Desenvolvimento de negócios > Imobiliário > Compras > Projecto Shaper – contenção de custos | <ul style="list-style-type: none"> > PT Compras > SIMARC (imobiliário) |
| Henrique Granadeiro Administrador executivo | <ul style="list-style-type: none"> > Colaboração com o presidente da Comissão Executiva no âmbito da agenda estratégica e regulatória > Activos humanos > Formação | <ul style="list-style-type: none"> > Fundação Portugal Telecom > PT ACS |
| Rodrigo Costa Administrador executivo | <ul style="list-style-type: none"> > Sistemas de informação > Colaboração com o administrador Iriarte Esteves no desenvolvimento de tecnologia, redes e inovação | Negócio fixo Portugal <ul style="list-style-type: none"> > PT Comunicações > PT Corporate > PT.COM > PT Sistemas de Informação |

2. Comissões específicas criadas na Sociedade

As decisões dos investidores relativamente a empresas cotadas têm em conta, nos dias de hoje, não só as avaliações económicas, como também a transparência da informação e os níveis de segurança e fiabilidade da gestão executiva dessas empresas.

Deste modo, em cumprimento das exigências legais ou regulamentares aplicáveis, e procurando adoptar as melhores práticas internacionais neste âmbito, o Conselho de Administração criou no seu seio, para além da Comissão Executiva, diversas comissões responsáveis pelo desempenho de funções específicas da competência do Conselho de Administração. A composição e atribuições dessas comissões específicas são as seguintes:

Comissão de Governança

Ernâni Rodrigues Lopes

Miguel Horta e Costa

Henrique Granadeiro

Jorge Tomé

João Mello Franco

Jorge Bleck*

Carlos Blanco de Moraes

* O administrador Jorge Bleck renunciou ao cargo em Fevereiro de 2006.

Atribuições

- Estudar, rever e avaliar os princípios de governança societária para o Grupo PT, designadamente no tocante às responsabilidades dos administradores, às relações entre os administradores e os accionistas, às relações com os detentores de participações qualificadas e à avaliação geral dos termos de governança do Grupo no desempenho do Conselho de Administração e das suas comissões.
- Aconselhar e propor ao Conselho de Administração a adopção e revisão do modelo de governança da holding do Grupo, designadamente no tocante às normas e procedimentos internos relativos aos princípios e práticas de governança societária, à sua articulação e relacionamento com a estrutura da gestão, os accionistas, os stakeholders e o mercado, à prevenção de conflitos de interesses e à disciplina da informação.
- Supervisionar a aplicação do Código de Ética do Grupo PT, acompanhando a sua implementação e procedendo, quando necessário ou conveniente, à interpretação das suas regras e à integração dos casos nele omissos, bem como emitir pareceres sobre matérias das alíneas precedentes e outras afins, quando solicitado pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Governança reuniu quatro vezes durante o exercício de 2005, tendo sido discutidas principalmente as seguintes matérias:

- revisão do Código de Ética;
- criação de um código de conduta para financial officers;
- regulamento sobre aquisição de acções PT pelos quadros de alta direcção;
- criação de um sistema de participações qualificadas de práticas indevidas (whistleblowing).

Nas referidas reuniões estiveram presentes, em média, cinco membros que integram a Comissão de Governança.

Comissão de Auditoria

João Mello Franco
Nuno Silvério Marques
Thomaz Paes de Vasconcellos

Atribuições

- > Assistir o Conselho de Administração e a sua Comissão Executiva (i) na supervisão da qualidade e integridade da informação financeira constante dos documentos de apresentação de contas da Sociedade; (ii) na avaliação da habilitação e independência dos auditores externos da Sociedade; (iii) na avaliação da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno da Sociedade, (iv) na avaliação da execução das funções desempenhadas pelos auditores externos da Sociedade e do departamento de Auditoria Interna Corporativa; e (v) na avaliação do cumprimento das disposições legais e regulamentares, recomendações e orientações emitidas pelas entidades competentes;
- > assegurar a definição e/ou implementação de políticas que visem o cumprimento das leis e regulamentos nacionais e internacionais a que a sociedade se encontra obrigada.

A Comissão de Auditoria reuniu onze vezes durante o exercício de 2005, tendo sido discutidas principalmente as seguintes matérias:

- > análise das demonstrações financeiras semestrais e anuais;
- > avaliação de desempenho dos auditores externos;
- > selecção e contratação de auditores externos;
- > definição e implementação de política de serviços proibidos a auditores externos;
- > supervisão do sistema de controlo interno;
- > definição de procedimentos para comunicação e análise de irregularidades;
- > acompanhamento e supervisão da função de auditoria interna.

Nas referidas reuniões esteve presente a totalidade dos membros da Comissão de Auditoria.

Comissão de Estratégia

Ernâni Rodrigues Lopes
Miguel Horta e Costa
Zeinal Bava
Carlos Vasconcellos Cruz
Iriarte Esteves
Paulo Fernandes
Joaquim Goes
Carlos Oliveira Cruz
António Viana-Baptista
Patrick Monteiro de Barros

Atribuições

- > Debater, analisar e apresentar recomendações sobre o plano estratégico do Grupo.
- > Pronunciar-se sobre o impacto e a eficácia do plano estratégico e das grandes decisões estratégicas tomadas, propondo eventuais ajustamentos.
- > Estudar e preparar, com vista a futuro debate em reunião de Conselho de Administração, matérias sugeridas pelo presidente do Conselho de Administração e/ou presidente da Comissão Executiva, relativas a questões estratégicas que surjam ao longo de cada exercício.

A Comissão de Estratégia reuniu oito vezes durante o exercício de 2005.

Nas referidas reuniões estiveram presentes, em média, nove membros que integram a Comissão de Estratégia.

Outras Comissões

Foram ainda constituídas, no seio da PT, as seguintes comissões específicas:

Conselho Consultivo

Estanislau Mata Costa (presidente)

Aníbal Santos

Diogo de Lucena

João Confraria Jorge

José Manuel Neves Adelino

José Manuel Tribolet

Luís Filipe Nazaré

Luís Todo Bom

Manuel Pinto Barbosa

Atribuições

O Conselho Consultivo tem por funções analisar, conjuntamente com a Comissão Executiva, áreas com especial relevância para a PT, nomeadamente os assuntos relativos a regulação e concorrência, investimentos internacionais, fusões, aquisições e alienações.

O Conselho Consultivo reuniu quatro vezes durante o exercício de 2005, tendo sido discutidas principalmente as seguintes matérias:

- > linhas estratégicas da PT em resposta à mudança tecnológica;
- > regulação e o Grupo PT: desenvolvimentos recentes e perspectivas;
- > análise de estudos sobre a competitividade do sector das telecomunicações em Portugal;
- > evolução do sector das telecomunicações;
- > alternativas de evolução futura do Grupo PT, no âmbito das novas áreas tecnológicas, novos produtos e serviços e novos mercados.

Nas referidas reuniões estiveram presentes, em média, oito membros que integram o Conselho Consultivo, bem como alguns administradores executivos e directores do centro corporativo.

Comissão Consultiva de Remunerações

Patrick Monteiro de Barros

Carlos Oliveira Cruz

Peter Golob*

* Este membro substituiu o anterior administrador nomeado, Fernando Ulrich, que renunciou ao cargo em 28 de Julho de 2005, tendo entretanto renunciado igualmente ao cargo em Fevereiro de 2006.

Atribuições

Esta comissão foi constituída em 28 de Abril de 2005, tendo o seu regulamento interno sido aprovado em reunião de Conselho de Administração de 28 de Julho de 2005, com as seguintes atribuições:

- > propor e discutir com a Comissão de Vencimentos a política de remunerações a adoptar pela Sociedade, a médio e longo prazo, em matéria de atribuição, apuramento e fixação das remunerações fixas e variáveis dos seus administradores;
- > propor e discutir com a Comissão de Vencimentos um modelo de fixação das remunerações variáveis do CEO e dos demais membros da Comissão Executiva;
- > avaliar anualmente o desempenho do CEO e dos demais membros da Comissão Executiva, face aos critérios aprovados, e propor à Comissão de Vencimentos o valor concreto de remuneração variável a atribuir aos membros da Comissão Executiva;
- > propor à Comissão de Vencimentos o valor da remuneração variável a atribuir ao presidente do Conselho de Administração.

A Comissão Consultiva de Remunerações reuniu três vezes, tendo sido discutidas as seguintes matérias:

- > proposta à Comissão de Vencimentos de atribuição das remunerações variáveis aos administradores executivos referentes a 2004;
- > criação de um modelo para remunerações variáveis para 2005.

Disclosure Committee

Luís Sousa de Macedo
Francisco Nunes
Carlos Cruz
Nuno Prego
Miguel Amaro
Miguel Chambel

Atribuições

De modo a dar apoio à Comissão Executiva, no processo de divulgação de informação aos mercados, foi constituído o Disclosure Committee. Este órgão tem como objectivo assegurar a qualidade e fiabilidade da informação divulgada aos mercados financeiros e garantir o cumprimento de todos os requisitos regulamentares nacionais e internacionais respeitantes a esta matéria.

Assim, compete a esta comissão aprovar e executar os procedimentos e controlos necessários para assegurar que a divulgação de informação pela Portugal Telecom aos accionistas e investidores: (i) cumpre com as leis e regulamentos aplicáveis; (ii) é exacta, completa e disponibilizada atempadamente; e (iii) representa com fiabilidade a situação financeira e os resultados das operações do Grupo em todos os aspectos materialmente relevantes para o adequado conhecimento sobre a sua condição e performance financeira.

O Disclosure Committee reuniu seis vezes durante o exercício de 2005, tendo sido discutidas principalmente as seguintes matérias:

- > adequação da informação financeira a divulgar ao mercado, tendo em consideração a informação financeira e não financeira reportada pelas empresas participadas;
- > revisão de divulgações trimestrais, semestrais e anuais de resultados.

Nas referidas reuniões estiveram presentes, em média, seis membros que integram o Disclosure Committee.

Comité de Sustentabilidade

Miguel Horta e Costa
Zeinal Bava
Carlos Vasconcellos Cruz
Iriarte Esteves
Paulo Fernandes
Luís Sousa de Macedo
Francisco Nunes
Luís Moura
Nuno Prego
Miguel Amaro
Abílio Martins

Atribuições

Os objectivos globais do Comité de Sustentabilidade são os seguintes:

- > garantir que a sustentabilidade empresarial é integrante e coerente com a estratégia do Grupo e transversal a todas as empresas;
- > reforçar a actuação da PT enquanto empresa sustentável, tornando-a reconhecida como tal, interna e externamente.

De modo a atingir estes objectivos, o Comité de Sustentabilidade tem as seguintes atribuições:

- > assegurar a criação das condições necessárias para o seu crescimento sustentado, segundo a óptica tridimensional, nas vertentes económica, ambiental e social, de acordo com os critérios internacionais;
- > desenvolver, promover e supervisionar os projectos e acções, e identificar, definir e controlar as melhores equipas para a realização desses projectos;

- > fortalecer a actuação da Fundação Portugal Telecom nas suas áreas de actuação específica, nomeadamente de cidadania e filantropia;
- > garantir a comunicação interna e externa reforçando a actuação do Grupo PT enquanto empresa sustentável, tornando-a reconhecida como tal;
- > controlar e avaliar o plano de acções estabelecido e integrado na estratégia de sustentabilidade.

O Comité de Sustentabilidade está integrado no modelo de governo do Grupo PT reportando directamente à Comissão Executiva.

Este comité garante a transparência e o rigor na relação da PT com os stakeholders através da dinamização dos canais de diálogo, evitando quaisquer conflitos de interesses.

O Comité de Sustentabilidade reuniu duas vezes durante o exercício de 2005 para discutir diversas temáticas relacionadas com a sustentabilidade e para aprovar o primeiro relatório de sustentabilidade do Grupo PT, tendo estado presente a totalidade dos seus membros.

3. Conselho Fiscal

Tendo em consideração o disposto no Código das Sociedades Comerciais, a Portugal Telecom dispõe de um Conselho Fiscal cujas funções durante o exercício de 2005 foram exercidas pelos seguintes elementos:

Pedro Matos Silva (presidente)
Gonçalo Vaz Botelho (vogal)
Ascenção, Gomes, Cruz & Associado,
representada por **Mário Gomes**
José Vieira dos Reis (vogal suplente)

Atribuições

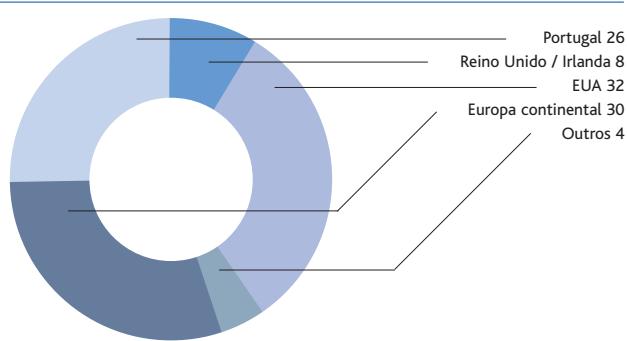
De acordo com o artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, cabe ao Conselho Fiscal:

- > fiscalizar a administração da sociedade;
- > vigiar a observância da lei e do contrato de sociedade;
- > verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- > verificar, quando julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- > verificar a exactidão do balanço e da demonstração de resultados;
- > verificar se os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- > elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pela administração;
- > convocar a assembleia geral, quando o presidente da respectiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- > cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.

4. Principais accionistas

A estrutura accionista da PT é caracterizada por acentuada dispersão, não havendo nenhum accionista com mais de 10% do capital social, só oito accionistas que controlam participações superiores a 2% desse capital, e um peso significativo de accionistas institucionais nacionais e internacionais, conforme se vê nos seguintes quadros:

Distribuição geográfica (%)



Participações qualificadas em 31 Dezembro 2005

| Instituições | N.º de acções | % |
|------------------------------|---------------|-------|
| Telefónica | 112.473.826 | 9,96% |
| Brandes Investments Partners | 96.096.420 | 8,51% |
| Banco Espírito Santo | 94.387.699 | 8,36% |
| Capital Group Companies | 63.193.870 | 5,60% |
| Caixa Geral de Depósitos | 56.909.684 | 5,04% |
| Cinveste | 29.080.000 | 2,58% |
| Fidelity Group | 23.592.185 | 2,09% |
| Telexpress | 23.000.000 | 2,04% |

5. Sistema de controlo de riscos

O sistema de controlo de riscos estabelecido na PT visa garantir um acompanhamento da situação da Sociedade que seja adequado aos riscos que afectam as actividades que desenvolve.

Assim, importa descrever sumariamente os riscos a que a PT está sujeita por forma a facilitar a compreensão do sistema de controlo de riscos criado.

Principais factores de risco

Enquanto grupo económico que desenvolve a sua actividade em diversas áreas de negócio, o Grupo PT encontra-se exposto a diversos riscos, sendo os principais factores de risco os seguintes:

- **regulação:** assegurar o acompanhamento das alterações regulatórias, dadas as ameaças e oportunidades que representam para a posição competitiva do Grupo PT nos negócios em que está inserido. A gestão do risco de regulação está entregue às Direcções de Regulação e de Concorrência Corporativas, que deverão estar a par de novas regulações aplicáveis ao sector, com impacto para o Grupo PT, emitidas por entidades nacionais e internacionais;
- **concorrência:** potencial redução das receitas do serviço fixo em resultado do progressivo efeito de substituição fixo-móvel, bem como pelo aumento da concorrência de outros operadores de rede fixa. A gestão deste risco é uma preocupação constante da Comissão Executiva da PT e suas empresas participadas na procura de novos e melhores produtos e serviços que se revelem inovadores e representem valor face aos da concorrência, que permitam consolidar, junto do cliente final, a imagem do Grupo PT como líder e pioneiro no mercado de telecomunicações;
- **evolução tecnológica:** necessidade de investimentos em negócios cada vez mais concorrenzial e com uma história recente de mudanças tecnológicas muito rápidas. O Grupo PT detém a PT Inovação, empresa direcionada para o desenvolvimento tecnológico dos negócios do Grupo, ao nível da investigação aplicada, serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços inovadores, quer no mercado doméstico, quer no mercado internacional;

- > **parcerias estratégicas:** assegurar alianças, joint-ventures, ou outro tipo de relações eficientes e eficazes que afectem de modo positivo a capacidade de competir. A Comissão Executiva da PT e as restantes empresas participadas têm assumido papel central na gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes;
- > **retenção de talentos:** assegurar a capacidade de dispor das pessoas com as capacidades correctas, devidamente motivadas, nos lugares certos. A gestão deste risco está a cargo da Direcção Corporativa de Activos Humanos, que identifica os elementos-chave do Grupo PT para depois utilizar as estratégias de retenção adequadas aos segmentos que definiu para a sua gestão;
- > **mercados financeiros:** alteração dos rendimentos esperados de investimentos efectuados no exterior, em resultado de alteração de diversas variáveis, nomeadamente taxa de juro e taxa de câmbio. A gestão do risco de mercados financeiros é assegurada pela Direcção de Finanças Corporativa. O Grupo PT contrata um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e taxa de câmbio. A contratação de instrumentos financeiros é efectuada após a análise cuidada dos riscos, benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela empresa. O fair value destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações económico-financeiras;
- > **fiscalidade:** evolução de legislação fiscal e eventuais interpretações da aplicação da regulamentação fiscal e parafiscal de formas diversas. A gestão deste risco está entregue à Direcção de Reporte e Consolidação Corporativa, que acompanha toda a regulamentação fiscal e aproveitamento de oportunidades de planeamento fiscal. Esta direcção poderá solicitar regularmente o apoio de consultores externos sempre que os temas em análise possam ser mais críticos e, por isso, carecerem de uma interpretação de uma entidade independente;
- > **riscos de índole social, ambiental e ética:** a Sociedade encontra-se sujeita aos riscos gerais de índole social, ambiental e ética que afectam a actividade de qualquer empresa ou instituição.

Estratégias de gestão de riscos

A gestão de riscos é assegurada pela Sociedade com base numa identificação prévia de riscos críticos, no desenvolvimento de estratégias de gestão de risco adequadas aos riscos identificados, com a consequente implementação dos controlos considerados necessários para a redução do risco para um nível aceitável.

As estratégias de gestão de riscos adoptadas visam garantir que:

- > os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas permitem responder às expectativas dos órgãos de gestão, accionistas e público em geral;
- > os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas estão de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis;
- > a informação financeira e operacional é completa, fiável, segura e reportada periódica e atempadamente;
- > os recursos do Grupo PT são usados de forma eficiente e racional;
- > o valor accionista é maximizado;
- > se procede à identificação e monitorização constante dos riscos de índole social, ambiental e ética, bem como do impacto destes riscos nos negócios do Grupo PT, e se adoptam as soluções adequadas;
- > a gestão operacional adopta as medidas necessárias para corrigir aspectos revelados de risco para o Grupo PT que tenham sido reportados.

Procedimentos internos para o controlo de riscos

Os procedimentos internos adoptados pela Sociedade para implementar as estratégias de controlo do risco acima descritas, designadamente a existência de unidades orgânicas dedicadas à implementação e avaliação do controlo interno, são descritos no n.º 2 do Capítulo 3 infra.

6. Evolução da cotação das acções

Factos mais relevantes anunciados no exercício social de 2005

Fevereiro

Alienação da Lusomundo Serviços

Março

Resultados anuais relativos ao exercício de 2004

Abril

Aquisição de acções próprias para execução de programa de share buyback com redução de capital

Maio

Resultados relativos ao primeiro trimestre de 2005

Setembro

Resultados relativos ao primeiro semestre de 2005

Novembro

Resultados relativos aos primeiros nove meses de 2005

Proposta de dividendo para o exercício de 2005

Dezembro

Redução de capital no âmbito do programa de share buyback

7. Distribuição de dividendos

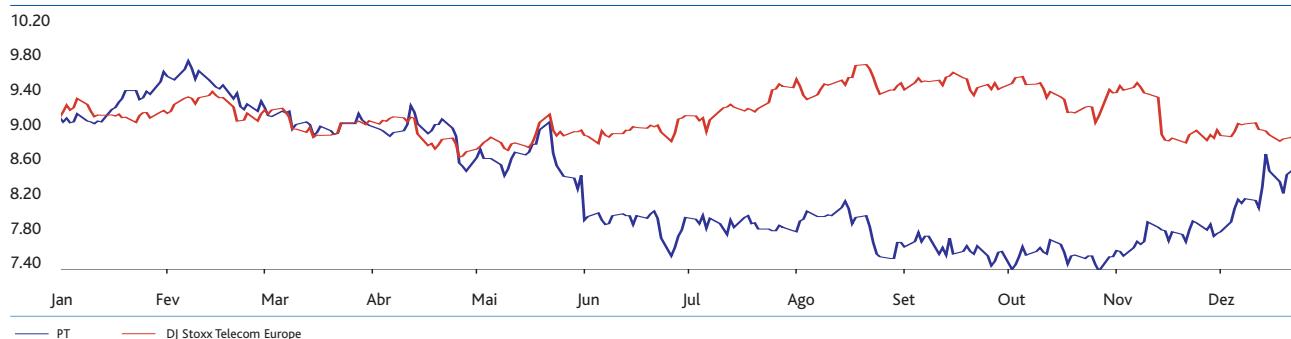
Política de distribuição de dividendos

A Sociedade adopta uma política de distribuição de dividendos que considera as oportunidades de negócio do Grupo PT, as expectativas dos investidores e as necessidades de financiamento por capitais próprios, tendo em consideração o custo e oportunidade do capital.

A proposta de distribuição de dividendos é da exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração, subordinada à observância da legislação portuguesa e aos estatutos da Sociedade.

De acordo com os estatutos da Sociedade, pelo menos 40% dos resultados distribuíveis da PT ¹ deverão ser distribuídos aos acionistas a título de dividendo, sem prejuízo de a Assembleia Geral poder deliberar, por maioria qualificada de dois terços dos votos expressos, no sentido da redução do dividendo ou mesmo da sua não distribuição.

Evolução da PT vs. DJ Stoxx Telecom Europe em 2005



¹ Calculados em função do resultado líquido evidenciado nas demonstrações financeiras individuais e determinados de acordo com os princípios contabilísticos vigentes em Portugal, após dedução de prejuízos transitados e dotação de 5% para a reserva legal até esta atingir 20% do capital social.

Relativamente à deliberação que aprove a aplicação de resultados, a maioria dos votos correspondentes às acções de categoria A é necessária para deliberar a distribuição de dividendos quando os mesmos excedam 40% dos resultados líquidos distribuíveis.

Dividendo distribuído nos últimos três exercícios

Os dividendos brutos por acção referentes aos últimos três exercícios, foram os seguintes:

2004 > 0,35 euros

2003 > 0,22 euros

2002 > 0,16 euros

A Comissão Executiva da PT anunciou em 2 de Março de 2006 que iria propor ao Conselho de Administração a submissão à Assembleia Geral anual de accionistas de uma proposta de atribuição aos accionistas do montante de 0,385 euros por acção, relativos ao exercício de 2005, sujeita às condições de mercado e à situação financeira da empresa nessa data. Entretanto o Conselho de Administração aprovou, na sua reunião de 6 de Março de 2006, propor à Assembleia Geral anual de accionistas a distribuição aos accionistas de um montante de 0,475 euros por acção, ao invés do montante de 0,385 euros por acção anteriormente anunciado.

8. Planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções

Durante o exercício de 2005, a Sociedade não adoptou nem se mantiveram vigentes quaisquer planos de atribuição de acções nem quaisquer planos de atribuição de opções de aquisição de acções a administradores ou empregados.

No entanto, em 2005, tendo por base a deliberação da Assembleia Geral, a Comissão Executiva da PT atribuiu o direito de receber 45 acções, aos colaboradores do Grupo que:

- > estivessem ligados por um contrato de trabalho a uma empresa do Grupo PT, sediada em Portugal, cuja gestão pertença ao Grupo PT;
- > tenham prestado trabalho efectivo durante o ano de 2004, com duração mínima de 9 ou 6 meses, consoante as diferentes situações particulares;
- > não tenham revelado uma performance inadequada na empresa onde tenham prestado serviço pelo período de maior duração em 2004;
- > tenham feito chegar aos serviços de Recursos Humanos, no fim do período de fidelização (15 de Outubro de 2005), uma declaração de aceitação da atribuição proposta.

Foi deliberada a atribuição de um prémio de 5 acções adicionais aos colaboradores que comprovem a manutenção das 45 acções relativas a 2004 e atribuídas até ao dia 15 de Outubro de 2005. Esta atribuição respeita o regime fiscal aplicável e as obrigações associadas.

9. Negócios relevantes com membros de órgãos sociais, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de grupo

Em Março de 2005, a Empresa optou pelo exercício financeiro dos 90.304.850 warrants autónomos da PT Multimédia de que era titular, nos termos e condições finais que mais tarde foram aprovados pelo Conselho de Administração da PT Multimédia, tendo recebido o valor unitário de 0,307 euros.

No exercício de 2005, a PT não realizou qualquer outro negócio ou operação com membros de órgãos de administração ou fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo que se possam considerar de valor significativo em termos económicos para qualquer das partes envolvidas.

A Empresa celebra, regularmente, operações e contratos de natureza financeira com diversas instituições de crédito que são titulares de participações qualificadas no seu capital, as quais, porém, são realizadas nos termos normais de mercado para operações similares.

10. Relação com investidores

Em Março de 1995 foi criada a Direcção de Relação com Investidores, com o objectivo de assegurar um adequado relacionamento com accionistas, investidores e analistas, bem como com os mercados financeiros em geral e, em particular, com as bolsas de valores onde está cotada a PT e respectivas entidades reguladoras: a CMVM e a SEC.

Esta direcção elabora regularmente apresentações, comunicados e press releases sobre os resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como sobre quaisquer factos relevantes que ocorram e afectem o Grupo PT como um todo. Presta igualmente todo e qualquer tipo de esclarecimentos à comunidade financeira em geral – accionistas, investidores (institucionais e retalho) e analistas.

Qualquer interessado poderá aceder à Direcção de Relação com Investidores através dos seguintes contactos:

Nuno Prego
Direcção de Relação com Investidores

Tel.: (+351) 21 5001 701
Fax: (+351) 21 5000 800
E-mail: nuno.prego@telecom.pt
Morada: Av. Fontes Pereira de Melo, 40, 1069-300 Lisboa
Site: www.ir.telecom.pt

No decurso do ano de 2005, a Direcção de Relação com Investidores realizou 420 reuniões com analistas e investidores, das quais 360 foram realizadas no âmbito de roadshows e conferências, tendo as restantes 60 reuniões e conference-calls tido lugar na sede da PT.

11. Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos, eleita directamente pelos accionistas, tem por função fixar as remunerações dos titulares dos órgãos sociais da PT.

Com vista à consecução dessa tarefa, a Comissão de Vencimentos acompanha e avalia, numa base constante, o desempenho dos administradores, verificando em que medida foram atingidos os objectivos propostos, e reúne sempre que for necessário.

A composição actual da Comissão de Vencimentos, nomeada em Abril de 2003, é a seguinte:

Armando Marques Guedes (presidente)

Augusto Athayde d'Albergaria

João Mello Franco

O vogal da Comissão de Remunerações João Mello Franco é igualmente administrador não executivo independente da PT.

A proposta e escolha dos membros que integram a Comissão de Vencimentos têm subjacente a intenção de a Sociedade garantir uma composição maioritária da Comissão de Vencimentos por membros independentes em relação à administração, sem prejuízo da necessária articulação desta comissão com o Conselho de Administração, em particular com a Comissão Consultiva de Remunerações.

Desta forma, a Comissão de Vencimentos, salvo o referido administrador não executivo independente, não inclui qualquer outro membro do Conselho de Administração nem qualquer outra pessoa que preste outro tipo de serviços ao Grupo PT ou que tenha qualquer ligação familiar com membros do órgão de administração por via de casamento, parentesco ou afinidade em linha directa até ao terceiro grau.

12. Auditores externos

Durante o exercício de 2005, a remuneração anual paga aos auditores externos foi de 2.458.801 euros, tendo esse pagamento sido repartido pela prestação dos seguintes serviços:

| | 2005 | % | 2004 | % |
|--|------------------|-------------|------------------|-------------|
| Serviços de revisão legal de contas e auditoria | 1.438.400 | 59% | 1.559.391 | 37% |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 467.896 | 19% | 436.133 | 10% |
| Serviços de consultoria fiscal | 307.135 | 12% | 443.141 | 11% |
| Outros serviços que não de revisão legal de contas e auditoria | 245.370 | 10% | 1.789.899 | 42% |
| Total | 2.458.801 | 100% | 4.228.564 | 100% |

De forma a salvaguardar a independência dos auditores externos, o Conselho de Administração da Sociedade atribuiu os seguintes poderes à Comissão de Auditoria relativamente à auditoria externa da Sociedade:

- responsabilidade pela nomeação e contratação dos auditores externos e pelo estabelecimento da sua remuneração, bem como pela cessação de funções dos auditores externos e pela pré-aprovação de quaisquer serviços a contratar aos auditores externos;
- supervisão directa e exclusiva por parte da Comissão de Auditoria;
- obtenção anual directamente dos auditores externos de um relatório sobre a auditoria externa que deverá descrever os procedimentos internos dos auditores de controlo de qualidade, quaisquer questões substanciais surgidas no âmbito desse controlo ou na sequência de um inquérito levado a cabo nos últimos cinco anos pelas autoridades competentes, bem como todas as relações existentes entre o Grupo PT e os auditores ou pessoas suas associadas, incluindo todos os serviços prestados e todos os serviços em curso;
- avaliação das habilitações, independência e desempenho dos auditores externos;
- definição da política de contratação pelo Grupo PT de pessoas que tenham trabalhado ou trabalhem com os auditores externos;

- > revisão e emissão de parecer prévio sobre o Memorando e o Relatório de Auditoria elaborado pelos auditores externos, bem como sobre a informação financeira a incluir nos documentos de prestação de contas a apresentar na CMVM;
- > revisão com os auditores externos do âmbito, planeamento e recursos a utilizar nos seus serviços;
- > revisão e discussão com os órgãos de gestão do relatório de auditoria a incluir no reporte anual da Empresa constante do Form 20-F a apresentar na SEC;
- > obter a garantia de que a auditoria das demonstrações financeiras a incluir no Form 20-F foi efectuada de acordo com as leis em vigor nos Estados Unidos da América;
- > responsabilidade por resolver qualquer divergência entre a Comissão Executiva e os auditores externos no que respeita à informação financeira.

A avaliação de independência referida supra resulta da aplicação da regra emitida pela SEC, a 26 de Março de 2003, que define os 11 serviços vedados aos auditores externos. Deste modo, para todos os serviços que não sejam de auditoria, a sociedade realiza uma análise de conflitos de interesses entre a prestação de serviços potencial e o trabalho de auditoria realizado pelos auditores externos. Baseada nessa análise, a Comissão de Auditoria procede à emissão de um parecer, referindo a existência ou não existência de conflitos de interesses para a proposta de prestação de serviços a obter. Esta análise é sempre feita anteriormente à consulta ao mercado de modo a que a actividade de negociação com os fornecedores seleccionados decorra de modo eficiente e sem quaisquer impedimentos.

Por outro lado, os auditores externos são entidades independentes e internacionalmente reputadas, sendo a sua acção estreitamente acompanhada e supervisionada pela Comissão de Auditoria. A PT não concede aos auditores externos qualquer protecção indemnizatória.

Em conformidade com as regras da SEC, a Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, no âmbito das suas responsabilidades, definiu as regras que estabelecem as limitações e restrições que o Grupo PT tem de cumprir na eventual intenção de contratação de actuais colaboradores pertencentes à empresa de auditores externos.

Assim, e num período de referência de um ano a contar da data de conclusão da última auditoria externa às contas da PT:

- > estão sujeitas a pré-aprovação da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom todas as intenções de contratação de colaboradores provenientes da empresa de auditores externos, bem como de ex-colaboradores que tenham abandonado essa empresa há menos de um ano da data de fecho da auditoria em que participaram.
- > estão proibidas as contratações, durante o período referido, de sócios ou outros membros da equipa de auditoria externa que tenham tido um envolvimento superior a 10 horas de serviços de auditoria e que sejam convidados para desempenhar funções num cargo de supervisão do processo de financial reporting da Portugal Telecom, nomeadamente:
 - a)** chief executive officer da Portugal Telecom;
 - b)** chief financial officer da Portugal Telecom;
 - c)** chief accounting officer da Portugal Telecom;
 - d)** controller da Portugal Telecom;
 - e)** outros com um papel relevante na elaboração e/ou supervisão do processo de reporting financeiro da PT desempenhado na Portugal Telecom ou em empresas participadas.

2 _ Exercício do direito de voto e representação de accionistas

1. Assembleia Geral e direito de voto

A Assembleia Geral, constituída pelos accionistas com direitos de voto, reúne ordinariamente uma vez por ano ou sempre que requerida a sua convocação ao presidente da mesa da Assembleia Geral pelos Conselhos de Administração ou Fiscal, ou por accionistas que representem pelo menos 5% do capital social.

Durante o exercício de 2005, a mesa da Assembleia Geral da Sociedade teve a seguinte composição:

Armando Marques Guedes (presidente)
Miguel Galvão Teles (vice-presidente)*
Luís Sousa de Macedo (secretário)

Nos termos dos estatutos da Sociedade, a cada 500 euros de capital (que correspondem actualmente a 500 ações) corresponde um voto, podendo os accionistas possuidores de montante de capital inferior agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o montante necessário ao exercício do direito de voto.

No âmbito de programas de american depository receipts (ADR) ou de global depository receipts (GDR) que tenham por objecto ações da Sociedade, são considerados como accionistas os titulares dos ADR ou dos GDR e como mero representante destes, a entidade em nome de quem as ações se encontram inscritas, desde que cumpram com as condições estabelecidas pelos estatutos para o exercício desse direito, as quais são comunicadas aos titulares de direitos de voto em cada convocatória da Assembleia Geral.

Para confirmação da titularidade dos direitos de voto, os estatutos exigem a comprovação, até 5 dias úteis antes da respectiva reunião, da inscrição das ações em conta de valores mobiliários escriturais.

2. Voto por correspondência e através de meios electrónicos

Os estatutos da Sociedade prevêem que o exercício do voto por correspondência ou por meios electrónicos pode abranger todas as matérias constantes da convocatória, nos termos e condições nela fixados.

Para o efeito, aquando da preparação das reuniões da Assembleia Geral, existem boletins de voto à disposição dos accionistas na sede da sociedade, podendo ser obtidos através do site da Sociedade, bem como ser facultados por entrega em mão, por via postal ou por correio electrónico.

As declarações de voto por correspondência deverão ser remetidas ou entregues ao competente órgão da Sociedade, conforme constar da respectiva convocatória da Assembleia Geral.

Segundo a prática adoptada pela Sociedade, as declarações de voto, com os elementos que as devam acompanhar, deverão ser inseridas em envelope fechado, dirigido ao presidente da mesa da Assembleia Geral, apresentadas em mão na sede da sociedade, ou aí recebidas, através de correio registado, até 5 dias úteis antes da data da Assembleia Geral.

As demais condições para o exercício do direito de voto são comunicadas oportunamente aos accionistas na convocatória da Assembleia Geral.

Em alternativa ao voto por correspondência, os titulares do direito de voto poderão optar pelo exercício do seu direito de voto por meios electrónicos, podendo contudo o exercício do voto por meios electrónicos ser sujeito pelo presidente da mesa da Assembleia Geral à verificação das condições que fixar para assegurar a sua segurança e fiabilidade.

* apresentou renúncia em Fevereiro de 2006

3. Representação de accionistas

Os accionistas podem participar directamente na Assembleia Geral ou nela fazer-se representar, nos mais amplos termos previstos pelo Código das Sociedades Comerciais, sendo suficiente como instrumento de representação uma carta, com assinatura, dirigida ao presidente da mesa da Assembleia Geral.

4. Disponibilização de informação preparatória

As propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, bem como os relatórios que legalmente as devam acompanhar e os demais elementos de informação preparatória, são postos à disposição dos accionistas na sede social e em prazo não inferior aos 15 dias antecedentes à reunião. O conteúdo desses documentos é igualmente divulgado no site da Sociedade, em português e em inglês.

Com vista a facilitar o acesso a estes documentos, especialmente aos accionistas estrangeiros, a Direcção de Relação com Investidores procede, mediante solicitação, ao envio dos mesmos por correio, fax ou correio electrónico.

Adicionalmente, o texto da convocatória da Assembleia Geral e o das propostas recebidas pela mesa da Assembleia Geral com suficiente antecedência são disponibilizados no site da Sociedade.

O resultado das deliberações da Assembleia Geral é divulgado pela sociedade no seu website, bem como através da Direcção de Relação com Investidores.

3 _ Regras societárias

1. Códigos de conduta

Código de Ética

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, em 18 de Dezembro de 2001, o Código de Ética do Grupo PT, o qual se aplica a todos os colaboradores de modo a garantir um conjunto de padrões éticos comuns a todas as empresas do Grupo, sendo a sua actualização e implementação monitorizadas em permanência pela Comissão de Governança.

O código explicita e formaliza padrões de comportamento alinhados com os princípios e valores do Grupo PT, consolidando as bases que sustentam as relações crescentes de confiança entre trabalhadores, outros colaboradores, accionistas, clientes e fornecedores da PT, sendo de salientar os seguintes aspectos:

- > actuação pautada por rigorosos princípios de honestidade, integridade, dignidade, correção e diligência profissional, isenção e equidade;
- > observância de um dever de lealdade para com a empresa do Grupo PT a que se encontram adstritos, empenhando-se em salvaguardar a sua credibilidade e boa imagem em todas as situações, salvaguardando o seu prestígio. Devem ainda os colaboradores agir com verticalidade, isenção e objectividade na análise de decisões de negócio tomadas em nome da respectiva empresa;

- > cumprimento escrupuloso das normas legais e regulamentares aplicáveis à actividade do Grupo, nomeadamente as relativas a sigilo das comunicações e das informações a que têm acesso;
- > princípio de lealdade para com as empresas do Grupo, devendo os colaboradores empenhar-se na salvaguarda do seu prestígio e no cumprimento escrupuloso das normas legais e regulamentares aplicáveis à actividade do Grupo, designadamente no que respeita à obrigação de sigilo relativamente a informação relevante que ainda não tenha sido tornada pública e que seja susceptível de poder influenciar as cotações bolsistas;
- > cumprimento dos limites de responsabilidades que lhes estão atribuídos;
- > cumprimento de determinadas regras no relacionamento com fornecedores, concorrentes, accionistas e entidades reguladoras.

O texto integral do Código de Ética do Grupo Portugal Telecom encontra-se disponível para consulta no website oficial da empresa (www.telecom.pt) e pode ser também disponibilizado através da Direcção de Relação com Investidores.

Código de Ética para Financial Officers

Em 2004, o Conselho de Administração do Grupo PT aprovou o Código de Ética para Financial Officers, reforçando a importância das normas éticas específicas aplicáveis a todos os colaboradores do Grupo PT que estejam, directamente ou indirec-tamente, envolvidos na elaboração, análise e divulgação de demonstrações financeiras, press releases ou qualquer outra informação a divulgar aos mercados relacionada com alguma das entidades que integram o Grupo PT.

O Código de Ética para Financial Officers reforça os princípios de honestidade e responsabilidade e regula aspectos como o relato de conflitos de interesses, a competência e profissionalismo, o sigilo profissional, o cumprimento das leis aplicáveis ao Grupo PT e a responsabilidade pela divulgação de informação, tendo o seu âmbito sido dado a conhecer a todos os colaboradores relevantes, mediante a assinatura anual de uma declaração de cumprimento.

Este código encontra-se igualmente disponível no website da Sociedade.

Política de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social

A PT participa activamente no conjunto de movimentos internacionais do sector das telecomunicações que procuram contribuir para o desenvolvimento sustentável. A PT faz parte da ETNO – European Telecommunications Network Operator's Association desde 1992, tendo sido sempre eleita para membro do Conselho Executivo. Atendendo aos requisitos da Global Reporting Initiative (GRI), a PT divulgou o Relatório de Sustentabilidade, onde apresenta em detalhe a sua política de sustentabilidade e responsabilidade social.

Este relatório encontra-se igualmente disponível no site da Sociedade.

2. Procedimentos internos para o controlo de riscos

Os principais factores de risco do Grupo PT, bem como as estratégias adoptadas para combater esses riscos, foram já descritos no n.º 5 do Capítulo 1 supra.

Assim, interessa agora referir os procedimentos internos adoptados pela Sociedade para cumprir aquelas estratégias de controlo de factores de risco igualmente referidas supra.

Em linha com as melhores práticas internacionais e de modo a obter o feedback adequado relativamente ao sistema de controlo interno da Portugal Telecom, foi solicitada uma revisão global dos controlos internos relevantes para o reporting financeiro, de modo a assegurar que esses controlos estão adequados e operacionais e, caso não estivessem, serem desencadeados os remediation plans de modo a corrigir eventuais deficiências do sistema.

A metodologia de avaliação que foi seguida tomou em consideração os guidelines fornecidos pelo PCAOB (Public Company's Accounting Oversight Board, organismo que tutela as empresas de auditoria registadas nos Estados Unidos da América), que estabeleceu que os sistemas de controlo interno devem ser analisados com base no framework COSO na vertente dos Entity Level Controls e Process Level Controls, e com base no framework COBIT na vertente dos IT Controls.

O COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, formado originalmente em 1985 com o intuito de estabelecer recomendações às empresas cotadas em matéria de controlo interno, publicou em Setembro de 1992 o relatório Internal Control – Integrated Framework, onde foram estabelecidos os princípios básicos a adoptar na estrutura de controlo interno das empresas (COSO Framework). O PCAOB recomenda a utilização do COSO Framework como referência a adoptar na definição e implementação dos Entity Level Controls e Process Level Controls de cada organização.

No âmbito da definição e implementação dos IT Controls, o PCAOB recomenda a utilização do COBIT Framework como modelo conceptual para o desenho e implementação de controlos relacionados com os sistemas de informação relevantes para o reporting financeiro. O COBIT Framework é um modelo conceptual para controlos IT que foi criado em 1998 pelo IT Governance Institute com a missão de centralizar standards e orientações internacionais relativamente à gestão das tecnologias da informação nas organizações.

Na avaliação supra-referida foram identificadas algumas deficiências no desenho e operacionalidade de alguns procedimentos de controlo do Grupo PT, embora esteja já em curso a definição e implementação dos remediation plans necessários para corrigir essas deficiências, esperando-se que durante o ano de 2006 as mesmas estejam sanadas e ultrapassadas.

Controlo pela holding, unidades de negócio e empresas instrumentais

O controlo interno do Grupo PT está estruturado de acordo com a distribuição de responsabilidades funcionais:

- > os Entity Level Controls, que visam estabelecer os grandes princípios orientadores ao nível do controlo interno, são definidos pela Portugal Telecom (holding).
- > os Process Level Controls e IS/IT Controls são definidos nas empresas participadas que tenham responsabilidade de gestão dos processos inerentes a estes controlos. No que se refere às operações do Grupo em Portugal, os controlos relacionados com a captura da informação incluída na preparação das demonstrações financeiras encontram-se nas empresas; os controlos relacionados com o processamento e registo contabilístico dessa informação encontram-se na PT PRO (empresa de serviços partilhados do Grupo).

Atendendo a que a gestão de riscos é uma responsabilidade de todos os colaboradores, a PT tem vindo a desenvolver metodologias com vista a criar uma cultura de risk-awareness, que estabelece uma linguagem comum para identificar, prioritzar, avaliar e controlar os riscos críticos. Assim, os riscos são avaliados tendo em conta a probabilidade e impacto da sua ocorrência nos negócios do Grupo. Essa avaliação é feita pelas comissões executivas e direcções das empresas do Grupo PT.

Tendo presente as exigências regulatórias a que se encontra sujeita, quer em termos nacionais, quer em termos internacionais, a PT tem vindo a desenvolver uma função de controlo interno, liderada pela Direcção de Reporte e Consolidação da holding, que visa essencialmente garantir a conformidade com os objectivos, políticas e procedimentos estabelecidos, garantir a fiabilidade da informação financeira, minimizar a ocorrência de fraude e garantir que os riscos críticos identificados são controlados e reduzidos para um nível aceitável.

Esta função, alinhada com as melhores práticas internacionais e com as disposições do Sarbanes-Oxley Act, tem vindo a ser executada nas principais empresas participadas, estando determinada a sua implementação nas empresas com processos relevantes do Grupo PT. O programa prevê não só a introdução de procedimentos de controlo interno, como também a sua revisão, verificação e melhoria contínua.

Em 2003, o Grupo PT implementou um modelo de certificações em cascata, que tem como objectivo garantir uma responsabilização dos principais intervenientes no processo de reporting financeiro e assenta em certificações anuais. As referidas certificações visam responsabilizar os principais participantes no processo de preparação de informação financeira, incluindo os administradores com o pelouro financeiro, de que toda a informação financeira e não financeira relevante foi reportada e se encontra correcta.

O Grupo PT dispõe de meios, nomeadamente uma Direcção de Auditoria Interna Corporativa, que asseguram a avaliação da execução das políticas e procedimentos de controlo definidos.

3. Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição

Apesar de a PT não ter adoptado, durante o exercício de 2005, quaisquer medidas de defesa contra ofertas públicas de aquisição, descrevem-se seguidamente as medidas existentes que são susceptíveis de ter incidência neste âmbito:

Limitação de votos de um só accionista

De acordo com o artigo 13º dos estatutos da Sociedade, não serão contados os votos emitidos por um accionista titular de acções ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro accionista, que excedam 10% da totalidade do capital.

Acções da categoria A

Por outro lado, para além das acções ordinárias, o capital social da PT está também representado por 500 acções de categoria A, as quais são detidas pelo Estado e conferem direitos especiais, resultantes do estabelecido no artigo 14º, n.º 2, e no artigo 19º, n.º 2, dos estatutos da Sociedade.

Nos termos destas disposições, as matérias que se indicam em seguida não podem ser aprovadas em Assembleia Geral contra a maioria dos votos correspondentes às acções de categoria A:

- > autorização de aquisição de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social por accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a Portugal Telecom, SGPS, SA;
- > alterações aos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão de direito de preferência e fixação de parâmetros para os aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;

- > emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, fixação do valor das emissões daqueles valores mobiliários a deliberar pelo Conselho de Administração e limitação ou supressão de direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções, bem como fixação de parâmetros para as emissões de obrigações daquela natureza a deliberar pelo Conselho de Administração;
- > tomada de deliberações sobre a aplicação dos resultados de exercício, em caso de distribuição de um dividendo aos accionistas numa percentagem superior a 40% dos lucros distribuíveis;
- > eleição da mesa da Assembleia Geral, assim como dos membros do Conselho Fiscal;
- > aprovação dos objectivos gerais e princípios fundamentais das políticas da Sociedade;
- > definição dos princípios gerais da política de participações em sociedades, bem como, nos casos em que aqueles princípios exijam a prévia autorização da Assembleia Geral, tomada de deliberações sobre as respectivas aquisições e alienações;
- > deslocação da sede da Sociedade dentro do concelho de Lisboa ou para concelho limítrofe;
- > eleição de um terço do número total dos administradores, incluindo o presidente do Conselho de Administração.

Limites à transmissibilidade de acções e acordos parassociais

Não existem limites à transmissibilidade de acções e a sociedade não tem conhecimento da existência de quaisquer acordos parassociais.

4 _ Órgão de administração

1. Composição e características do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da PT é composto por um número ímpar de membros, entre quinze a vinte e três, que são eleitos pelos accionistas em Assembleia Geral por maioria dos votos expressos. Qualquer accionista, independentemente do capital detido, pode individualmente apresentar propostas para eleição do Conselho de Administração.

Por outro lado, e de harmonia com a lei societária, um mínimo de accionistas representando pelo menos 10% do capital social que tenha votado vencido na eleição do Conselho de Administração pode designar um membro do órgão de administração. O mandato dos administradores é de três anos, sendo o ano de eleição considerado como um ano civil completo, e não existindo restrições quanto à reeleição de administradores.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Conselho de Administração da PT tinha a seguinte composição:

Conselho de Administração em 31 de Dezembro de 2005

| | Comissão Executiva | Administradores não executivos independentes | Nº de acções de que era titular | Primeira nomeação / termo do mandato |
|--|--------------------|--|---------------------------------|--------------------------------------|
| Ernâni Rodrigues Lopes (presidente) | | | — | 2003 / 31-12-2005 |
| Miguel Horta e Costa (vice-presidente) | Presidente | | 23.395 | 1995 / 31-12-2005 |
| Zeinal Bava | | | 63.111 | 2000 / 31-12-2005 |
| Carlos Vasconcellos Cruz | | | 13.649 | 2002 / 31-12-2005 |
| Iriarte Esteves | | | 8.682 | 2000 / 31-12-2005 |
| Paulo Fernandes | | | 100 | 2000 / 31-12-2005 |
| Henrique Granadeiro | | | 50 | 2003 / 31-12-2005 |
| Rodrigo Costa | | | — | 2005 / 31-12-2005 |
| Joaquim Goes | | | 2.437 | 2000 / 31-12-2005 |
| Carlos Oliveira Cruz | | | 134 | 2002 / 31-12-2005 |
| Jorge Tomé | | | — | 2002 / 31-12-2005 |
| Fernando Abril | | | — | 2001 / 31-12-2005 |
| António Viana-Baptista | | | 9.008 | 2000 / 31-12-2005 |
| Luís de Mello Champalimaud | | | — | 2004 / 31-12-2005 |
| Patrick Monteiro de Barros | | | 23.000.000 (1) | 2002 / 31-12-2005 |
| Jorge Bleck (2) | | | — | 2002 / 31-12-2005 |
| Carlos Blanco de Moraes | | | — | 2003 / 31-12-2005 |
| João Mello Franco | | | 13.308 | 1998 / 31-12-2005 |
| Gerald S. McGowan | | | — | 2003 / 31-12-2005 |
| Peter Golob (3) | | | 7.500 | 2003 / 31-12-2005 |
| Nuno Silvério Marques | | | — | 2003 / 31-12-2005 |
| Thomaz Paes de Vasconcellos | | | — | 2003 / 31-12-2005 |

(1) Através da Telexpress Investments Limited. (2) O administrador renunciou ao cargo em 6 de Fevereiro de 2006. (3) O administrador renunciou ao cargo em 20 de Fevereiro de 2006, sendo que essa renúncia, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, só produzirá efeitos no final de Março de 2006.

Nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, não são considerados administradores não executivos independentes os que estejam associados a quaisquer grupos de interesses específicos na sociedade ou que se encontrem nalguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise e de decisão, estando nessa categoria, nomeadamente, os seguintes:

- a)** os membros do órgão de administração que pertençam ao órgão de administração de sociedade que sobre aquela exerce domínio, nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários;
- b)** os membros do órgão de administração que sejam titulares, exerçam funções de administração, tenham vínculo contratual ou actuem em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 10% do capital social ou dos direitos de voto na Sociedade, ou de idêntica percentagem em sociedade que sobre aquela exerça domínio, nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários;
- c)** os membros do órgão de administração que sejam titulares, exerçam funções de administração, tenham vínculo contratual ou actuem em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 10% do capital social ou dos direitos de voto na sociedade concorrente;
- d)** os membros do órgão de administração que auferam qualquer remuneração, ainda que suspensa, da Sociedade ou de outras que com aquela estejam em relação de domínio ou de grupo, excepto a retribuição pelo exercício das funções de administração;
- e)** os membros do órgão de administração que tenham uma relação comercial significativa com a Sociedade ou com sociedade em relação de domínio ou de grupo, quer directamente quer por interposta pessoa. Por relação comercial significativa entende-se a situação de um prestador importante de serviços ou bens, de um cliente importante ou de organizações que recebem contribuições;
- f)** os membros do órgão de administração que sejam cônjuges, parentes e afins em linha directa até ao 3.º grau, inclusive, das pessoas referidas nas alíneas anteriores.

A composição e funções da Comissão Executiva, órgão responsável pela gestão corrente da Sociedade, encontra-se descrita infra.

Descrevem-se no Anexo I as funções desempenhadas por membros do órgão de administração noutras sociedades, com discriminação das exercidas em outras sociedades do grupo, bem como as qualificações profissionais e actividades profissionais exercidas por esses membros nos últimos 5 anos.

2. Comissão Executiva

A Comissão Executiva é composta pelos seguintes membros:

Miguel Horta e Costa (presidente)
Zeinal Bava (administrador executivo)
Carlos Vasconcellos Cruz (administrador executivo)
Iriarte Esteves (administrador executivo)
Paulo Fernandes (administrador executivo)
Henrique Granadeiro (administrador executivo)
Rodrigo Costa (administrador executivo)

Atribuições

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a gestão corrente da Empresa, atribuindo-lhe, sem prejuízo da faculdade de avocar qualquer das competências delegadas, todos os poderes para o efeito necessários, com excepção dos relativos às matérias seguidamente enumeradas:

- > cooptação de administradores;
- > pedido de convocação de assembleias gerais;
- > relatórios e contas anuais, a submeter à aprovação da Assembleia Geral;
- > prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade, cuja competência é reservada ao Conselho de Administração, sem prejuízo do disposto na alínea h) do artigo 15º dos estatutos da PT;
- > mudança de sede da Sociedade;
- > projectos de cisão, fusão e transformação da Sociedade, a propor à Assembleia Geral, bem como aquisições, alienações, fusões, cisões, bem como os principais acordos de parceria estratégica que envolvam sociedades do Grupo PT;

- > projectos de aumentos de capital a propor à Assembleia Geral;
- > alterações estatutárias a propor à Assembleia Geral;
- > definição dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas do Grupo PT a submeter à aprovação da Assembleia Geral, nomeadamente a definição dos sectores de investimento e desinvestimento, da política de expansão geográfica dos seus negócios e das opções estratégicas relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviços;
- > extensões ou reduções importantes da actividade da Sociedade e modificações importantes na organização da Empresa;
- > planos de actividades, orçamentos e planos de investimentos anuais;
- > definição do montante a propor anualmente à Assembleia Geral para a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários que possam vir a ser posteriormente deliberados pela Comissão Executiva;
- > aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- > abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes.

3. Modo de funcionamento do órgão de administração

Conselho de Administração

Nos termos do artigo 24.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração fixará as datas ou periodicidade das suas reuniões ordinárias e reunirá extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente, por dois administradores ou pelo Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração não pode funcionar sem a presença da maioria dos seus membros em exercício, podendo o presidente do Conselho de Administração, em casos de reconhecida urgência, dispensar a presença dessa maioria se esta estiver assegurada através de voto por correspondência ou por procuração, não podendo contudo um administrador representar mais do que um outro administrador.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos expressos.

As deliberações tomadas e as declarações de voto são registadas em acta, a qual deve ser assinada por todos os membros do Conselho de Administração que participem na reunião.

Os participantes na reunião podem ditar para a acta a súmula das suas intervenções.

Comissão Executiva

Para melhor assegurar o desempenho das suas funções de acordo com os critérios nessa data adoptados, o Conselho de Administração da PT criou uma Comissão Executiva, delegando nela funções de gestão corrente e retendo as funções de supervisão e controlo.

A Comissão Executiva fixa as datas e a periodicidade das suas reuniões ordinárias e reunirá extraordinariamente sempre que for convocada pelo presidente, por dois dos seus vogais ou pelo Conselho Fiscal.

A Comissão Executiva não poderá funcionar sem a presença da maioria dos seus membros em exercício, podendo o presidente, em caso de reconhecida urgência, dispensar a presença dessa maioria, se esta estiver assegurada através do voto por correspondência ou por procuração.

É permitido o voto por correspondência e por procuração, não podendo qualquer membro da Comissão Executiva representar mais do que um outro membro.

As deliberações são tomadas por maioria dos votos expressos, tendo o presidente voto de qualidade.

Competências do presidente do Conselho de Administração e do presidente da Comissão Executiva

No que concerne ao papel presidencial, as responsabilidades de dirigir o Conselho de Administração e assumir a gestão executiva do Grupo eram à data de 31 de Dezembro de 2005 distintas. Nos termos dos estatutos e das normas de funcionamento do Conselho de Administração, o presidente da Comissão Executiva era o líder da equipa de gestão do Grupo PT, e como tal responsável pela sua gestão operacional.

Compete especialmente ao presidente da Comissão Executiva:

- > coordenar a actividade da Comissão Executiva e proceder à distribuição de matérias pelos respectivos vogais, quando a isso aconselharem as conveniências de gestão;
- > convocar e dirigir as reuniões da Comissão Executiva;
- > zelar pela correcta execução das deliberações da Comissão Executiva.

Por seu lado, ao presidente do Conselho de Administração encontravam-se confiadas importantes funções, nos termos da lei e dos estatutos, designadamente:

- > representar o Conselho de Administração em juízo e fora dele;
- > coordenar a actividade do Conselho de Administração e proceder à distribuição de matérias pelos administradores, quando a isso aconselhem as conveniências da gestão;
- > convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração;
- > zelar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração.

Conforme comunicado divulgado em 13 de Março de 2006, na próxima Assembleia Geral anual será proposta pelos acionistas Banco Espírito Santo e Caixa Geral de Depósitos a acumulação das funções de presidente do Conselho de Administração e de presidente da Comissão Executiva na mesma pessoa. Caso tal proposta seja aprovada, as funções acima referidas passarão a estar concentradas no presidente do Conselho de Administração.

Informação aos membros do Conselho de Administração

Nos termos definidos na respectiva delegação, a Comissão Executiva presta, em cada reunião do Conselho de Administração ou sempre que se mostre necessário, informação aos restantes administradores dos factos mais relevantes relacionados com a execução dos poderes que lhe foram delegados, nomeadamente sobre a execução das políticas e opções estratégicas cujos objectivos gerais hajam sido definidos pelo Conselho de Administração, bem como sobre a execução dos planos de actividades, orçamentos e planos de investimentos anuais aprovados pelo mesmo órgão.

A Comissão Executiva presta igualmente as informações adicionais relativas ao estado da gestão que o Conselho de Administração entenda solicitar, devendo proceder com diligência aos actos de execução relacionados com quaisquer indicações que o Conselho de Administração lhe transmita, em resultado das informações prestadas.

Número de reuniões do Conselho de Administração durante o exercício de 2005

Por regra, o Conselho de Administração reúne mensalmente, podendo, no entanto, reunir extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente, por dois administradores ou pelo Conselho Fiscal. Durante o ano de 2005, tiveram lugar 16 reuniões do Conselho de Administração.

Recomendações da CMVM relativas a administradores não executivos e a administradores independentes

Os órgãos de administração da PT têm uma pluralidade de membros, os quais garantem uma orientação efectiva da gestão da Sociedade e dos seus responsáveis.

A Empresa tem dezasseis administradores não executivos num total de vinte e três administradores (encontrando-se, em 31 de Dezembro de 2005, um cargo vago²), que se afigura serem em número suficiente para garantir o acompanhamento e avaliação contínuos do desempenho dos administradores executivos.

Actualmente, a Empresa tem nove administradores não executivos independentes³. Assim, deverá igualmente considerar-se estarem assegurados os interesses de todos os stakeholders da PT e existir a estrutura adequada para prevenir e gerir conflitos de interesses.

4. Política de remuneração dos administradores

Política de remuneração de administradores executivos e não executivos

A remuneração dos administradores da PT, determinada pela Comissão de Vencimentos com base numa proposta elaborada pela Comissão Consultiva de Remunerações, toma em consideração a performance do Conselho de Administração como um todo, a performance do Grupo PT e benchmarks com outras empresas de dimensão e negócio similar.

A remuneração do presidente do Conselho de Administração e dos administradores executivos é composta por uma vertente fixa e por outra variável. A remuneração dos restantes administradores não executivos inclui apenas uma componente fixa.

O valor da remuneração fixa dos administradores foi determinado com base num estudo de benchmark, levado a efeito por uma empresa internacional de consultoria de Recursos Humanos. Neste estudo foram analisadas empresas integrantes dos índices PSI 20, IBEX 35, DJ Eurostoxx 50 e CAC 40, bem como companhias europeias de telecomunicações comparáveis à PT.

A determinação da remuneração variável tem em consideração a análise de alguns indicadores: i) receitas consolidadas; ii) EBITDA; iii) EBITDA – Capex; iv) lucro líquido antes de curtailment e v) Rácio do total shareholder return da PT pelo total shareholder return do DJ Stoxx 600 Telecom, sendo que o total shareholder return corresponde ao somatório da variação do preço da acção com o valor dos dividendos por acção.

A Comissão de Vencimentos que irá fixar a remuneração dos órgãos sociais para o triénio 2006-2008 apenas será nomeada na Assembleia Geral anual de 2006, pelo que a nova Comissão de Vencimentos poderá vir a submeter à Assembleia Geral da Sociedade, nos próximos exercícios, uma declaração sobre a política de remunerações dos órgãos sociais a observar no futuro.

² Tendo, entre essa data e a data de emissão do presente relatório vagado mais dois cargos.
³ De acordo com a definição constante do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001.

Alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da Sociedade

Conforme descrito supra, a PT procura alinhar os interesses da gestão com os interesses da sociedade e dos accionistas, sendo que, para tal, a remuneração variável dos administradores está dependente da sua performance, bem como da sua sustentabilidade e da capacidade de atingir determinados objectivos que concorram para os objectivos estratégicos do Grupo PT.

Pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos dos administradores

A Empresa celebrou contratos com o presidente do Conselho de Administração e com os administradores executivos. Nestes contratos estão definidas as políticas de compensação relativamente à cessação antecipada dos contratos, bem como à salvaguarda da colaboração em actividades concorrentiais em caso de cessação antecipada ou de não renovação dos contratos.

5. Remunerações dos administradores

Remunerações fixas e variáveis de administradores executivos e não executivos

Em 2005, as remunerações fixas e variáveis auferidas pelos administradores executivos e não executivos foram as seguintes:

| | milhares de euros | | |
|--------------------------------|-------------------|----------------------|---------------|
| | Remuneração fixa | Remuneração variável | Total |
| Administradores executivos | 3.316 | 4.876 | 8.192 |
| Administradores não executivos | 2.228 | 398 | 2.626 |
| Total | 5.544 | 5.274 | 10.818 |

Ligaçao entre remuneração e desempenho dos administradores

De modo a maximizar o esforço de boa gestão (comentário à recomendação n.º8 da CMVM e Plano de Acção da Comissão Europeia), as remunerações variáveis efectivamente atribuídas ao presidente do Conselho de Administração e a cada um dos administradores executivos foram indexadas ao desempenho desses titulares de cargos no órgão de administração da Sociedade, de acordo com os critérios apontados como relevantes no âmbito da política de remunerações da Sociedade supra-descrita.

Atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções ou outro sistema de incentivo com acções – prémios, benefícios não pecuniários e participação nos lucros

O único benefício recebido pelos membros do Conselho de Administração consistiu no direito de receber 45 acções, com atribuição de um prémio de 5 acções adicionais, nos mesmos termos aplicáveis aos colaboradores do Grupo, conforme se encontra descrito no Capítulo 1, número 8 do presente relatório do Governo da Sociedade.

Não existem quaisquer outros planos de atribuição de acções, de opções de aquisição de acções ou outro sistema de incentivos com acções, nem quaisquer prémios ou benefícios não pecuniários de qualquer natureza, incluindo a participação nos lucros.

Indemnizações pagas ou devidas por cessação de funções

Não foram pagas nem se tornaram devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores por cessação das suas funções.

Estimativa de outros benefícios não pecuniários

Não foram atribuídos outros benefícios não pecuniários significativos.

6. Política de comunicações de irregularidades

O Grupo PT instituiu, em 2005, um conjunto de procedimentos denominado “Sistema de Participação Qualificada de Práticas Indevidas”. No âmbito deste sistema, consideram-se “práticas indevidas” todos os actos ou omissões, dolosos ou gravemente negligentes, que sejam imputados à conduta de membros dos órgãos sociais e demais dirigentes, directores, quadros e restantes colaboradores de empresas do Grupo, nomeadamente em assuntos relativos à contabilidade, ao controlo interno ou à auditoria, que possam ter reflexos nas demonstrações financeiras ou nas informações enviadas à entidade reguladora portuguesa, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), ou norte-americana, a Securities and Exchange Commission (SEC), ou causar dano ao património do Grupo PT.

Após a sua implementação, a existência do sistema foi publicitada através de comunicação pessoal dirigida a cada um dos colaboradores e da inserção de um texto no site do Grupo PT. Qualquer colaborador pode participar práticas indevidas através de carta dirigida a um endereço postal disponibilizado para o efeito, devendo ainda ser criados, à medida que se mostrarem necessários ou convenientes, um número de telefone, um número de fax e um endereço de e-mail com a mesma função.

Qualquer prática indevida conhecida por alguém exterior ao Grupo (no sentido de não pertencer aos quadros do Grupo PT – por exemplo, um accionista, cliente ou fornecedor) poderá ser comunicada a um colaborador, o qual fica obrigado a comunicá-la através dos mecanismos próprios do sistema.

As participações são recebidas por um Núcleo de Análise de Participações Qualificadas (NAPQ), o qual procede ao seu tratamento e as envia à Comissão de Auditoria do Conselho de Administração. A Comissão de Auditoria, enquanto comissão especializada do Conselho de Administração nestas matérias, é competente para tomar as decisões necessárias, dando conhecimento destas ao CEO e ao CFO, bem como a outras entidades, internas ou externas, cujo envolvimento se imponha ou justifique.

Em qualquer caso, a identidade dos autores das participações de práticas indevidas é mantida confidencial (quando for conhecida), a menos que os próprios inequivocamente pretendam e declarem o contrário. Em caso algum é tolerada qualquer represália contra quem realize as referidas participações.

Anexo

Funções desempenhadas por membros do órgão de administração noutras sociedades

As funções desempenhadas em outras sociedades por cada um dos administradores são as seguintes:

Ernâni Rodrigues Lopes

Funções desempenhadas noutras sociedades: Sócio-gerente da SaeR – Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco, Lda. | Sócio-gerente da Ernâni R. Lopes & Associados, Lda.

Miguel Horta e Costa

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Presidente do Conselho de Administração da PT Comunicações, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Sistemas de Informação, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Prime, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, SA | Presidente do Conselho de Gerência da PT Ásia, Limitada. || Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador da Telefónica, SA | Administrador da Portugal, SA

Zeinal Bava

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Presidente da Comissão Executiva da TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, SA | Vice Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da TV Cabo Portugal, SA | Administrador da PT Sistemas de Informação, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT-PRO, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, SA | Administrador da Portugal Telecom Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional, SA | Administrador da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA | Presidente do Conselho de Administração da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA | Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V.

Carlos Vasconcellos Cruz

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Vice Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Portugal Telecom Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional, SA | Vice Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures, SGPS, SA | Presidente da Comissão Executiva da PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, SA | Administrador da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA | Presidente do Conselho de Gerência da Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Limitada | Presidente do Conselho de Administração da PT Prime Tradecom, SGPS, SA | Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, SA | Administrador da PT Sistemas de Informação, SA | Vice Presidente do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V. | Vice Presidente do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações, SA | Vice Presidente do Conselho de Administração da Tele Sudeste Celular Participações SA | Vice Presidente do Conselho de Administração da Tele Leste Celular Participações SA | Vice Presidente do Conselho de Administração da Celular CRT Participações SA | Vice Presidente do Conselho de Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações SA | Presidente da Comissão Executiva da PT Ásia, Limitada | Administrador da CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL

Iriarte Esteves

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Administrador da PT Sistemas de Informação, SA | Administrador do Banco Best, SA

Paulo Fernandes

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Administrador da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA | Presidente do Conselho de Administração da Simarc – Promoções Imobiliárias, SA || Funções desempenhadas noutras sociedades: Membro da Comissão Executiva da Fundação Luso-Espanhola

Henrique Granadeiro

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Administrador Executivo da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom || Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador da Fundação Eugénio de Almeida | Administrador não Executivo da Aleluia - Cerâmica, Comércio e Indústria, SA | Membro do Conselho Estratégico do Banco Finantia | Administrador não Executivo da OPCA - Obras Públicas e Cimento Armado, SA

Rodrigo Costa

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Presidente da Comissão Executiva da PT Comunicações, SA || Funções desempenhadas noutras sociedades: Membro do Conselho Consultivo do Plano Tecnológico | Membro do Alto Conselho para o Investimento Estrangeiro

Joaquim Goes

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Administrador da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA || Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador do Banco Espírito Santo, SA | Administrador do Banco BEST, SA | Administrador da ES Tech Ventures, SGPS, SA | Administrador da ESDATA – Espírito Santo Data, SGPS, SA | Presidente do Conselho de Administração da E.S. Interaction, Sistemas de Informação Interactivos, SA | Administrador da Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, SA

Carlos Oliveira Cruz

Não desempenha funções noutras sociedades

Jorge Tomé

Funções desempenhadas noutras sociedades: Presidente da Comissão Executiva da Caixa – Banco de Investimento, SA | Presidente do Conselho de Administração da Trem II – Aluguer de Material Circulante | Vogal do Conselho de Administração da Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários – Caixageste

Fernando Abril-Martorell

Funções desempenhadas noutras sociedades: Presidente da Comissão Executiva (CEO) do Credit Suisse Spain

António Viana-Baptista

Funções desempenhadas noutras sociedades do Grupo PT: Conselheiro da Brasilcel N.V. || Funções desempenhadas noutras sociedades: Presidente (Chairman & CEO) do Conselho da Telefónica Móviles, SA | Presidente da Telefónica Móviles Espanha, SA | Conselheiro da Telefónica, SA | Conselheiro de Administração da Telefónica de Espanha, SA | Conselheiro da Telefónica DataCorp SA | Conselheiro da Telefónica Internacional, SA | Representante da Telefónica Data no Conselho de Terra Networks, SA | Conselheiro da Telefónica Data Brasil Holding, SA

Luís de Mello Champalimaud

Funções desempenhadas noutras sociedades: Presidente da Sociedade Agrícola Belo de Mértola | Presidente da Confiança Participações, SGPS, SA | Administrador da Sociedade Agrícola Serra Branca, SA | Administrador da Sociedade Agrícola Namorados, SA | Presidente da SOEICOM, SA (Brasil)

Patrick Monteiro de Barros

Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador não Executivo da Espírito Santo Control Holding | Administrador não Executivo da Espírito Santo International Holding | Administrador não Executivo do Espírito Santo Financial Group | Administrador não Executivo do Espírito Santo Resources | Presidente do Conselho de Administração da Argus Resources (UK), Ltd. | Presidente do Conselho de Administração da Telexpress Investments | Administrador-Delegado da Fundação Monteiro de Barros

Jorge Bleck*

Funções desempenhadas noutras sociedades: Presidente da Mesa da Assembleia Geral do BSN – Banco Santander de Negócios, SA | Vogal do Conselho de Administração da Foggia, SGPS, SA | Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Isbamp – Engenharia e Software Informático, SA | Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA | Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Santander – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA | Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, SA | Presidente da Mesa da Assembleia Geral do IMO-R – Companhia Imobiliária, SA | Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Airholding, SGPS, SA | Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Bunge Ibérica Portugal, SA

Carlos Blanco de Moraes

Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador da Fundação D. Pedro IV

João Mello Franco

Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador de José de Mello Participações, SGPS, SA

Gerald McGowan

Funções desempenhadas noutras sociedades: Administrador de Virginia Port Authority | Administrador de Overseas Private Investment Corporation

Peter Golob*

Funções desempenhadas noutras sociedades: Consultor na área das telecomunicações

Nuno Silvério Marques

Funções desempenhadas noutras sociedades: Sócio-Gerente da CIDOT, Comunicação e Imagem, Lda. | Administrador da CIDOT – Estúdio de Comunicação, SA

Thomaz Paes de Vasconcellos

Funções desempenhadas noutras sociedades: Sócio Gerente da TPV, Lda.

* Renunciou ao cargo já no decurso do exercício de 2006

Qualificações profissionais e actividades profissionais exercidas nos últimos cinco anos

Membros da Comissão Executiva

Miguel Horta e Costa

Português, 57 anos

Eleito pela primeira vez em 1995. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Presidente da Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, SA desde 28 de Maio de 2002 | Presidente do Conselho de Gerência da PT Ásia, Limitada desde Julho de 2004 | Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Investimentos Internacionais - Consultoria Internacional SA desde Abril de 2004 | Presidente do Conselho de Administração da PT Prime, SGPS, SA desde Fevereiro de 2004 | Presidente da Comissão Executiva da PT Comunicações, SA desde Janeiro de 2004 até Dezembro de 2005 | Presidente do Conselho de Administração da PT Sistemas de Informação, SA desde Janeiro de 2004 | Presidente do Conselho de Administração da PT Corporate - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA desde Junho de 2003 | Presidente do Conselho de Administração da PT Compras - Serviços de Consultoria e Negociação, SA desde Maio de 2003 | Presidente do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom desde Março de 2003 até Dezembro de 2004 | Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures, SGPS, SA (ex-Portugal Telecom Internacional, SGPS, SA) desde Dezembro de 2002 | Presidente do Conselho de Administração da PT Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA desde Agosto de 2002 | Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, SA desde Julho de 2002 | Presidente do Conselho de Administração da PT Móveis, SGPS, SA e TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, SA desde Junho de 2002 | Presidente do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações, SA | Presidente do Conselho de Administração da PT Comunicações, SA desde Maio de 2002 | Vice-Presidente da Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, SA desde Abril de 2000 até Maio de 2002 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Investimentos, SGPS, SA desde 1999 até Junho de 2001 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações SA desde 1998 até Novembro de 2000 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA desde 2000 até 2002 | Membro do Conselho de Administração da Telesp Participações SA desde 1998 até Novembro de 2000 | Membro do Conselho de Administração da Telesp, SA desde 1998 até Novembro de 2000 | Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Internacional, SGPS, SA desde 2000 até 2002 | Presidente da Comissão Executiva da Portugal Telecom Internacional, SGPS, SA desde 1998 até 2000 | Membro do Conselho de Administração da Telefónica, SA desde 1998 | Membro do Conselho de Administração da SIC, SA desde 1998 até 2000 | Membro do Conselho de Administração da Aliança Atlântica Holdings desde 1997 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Internacional, SGPS, SA desde 1996 até 1997 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi SA desde 1994 até 1995 | Membro não executivo

do Conselho de Administração da Portugália – Companhia de Transportes Aéreos, SA desde 1993 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Banco ESSI, SA desde 1992 até 1994 | Membro não executivo do Conselho de Administração do BES Investimento, SA desde 1999 | Presidente do Conselho de Administração e Membro do Conselho de Administração da SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, SA desde 1991 até 1995 | Presidente do Conselho de Administração da Euroges Aquisições de Créditos a Curto Prazo, SA desde 1991 | Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa desde 1990 até 1992 | Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa desde 1990 até 1994 | Secretário de Estado do Comércio Externo desde 1987 até 1990 | Vice-Presidente do Conselho de Administração dos CTT e TLP desde 1984 até 1987 | Presidente do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi SA desde 1982 até 1984 | Director – geral dos CTT desde 1981 até 1982 | Licenciado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa (I.S.C.E.F.).

Zeinal Bava

Português, 40 anos

Eleito pela primeira vez em 2000. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA desde Novembro de 2002 | Presidente da Comissão Executiva da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA desde Maio de 2003 | Presidente da TV Cabo Portugal, SA desde Março de 2004 | Presidente da Comissão Executiva da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA desde Dezembro de 2005 | Membro do Conselho de Administração da PT Sistemas de Informação, SA desde Maio de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Investimentos Internacionais, SA desde Abril de 2004 | Presidente do Conselho de Administração da Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA desde Março de 2003 | Presidente do Conselho de Administração da PT PRO – Serviços de Gestão, SA desde Fevereiro de 2003 | Membro do Conselho de Administração da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA desde Junho de 2003 | Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V. desde Dezembro de 2002 | Vice-Presidente executivo do Conselho de Administração da PT Comunicações, SA de Janeiro de 2004 a Dezembro de 2005 | Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, SA de Julho de 2002 a Março de 2004 | Membro do Conselho de Administração das Páginas Amarelas, SA de Janeiro de 2004 a Maio de 2005 | Membro do Conselho de Administração da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA de Maio de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração do BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA de Maio de 2001 a Outubro de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações SA de Abril de 2001 a Dezembro de 2003 | Membro do Conselho de Administração da Tele Sudeste Participações, SA de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração da Tele Leste Participações, SA de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração da CRT Celular Participações, SA de 2003 a 2005 | Membro do Conselho de Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações, SA de 2003 a 2005 | Vice-Presidente da PT Ventures, SGPS, SA de 2000 a 2002 | Merrill Lynch – Director Executivo e de Relationship para a Portugal Telecom, de 1998 a 1999 | Deutsche Morgan Grenfell – Director Executivo e de Relationship para a Portugal Telecom, de 1996 a 1998 | Warburg Dillon Read – Director Executivo, de 1989 a 1996 | Licenciado em Engenharia Elétrica e Electrónica pela University of London.

Carlos Vasconcellos Cruz

Português, 48 anos.

Eleito pela primeira vez em 2002. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Presidente da Comissão Executiva da PT Ásia, Limitada desde Julho de 2004 | Presidente do Conselho de Gerência da Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Limitada desde Maio de 2004 | Membro do Conselho de Gerência da CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL desde Maio de 2004 | Membro do Conselho de Administração da PT Sistemas de Informação, SA desde Maio de 2004 | Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Portugal Telecom Investimentos Internacionais – Consultoria Internacional SA desde Abril de 2004 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures, SGPS, SA desde Abril de 2004 | Presidente da Comissão Executiva da PT Móveis, SGPS, SA desde Março de 2004 | Membro do Conselho de Administração da PT Corporate - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA desde Junho de 2003 até Janeiro de 2004 | Presidente da Comissão Executiva da PT Comunicações, SA desde Maio de 2002 até Janeiro de 2004 | Presidente da Comissão Executiva da PT Prime, SGPS, SA desde 2002 até Janeiro de 2004 | Presidente do Conselho de Administração da PT Prime, SGPS, SA desde 2002 até Janeiro de 2004 | Presidente do Conselho de Administração da PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, SA desde 2002 até Janeiro de 2004 | Presidente da Comissão Executiva da PT.COM, SGPS, SA desde Maio de 2003 até Janeiro de 2004 | Membro do Conselho de Administração da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA desde Maio de 2003 | Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom desde Março de 2003 até Dezembro de 2004 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V. desde Dezembro de 2002 | Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, SA desde Julho de 2002 | Membro do Conselho de Administração da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA desde Junho de 2002 até Maio de 2003 | Membro do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações SA desde Abril de 2001 | Vice-Presidente da Telesp Celular Participações SA desde 2001 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Tele Sudeste Participações, SA desde 2003 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da CRT Celular Participações, SA desde 2003 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Tele Leste Participações, SA, desde 2003 | Vice-Presidente Membro do Conselho de Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações SA desde 2003 | Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Telesp Celular SA desde Maio de 2001 até Maio de 2002 | Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da PT Prime Tradecom, SGPS, SA desde 2000 | Membro Executivo do Conselho de Administração da PT Prime, SGPS, SA desde 2000 até 2001 | Professor Convidado da Universidade Católica Portuguesa e ISCTE para Cursos de Pós-Graduação e Programas de MBA desde 2000 até 2001 | Membro da World Board da Dun & Bradstreet Corporation, Vice-Presidente Executivo da Dun & Bradstreet Corporation, Presidente e Presidente da Comissão Executiva da D&B GMC, Vice-Presidente executivo da D&B Europe, Presidente e Presidente da Comissão Executiva da D&B Ibérica, Vice-Presidente da Trans Union España Credit Burear S/A desde 1997 até 1999 | Vice-Presidente Sénior da Dun & Bradstreet Corporation, Vice-Presidente Sénior da Dun & Bradstreet Europe, Presidente e Presidente da Comissão Executiva da D&B Iberia & Middle West, Vice-Presidente da A.P.E.I.N. (Associação Portuguesa de Empresas de Informação de Negócio) em 1996 | Presidente e Presidente da Comissão

Executiva da Dun & Bradstreet Ibérica em 1995 | Presidente e Presidente da Comissão Executiva da Dun & Bradstreet Portugal, Vice-Presidente da Associação Portuguesa para a Qualidade desde 1990 até 1993 | Presidente da “European Customer Service group” da Dun & Bradstreet em 1992 | Director Geral da Dun & Bradstreet France em 1989 | Director Geral de Vendas da Dun & Bradstreet França em 1988 | Director Comercial da Dun & Bradstreet Portugal em 1987 | Director Nacional de Vendas da Dun & Bradstreet Portugal em 1986 | Director do Departamento de Vendas da Dun & Bradstreet Portugal em 1985 | Economista Sénior da LEASEINVEST desde 1983 até 1985 | Economista do Ministério das Finanças de Portugal desde 1978 até 1983 | Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo I.S.C.T.E. (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa).

Iriarte Esteves

Português, 56 anos.

Eleito pela primeira vez em 2000. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Membro do Conselho de Administração da PT Sistemas de Informação, SA desde Maio de 2004 | Vice-Presidente Executivo do Conselho de Administração da PT Comunicações, SA desde Janeiro de 2004 até Dezembro de 2005 | Presidente da Comissão Executiva da TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, SA desde 1998 até Dezembro de 2005 | Presidente da Comissão Executiva da PT Móveis, SGPS, SA desde Junho de 2000 até Março de 2004 | Presidente do Conselho de Administração da PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA desde Fevereiro de 2004 | Presidente do Conselho de Administração da PT Acessos de Internet WiFi, SA desde Janeiro de 2004 | Membro do Conselho de Administração do Banco Best, SA desde Junho de 2003 | Membro do Conselho de Administração da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA desde Junho de 2003 | Membro do Conselho de Administração da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA desde Maio de 2003 até Maio de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom desde Março de 2003 até Dezembro de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V. desde Dezembro de 2002 até Fevereiro de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil, SA desde Julho de 2002 até Fevereiro de 2004 | Membro do Conselho de Administração da PT Prime, SGPS, SA desde 2002 | Membro do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações, SA desde 10 de Abril de 2001 até Fevereiro de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Tele Sudeste Participações, SA desde 2003 até Fevereiro de 2004 | Membro do Conselho de Administração da CRT Celular Participações, SA desde 2003 até Fevereiro de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Tele Leste Participações, SA desde 2003 até Fevereiro de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações, SA desde 2003 até Fevereiro de 2004 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Internacional, SGPS, SA desde 2000 até 2002 | Presidente do Conselho de Administração da Telepac desde 1991 até 1997 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA desde 1991 até 1993 | Membro do Conselho de Administração dos CTT desde 1989 até 1992 | Director - Geral das Telecomunicações dos CTT desde 1986 até 1989 | Director Geral de Telecomunicações dos CTT desde 1983 até 1986 | Director do Departamento de Planeamento de Negócio das Telecomunicações dos CTT desde 1982 até 1983 | Director Geral Regional de Telecomunicações dos CTT desde 1981 até 1982 | Licenciado em Engenharia Electrónica, Telecomunicações e Electrónica pelo I.S.T. (Instituto Superior Técnico).

Paulo Fernandes

Português, 40 anos.

Eleito pela primeira vez em 2000. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Membro da Comissão Executiva da Fundação Luso-Espanhola desde 2005 | Presidente do Conselho de Administração da SIMARC, desde Março de 2004 | Membro do Conselho de Administração da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, SA desde Junho de 2003 | Presidente da Comissão Executiva da PT Sistemas de Informação, SA desde Maio de 2003 até Dezembro de 2005 | Membro do Conselho de Administração da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, SA desde Maio de 2003 | Membro do Conselho de Administração da Fundação Portugal Telecom desde Março de 2003 até Dezembro de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V. desde Dezembro de 2002 até Julho de 2003 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures, SGPS, SA (antiga Portugal Telecom Internacional, SGPS, SA) desde Dezembro de 2002 até 2003 | Membro do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações, SA desde 10 de Abril de 2001 até Julho de 2003 | Membro do Conselho de Administração da Tele Sudeste Participações, SA desde Janeiro de 2003 até Julho de 2003 | Membro do Conselho de Administração da CRT Celular Participações, SA desde Janeiro de 2003 até Julho de 2003 | Membro do Conselho de Administração da Tele Leste Participações, SA desde Janeiro de 2003 até Julho de 2003 | Membro do Conselho de Administração da Tele Centro Oeste Celular Participações, SA desde Janeiro de 2003 até Julho de 2003 | Presidente do Conselho de Administração da PT – Sistemas de Informação, SA desde 2000 até Janeiro de 2004 | Sócio a nível mundial da McKinsey & Company desde 1997 até 2000 | Membro dos Grupos de liderança a nível mundial da McKinsey & Company para os sectores de telecomunicações e transportes e da prática de organização e performance desde 1997 até 2000 | Consultor Internacional da McKinsey & Company desde 1991 até 1997 | Sócio e Gerente da Spades – Sociedade de Apoio ao Desenvolvimento – desde 1990 até 1991 | Investigador em redes de computadores no INESC desde 1988 até 1990 | Licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores – Ramo de Sistemas de Computadores pelo I.S.T. (Instituto Superior Técnico).

Henrique Granadeiro

Português, 62 anos.

Eleito pela primeira vez em 2003. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Membro do Conselho de Administração da Espírito Santo Resources desde 2005 | Membro do Conselho de Administração da OPCA – Obras Públicas e Cimento Armado, SA desde 2005 | Presidente da Fundação Portugal Telecom desde Dezembro de 2004 | Membro da Comissão Executiva da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA desde Setembro de 2004 | Presidente da Comissão Executiva da Lusomundo Media, SGPS, SA desde 2002 até 2004 | Presidente da Comissão Executiva do Diário de Notícias desde 2002 até 2004 | Presidente da Comissão Executiva do Jornal de Notícias desde 2002 até 2004 | Presidente da Comissão Executiva da TSF desde 2002 até 2004 | Presidente da Comissão Executiva do Jornal do Fundão desde 2002 até 2004 | Presidente da Comissão Executiva da Açoreana Ocidental desde 2002 até 2004 | Presidente da Comissão Executiva do DN da Madeira desde 2002 até 2004 | Presidente do Conselho de Administração da Aleluia – Cerâmica Comércio e Indústria S.A desde 2001 até 2004 | Membro do Conselho de Administração da Parfil SGPS SA desde 2001 até 2004 | Membro do Conselho Estratégico do Banco Finantia desde 2001 | Membro do Conselho de Administração da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA desde 2001 | Membro do Conselho de Administração da Fundação Eugénio de Almeida desde 1992 | Membro do Conselho de Administração da Controljornal SGPS SA desde 1990 até 2001 | Membro do Conselho de Administração da Sojornal – Sociedade Jornalística e Editorial S.A desde 1990 até 2001 | Presidente da Fundação Eugénio de Almeida desde 1989 até 1992 | Presidente do IFADAP – Instituto Financeiro de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas desde 1987 até 1990 | Administrador-Delegado da Fundação Eugénio de Almeida desde 1981 até 1987 | Membro do Conselho de Administração da M.N. Tiago, Construções SA durante 1981 | Membro do Conselho de Administração da Standart Eléctrica durante 1981 | Embaixador de Portugal na O.C.D.E desde 1979 até 1981 e Chefe da Casa Civil do Presidente da República desde 1976 até 1979 | Licenciado em Organização e Administração de Empresas pelo Instituto Universitário de Évora.

Rodrigo Costa

Português, 46 anos.

Eleito pela primeira vez em 2005. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Presidente da Comissão Executiva da PT Comunicações, SA desde Dezembro de 2005 | Membro do Conselho Consultivo do Plano Tecnológico desde 2005 | Membro do Alto Conselho para o Investimento Estrangeiro desde 2004 | Corporate Vice-President da OEM Microsoft Corporation desde 2002 até 2005 | Director Geral da Microsoft Brasil desde 2001 até 2002 | Membro do Conselho Consultivo do Instituto Superior de Comunicação Empresarial da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas desde 1998 até 2000 | Membro da Direcção do Fórum dos Empresários para a Educação desde 1997 até 2001 | Director e Vice Presidente da Câmara de Comércio Luso-Americana desde 1996 até 2001 | Director Geral da Microsoft Portugal desde 1990 até 2001 | Sócio, Director de Marketing, Director de Distribuição e Director Geral Adjunto da Prológica, SA desde 1987 até 1990 | Director Geral e Sócio fundador da Intério SA em 1986 | Consultor de Planeamento e Controlo da Duphar Portugal desde 1984 até 1989 | Consultor da Administração da Viagens Abreu desde 1983 até 1990 | Gerente, Sócio, Programador e Analista de Sistemas da Nogueira Informática, SA/Groupi, Lda. desde 1979 até 1985.

Administradores não executivos

Ernâni Rodrigues Lopes

Português, 64 anos.

Eleito pela primeira vez em 2003, como Presidente do Conselho de Administração. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Presidente do Conselho de Administração do IESC – Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade, SA desde 2003 até 2005 | Embaixador de Portugal em Bona desde 1975 até 1979 | Embaixador de Portugal na CEE em Bruxelas desde 1979 até 1983 | Ministro das Finanças desde 1983 até 1985 | Sócio Gerente da SaeR — Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco, Lda. desde 1998 | Sócio Gerente da Ernâni R. Lopes & Associados, Lda. desde 1997 | Membro do Conselho Consultivo do Banco de Portugal desde 1997 até 2003 | Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Crédito Público desde 1997 até 2003 | Membro da Convenção Europeia em representação do Governo de Portugal desde 2002 até 2003 | Presidente do Conselho de Administração da Bio 21, desde 1995 até 2001 | Presidente da Assembleia Geral da Gestifor, SGPS, SA desde 1997 até 2003 | Presidente da Assembleia Geral da Morate – Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A. desde 1989 até 2003 | Presidente da Assembleia Geral da Lusotur Sociedade Financeira de Turismo, S.A. desde 1991 até 1998 | Presidente da Assembleia Geral da Inogi – Inovação Imobiliária, Gestão e Investimento, S.A. desde 1989 até 2003 | Presidente da Assembleia Geral da Socifa – Sociedade de Prestação de Serviços Financeiros e de Administração e Gestão, S.A. desde 1988 até 1991 | Membro do Conselho Geral da Telecel desde 1991 até 1994 | Membro do Conselho Geral do Grupo Espírito Santo desde 1996 até 2003 | Membro do Conselho de Administração do Espírito Santo Resources Ltd desde 1990 até 2003 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da ESPART – Participações Financeiras, SGPS, SA desde 1990 até 1992 | Presidente do Conselho de Administração da Escopar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA desde 1995 até 2003 | Presidente do Conselho de Administração da Espírito Santo Irmãos – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA desde 1994 até 2003 | Presidente do Conselho de Administração da Espírito Santo Property Holding (Portugal) desde 1994 até 2003 | Presidente do Conselho de Administração da GESTRES – Gestão Estratégica Espírito Santo, SA desde 1990 até 2003 | Presidente do Conselho de Administração da SFIR – Sociedade de Financiamento e Investimento de Risco, SA desde 1988 até 1995 | Presidente do Conselho de Administração da Alcatel – Portugal, Sistemas de Comunicação, SA desde 1988 até 1995 | Presidente do Conselho de Administração da CPR – Companhia Portuguesa de Rating, SA desde 1969 até 2003 | Doutorado em Economia pela Faculdade de Ciências Humanas (posteriormente Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais) da Universidade Católica Portuguesa.

Joaquim Goes

Português, 39 anos.

Eleito pela primeira vez em 2000. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Membro do Conselho de Administração da PT Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, SA desde Agosto de 2002 | Membro do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Tranquilidade – Vida, SA desde 2002 | Membro do Conselho de Administração da BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, SA desde Maio de 2001 | Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, SA desde 2000 | Presidente do Conselho de Administração da E.S. INTERACTION, Sistemas de Informação Interactivos, SA desde 2000 | Membro do Conselho de Administração da E.S. Tech VENTURES, SGPS, SA desde Julho de 2000 | Membro do Conselho de Administração da ESDATA, Espírito Santo Data, SGPS, SA desde 1999 | Director do Departamento de Marketing Estratégico do Banco Espírito Santo, SA desde 1995 até 1999 | Director do Departamento Estratégico da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SA desde 1994 até 1995 | Consultor Sénior da Roland Berger & Partner desde 1992 até 1993 | Consultor da Roland Berger & Partner desde 1989 até 1992 | Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, Lisboa e tem um MBA pelo INSEAD, Fontainebleau.

Carlos Oliveira Cruz

Português, 65 anos.

Eleito pela primeira vez em 2002. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Membro do Conselho de Administração da Gerbanca, SGPS, SA desde Março de 2003 | Presidente do Conselho de Administração da Caixa Brasil, SGPS, SA desde 2001 até Maio de 2005 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA desde 2000 até Abril de 2004 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa – Banco de Investimento, SA desde 2000 até Abril de 2004 | Membro do Conselho de Administração da Unibanco Holdings, SA desde 2000 | Membro do Conselho de Administração do Banco de Portugal desde 1996 até 2000 | Representante do Banco de Portugal no Comité de Política Económica desde 1996 até 1998 | Membro do Conselho de Administração da Imoleasing desde 1989 até 1996 | Membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, SA desde 1984 até 1989 | Director do Departamento de Relações Internacionais do Banco Pinto & Sotto Mayor, SA desde 1982 até 1983 | Membro do Conselho de Administração da Companhia Portuguesa de Electricidade desde 1975 até 1976 | Secretário de Estado da Coordenação Económica desde 1976 até 1977 | Delegado da OCDE no Comité de Política Económica desde 1973 até 1975 | Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Jorge Tomé

Português, 47 anos.

Eleito pela primeira vez em 2002. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Administrador não Executivo da Portugal Telecom, SGPS, SA desde 2002 | Presidente da Comissão Executiva da Caixa – Banco de Investimentos, SA desde Março de 2002 | Administrador Executivo da Caixa – Banco de Investimentos, SA desde 2001 | Presidente do Conselho de Administração da TREM II – Aluguer de Material Circulante, ACE desde Março de 2002 | Administrador não Executivo da Caixa Gestão de Patrimónios desde Setembro de 2001 | Administrador não Executivo da BANIF IMOBILIÁRIA, SA de Abril a Junho de 2001 | Administrador não Executivo da BANIF IMO – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário de Junho de 2000 até Junho de 2001 | Administrador da Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA – Açor Pensões, SA (actual Banif Açor Pensões), de Outubro de 1999 até Julho de 2001 | Vocal Executivo dos Conselhos de Administração das Companhias de Seguros “O Trabalho” e “O Trabalho Vida” de Maio de 2000 até Julho de 2001 | Administrador Executivo da Companhia de Seguros Açoreana desde Dezembro de 1996 | Sócio da Coopers & Lybrand em Portugal de Junho de 1995 a Novembro de 1996 | Director do Banco Pinto & Sotto Mayor, SA com a coordenação da Sucursal em França e do Sottomayor Bank of Canada de Fevereiro a Maio de 1995 | Administrador do Banco Pinto & Sotto Mayor de Março de 1994 a Janeiro de 1995 | Administrador Executivo da SULPEDIP, SA (actual PME Investimentos, SA), de Junho de 1989 a Março de 1994 | Técnico na Direcção de Títulos do Banco Pinto & Sotto Mayor em 1985 | Subdirector e Director de Títulos do Banco Pinto & Sotto Mayor de 1986 a 1989 | Administrador da CPG – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento FIPOR | Técnico de Análise de Empresas e de Projectos Industriais e do Sector de Turismo admitido em Abril de 1983 | Quadro técnico da Coopers & Lybrand Lda. admitido em Fevereiro de 1980 | Técnico Economista no Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) admitido em 1979 | Economista do IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas) admitido em 1979 | Licenciado em Organização e Gestão de Empresas no I.S.C.T.E. e possui um mestrado de Economia Aplicada da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Fernando Abril

Espanhol, 43 anos.

Eleito pela primeira vez em 2001. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Managing Director e Chief Executive Officer da Comissão Executiva do Credit Suisse Spain | Ingressou no Credit Suisse em Agosto de 2005 | Membro do Conselho de Administração da Telecomunicações de São Paulo – Telesp desde 2001 | Chief Operating Officer da Telefónica SA desde 2000 até 2003 | Presidente da Comissão Executiva da Telefónica Publicidad e Información desde 1999 até 2000 | Chief Financial Officer da Telefónica, SA desde 1997 até 1999 | Director-Geral de Corporate Finance da Telefónica Publicidad e Información desde 1997 até 1999 | Director do Departamento do Tesouro da JP Morgan desde 1987 até 1997 | Licenciado em Direito e Bacharel em Gestão e Administração de Empresas pela ICADE (Madrid).

António Viana-Baptista

Português, 48 anos.

Eleito pela primeira vez em 2000. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Presidente do Conselho de Administração de Telefónica Móveis, SA | Membro do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações, SA, Tele Leste Celular Participações, SA, Tele Sudeste Celular Participações, SA, Tele Centro Oeste Participações, SA e Celular CRT Participações, SA desde 2003 | Membro do Conselho de Administração de TBS Celular Participações, SA | Membro do Conselho de Administração da Sudestel Participações, SA | Membro do Conselho de Administração de Iberoleste Participações, SA | Membro do Conselho de Administração da Telefónica de Argentina, SA desde 2003, Presidente do Conselho de Administração da Telefónica Móveis España, SA desde 2003 | Membro do Conselho de Administração da Brasilcel, N.V. desde Dezembro de 2002 | Presidente da Comissão Executiva da Telefónica Móveis, SA desde 2002 | Membro do Conselho de Administração da Telesp, SA desde 2001 | Administrador da Emergia Holding N.V. desde 2000; Membro do Conselho de Administração da Telefónica de España, SA desde Dezembro de 2000; Membro do Conselho de Administração da Telefónica, SA desde 2000 | Membro do Patronato da Fundación Telefónica desde 1999 | Membro do Conselho de Administração da Telefónica Datacorp, SAU, desde 1998; Membro do Conselho de Administração da Telefónica Perú Holding desde 1998 | Membro do Conselho de Administração da CTC Chile desde 1998; Membro do Conselho de Administração da Telefónica Internacional, SA desde 1998 | Director de Telefónica Larga Distancia de Puerto Rico | Presidente do Conselho de Administração da Telefónica Internacional Chile, SA | Presidente do Conselho de Administração da Compañía Internacional de Telecomunicaciones, SA (COINTEL) | Presidente do Conselho de Administração de Telefónica Peru Holding, SAC. | Presidente do Conselho de Administração de SP Telecomunicações Holding Ltda. | Membro do Conselho de Administração de Terra, SA em representação da Telefónica Data | Membro do Conselho de Administração do BPI desde 1991 até 1996 | Principal Partner da McKinsey & Company desde 1985 até 1991 (Escritórios de Madrid/Lisboa) | Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, tem um MBA pelo INSEAD, Fontainebleau.

Luís de Mello Champalimaud

Português, 54 anos.

Eleito pela primeira vez em 2004. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Presidente do Conselho de Administração do Banco Totta & Açores, SA e do Crédito Predial Português, SA desde Janeiro de 1997 até Janeiro de 2000 | Presidente do Conselho de Administração do Banco Totta e Sotto Mayor de Investimentos, SA, desde Março de 1996 até Janeiro de 2000 | Presidente do Conselho de Administração do Banco Pinto & Sotto Mayor, SA desde Janeiro de 1995 até Janeiro de 2000 | Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Mundial – Confiança, SA desde Março de 1993 até Março de 1995 | Membro do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Mundial – Confiança, SA desde Junho de 1992 até Março de 1993 | Presidente da Comissão Executiva da Soecom, SA desde Setembro de 1982 até Abril de 1992 | Director de Vendas da Soecom, SA desde Junho de 1975 até Setembro de 1982.

Patrick Monteiro de Barros

Português, 61 anos.

Eleito pela primeira vez em 2002. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Presidente do Conselho de Administração da Telexpress Investments Limited desde 2002 | Membro do Conselho de Administração da Tosco Corporation desde 1995 até 2001 | Membro do Conselho de Administração da Petrogal, Petróleos do Portugal desde 1995 até 2000 | Membro do Conselho de Administração do Espírito Santo Financial Group desde 1992 | Membro do Conselho de Administração da Telecel desde 1992 até 1998 | Membro do Conselho de Administração da Petrocontrol desde 1973 até 2000 | Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Argus Resources Ltd. desde 1988 | Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sigmol Resources desde 1985 até 1988 | Vice-Presidente Sénior da Philipp Brothers desde 1985 até 1988 | Presidente do Conselho de Administração da Protea Holdings Inc. desde 1981 | Membro do Conselho de Administração da Sociedade Nacional de Petróleos (SONAP) desde 1971 até 1975 | Director da Sociedade Nacional de Petróleos (SONAP) desde 1967 até 1971 | Presidente da Fundação Monteiro de Barros desde 1966 | Licenciado em Economia pela Universidade de Paris e em Administração de Empresas pela Escola Superior de Comércio de Paris.

Jorge Bleck*

Português, 51 anos.

Eleito pela primeira vez em 2002. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Crédito Predial Português desde 2000 | Presidente da Mesa da Assembleia Geral do SANTANDER – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA | Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A desde 2000 | Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Santander, S.A desde 1999 | Membro do Conselho de Administração da Foglia SGPS, SA desde 2000 | Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Carlos Blanco de Moraes

Português, 48 anos.

Eleito pela primeira vez em 2003. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Professor da Universidade de Lisboa; Consultor-Principal do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros desde 1993 | Membro do Conselho de Administração da Fundação D. Pedro IV desde 1995 | Conselheiro Legal do Centro Legal do Governo Português desde 1993 | Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

João Mello Franco

Português, 59 anos.

Eleito pela primeira vez em 1998. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Presidente da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, SA desde 2004 | Membro do Conselho de Administração da José de Mello Participações, SGPS, SA desde 2002 | Vice-Presidente do Conselho de Administração da José de Mello Imobiliária, SGPS, SA desde 2002 | Presidente do Conselho de Administração da José de Mello Residências e Serviços desde 2001 | Presidente do Conselho de Administração da Impópolis (SGFI) desde 2001 | Presidente do Conselho de Administração da Engimais desde 2001 | Membro do Conselho de Administração da International Shipowners Reinsurance Co desde 1998 até 2005 | Membro do nosso Conselho Superior desde 1996 até 1997 | Presidente do Conselho de Administração da Soponata – Sociedade Portuguesa de Navios e Tanques, SA desde 1997 até 2001 | Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração da LISNAVE desde 1995 até 1997 | Presidente do Conselho de Administração da Marconi desde 1994 até 1995 | Presidente do Conselho de Administração da Guiné Telecom desde 1994 até 1995 | Presidente do Conselho de Administração da Companhia Santomense de Telecomunicações desde 1994 até 1995 | Membro do Conselho de Administração da CN – Comunicações Nacionais SA desde 1993 até 1995 | Presidente do Conselho de Administração da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações desde 1993 até 1995 | Presidente do Conselho de Administração da TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, SA desde 1991 até 1994 | Presidente do Conselho de Administração da TLP – Telefones de Lisboa e Porto SA desde 1989 até 1994 | Director da TDC – Tecnologia das Comunicações, Lda. desde 1986 até 1989 | Licenciado em Engenharia Mecânica pelo I.S.T. (Instituto Superior Técnico).

Gerald McGowan

Americano, 59 anos.

Eleito pela primeira vez em 2003. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Embaixador dos Estados Unidos em Portugal desde 1997 até 2001 | Membro do Conselho de Administração da "Overseas Private Investment Corporation" (OPIC) em 1996 | Membro do Conselho de Administração da Virginia Port Authority em 2002 | Membro da Conselho de Administração da Cellular Telecommunications Industry Association desde 1990 até 1998 | Licenciado em Direito pela Universidade de Georgetown.

Peter Golob*

Americano, 48 anos.

Eleito pela primeira vez em 2003. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Director do Merrill Lynch Global Communications Group para a Europa desde 1998 até 2001 | Director da Telecoms Media Technology Team e Investment Banking Operating Committee da Deutsche Morgan Grenfell desde 1995 até 1998 | Director da Telecoms Industry Investment Banking da S.G.Warburg desde 1992 até 1995 | Doutorado em História pela Universidade de Cambridge.

Nuno Silvério Marques

Português, 49 anos.

Eleito pela primeira vez em 2003. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Sócio-gerente da AGILLETM – Serviços e Consultoria de Gestão, Lda. | Sócio da CIDOT, Comunicação e Imagem, Lda. desde 2002 | Sócio da Fundaments desde 2000 até 2002 | Membro do Conselho de Administração da Telecel, Comunicações Pessoais, S.A desde 1992 até 2000 | Membro do Conselho de Administração da Telechamada S.A desde 1994 até 1995 | Membro do Conselho de Administração da Quimigal desde 1988 até 1991 | Gerente da Quimibro, Comércio Internacional de Metais e Mercadorias Lda. desde 1980 até 1988 | Licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa | Programa Integrado de MBA com especialização em Gestão da Informação / e-business na Universidade Católica Portuguesa.

Thomaz de Vasconcellos

Português, 48 anos.

Eleito pela primeira vez em 2003. O mandato terminou a 31 de Dezembro de 2005 | Sócio Gerente da TPV, Lda. desde 1998 | Director Geral e Membro do Conselho de Administração do Grupo Santogal desde 1988 até 1998 | Controller da Hubbard Group desde 1987 até 1988 | Manager da Arthur Andersen & Co (Lisboa) desde 1980 até 1987 | Revisor Oficial de Contas desde 1986, inscrito na ordem com o nº 561 | Licenciado em Gestão e Administração de Empresas em 1980 pela Universidade Católica Portuguesa.

* Renunciou ao cargo já no decurso do exercício de 2006

Glossário

ADR – American Depository Receipt. Título que está cotado na NYSE em representação de acções de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 acção da PT.

ADSL – Asymmetric Digital Subscriber Lines. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.

ARPU – Average Revenue per User. Receita Média por Cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.

CAGR – Compound Annual Gross Rate. Taxa média de crescimento anual.

Capex – Capital Expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.

Cash Flow – A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.

Cash Flow Operacional – Cash Flow Operacional = EBITDA - Capex +/- Alteração do Fundo de Maneio +/- Provisões não Monetárias.

CCPU – Cash Cost Per User. Custo Médio por Cliente. CCPU = Média mensal dos custos operacionais menos provisões, amortizações e vendas de terminais por número médio de utilizadores no período.

CDMA – Code Division Multiple Access. Tecnologia de interface para redes móveis baseadas na difusão do espectro do sinal de rádio e divisão de canais no domínio dos códigos.

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

CRM – Customer Relationship Management. Gestão do relacionamento com os clientes.

Custos de Curtailment – Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.

EBITDA – Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados Operacionais antes de Amortizações. EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações.

ERP – Enterprise Resource Planning. Planeamento de recursos da empresa. Sistema de gestão que integra normalmente, para uma empresa, a produção, logística, distribuição, stocks, entrega, facturação e contabilidade.

Euronext Lisbon ou Eurolist by Euronext – Bolsa de valores de Lisboa, mercado onde as acções da PT estão cotadas e são transaccionadas.

EV-DO – Evolution Data Optimised. Tecnologia de acesso de terceira geração com velocidade de transmissão de dados de até 2,4 Megabits por segundo.

Free Cash Flow – Free Cash Flow = Cash Flow Operacional +/- Aquisições/ Vendas de Investimentos Financeiros +/- Juros Líquidos Pagos - Pagamentos relativos a PRBs – Pagamentos relativos a Imposto sobre o Rendimento +/- Dividendos Pagos/Recebidos +/- Outros Movimentos de Caixa.

Gearing – Gearing = Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Capital Próprio + Interesses Minoritários).

Goodwill – Goodwill é o montante em excesso que resulta do facto do custo de aquisição de um activo ser superior ao seu valor contabilístico.

GPRS – General Packet Radio Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade nas redes GSM.

GSM – Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.

IAS/IFRS – International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade/International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2005.

IP – Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.

IPC – Índice de Preços no Consumidor (inflação).

ISP – Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.

Margem EBITDA – Margem EBITDA = EBITDA / Proveitos Operacionais.

MMS – Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.

MOU – Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.

NYSE – New York Stock Exchange. Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Pay-to-Basic Ratio – Pay-to-Basic Ratio. Rácio que representa a percentagem do número total de subscrições dos serviços Premium em relação ao número total de clientes de TV por subscrição.

POC – Plano Oficial de Contabilidade.

PRB – Post Retirement Benefits. Custos com Benefícios de Reforma.

PSTN – Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.

RDIS – Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.

SARC – Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos de Aquisição e de Retenção por Cliente. SARC = (70% dos Custos de Marketing e de Publicidade + Comissões + Subsídios) / (Adições Brutas + Upgrades).

SEC – Securities and Exchange Commission. Regulador americano para o mercado de capitais.

SMS – Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.

Taxa de Churn – Taxa de Desconexões. Número de desconexões no período por número médio de utilizadores.

VoIP – Voice over Internet Protocol. Tecnologia que permite a realização de chamadas telefónicas na rede Internet.

1xRTT – (1x) Radio Transmission Technology. Tecnologia móvel de 2,5G baseada na plataforma CDMA. 1xRTT também é referido como CDMA2000.

3G – 3Generation. Terceira Geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à da tecnologia GSM.

Indicadores-chave

Informação financeira por segmento de negócio

| | Rede Fixa | | TMN | | Vivo | | PT Multimédia | | Outros | | milhões de euros |
|-----------------------------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|---------------|------|--------|------|------------------|
| | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 | 2005 | 2004 | |
| Proveitos Operacionais | 2.050 | 2.145 | 1.455 | 1.462 | 2.037 | 1.599 | 627 | 598 | 215 | 163 | |
| EBITDA | 1.129 | 969 | 674 | 747 | 507 | 499 | 195 | 179 | (10) | (31) | |
| Margem EBITDA (%) | 51,0 | 42,0 | 43,3 | 46,5 | 24,9 | 31,2 | 31,1 | 29,9 | n.s. | n.s. | |
| Capex | 233 | 207 | 170 | 155 | 361 | 264 | 186 | 73 | 59 | 62 | |
| EBITDA menos Capex | 896 | 762 | 503 | 592 | 146 | 235 | 10 | 106 | (69) | (93) | |
| Capex em % das Receitas (%) | 10,5 | 9,0 | 10,9 | 9,6 | 17,7 | 16,5 | 29,5 | 12,2 | n.s. | n.s. | |

Informação financeira consolidada

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|-------------------------------------|--------|--------|---------|
| Proveitos operacionais | 6.385 | 5.967 | 7,0% |
| EBITDA | 2.496 | 2.363 | 5,6% |
| Resultado operacional | 1.436 | 1.428 | 0,6% |
| Resultado líquido | 654 | 623 | 4,9% |
| Resultado líquido por acção (euros) | 0,57 | 0,53 | 8,2% |
| Total do activo | 16.643 | 13.929 | 19,5% |
| Dívida líquida | 3.672 | 3.573 | 2,8% |
| Total do capital próprio | 2.582 | 2.254 | 14,5% |
| Capital social | 1.129 | 1.166 | (3,2%) |
| Gearing (%) | 54,2 | 61,3 | (7,1pp) |
| Margem EBITDA (%) | 39,1 | 39,6 | (0,5pp) |
| Dívida líquida/EBITDA (x) | 1,5 | 1,5 | 0,0x |
| EBITDA/juros líquidos (x) | 9,7 | 11,5 | (1,8x) |
| Capex | 943 | 761 | 23,9% |
| Capex em % dos proveitos (%) | 14,8 | 12,8 | 2,0pp |
| EBITDA menos Capex | 1.552 | 1.602 | (3,1%) |
| Investimentos financeiros | 18 | 279 | (93,5%) |
| Cash flow operacional | 1.306 | 1.752 | (25,5%) |
| Aquisição de acções próprias | 253 | 464 | (45,5%) |
| Dividendos | 395 | 267 | 47,7% |
| Pessoal | 32.389 | 27.780 | 4.609 |
| Mercado doméstico | 13.100 | 13.886 | (786) |
| Mercado internacional | 19.289 | 13.894 | 5.395 |

Destaques operacionais

Base de clientes ('000)

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|------------------------------------|--------|--------|---------|
| Acessos rede fixa | 4.478 | 4.377 | 2,3% |
| Móveis | 35.117 | 31.596 | 11,1% |
| TV por subscrição | 1.479 | 1.449 | 2,1% |
| Banda larga (ADSL Retalho + Cabo) | 933 | 687 | 35,9% |

Rede fixa

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|-------------------------------------|--------|--------|---------|
| Acessos ('000) | 4.478 | 4.377 | 2,3% |
| PSTN/RDIS | 3.769 | 3.948 | (4,5%) |
| Pré-selecção | 575 | 485 | 18,5% |
| ADSL retalho | 585 | 382 | 53,4% |
| ADSL wholesale | 51 | 39 | 33,3% |
| Lacetos locais desagregados | 72 | 9 | n.s. |
| Adições líquidas ('000) | 101 | 151 | (33,3%) |
| PSTN/RDIS | (179) | (88) | 102,7% |
| Pré-selecção | 90 | 47 | 93,2% |
| ADSL retalho | 204 | 221 | (7,8%) |
| ADSL wholesale | 13 | 11 | 13,3% |
| Lacetos locais desagregados | 63 | 7 | n.s. |
| Planos de preços ('000) | 1.795 | 947 | 89,4% |
| ARPU (euros) | 33,8 | 34,8 | (2,9%) |
| Voz | 29,3 | 31,3 | (6,3%) |
| Dados | 4,5 | 3,5 | 26,8% |
| Tráfego total (10 ⁶ min) | 14.818 | 16.478 | (10,1%) |
| Retalho | 6.400 | 7.250 | (11,7%) |
| Fixo-fixo nacional | 4.339 | 4.961 | (12,5%) |
| Fixo-móvel | 844 | 918 | (8,1%) |
| Wholesale | 8.418 | 9.229 | (8,8%) |
| Internet | 1.818 | 3.151 | (42,3%) |
| Rácio chamadas completadas (%) | 99,8 | 99,8 | 0,0 pp |
| Avarias por 100 acessos (nº) | 10,4 | 9,7 | 0,7 pp |
| Circuitos alugados ('000) | 15 | 16 | (8,7%) |
| Trabalhadores (nº) | 7.682 | 8.311 | (629) |
| Acessos fixos por trabalhador | 583 | 527 | 56 |

Móvel Portugal _ TMN

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|---------------------------|-------|-------|---------|
| Clientes activos ('000) | 5.312 | 5.053 | 5,1% |
| Adições líquidas ('000) | 259 | 167 | 55,2% |
| MOU (minutos) | 122 | 121 | 0,5% |
| ARPU (euros) | 22,8 | 24,5 | (6,8%) |
| Customer Bill | 18,1 | 18,4 | (1,4%) |
| Interligação | 4,7 | 6,1 | (23,2%) |
| Dados (em % das receitas) | 11,8 | 10,0 | 1,9 pp |
| SARC (euros) | 59,2 | 44,7 | 32,3% |
| CCPU (euros) | 11,6 | 11,4 | 1,4% |
| ARPU menos CCPU (euros) | 11,2 | 13,1 | (14,0%) |

Móvel Brasil _ Vivo

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|--|--------|--------|---------|
| Clientes activos ('000) | 29.805 | 26.543 | 12,3% |
| Quota de mercado nas áreas de operação (%) | 44,4 | 50,9 | (6,5pp) |
| Adições líquidas ('000) | 3.262 | 5.887 | (44,6%) |
| MOU (minutos) | 78 | 89 | (12,6%) |
| ARPU (reais) | 28,7 | 32,8 | (12,6%) |
| SARC (reais) | 166,6 | 152,8 | 9,0% |
| CCPU (reais) | 17,3 | 18,5 | (6,2%) |
| ARPU menos CCPU (reais) | 11,3 | 14,3 | (20,8%) |

Multimédia _ PT Multimédia

| | 2005 | 2004 | Δ 05/04 |
|--|-------|-------|---------|
| Casas passadas ('000) | 2.666 | 2.551 | 4,5% |
| Com capacidades interactivas ('000) | 2.547 | 2.418 | 5,3% |
| Clientes TV por subscrição ('000) | 1.479 | 1.449 | 2,1% |
| Cabo | 1.090 | 1.066 | 2,2% |
| Satélite | 389 | 383 | 1,7% |
| Adições líquidas TV por subscrição ('000) | 30 | 54 | (43,8%) |
| Pay to basic ratio (%) | 52,3 | 57,5 | (5,1pp) |
| Acessos banda larga via cabo ('000) | 348 | 305 | 14,1% |
| Adições líquidas banda larga via cabo ('000) | 43 | 75 | (42,7%) |
| ARPU TV por subscrição (euros) | 27,6 | 25,4 | 8,5% |

Extracto da acta da Assembleia Geral Anual

Realizada em 21 de Abril de 2006

O senhor presidente da Mesa da Assembleia pôs então à votação o ponto dois da Ordem de Trabalhos, "Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de 2005", recomendando aos senhores accionistas o correcto preenchimento dos boletins de voto, previamente distribuídos.

Realizada a votação, o senhor presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamou haver o relatório de gestão, balanço e contas relativo ao exercício do ano de dois mil e cinco sido aprovado, por maioria.

Seguidamente, o senhor presidente da Mesa da Assembleia pôs à votação o ponto três da Ordem de Trabalhos, "Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas consolidadas relativos ao exercício de 2005", recomendando de novo aos senhores accionistas o correcto preenchimento dos boletins de voto, previamente distribuídos.

...

Realizada a votação, o senhor presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamou haver o relatório de gestão, balanço e contas consolidadas relativo ao exercício do ano de dois mil e cinco sido aprovado, por maioria.

De seguida, o senhor presidente da Mesa da Assembleia Geral passou à discussão do ponto quatro da Ordem de Trabalhos, "Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, distribuição e afectação de reservas", e atendendo a que a proposta apresentada pelo Conselho de Administração havia sido distribuída por todos os accionistas pediu escusa de a ler, o que não suscitou oposição da Assembleia. A proposta é do teor seguinte:

...

O senhor presidente da Mesa da Assembleia pôs então à votação o ponto quatro da Ordem de Trabalhos "Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, distribuição e afectação de reservas", recomendando aos senhores accionistas o correcto preenchimento dos boletins de voto, previamente distribuídos.

...

Perante os resultados, o senhor presidente da Mesa da Assembleia Geral, depois de verificar que nos votos a favor se compreendiam o das acções da categoria A, proclamou ter sido aprovada a proposta apresentada pelo Conselho de Administração relativa ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos.

Conselho de Administração

Eleito em 21 de Abril de 2006

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

Henrique Granadeiro

Vice-presidentes executivos

Zeinal Bava
Rodrigo Costa

Administradores executivos

Luís Pacheco de Melo
João Pedro Baptista
António Caria
Rui Pedro Soares

Administradores não executivos

António Viana-Baptista
Fernando Abril-Martorell
Joaquim Goes
Amílcar de Morais Pires
Jorge Correia Tomé
Armando Vara
Franquelim Alves
Henrique Chaves
João de Mello Franco
Thomaz Paes de Vasconcellos
Luís de Azevedo Coutinho
Gerald S. McGowan
Fernando Soares Carneiro
Francisco Pereira Soares

Informação adicional aos accionistas

Negociação das acções e ADR

As acções da PT estão cotadas na Euronext (código: PTC.LS) e na Bolsa de Nova Iorque, sob a forma de ADR – American Depository Receipts (código: PT). Um ADR é equivalente a uma acção ordinária.

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 1.128.856.500 acções com o valor nominal de 1 euro cada, estando cotadas em Bolsa 1.128.856.000 acções. Na mesma data, o número de ADR registados ascendia a 60.280.974, representando 5,3% do total do capital social da PT.

Informação Bolsista

| | 2005 | 2004 |
|--|---------------|---------------|
| Em 31 de Dezembro | | |
| Capital social (euros) | 1.128.856.500 | 1.166.485.050 |
| Número de acções | 1.128.856.500 | 1.166.485.050 |
| Cotação (euros) | 8,55 | 9,10 |
| Capitalização bolsista (milhões de euros) | 9.652 | 10.615 |
| | | |
| Dividendo bruto por acção (euros) | 0,48 | 0,35 |
| Dividend yield | 5,6% | 3,8% |
| Resultado líquido (milhões de euros) | 654 | 623 |
| Pay-out ratio | 82,0% | 65,5% |
| | | |
| Cotações/transacções | | |
| Cotação máxima (euros) | 9,80 | 9,45 |
| Cotação mínima (euros) | 7,33 | 7,83 |
| Transacções em volume (milhões de acções) | 1.178 | 1.173 |
| Transacções em valor (milhões de euros) | 9.666 | 10.491 |
| Peso no volume de transacções (Eurolist by Euronext) | 31% | 38% |
| | | |
| Variação anual | | |
| Portugal Telecom | (6,0%) | 14,0% |
| PSI-20 | 13,4% | 12,6% |
| DJ Stoxx Telecom Europe | (1,8%) | 11,9% |

Calendário financeiro de 2006

- 6 Março** – Divulgação dos resultados do exercício de 2005
21 Abril – Assembleia Geral Anual de Accionistas
Maio – Divulgação dos resultados do primeiro trimestre de 2006
Junho – Filing do form 20-F com a SEC e NYSE
7 Setembro – Divulgação dos resultados do primeiro semestre de 2006
14 Novembro – Divulgação dos resultados dos primeiros nove meses de 2006

Contactos

Relação com investidores

Nuno Prego

Director de Relação com Investidores
Portugal Telecom
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069 - 300 Lisboa
Portugal
Tel: +(351) 21 500 1701
Fax: +(351) 21 500 0800
E-mail: nuno.prego@telecom.pt

Accionistas, investidores, analistas e demais interessados

podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, form 20-F, press releases, etc.).

Banco depositário

The Bank Of New York
ADR Division
101 Barclay Street,
22nd Floor
New York, NY 10286,
USA
Tel: 1 212 815 2207
Fax: 1 212 571 3050

Os detentores de ADR podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADR da PT em Nova Iorque.

Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

Sede social

Portugal Telecom, SGPS, SA
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa
Portugal
Tel: +(351) 21 500 2000

Coordenação e edição
Relação com Investidores /
Comunicação Corporativa
Portugal Telecom, SGPS, SA

Design
+2 designers
Fotografias
Alexander Koch
Pré-imprensa e impressão

Depósito legal n.º 155462/00